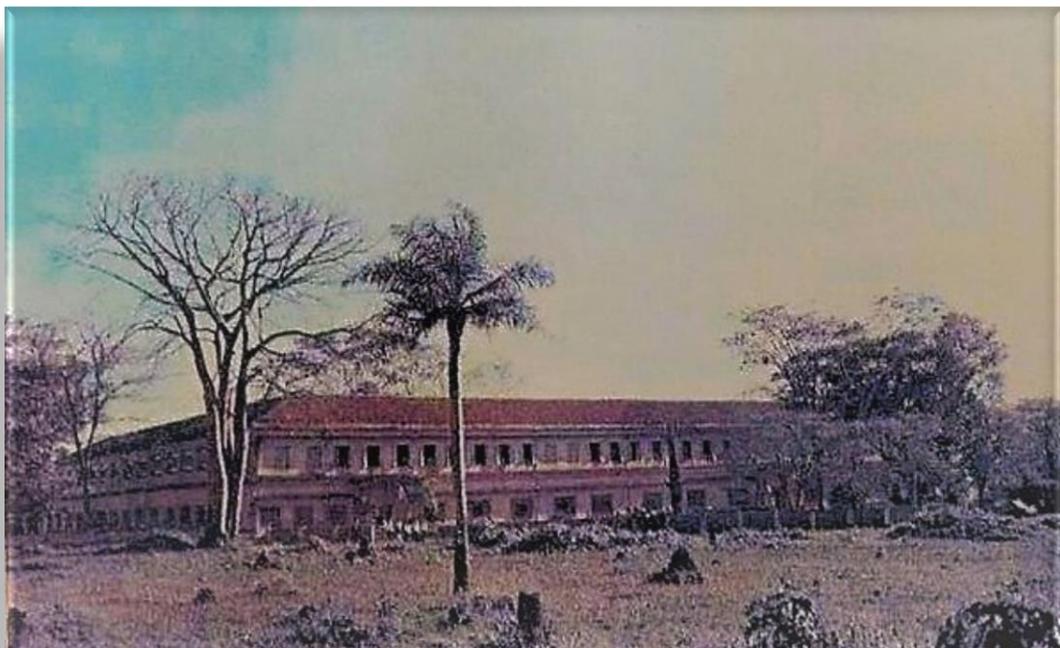




**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

ELIANE MARIA AMARO

**ESCOLA FRANCISCANA IMACULADA CONCEIÇÃO:
HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO EDUCATIVA NA REGIÃO DE DOURADOS,
SUL DE MATO GROSSO (1955-1975)**



**DOURADOS-MS
2018**

ELIANE MARIA AMARO

Dissertação apresentada como requisito para obtenção de título de Mestre em Educação, junto à Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), sob a orientação da professora Doutora Maria do Carmo Brazil.

**DOURADOS-MS
2018**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD.

A485e Amaro, Eliane Maria

Escola Franciscana Imaculada Conceição: História da instituição educativa na região de Dourados, sul de Mato Grosso (1955-1975) / Eliane Maria Amaro - Dourados, MS: UFGD, 2018.

236 f.

Orientadora: Prof^a Dra. Maria do Carmo Brazil

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. História da Educação. Educação Confessional Católica. Irmãs Franciscanas-Dourados-MS.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

ELIANE MARIA AMARO

**ESCOLA FRANCISCANA IMACULADA CONCEIÇÃO:
HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO EDUCATIVA NA REGIÃO DE DOURADOS,
SUL DE MATO GROSSO (1955-1975)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: História da Educação, Memória e Sociedade

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Dra. Maria do Carmo Brazil – FAED/UFGD

Presidente da Comissão e Orientadora

Professor Dr. Sauloéber Tarsio de Souza – Faculdade/ UFU

1º Examinador

Professora Dra. Magda Carmelita Sarat Oliveira – FAED/UFGD

2ª Examinadora

Dourados-MS, 03 de maio de 2018.

A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que constrói, tudo o que toca, pode e deve fornecer informações sobre eles (BLOCH *apud* LE GOFF, 2008, p. 107).

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã que aqui se instalaram, trabalharam e evangelizaram confiantes no “Deus cuida – Deus proverá”, desbravando a cidade com ternura e vigor. A vocês, a quem devemos parte do “Progresso” da escolarização do município de Dourados, o meu muito obrigada.

Esperança, Paz e Bem!

AGRADECIMENTOS

Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!

Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!
*Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.*

Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.

(PESSOA, Mar Português, 1934, grifo nosso).

Aos meus Pais Sebastião e Maria

Na simplicidade me educaram para trilhar os caminhos da liberdade, responsabilidade e autonomia.

À família: César, Mayara, Pedro Henrique e Gabriela

Sentido da minha existência.

À minha orientadora, a professora Doutora Maria do Carmo Brazil

Sua competência, vigor e gotas de ternura me levaram a mergulhar no processo investigativo, mesmo nos momentos de intempéries. Eternamente grata.

À Catarina Daemen

Com ela aprendi o poder da confiança ao traçar planos e projetos.

Às Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã

Pela colaboração nessa pesquisa e pelo legado educacional no Brasil, em especial no município de Dourados-MS.

Aos depoentes

Que narraram com prontidão detalhes sobre a história da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Aos Professores da Faculdade de Educação (FAED), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), e ao Grupo de Pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade (GEPHEMES)

Grandes colaboradores para o meu aperfeiçoamento intelectual. Saio desta experiência acadêmica com a certeza de que tive excelentes mestres.

À Banca examinadora: professora Doutora Magda Carmelita Sarat Oliveira e Professor Doutor Sauloéber Tarsio de Souza

Gratidão às pertinentes e precisas orientações no Exame de Qualificação. Foi uma vivência que me proporcionou maturidade intelectual significativa.

Ao amigo Reinaldo Antonio Valentim

Com maestria e humildade, inspirou-me e me auxiliou a retomar os caminhos pós-graduação, no ano de 2015.

Aos amigos Fanny Silva Valdez e Marcel dos Santos Borba

“Amigos de infância” que conheci em 2016, pelas vias do mestrado. Nossa amizade e ajuda mútua na pesquisa sobre a Missão Franciscana no Sul de Mato Grosso foram incríveis.

À minha criança interior

Companheira de viagem, sempre pronta a me alegrar e impulsionar nos momentos de infortúnio.

A Deus

Gratidão por prover e sustentar meu viver, planos e projetos.

Altíssimo, onipotente, bom Senhor.
Teus são o louvor, a glória, a honra
E toda a benção [...].
Louvado sejas, meu Senhor, com todas as tuas criaturas [...]¹

¹ “Cântico das Criaturas” Interpretado por Leonardo Boff. Francisco de Assis quase moribundo, compôs “O Cântico das criaturas”. Até ao fim da vida, Francisco queria ver o mundo inteiro em um estado de exaltação e louvor a Deus. Disponível em: <http://franciscanos.org.br/?page_id=3124>. Acesso em: 19/02/2018.

RESUMO

Esta investigação está contida na temática História das Instituições Educacionais (HIE), campo da História da Educação, cujas análises se centram no movimento da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, as quais, oriundas da Província do Rio Grande do Sul, migraram para o sul de Mato Grosso, a partir do ano de 1954. Com a finalidade de oferecer historicidade à instituição, abordou-se a gênese e o perfil de organicidade do referido espaço escolar durante o período de 1955 a 1975. A pesquisa se nutriu de fontes históricas oriundas da Diocese de Dourados, do Centro de Documentação Regional (DCR), com destaque para materiais iconográficos, “crônicas” escritas por agentes da própria escola e Relatórios do Curso Normal (1959-1966). A investigação foi pautada em algumas categorias de análise: a motivação para criação e instalação dessa Escola Franciscana, o cenário físico do prédio (interno e externo), o perfil dos agentes sociais que ali se movimentaram (discente, docente, inspetores, entre outros), as características de sociabilidade, bem como o cotidiano escolar. Os dados coletados das fontes históricas foram interpretados a partir das categorias de análises já explicitadas. Procuramos estabelecer relações reflexivas entre o particular – a escola, situada na cidade de Dourados – e o geral, o universo histórico-escolar e social do país, durante o Brasil Republicano, após a II Guerra Mundial, (1939-1945) com destaque para as décadas de 1950 a 1970. Foi possível destacar o papel dos principais agentes sociais dessa construção histórica e identificar a contribuições das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã no processo de escolarização e formação de professores na região sul do Estado com a fundação da primeira escola normal no município. Em síntese, pôde-se observar que, historicamente, esta instituição teve, por um lado, suas singularidades vinculadas a expansão da Igreja Católica, a qual utilizou como estratégia o investimento, sobretudo, na Educação e em ações sociais; e, por outro, tratou-se de uma instituição que foi veículo difusor de ideais próprias dessa fase Republicana, os quais foram amplamente divulgados em âmbito nacional.

Palavras-chave: História da Educação. Educação confessional católica. Irmãs Franciscanas-Dourados-MS

ABSTRACT

This investigation is contained in the thematic History of the Education Institutions (HEI), area of the History of the Education which analyses are centered in the movement of the Congregation of the Franciscan Sisters of the Penitence and Christian Charity, what they are originating from the Province of Rio Grande do Sul and which migrated to the south of Mato Grosso, since 1954. With the purpose of offering historicity to the above-mentioned institution, from 1955 to 1975 boarded the origin and the profile of functioning of this place during the period. The inquiry was nourished with historical fountains originating from the Diocese of Dourados (DD), of the Regional Documentation Centre (RDC), with distinction for iconographic materials, "Chronicles" written by agents of own school and Reports of the Teacher-training course (1959-1966). The investigation was ruled in some categories of analysis: the motivation for creation and installation of this Franciscan School, the physical scenery of the building (internal and extern), the profile of the social agents who there were moved (learning, teacher, inspectors, among others), the sociability characteristics, as well as the school daily life. The data colleted from the historical sources were interpreted from the categories of analyses already made explicit. We will seek to establish relationships between there reflective private-school located in the city of Dourados and the general, the universe and social history of the country, during Republican Brazil after World War II (1939-1945), with distinction for the decades from 1950 to 1970. It was possible to highlight the role of the main social agents of this historical construction and to identify the contributions of the Franciscan Sisters of Penance and Christian Charity in the process of schooling and teacher training in the southern region of the State with the foundation of the first normal school in the municipal. In synthesis, it was possible to notice that, historically, this institution had, on a side, its peculiarities linked the expansion of the Catholic Church, which used like strategy the investment, especially, in education and social actions; and, for other, it was the question of an institution that was a vehicle diffuser of its own ideals to this Republican phase, what they were spread widely in national extent.

Key words: History of Education. Confessional Catholic Education. Franciscan sisters – Dourados-MS.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Foto retirada do livro A Missão Franciscana no Mato Grosso. Frei Pedro Knob O.F.M. 1988 – Ilustrativa.....	78
FIGURA 2: Foto “Chegada das Irmãs em Dourados”. 1955.	86
FIGURA 3: Foto ilustrativa. As irmãs e seus meios de transportes em frente ao 1º convento. 1955.....	91
FIGURA 4: Mapa da localização da sede municipal de Dourados MS.....	100
FIGURA 5: Mapa da localização da região da Grande Dourados-MS.....	100
FIGURA 6: Mapa da localização da Escola Franciscana Imaculada Conceição 2018.....	101
FIGURA 7: Plantas do primeiro andar Instituto Educacional de Dourados. 10/06/1960.....	103
FIGURA 8: Plantas do segundo andar Instituto Educacional de Dourados. 10/06/1960.....	104
FIGURA 9: Fachada e escala de locação Educacional de Dourados. 10/06/1960.....	105
FIGURA 10: Foto: Primeira atividade educativa das irmãs franciscanas. 1955.....	109
FIGURA 11: Ata de fundação do Instituto Educacional de Dourados. 1955.....	110
FIGURA 12: Foto: Turma de primeira comunhão. 1956.....	112
FIGURA 13: Foto: Organograma do Colégio Imaculada Conceição. 1971.....	116
FIGURA 14: Transcrição Organograma do Colégio Imaculada Conceição. 1971.....	116
FIGURA 15: Regimento Escolar. Currículo da Escola Normal do Instituto Educacional de Dourados - 1968.	123
FIGURA 16: Caderno Economia Doméstica. Escola Normal do Instituto Educacional de Dourados - 1963.	128
FIGURA 17: Caderno Economia Doméstica. Escola Normal do Instituto Educacional de Dourados - 1963.....	130
FIGURA 18: Caderno puericultura. Escola Normal do Instituto Educacional de Dourados - 1963.....	132
FIGURA 19: Diretoras Franciscana da Imaculada Conceição. Décadas de 1950-1970.....	145
FIGURA 20: Professores Leigos do Instituto Educacional de Dourados – 1959-1968.....	151

FIGURA 21: Irmãs, Irmãos e Freis Professores do Instituto Educacional de Dourados – 1959-1968.	152
FIGURA 22: Boletim Escolar III Curso Normal Instituto Educacional de Dourados - 1967.	166
FIGURA 23: Lembrança escolar de Stella Maris Andrade Faquer – 1973.....	169
FIGURA 24: Fragmento do livro de ocorrência 1974, p. 13v.....	170
FIGURA 25: Desfiles de 7 de setembro 1974 – Escola Franciscana Imaculada Conceição.....	171
FIGURA 26: Solenidade de formatura do Curso Técnico em Laboratório, 1975 – Escola Franciscana Imaculada Conceição.....	172
FIGURA 27: Festa do Dia da Mães - 1974 – Escola Franciscana Imaculada Conceição.....	173
FIGURA 28: Família de Irmã Lúcia Walesca Wolfart. Década de 1940.....	184
FIGURA 29: Certificado de Naturalização – 1957.....	189
FIGURA 30: Certificado de Naturalização – 1957.....	190
FIGURA 31: Certificado Concurso Professor Primário Irmã Lúcia Valesca Wolfart “Irmã Maria Sérgia Wolfart” - 1960.....	191
FIGURA 32: Irmã Lucia Valesca Wolfart dia dos votos religiosos (1960) e na função de contadora de histórias da Escola Franciscana Imaculada Conceição (2017).....	192
FIGURA 33: Primeira Visita de Irmã Maria Aparecida Betoni à sua família. S/d.....	196
FIGURA 34: Certificado da licenciatura em Ciências Maria Aparecida Betoni. 1974.....	197
FIGURA 35: Irmã Maria Aparecida Betoni em 1976 e em 2018.....	199
FIGURA 36: Irmã Maria Aparecida Betoni recebendo troféu de melhor torcida nos jogos da cidade. Década de 1970.....	200
FIGURA 37: Irmã Maria Aparecida Betoni.....	201

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Cronologia Franciscana Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil.....	75
QUADRO 2: Transcrição currículo da Escola Normal do Instituto Educacional de Dourados.....	124
QUADRO 3 Diretoras Franciscana da Imaculada Conceição. Décadas de 1950-1970.....	145
QUADRO 4: Transcrição Professores Leigos da Escola Normal Instituto Educacional de Dourados – 1959-1968.....	151
QUADRO 5: Transcrição Irmãs, Irmãos e Freis que lecionaram na Escola Normal Instituto Educacional de Dourados – 1959-1968.....	153
QUADRO 6: Professores Leigos: registro ou curso e disciplina ministrada na Escola Normal Instituto Educacional de Dourados (1959-1968)	156
QUADRO 7: Professores - Irmãs, Irmãos e Freis: registro ou curso e disciplina ministrada na Escola Normal Instituto Educacional de Dourados – 1959-1968.....	157
QUADRO 7.1: Professores - Irmãs, Irmãos e Freis: registro ou curso e disciplina ministrada na Escola Normal Instituto Educacional de Dourados – 1959-1968. Continuação do quadro 7.....	158
QUADRO 8: Alunos matriculados 1959-1971.....	163
QUADRO 9: Horário de aulas da Escola Normal II Ciclo e Normal Regional – 1959.....	165
QUADRO 10: Transcrição do Boletim III Curso Normal Instituto Educacional de Dourados – 1967.....	167

SIGLAS

APM – Associação de Pais e Mestres
ASFPM – Ação Social Franciscana, Patronato de Menores
CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDR – Centro de Documentação Regional
CIFS – Congregação das Irmãs Franciscanas de Siessen
CEUD - Centro Universitário de Dourados
COCEM – Curso de Orientação de Ensino Religioso e Catequese
DF – Distrito Federal
DRE – Delegacia Regional de Ensino
FAB – Força Aérea Brasileira
FAED/UF GD – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados
GEPHEMES – Grupo de Pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade
HIE – História das Instituições Educativas
IR - Irmã
ISES – Inspetoria Seccional do Ensino Secundário
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MEB – Movimento de Educação de Base
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MHIF – Museu Histórico das Irmã Franciscana
MS – Mato Grosso do Sul
MT – Mato Grosso
NHC – Nova História Cultural
OFS – Ordem Franciscana Secular
PPG Edu/UF GD – Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados
PPGE d – Programa de Pós-graduação em Educação
PR – Paraná
RN – Rio Grande do Norte
RS – Rio Grande do Sul
SCALIFRA – Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis Zona Norte

SOCALIFRA – Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis Zona Central

TOR – Terceira Ordem Regular

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

SUMÁRIO

RESUMO	09
ABSTRACT	10
LISTA DE FIGURAS	11
LISTA DE QUADROS	13
SIGLAS	14
NOTAS DA AUTORA	18
INTRODUÇÃO	32
CAPÍTULO I: PARA ALÉM DAS MONTANHAS: CATOLICISMO E EDUCAÇÃO	49
1.1 Considerações iniciais: Igreja, Política e Educação	50
1.1.1 A Igreja e Educação no Brasil Republicano.....	57
1.1.2 Ação franciscana no Brasil: Expansão, educação e missão.....	65
1.2 Penitência e Caridade Cristã: Educação e missão	69
1.2.1 Educação e missão no sul de Mato Grosso.....	72
1.2.2 A Escola Franciscana Imaculada Conceição: gênese.....	81
1.2.2.1 O lugar e a causa.....	82
1.2.2.2 A chegada e as instalações.....	85
CAPÍTULO II: RUMO AO “PROGRESSO”: Espaço escolar franciscano - arquitetura, localização, aspectos administrativos e curriculares	93
2.1 Arquitetura escolar: “Templos de civilização”	95
2.1.1 A magnificência do prédio escola-convento.....	97
2.2 O trato administrativo da instituição educativa	108
2.2.1 Do Instituto Educacional ao Colégio Imaculada.....	113
2.3 Organização do trabalho escolar e currículo	117
2.3.1 Práticas curriculares e a invenção das “moças de família”	126
CAPÍTULO III CULTURA, COTIDIANO ESCOLAR E FORMAÇÃO DOCENTE	
3.1 Imaginário e Mentalidade: Representações, Práticas Hábitos e Tradições	136
3.2 Organização institucional	141
3.2.1 Direção e vice direção.....	144

3.2.2 Secretaria e tesouraria.....	147
3.2.3 Corpo Docente.....	148
3.2.3.1 Entre leigos e irmãos.....	150
3.2.4 Corpo Discente.....	161
3.3 Do pátio escolar às ruas da cidade.....	164
3.3.1 Tempo e avaliação do aluno.....	164
3.3.2 As tradições e suas invenções.....	167
3.3.2.1 O rito nacionalista.....	169
3.3.2.2 Solenidades e festas.....	172
CAPÍTULO IV: “MEMÓRIA VIVA” DA EDUCAÇÃO FRANCISCANA: DOCÊNCIA E MISSÃO.....	176
4.1 Trajetórias de vida.....	177
4.1.1 Lúcia Valesca Wolfart ou “Irmã Maria Sérgia”	182
4.1.1.1 “Deus Cuida – Deus Proverá”	187
4.1.1.2 Naturalização brasileira: abnegação e renúncia pela causa educacional.....	188
4.1.2 Maria Aparecida Betoni ou “Irmã Maria Lucrecia”	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	204
REFERÊNCIAS.....	208
ANEXOS.....	218

NOTA SOBRE A AUTORA

Vida

*Não sei
o que querem de mim essas árvores
essas velhas esquinas
para ficarem tão minhas só de as olhar um momento.
Ah! se exigirem documentos aí do Outro Lado,
extintas as outras memórias,
só poderei mostrar-lhes as folhas soltas de um álbum
de imagens:
aqui uma pedra lisa, ali um cavalo parado
ou
uma
nuvem perdida...
Perdida...
Meu Deus, que modo estranho de contar uma vida!
(QUINTANA, Esconderijos do Tempo, 1980).*

Como escrever a própria história? Qual o caminho a ser percorrido para a compor a narrativa sobre o próprio passado? Seria fácil lembrar ou é melhor esquecer? Buscamos nos mananciais da ego-história a resposta e, como em uma viagem, o passado foi ressurgindo aos poucos e aos pedaços.

A ego-história, segundo Pierre Nora (1987, p. 9), é um:

[...] género novo, para uma nova idade da consciência histórica, que nasce do cruzamento de dois grandes movimentos: por um lado, o abalo das referências clássicas da objectividade histórica, por outro, a investigação do presente pelo olhar do historiador.

A partir das minhas memórias esboçadas neste recurso narrativo escrito, apresento parte da minha trajetória de vida. Permito-me, neste momento, a busca poética e, talvez, memorialística do passado, na exploração do tempo até aqui vivido.

Experiências e sonhos de uma mineira e de um paulistano

A década é 1940 e os estados de São Paulo e Minas Gerais configuram-se como prelúdio de minha história. Na pacata cidade de Valparaíso, estado de São Paulo, no dia 25 de maio de 1944, nasceu prematuramente, com apenas sete meses de gestação, meu pai. Ele foi o primogênito de um casal, cuja mãe era filha de nordestinos e o pai, de espanhola casada com negro. Batizado com o nome de Sebastião, a criança resistiu e sobreviveu através de uma incubadora natural (em meio ao seio materno) e graças à dedicação de sua genitora que o alimentava com leite materno, singelamente gotejado em sua boca com um chumaço de algodão. O menino cresceu e teve uma infância repleta de brincadeiras, trabalhos e travessuras.

No ano seguinte, em 1945, na pequena Córrego Danta, estado de Minas Gerais, nasceu, no mês de junho, Maria José, a sétima filha de uma família de treze irmãos. O pai de Maria era descendente de indígenas da região mineira e sua mãe, jovem, casada aos treze anos, não por opção, mas por escolha de seu pai. Pai este que passava a maior parte do seu tempo fora de casa por ser professor itinerante nos sertões mineiros.

Entre criancices, peraltices e obrigações, Sebastião e Maria cresceram separados um do outro. Em busca do sonhado “progresso” ou de “melhores condições de vida”, os pais do Sebastião e Maria rumaram para novos espaços, os quais eram esparsamente povoados, no sul de Mato Grosso, na década de 1950. O pai do Sebastião, motorista

experiente, trazia pessoas de São Paulo para se ocuparem de desmatamentos, derrubada de árvores, estabelecimento de serrarias e formação de fazendas. No âmbito dessas atividades é que surgiu Primavera, fazenda próxima a Dourados, de propriedade de Ivo Tossi.

O pai de Maria, um mineiro trabalhador, com a ajuda dos filhos mais velhos desvelou seu tino comercial ao vender carne e banha de porcos na feira livre de Dourados. Suas economias deram condições à abertura de um “bolicho”² de secos e molhados no Carapã, hoje distrito de Laguna Carapã, Mato Grosso do Sul.

Maria, em uma das vindas a Dourados para os trabalhos comerciais na feira livre e também para desfrute cultural da época (quermesses, circos ou ir a rádio Caiuá cantar com seu irmão violeiro), encontrou Sebastião, episódio que redundou em uma história de amor. História a qual enfrentou resistências e dificuldades. A resistência partia da mãe de Maria, que não queria o casamento, por não “gostar” do Sebastião. Interpretamos esse “não gostar” como forma de manter a filha em casa, afinal, ela, a filha, era muito prestimosa nos afazeres domésticos.

Outro fator que poderia ser entendido como uma resistência foi a dificuldade gerada pela distância física entre suas moradas. Sebastião fazia, nos finais de semana, sessenta quilômetros de bicicleta para ver sua amada. Esforço que valeu a pena. No dia 13 de julho de 1968, mesmo diante do capricho da sogra, o sonhado casamento aconteceu e, assim, deu-se início a uma nova família.

Ela era uma linda mulher, morena e de cabelos negros, que cantava como ninguém na rádio Caiuá a música “Índia”, de autoria de Jose Asuncion Flores e Manuel Ortiz Guerrero, interpretada pela paraguaia Perla. Foi com a sua beleza natural que ela conquistou o coração do jovem Sebastião. Maria carregava na pele, nos cabelos e em alguns costumes a herança indígena de seu bisavô Pedro.

“Bugrinha”...³, entre rios e histórias...

² Estabelecimento de pequeno porte à beira de estradas.

³ Bugrinha era a forma como se dirigiam a minha pessoa quando criança, devido às minhas características físicas. Já o termo Bugre é a denominação dada pelo povo aos selvícolas. Julga o Ilustrado P. Teschaner que este vocábulo provém da antiga palavra francesa *Bougre*, que significava sodomita. (Disponível em: <<https://maniadehistoria.wordpress.com/mini-dicionario-tupi-guarani/>>. Acesso em: 06/05/2017). Considera-se também como uma denominação dada a indígenas de diversos grupos do Brasil por serem considerados não cristãos pelos europeus.

Um ano após o casamento de meus pais, no dia 4 de outubro de 1969, dia atribuído a São Francisco de Assis – Patrono da Ecologia –, aconteceu o meu nascimento, em casa, de forma natural, com ajuda da parteira, Aidê. Apesar dos cuidados recebidos durante a gravidez, o parto ocorreu em casa, prática costumeira da família.

Na minha infância, no final da década de 1970, descobri que o meu pai esperava como filho primogênito um menino, mas por dádiva ou destino, nasceu uma menina, a qual desde pequena demonstrava personalidade forte, afetiva e determinada, principalmente com seu pai. Talvez a força e a afetividade seriam argumentos para lutar contra a frustração e não decepcionar meu pai. Afinal, a realização machista daquela época, creio eu, era gerar primeiramente um filho varão.

Lembro-me que também fui muito teimosa e pirracenta. Nessas horas, papai dizia em tom de punição: “Vou ter que levar essa bugrinha para a aldeia! ”. Nesses momentos, chateava-me e até acreditava que eu era filha adotiva e, assim, mais uma vez vivenciava a frustração. Até traçava planos de fugir de casa, de modo a não medir consequências. Este sentimento aumentava quando passávamos férias em Dourados e alguns familiares faziam esses comentários infelizes.

Nesse tempo, meados da década de 1970, já morávamos em Bonito, estado do Mato Grosso do Sul. Local eleito por meu pai para também buscar o tal “progresso” e “melhorar de vida”. Trabalhava ele como eletricitista de carro, motivado por seu sogro.

Meu avô materno montou uma oficina mecânica para o genro e filhos, sonhando com a prosperidade deles, porém o projeto não frutificou. Meus tios abandonaram a oficina e meu pai começou seu próprio negócio, atendendo como eletricitista de carro. Deste ofício, com muita graxa e suor, criou e educou os cinco filhos, de modo a sempre apoiar aqueles que desejavam estudar. Dizia que queria algo melhor para os seus.

Minha mãe era uma dona de casa responsável, dedicada e muito econômica. Algumas vezes, ela costurava para ajudar nas despesas da família.

Meninice em “mundo natural”

Ancorada nas memórias de infância, recorri a Jacques Le Goff (1992, p. 423), acerca da memória enquanto propriedade de conservar informações e nos reenviar, em primeiro lugar, para um conjunto de funções psíquicas, graças às quais é possível atualizar impressões ou informações passadas, ou que representamos como passadas.

Por sua vez, Sandra Jatahy Pesavento (1995, p. 15), entende que “O imaginário faz parte de um campo de representação e, como expressão do pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade”. A memória e o imaginário podem ser considerados como alicerces e fontes de reflexão histórica, apresentando-se como novo patamar ou categoria de análise, enriquecendo o estudo da história. E aqui, fundamentam minha trajetória de vida.

As reflexões de Keith Thomas (1988), contidas na obra *O Homem e o Mundo Natural*, alcançam distintos domínios da história e alertam que construir história da cultura não se restringe aos agentes da elite, nem tampouco ignora os efeitos políticos nos processos humanos. No entanto, conforme Renato Janine Ribeiro⁴ (1988, Orelha do livro), ao apresentar a obra, “[...] fazer história dos meios populares não significa esquecer o pensamento, e ver só os movimentos sociais”. Mas, a grande lição ofertada por Thomas se refere à dinâmica relação do homem com animais, plantas, rios, mares, lagos, montanhas e outros elementos da natureza. A obra “O homem e o Mundo Natural” explica muita coisa e impressiona o leitor na medida que explica a relação da pessoa e a natureza na configuração da vida.

Inspirada na obra de Keith Thomas, decidi escrever sobre minha meninice entre o campo e a cidade. Neste contexto rememorativo de minha infância, vem à mente minha criançice e, como em uma viagem ao passado, revivo os momentos, sinto seus cheiros, medos, alegrias, sabores e dissabores.

O contato com a natureza, rios, trilhas e histórias. Quantas histórias. Acreditei em papai Noel e morri de medo de assombração. O inesquecível cheiro do café preto feito em coador de pano e do bolinho de chuva, feitos por minha mãe. Para me agradar, fazia-os em dois sabores: doce e salgado. Um capricho que tenho até hoje. Os acampamentos e pescarias em família às margens dos rios Miranda e Formoso, esses são inesquecíveis. As regras e limites também não faltavam. A firmeza na educação, disponibilizada a mim e meus quatro irmãos, Natanael, Janaina, Sebastião Júnior e Maria Inês se tornou uma das grandes marcas de nossa infância e base de nossa vida adulta. Uma infância repleta de fantasia, liberdade, espontaneidade e chamadas paternas às responsabilidades. Caso

⁴RIBEIRO, Renato Janine. Apresentação. In: _____. *O Homem e o Mundo Natural*. Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). Trad. João Roberto Martins Filho (et. al.). São Paulo: Companhia das Letras, 1988. (Orelha do livro).

contrário, a disciplina corretiva era rigorosa. Então o melhor era obedecer ou esconder o mal feito.

Brincar e dar “asas” à imaginação imperavam o cotidiano infantil no seio familiar. Nossos pais permitiam que a infância fluísse com intensidade e liberdade: subir em árvores, fazer cabanas, fogão com tijolos, acender e cozinhar. Andar em trilhas ao longo do riacho próximo de nossa casa, era evento corriqueiro em nossas vidas.

Dias de chuva eram inesquecíveis. Neles, minha mãe tinha mais tempo. Deixava seus afazeres domésticos e lá vinham as histórias, histórias de assombração ou memórias de seu tempo. Uma delas era quando mamãe se lembrava da revolução constitucionalista⁵ de 1932, creio eu, talvez contada por seus pais. Segundo ela, Minas Gerais e São Paulo não se afinavam e, nesse conflito, Minas venceu São Paulo. Era uma forma que mamãe tinha de enaltecer sua origem mineira e até “debochar” de papai. Rugas de casal também fizeram parte. E como!

Mamãe contava-nos também sobre o seu avô professor, o qual viajava e ficava meses nas fazendas ensinando os filhos dos fazendeiros e nem sempre alfabetizava os próprios filhos. Inclusive, lembrava que uma tia minha faleceu analfabeta.

Papai nos contava de suas aventuras tirando madeira para serraria, no velho Mato Grosso. Ele sempre reforçava que trabalhava muito, desde pequeno assumia obrigações. Histórias, muitas vezes, contadas à beira dos riachos cristalinos da cidade de Bonito. Ele sempre nos levava para nadar e aprender a pescar.

De um jeito próprio, amoroso e carismático, até nos levava ao esquecimento de quão bravo e rígido ele era. Vivíamos meandros de ternura e firmeza. Chegávamos a dormir na mata, às margens do rio, com infraestrutura mínima. Mas, a beleza da natureza, o ar, o cheiro e o barulho do riacho nos encantavam e nem percebíamos as dificuldades e até perigos do lugar.

Assim, brincadeira abundante, rios e histórias marcaram profundamente minha meninice.

Tempos de escola ou escola daquele tempo?

⁵ Revolução Constitucionalista de 1932 ou Guerra Paulista, foi o movimento armado ocorrido no estado de São Paulo, entre julho e outubro de 1932, que tinha por objetivo derrubar o governo provisório de Getúlio Vargas e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Camisa branca, saia plissada azul marinho e conga azul muito bem zelados por minha mãe para meu primeiro dia de aula na Escola Estadual Bonifácio Camargo Gomes, em Bonito, cidade do atual Mato Grosso do Sul. Iniciei minhas atividades escolares aos seis anos de idade, na década de 1975.

No início da minha caminhada escolar, o estudo se tornou um grande desafio, o que me levou a reprovação no primeiro ano por não saber ler. Este fato me foi tão marcante que ainda hoje não me recordo do nome da professora.

O mais interessante é que, naquele mesmo ano, o processo de leitura aconteceu naturalmente, durante as minhas férias, a partir do manuseio de revistas em quadrinhos, com destaque para a produção da Disney afigurada no personagem “Zé Carioca”, na casa de meus avós paternos.

Mesmo sabendo ler, refiz o primeiro ano e dei continuidade ao primário e ginásio, atual ensino fundamental, na BCG – como chamávamos a escola Bonifácio Camargo Gomes.

Todavia, considero o segundo ano primário o de maior significação na minha trajetória escolar. Isto porque foi nesse período que tive a oportunidade de conhecer a inesquecível professora Nídia Rossanti, uma senhora que possuía postura profissional e afetiva exemplar. Creio que ela influenciou minha escolha em ser educadora. Almejo revê-la um dia.

Filas, fileiras, sala de aula, cartilhas, hinos pátrios, cadernos, lápis, merenda, festas juninas, desfiles cívicos e apresentações em datas comemorativas. Assim era a dinâmica de minha vida escolar em uma escola pública.

Não posso deixar de rememorar os cadernos de “questionários” na adolescência – pode-se dizer que se tratava de um tipo de rede social daquele tempo. Funcionava assim: cada menina tinha o seu caderno, a qual era responsável por elaborar as perguntas mais variadas o possível. Este caderno circulava entre nossos grupos de amigas e todas elas respondiam a essas perguntas. Os assuntos eram bem variados, passavam por gostos alimentícios às preferências pessoais, ou ainda, se já tinham namorado e qual o sabor do beijo.

Lembro-me também das campanhas governamentais de vacinas na escola. Éramos pegos de surpresa e íamos chorando ao ver a pistola de vacina na mão dos agentes do Exército. Alguns colegas até fugiam nestes dias.

Tempos de escola ou escola daquele tempo, um elo entre o presente e o passado de minha vida, que a memória me faz reviver. E assim, paira uma indagação: como a história não é neutra, existiria neutralidade nos registros da memória? Eis o convite a se pensar neste assunto.

Normalista

Trazer à memória os primórdios de minha formação docente, faz-me lembrar, de forma panorâmica, como aconteceu o movimento de formação dos professores no Brasil até a década de 1980, década em que cursei o Magistério de segundo grau, com habilitação em docência de 1ª a 4ª série.

A formação de professores voltada para uma dinâmica especializada tem seus antecedentes na década de 1930, mas o Curso Normal se originou na Lei Orgânica de 1946, quando a legislação orientava aos estados e ao Distrito Federal a competência de organizar seus respectivos sistemas de ensino, desde que respeitassem as determinações federais.

Com a Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, elevou-se o nível cultural do Curso Normal por prever a formação geral deste segmento e aumentar o número de disciplinas. Por sua vez, a Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, trouxe nova caracterização do Curso Normal, a partir da qual se passou a exigir formação mínima para o exercício do magistério no ensino de 1º grau, da 1ª a 4ª série, com a habilitação específica de 2º grau.

Diante desse breve panorama da formação docente, observamos que o processo histórico do Curso Normal foi composto por alterações e descontinuidades, devido a momentos sociais de cada período. Ao meu ver, o Curso de Magistério, o antigo “Normal” era visto, no meu tempo de “normalista”, como uma possibilidade de seguridade profissional, principalmente para as mulheres.

Na continuidade da minha trajetória, relembro que ao concluir o ginásio tomei minha primeira decisão, sem influência de meus pais: fazer o curso de Magistério. Não foi uma decisão fácil, visto que estudava em escola pública na qual só se ofertava o curso técnico em contabilidade no ensino médio. Então, mesmo com certa dificuldade financeira, pois só meu pai trabalhava para o sustento da família, resolvi fazer o curso de Magistério em uma escola privada da cidade de Bonito. Para ajudar nas despesas, comecei a trabalhar de secretária em uma serraria da cidade. Assim, fiz o primeiro e segundo ano do curso. Lembro-me dos professores e colegas que tive nesse lugar. Um exemplo disso

é uma de minhas amigas, que considero para a vida toda, a querida Isneide Aparecida Mirandola.

No segundo ano de curso de Magistério, no entanto, em 1986, meus colegas de curso e eu descobrimos certa irregularidade na documentação de registro da escola. Parece-me que corríamos o risco de não receber o tão sonhado diploma de professora. Dessa forma, por vontade de sair da pacata cidade de Bonito, e agora com motivos r tal, passei a morar com meus avós em Dourados, a fim de terminar o Magistério.

Com a ajuda de minhas tias, irmãs de meu pai, visitamos duas escolas públicas que ofertavam o curso. Mas, minha grade curricular não se encaixava e eu teria que fazer novamente o segundo ano. Essa notícia me deu certo desespero, pois ficava a pensar: teria eu que voltar para casa?

Eis que surgiu uma “luz”: alguém se lembrou do “colégio das Irmãs”. Lá fui eu a procura do meu sonho. E assim, no ano de 1987, comecei a estudar no colégio Imaculada Conceição. Esta foi uma nova experiência de vida, pois se trava de uma escola grande e com uma realidade bem diferente daquela que eu vivia na minha cidadezinha.

Estudei por um ano, fiz as adaptações curriculares necessárias e me formei “normalista”. Apesar do novo nome do curso, “Magistério”, sempre se dirigiam a nós, alunas, como normalistas. Neste um ano de vida escolar no “colégio das Irmãs” foi ministrado muito conteúdo acadêmico e, junto a isso, também aprendi “como deveria se portar uma “moça de família”. Dessa forma, além dos conteúdos curriculares, aspectos de religiosidade, valores morais e éticos eram uma constante nas aulas. Este foi um período de muitas novidades, amizades e mudanças em minha vida.

A professora e o peão

Em 1987 comecei a namorar o Ramão César Gomes Martins, o qual desde esse tempo o tratava de “meu peão”. Não se tratava de um homem muito ligado ao “mundo letrado”, mas por ser um grande incentivador dos meus estudos, acabou por conquistar meu coração. Afinal, os opostos se atraem.

Assim, César, como gosta de ser chamado, se tornou-se o meu esposo e formamos uma família. Família que já veio com uma filha do coração, pois ele tinha uma filha, a pequena Mayara. Uma criança admirável, com a qual aprendi logo cedo o que era ser “mãedrastra”. Isso mesmo, mãedrastra, pois madrastra sempre leva desvantagem nos

contos de fadas. E, por sua vez, a minha realidade seria diferente, uma vez que optei naquele momento por uma história com final feliz. Hoje a Mayara já tem sua família e nos brindou com dois lindos netos: a Maria Eduarda e o Lorenzo.

O meu casamento aconteceu no ano seguinte à formatura, no dia 21 de maio de 1988 em Bonito-MS. E acabei voltando para Dourados. Também tivemos um casal de filhos: Pedro Henrique e Gabriela, nascidos em 1992 e 1999, respectivamente.

Mas a “moça de família”, queria algo mais, desejava ir “além do lar”. Assim, primeiro ano de casamento, prestei vestibular na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Dourados, e passei em Pedagogia. Inesquecível foi receber a notícia da aprovação através de uma ligação telefônica do “meu peão”. Ele estava muito alegre com minha conquista.

Na turma de Pedagogia fiz várias amizades e uma delas foi com uma irmã religiosa, Ir Lúcia Frantz, que também fazia o curso. Outra coisa que me marcou nessa época foi o cumprimento do estágio obrigatório, durante o qual fui convidada a estagiar na escola Imaculada Conceição, que hoje se transformou em meu objeto de pesquisa no curso de pós-Graduação, nível de especialização, Mestrado em Educação, na Linha de História da Educação Memória e Sociedade, Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (PPG Edu/UFGD).

Ao finalizar o estágio na Escola Imaculada Conceição, no ano de 1992, época que também correspondia a finalização do curso de Pedagogia, levei o meu currículo e consegui uma sala de aula no “colégio das Irmãs”. Dessa forma, passei da condição de aluna à professora. Nesse mesmo ano engravidei e me tornei mãe biológica de um menino, o Pedro Henrique.

Durante a graduação no curso de Pedagogia tive a oportunidade de trilhar caminhos formativos, a partir de participações em eventos acadêmicos, de palestras, de seminários locais e fora do município.

É essa a história da “professorinha” atuante, que sempre recebeu o apoio e incentivo do seu peão, o majestoso César, pessoa de um grandioso coração.

Trabalho e pesquisa

De 1992 a 1996 atuei como professora da educação infantil e ensino fundamental e, a partir de 1997, deixei a sala de aula para assumir a coordenação da educação infantil.

Foi nesse momento que senti a necessidade de retomar os estudos e, dessa forma, em 1998, sob a orientação da professora Fabiany Cassia Tavares Silva, adentrei-me no mundo da Pós-Graduação, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), na área da Educação.

Por conseguinte, no ano de 2008, durante o processo profissional de coordenação pedagógica, senti a necessidade de aprofundar meus conhecimentos na área de gestão e por isso fiz uma especialização na área de gestão escolar em uma instituição privada. E, a partir de então, no ano de 2009, assumi na escola Imaculada a função supervisora pedagógica.

Todavia, a busca pelo conhecimento continuou. Dessa forma, retomei o vínculo com a Universidade, através do Programa de Pós-Graduação da (antiga UFMS, na cidade de Dourados), em 2011, como aluna especial no Mestrado em Educação, na disciplina “Metodologia de Pesquisa em Estudos Culturais”, ministrada pelo Professor Dr. Ademir Gebara. Neste período, senti o quão importante se faz a busca teórica e o exercício metodológico; um sentimento desperto, em especial, a partir da minha participação no “III Seminário Processos Civilizadores: civilidade, fronteira e Diversidade”, que me possibilitou aprofundamento teórico e me encorajou na sistematização de um projeto de pesquisa, o qual, porém, em virtude de um “acomodar intelectual”, consequente de fatores pessoais; teve suas ideias adormecidas por um tempo.

Somente em 2015, ao realizar um planejamento pessoal, é que novamente aflorou o desejo de retomar a trajetória acadêmica. Foi então que percebi e decidi recomençar os estudos. Afinal, "Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa" (FREIRE, 1989, p. 39) e progredir intelectualmente parece fazer muito bem.

Assim, reorganizei a minha rotina pessoal e profissional, passei a dedicar um tempo, quase diário, para leitura da bibliografia sugerida nos Editais do PPG Edu/UFMG de anos anteriores, além disso, preocupei-me em fazer resumos e resenhas, com a finalidade de me preparar para a seleção de mestrado.

Em 2016 consegui ser aprovada no processo de seleção do PPG Edu/UFMG. A maturidade acadêmica aconteceu de forma gradual e sistemática, de acordo com a dinâmica de cada professor ao ministrar as disciplinas ofertadas pelo programa, a saber: História da Educação, Memória e Sociedade; Educação e Paradigmas do Conhecimento

I; Pesquisa Educacional; Pesquisa em Arquivos e Fontes Escolares; História Oral e Educação.

Outro fator marcante de aprendizagem foi a jornada no Estágio de Docência de Mestrado, no papel de “fiel escudeira” da minha orientadora, a Professora Dra. Maria do Carmo Brazil, e suas pertinentes orientações quanto à pesquisa.

Depois de leituras, diálogos, reflexões, discussões com minha orientadora, decidimos que a Escola Franciscana Imaculada Conceição continuaria como meu objeto de pesquisa, conforme anteprojeto aprovado na seleção de mestrado, porém com um novo foco. Agora, o olhar seria lançado sobre a História das Instituições Educativas e não sobre um método aplicado na escola Imaculada, como objetivava no anteprojeto.

Feito isso, prontamente decidi abraçar a pesquisa, com a consciência de que a tensão entre o “se envolver e o distanciar-se” seria o grande desafio na trajetória do trabalho. Tinha a certeza de que é imprescindível “fazer sucessivas aproximações com o objeto sem deixar que o ponto de vista do pesquisador sobreponha os fenômenos a serem explicados nas análises” (CALVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014, p. 16).

E assim, enveredar-se pela seara da cientificidade, criticidade e objetividade da análise, sem desconhecer ou desconsiderar a presença da subjetividade envolvida no processo investigativo, tornou-se a minha grande missão: “olhar”, “viver” a pesquisa e, posteriormente realizar a escrituração da história da antiga instituição de Dourados.

No baú das “coisas velhas”

O processo do curso do mestrado levou-me a Congressos e Eventos, motivada por minha orientadora e professora Dra. Maria do Carmo Brazil e demais professores do PPG Edu/UFGD; como também, possibilitou-me a escrita de trabalhos, valiosos no processo de ampliação de meus conhecimentos.

A participação no Grupo de Pesquisa História da Educação Memória e Sociedade – GEPHEMES, que oferece apoio às pesquisas desenvolvidas no PPGEdu/UFGD, motivou-me a mergulhar no mundo da pesquisa em História da Educação, mais especificamente, na linha de pesquisa do grupo, a saber: a cultura escolar e a história e memória das instituições escolares.

A trajetória da pesquisa se dinamizou a partir do arrolamento e levantamento de fontes históricas com destaque para jornais, a exemplo do Jornal “O Progresso”; pesquisa

documental nos arquivos da coleção da “Delegacia Regional de Ensino de Dourados”, ambas arquivadas no Centro de Documentação Regional (CDR), da Universidade Federal da Grande Dourados.

Nesse percurso visitamos a Biblioteca Frei Hugolino Becker, na Cúria Diocesana de Dourados, localizada em uma das salas do prédio da Catedral, bem como, fomos à Biblioteca e ao Museu Histórico das Irmãs Franciscanas (MHIF), em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, assentado nas dependências do Convento São Francisco das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã. Também tivemos acesso aos livros raros e históricos acerca da chegada das Irmãs ao Rio Grande do Sul, guardados na biblioteca do convento. Nessa ocasião aproveitamos para entrevistar algumas Irmãs decanas fizeram parte da história da escola Imaculada em Dourados, como alunas e professoras. Além disso, tivemos a oportunidade de coletar objetos da cultura material escolar, como boletins, fotos, certificados escolares.

Nos acervos da própria escola Imaculada, localizada a Rua Firmino de Matos, 1509, em Dourados, tivemos acesso ao “Regimento Escolar”, à documentação do Curso Normal, como atas, diários e relatórios escolares. Ali, encontra-se um acervo iconográfico datado de 1955 a 1972, com várias fotografias de momentos diversificados da história da escola. Tivemos alguns contatos com “Crônicas da escola” e, posteriormente, o depoimento da Irmã responsável guarda desse material.

E assim, submersa em estudos e pesquisas, tive a primeira aproximação com o referencial do teórico Pierre Bourdieu, a partir do qual pude me aproximar do conceito de capital, para além do econômico portado pelos agentes sociais. Ou seja, ao capital econômico, Bourdieu vincula também o investimento cultural e intelectual nas relações sociais, caminho este que levaria o indivíduo a alcançar o crescimento e o desenvolvimento econômico. Surge daí o conceito de outros tipos de capital: o cultural e o social.

Bourdieu entende que o capital social é baseado em relações sociais que constituem as fontes estratégicas de apoio entre os agentes, conforme trecho em destaque:

O volume do capital social que um agente individual possui depende então da rede de relações que ele pode mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado (BOURDIEU, 2015, p. 75).

A partir da premissa bourdieusiana aqui esboçada, pretendo analisar ou interpretar as funções da instituição escolar na sociedade da região de Dourados, bem como suas relações com o sistema político educacional existente. Relações estas que investem suas práticas em capital cultural e aumentam o volume do patrimônio social e econômico, influenciando, por sua vez, os comportamentos e expectativas de diversas camadas sociais.

Em síntese, procurei analisar meu recorte temático à luz dos conceitos bourdieusianos, na busca das estratégias de reprodução empregadas, de comportamentos e expectativas das diversas camadas sociais em relação à instituição escolar, e de modo a permitir uma compreensão mais adequada das relações entre a escola e a realidade social.

Diante de todo o universo componente do Curso de Mestrado (disciplinas, estágio, leituras, contato com as fontes e participação em eventos), um fator primordial divisor de águas foi o Exame de Qualificação. As pertinentes e precisas orientações da professora Dra Magda Carmelita Sarat Oliveira e do professor Dr Sauloéber Tarsio de Souza foram substanciais no processo de finalização da presente pesquisa. Registro aqui a minha gratidão.

Todavia, posso afirmar que o trabalho representou um verdadeiro desafio que regado a sacrifícios pessoais, familiares e profissionais. Cada passo, cada “achado”, cada pequena conquista foi amplamente celebrada por mim, minha família e amigos mais próximos. Um momento de comemoração foi a aprovação do artigo “Primeiras aproximações de pesquisa em História da Educação: a Escola Franciscana Imaculada Conceição - Mato Grosso (uno) - 1955-1975. História, Memória e Cultura material Escolar” a ser apresentado no “IX Seminário Internacional Redes Educativas e Tecnologias – Educação e Democracia – Aprender/ensinar para um mundo plural”, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Entendo que ao focar na conquista do título de Mestre tem me encorajado a continuar a sonhar em alçar novos voos.

Hoje aprendi que ser feliz não significa não ter frustrações, descontentamentos ou desafios, mas ser feliz é saber viver com intensidade as coisas simples, ter um foco ou uma causa a seguir e ir à luta.

INTRODUÇÃO

A explicação em história já não se liga à tradicional concatenação dos fatos, mas consiste na análise dos mil laços que unem uns aos outros os diversos aspectos da realidade (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 17).

A história só é feita recorrendo-se a uma multiplicidade de documentos [fontes históricas] e, por conseguinte, de técnicas: 'poucas ciências, creio, são obrigadas a usar, simultaneamente, tantas ferramentas dessemelhantes. É que os fatos humanos são, em relação a todos os outros, complexos' (LE GOFF, 2001, p. 27).

Esta pesquisa se integra ao conjunto de estudos voltados para a temática História das Instituições Educacionais (HIE), campo da História da Educação. O propósito foi trazer a lume a criação, instalação, perfil de funcionamento, enfim, a história da instituição educativa.

A Escola Franciscana Imaculada Conceição é um colégio confessional católico, dirigido por freiras franciscanas, surgido no ano de 1955, na região de Dourados, ao Sul do Mato Grosso (uno)⁶. O caráter funcional dessa instituição escolar católica se assentava nos preceitos básicos educacionais legalmente exigidos na época e princípios religiosos franciscanos, como a fraternidade e o cultivo espiritual.

O propósito básico do trabalho foi responder uma questão-problema central: Qual a contribuição das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, através da Escola Imaculada Conceição, no processo educacional e de construção da identidade histórica da cidade de Dourados-MS, no período de 1955 a 1975?

O ano de 1955 marca a data de fundação da instituição, por meio da Ata número 01 de 01/03/1955. Por sua vez, delimitamos 1975 em função das mudanças significativas ocorridas no processo educacional brasileiro (LDB de 1961 e sua reformulação em 1971), as quais incidiram no cotidiano e na escrituração escolar da referida instituição, como apresentar mudança em sua nomenclatura.

De 1955 até 1961, registrou-se como nome da escola “Instituto Educacional de Dourados”, momento em que ocorreu a consolidação dos Institutos de Educação desde o ano de 1932, graças ao Manifesto dos Educadores no mesmo ano. A criação dos Institutos veio ampliar as finalidades da Escola Normal que, além da formação de professores primários, envolveu o próprio curso primário e pré-primário, destinado às práticas dos alunos-mestres, além do secundário e dos cursos de extensão ou de aperfeiçoamento para professores já formados.

De 1962 até 1979, a Instituição passou a se apresentar como “Colégio Imaculada Conceição”. De acordo com a Reforma Gustavo Capanema⁷, em vigor nos anos de 1942

⁶ Por desmembramento do antigo Estado de Mato Grosso, localizado na região Centro Oeste do Brasil, o atual Estado de Mato Grosso do Sul foi criado por meio da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977 e foi implantado em 1º de janeiro de 1979 (BRASIL, 1977). Utilizamos no texto “*sul do Mato Grosso – uno*”, referindo-se, hoje, ao estado de Mato Grosso do Sul, devido ao fato de o recorte temporal da pesquisa abarcar o ano de 1955 até 1971, período anterior à divisão territorial Estado.

⁷ Reforma Capanema foi o nome dado às transformações projetadas no sistema educacional brasileiro em 1942, durante a Era Vargas (1930-1945), liderada pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, que ficou conhecido pelas grandes reformas que promoveu, dentre elas, a do ensino secundário e o grande projeto da reforma universitária, que resultou na criação da Universidade do Brasil, hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

a 1961, os estabelecimentos de ensino denominados “Ginásio” eram aqueles que ministrassem o curso ginásial; por conseguinte, eram chamados de “Colégio” aqueles que dispunham os dois cursos: o Científico e o Clássico. Encontramos também reflexos das legislações na organização curricular e nos registros de ações de cunho cívico-patriótico, constitutivas das legislações escolares dessa época, característicos das políticas de reconstrução nacional pela educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), regularizou o sistema de ensino no país. Antes de sua homologação, em dezembro de 1961, a educação brasileira era somente citada na Constituição de 1934. Dessa forma, a LDB de 1961 representou um grande avanço para o ensino nacional – isto, há de se enfatizar, após 13 anos de debate até o momento em que o seu texto final fosse finalmente sancionado pelo então presidente João Goulart e quase 30 anos após ter sido prevista pela Constituição de 1934. Organizada em 120 artigos, essa foi a primeira legislação criada somente para regularizar o sistema de ensino do país, ao tratar de aspectos como regulamentação de conselhos estaduais de educação, formação mínima exigida para professores e ensino religioso facultativo.

Depois, durante o regime militar, em 1971, no governo do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) aconteceu modificações nos aspectos deste documento (reformulação da LDB), dentre os quais, destaca-se a prevalência do ensino tecnicista, dentro do atual “Ensino Médio”, no qual eram formados profissionais em nível médio (técnico). Sobre esse assunto, observou Rosa Fátima de Souza (2008, p. 266) que “[...] a própria origem da Lei 5.692/71 é denotativa do modo como os governos militares atuaram em relação a educação [...]”. A reforma de ensino, através da Lei 5.692/71, impactou profundamente o funcionamento das escolas, como também na organização didático-pedagógica do ensino elementar e médio brasileiro.

A Escola Franciscana Imaculada Conceição atendia, no arco temporal que elegemos para análise (1955-1975), o Jardim de Infância, o Curso Primário e o Curso Secundário, o que a caracterizava como a primeira escola de Curso Normal do município de Dourados.

As análises sobre a referida instituição educativa envolveram o movimento do “franciscanismo” e sua Missão no Mato Grosso, em decorrência da expansão do comissariado franciscano, iniciado através da inauguração do Comissariado do Provincial

de Mato Grosso, em 15 de outubro de 1938, visto como novo campo de atividade missionária.

Com a demanda múltipla do serviço paroquial nos anos que se seguiram, os freis franciscanos recorreram às Irmãs para atender as escolas em todas as paróquias confiadas ao Comissariado: “Os Franciscanos compreenderam a necessidade e a vantagem de escolas católicas. Só assim poderiam formar uma nova geração, mais entrosada na vida da Igreja e na prática da religião” (KNOB, 1988, p. 73). Segundo os freis, “O povo esperava dos missionários não só o cuidado das almas, mas principalmente – e muitas vezes em primeiro lugar – a fundação e direção de escolas” (KNOB, 1988, p. 73).

Nesse contexto, a Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, oriundas da Província do Rio Grande do Sul, dirigiram-se para o sul de Mato Grosso, a partir de 1954, com o objetivo de trazer a escola confessional católica para a cidade. Em 1955, criaram o “Instituto Educacional de Dourados” e assumiram a instituição ainda denominada “Patronato de Menores São Francisco”, dirigida pelos freis franciscanos, chegados na década de 1930. No ano seguinte, em 1956, as Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã abriram uma filial, o “Patronato de Menores Santo Antônio” que anos depois transformou-se em Educandário⁸, e em 1959 iniciaram a primeira Escola Normal do município de Dourados-MT, aliado à construção do prédio próprio, que viria a ser a sede do “Instituto Educacional de Dourados”, cujo atendimento escolar alterou o capital cultural (patrimônio cultural ou social)⁹ da região, sendo este um aspecto importante que nos propomos demonstrar nesta investigação.

As indagações abarcam as seguintes questões pontuais: Porque a congregação das Irmãs Franciscanas decidiu abrir uma escola no sul de Mato Grosso? Como se concretizaram essas ações? Que etapas do ensino eram ofertadas? Como e por que implantar o curso de formação de professores (curso normal)? Como era promovido este atendimento? Quem eram os sujeitos que ali estudavam? Quem eram seus professores? E suas famílias? Este conjunto de questionamentos tem caráter interligado. A busca de

⁸ O Educandário Santo Antônio funcionou até o ano de 1983 como escola filial do Colégio Imaculada Conceição, atual Escola Franciscana Imaculada Conceição.

⁹ Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002), que detectou mecanismos de conservação e reprodução em todas as áreas da atividade humana, entre elas, o sistema educacional; a escola é um espaço de reprodução de estruturas sociais e de transferência de capitais de uma geração para outra. É nela que o legado econômico da família se transforma em capital cultural. E este, segundo o sociólogo, está diretamente relacionado ao desempenho dos alunos na sala de aula.

informações acerca das principais indagações foi feita em acervos do Arquivo Público mato-grossense e na imprensa local.

Os dados obtidos foram compilados os mais importantes e, posteriormente, passamos ao procedimento hermenêutico dos eventos históricos, envolvendo a vida material, as relações sociais (internas e externas), os valores, o princípio e a cultura institucional. Estas interpretações se pautaram nas categorias de análise explicitadas, com a consideração, em especial, das relações reflexivas entre o particular – a Escola Franciscana Imaculada Conceição, ou simplesmente “Imaculada”, situado na cidade de Dourados – e o geral, o universo histórico-escolar e social do país, durante o Brasil Republicano pós II Guerra Mundial (1939-1945), com destaque para as décadas de 1950-1970.

Ao abordar o surgimento e funcionamento da Escola Franciscana Imaculada Conceição, bem como sua dinâmica em ser a primeira escola a instituir o Curso Normal, que marcou o início da educação para a formação de professores no município de Dourados-MS, buscamos explicações sobre a história da educação regional decorrente da cultura escolar confessional ali instalada e construída.

Formulou-se a hipótese de que o ideário educativo das Irmãs Franciscanas, mantido e atuante até os dias de hoje, sedimentou-se e ganhou credibilidade na comunidade local graças ao propósito da missão em promover a expansão da Igreja Católica através da ação social e da educação escolar. Este propósito se ancorava nos princípios disseminados pela fundadora da congregação, que se traduziam nas expressões “Paz e Bem” e “Deus Cuida – Deus Proverá”. Ou seja, a missão das Irmãs Franciscana na região da Grande Dourados vislumbrou a formação educacional e a formação “para a vida”, com atividades e premissas pautadas na disseminação do ensino confessional e com ideais de fraternidade. O campo educacional acaba por ser o espaço privilegiado e eficiente de evangelização, além de garantir a presença católica na sociedade.

Das considerações delineadas a partir da construção de hipóteses, traçamos os objetivos (geral e específicos). O objetivo geral foi analisar a história, o perfil de funcionamento e a relação da Escola Franciscana Imaculada Conceição, enquanto instituição educacional, com a cidade de Dourados, entre as décadas de 1955 e 1975.

No campo da História da Educação, pesquisadores dos programas de pós-graduação *stricto sensu* têm se esforçado para promover o alargamento qualitativo das produções historiográficas, com destaque para os estudos acerca das instituições

educativas. Para Justino Magalhães (2004), essa exigência está relacionada às questões que tangem à renovação do fazer histórico que se processou no século XX:

No âmbito da Nova História (um movimento renovador da historiografia européia [sic] que marcou as décadas de 70 e 80 do século XX), a história da educação aberta à interdisciplinaridade, associada à sociologia, tendeu a evoluir de uma história institucional (centrada na educação como sistema, como instituição) para uma história problema aberta às relações da educação e das instituições educativas, na sua diversidade sociocultural e pedagógica, com a sociedade, pelo que a historiografia apresenta uma panóplia de conceitos e temas inovadores. (MAGALHÃES, 2004, p. 91).

A proposta de uma investigação centrada na valorização dos aspectos socioculturais das instituições educativas e com enfoque interdisciplinar, resultou na inovação da concepção de história institucional e do aparato metodológico utilizado para esse fim.

Magda Sarat e Ana Paula Mancini (2007) destacam em seus estudos, “História e memória da educação: instituições escolares e infância no município de Dourados e região – 1940-1990”, seis instituições no município de Dourados e seu entorno, dentre as quais está a Escola Franciscana Imaculada Conceição. A pesquisa dessas estudiosas evidenciou a carência de investigações sobre as instituições educativas na região, além disso, as autoras acreditam que dispor pesquisa nesse campo pode contribuir e preservar a memória dos agentes sociais e políticos envolvidos, como também, garantir visibilidade ao município por meio da compreensão de seus processos educativos e da própria sociedade em seus distintos períodos históricos.

Maria Brazil e Alessandra Furtado, no artigo “Instituições escolares em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: primeiros apontamentos sobre a produção historiográfica nos séculos XX e XXI”, que faz parte da obra coletiva *Fontes e métodos em história da educação* (2010); também registraram a tímida produção historiográfica (monografias e dissertações, teses, artigos e livros) dedicados à História das Instituições Educacionais. Nesse trabalho, Brazil e Furtado cotejaram os principais estudos historiográficos em suas características e possibilidades realizados por Programas de Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Sendo esta carência de estudos científicos e o silenciamento em torno do tema o motivo pelo qual despertou em nós o interesse em eleger a Escola Franciscana Imaculada Conceição como objeto de pesquisa.

A pesquisa histórica sobre a referida instituição atende não só ao prazer pessoal, ou vaidade acadêmica, mas principalmente pelo inegável alcance social que advir daí. A revisão de literatura voltada para história da educação no sul de Mato Grosso revelou a relevância sociocultural e a viabilidade de investigação, explicada pela abundância de materiais empíricos disponíveis nos acervos locais e regionais. Entretanto, esse mesmo levantamento de material produzido em torno da temática evidenciou as enormes lacunas e silenciamentos acerca da história das instituições educativas.

Encaramos a dinâmica investigativa sobre Instituições Educativas como um campo científico de indiscutível importância e, hoje, a comunidade historiadora reconhece a contribuição desse campo que, como os demais domínios da história, impõe observações criteriosas, conforme sinaliza Magalhães (2005):

A história de uma instituição educativa não constitui uma abordagem descritiva ou justificativa da aplicação de uma determinada política educativa, como também se não confina à relação das instituições com o seu meio envolvente. [...] A revisão do conceito de 'história institucional' envolve um alargamento e uma complexificação da monografia historiográfica, designadamente através da centralização do processo historiográfico na relação das instituições educativas com o meio sociocultural envolvente, associando de forma integrativa e dialéctica a descrição/caracterização dos públicos ao questionamento e à (re) construção das representações simbólicas das práticas e dos ideários educativos que marcam e constituem a sua identidade histórica. É um processo que não se confina à investigação propriamente dita, mas envolve uma intervenção fundamental na preservação, na inventariação e na informação sobre os espólios, as memórias e os fundos arquivísticos e documentais. É uma revisão teórico-conceptual e metodológica mas envolve um regresso criterioso aos arquivos (MAGALHÃES, 2005, p. 102).

Nas trilhas teóricas abertas por Magalhães (2005, p. 102), vimos necessidade de observar o contexto sociocultural no qual se insere a instituição educativa que elegemos para estudar. O exame dos elementos que envolvem a História das Instituições Educativas implica em perceber suas complexidades no que se refere aos aspectos específicos, tais como: o espaço, o tempo, o fazer pedagógico e a organização. Estes são aspectos que se relacionam entre si, os quais desempenham diferentes papéis e representações, além de atuarem como suporte de sustentação para projetos institucionais futuros.

Quanto às categorias de análise fundamentais utilizadas em pesquisa sobre a HIE, Magalhães (2004), elenca as seguintes:

- o espaço (local/lugar, edifício, topografia); o tempo (calendário, horário, agenda antropológica);
- o currículo, numa acepção estreita (centrada nas disciplinas escolares, que resulta de uma justaposição de categorias analíticas e objetos instituintes da realidade escolar – matérias lecionadas, métodos, tempos, etc.), ou numa acepção transversal à cultura e à realidade escolares (visão sintética de influência anglo-saxônica e norte-americana), que não deixam de ser, em qualquer dessas acepções, uma racionalidade das práticas pedagógicas e didáticas, no quadro da instituição educativa;
- os manuais escolares, sua produção e apropriação;
- os professores, acesso profissionalização, organização, formação, mobilização, por um lado, suas histórias de vida, itinerários, expectativas, decisões, compensações, representações, espaços de liberdade, por outros;
- públicos, culturas, formas de estimulação e resistências;
- dimensões didático-pedagógicas, aprendizagens, níveis da apropriação, transferências da cultura escolar, escolarização, alfabetização (MAGALHÃES, 2004, p. 120-121).

Ancoradas nas categorias de análises elencadas por Magalhães (2004), procuramos organizar roteiros e procedimentos investigativos com o fito de alcançar os vários agentes e processos envolvidos na dinâmica da instituição educativa investigada.

Realizado o exercício metodológico de levantamento e elaboração do estado do conhecimento, passamos para o novo passo do processo investigativo que foi se voltar para o cotejamento das fontes históricas. Para esse trabalho, apoiamos-nos no percurso sobre cultura escolar metodológico de Marilena Camargo, delineado no livro *Coisas Velhas: Um percurso de investigação (1928-1958)*, de Marilena A. Jorge Guedes de Camargo (2000).

Camargo buscou nos documentos e na memória a análise da cultura escolar e das práticas escolares desenvolvidas pelo Instituto “Joaquim Ribeiro”, na cidade de Rio Claro, durante as décadas de 1930, 1940 e 1950. Outro objetivo da autora foi discutir as práticas que conferiram o perfil institucional nas décadas mencionadas. Camargo mencionou seus procedimentos no tratamento das fontes, as formas de abordagens, o trato com os documentos, a construção da escrita. A autora registrou a dificuldade em “descobrir” guardiões de materiais escolares utilizados no passado. Poucos agentes sociais, como alunos, professores, familiares, entre outros, dificilmente mantêm seus “baús’ de recordações escolares”; muito menos guardam ou conservam “coisas velhas”

como livros antigos, revistas de época, fotografias, diários, jornais, cadernos, boletins escolares e registros institucionais, entre outras fontes históricas.

Ao explorar a obra, tamanha foi a identificação com o trabalho da autora, afinal, como no caso deste trabalho investigativo, Camargo foi aluna da instituição a qual elegeu como objeto de estudo, o Instituto “Joaquim Ribeiro”, localizado em Rio Claro – SP e teve que se manter distanciada o quanto lhe foi possível para que pudesse ser imparcial em suas investigações – sendo este também o maior desafio enfrentado por nós.

Sobre a condução da pesquisa, a autora relata que “[...] a situação era difícil: tratava-se de falar dessas ‘coisas velhas’, tomando-as como sobras de práticas passadas e dando-lhes um sentido não coincidente com aquele que eu lhe emprestara no passado, como ex-aluna do Ribeiro” (2000, p.11). No entanto, foi possível encontrar em sua obra todo o seu encantamento pela escola que estudou e ora pesquisou. Isso nos permitiu considerar esta obra um roteiro de análise de categorias da instituição escolar.

Na busca de mananciais que pudessem abastecer os desejos e anseios da pesquisa, mergulhamos no percurso investigativo. Começamos pelo Centro de Documentação (CDR), da Universidade Federal da Grande Dourados, através da seleção de Jornais *O Progresso*, como também pesquisa nos arquivos da coleção da Delegacia Regional de Ensino de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (DRE).

Em seguida, exploramos o acervo da própria Escola Imaculada, fundada em primeiro de março de 1955, objeto de nossa pesquisa. Uma gama de materiais produzidos pela instituição nos foi disponibilizada, como Atas de ocorrências da escola, Atas de reuniões com professores, Atas de centro cívico, Livros de Registros de visitas, Livros de Registros de matrículas, Livros de Registros de notas escolares, Livros de Registros de professores, Regimento Escolar, Relatórios do curso normal, entre outros. São materiais que se encontram armazenados na Secretaria da Escola e estão carentes de catalogação e de melhor classificação. Encontramos também, um acervo iconográfico datado de 1955 a 1972, com fotos de momentos diversificados da história da Escola. Além disso, tivemos alguns contatos com as Crônicas manuscritas da Escola, realizadas por pelas Irmãs desde a chegada em 1955, em Dourados, porém, não foi possibilitado acesso pleno, e sim, foram realizadas leituras de alguns fragmentos e posterior depoimento da Irmã responsável pela guarda desse documento.

Tivemos acesso também na Biblioteca da Escola Imaculada ao livro *Madre Madalena e sua congregação: Irmã Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã*

(COOLS; WINPERSEE, 1966); e à obra *A Missão Franciscana do Mato Grosso*, de Frei Pedro Knob (1988). Obras com teor memorialístico sobre a trajetória das Irmãs Franciscana da Penitência e Caridade Cristã e da Missão Franciscana no Mato Grosso.

Realizamos uma viagem ao Convento São Francisco, sede das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, em Santa Maria – RS. Lá visitamos a Biblioteca e o Museu Histórico das Irmãs Franciscanas (MHIF), localizado nas dependências do próprio Convento. O museu retrata a história das Irmãs. A representação do acervo foi organizada obedecendo a seguinte classificação: “Origem e espiritualidade”, “Vida e Costumes”, “Imagens Sacras, Materialidade da Missão e Objetos Litúrgicos”. Durante a visita ao museu, foi possível identificar parte dos resquícios do cotidiano religioso, pastoral, educacional e o trabalho com a saúde (hospitais) realizado pelas Irmãs Franciscanas ao longo da história.

Tivemos também acesso a fontes históricas memorialistas sobre a chegada das Irmãs ao Brasil, mais especificamente, no Rio Grande do Sul, em 1872. Nesse momento de aproximação com os elementos de nosso objeto de pesquisa foi possível também entrevistar as religiosas que fizeram parte da história da Escola Imaculada em Dourados, como alunas e professoras, além de coletar fotos e identificar as características dos objetos da cultura material e escolar daquele tempo.

Em Dourados – MS, visitamos a Biblioteca Frei Hugolino Becker, na Cúria Diocesana de Dourados, e tivemos contato com o Livro Tombo da Catedral Imaculada Conceição. O acesso ao Livro Tombo da Catedral e à Crônica manuscrita das Irmãs pode ser considerado um “achado”, como diria Marc Bloch; de um historiador faminto de história, de história de homens dentro da história. Esses acervos estão muito bem guardados pelos religiosos. Todavia, cabe aos estudiosos das instituições educativas apreender os agentes que ali se movimentaram, no âmbito interno e externo (na sociedade e no tempo). Durante este contato com a instituição, os agentes religiosos se mostraram ressentidos com alguns historiadores que, só os querem para fazer mal-uso e difamar a Igreja. Talvez seja este um dos motivos pelos quais há dificuldade de acesso a essas fontes.

Lançamos mãos de depoimentos orais com ex-alunas(os) da instituição, hoje, professoras aposentadas. A esse respeito, Alberti (1990) apresenta:

[...] a riqueza inesgotável do depoimento oral em si mesmo, como fonte não apenas informativa, mas, sobretudo, como instrumento de

compreensão mais ampla e globalizante do significado da ação humana; de suas relações com a sociedade organizada, com as redes de sociabilidade, com o poder e o contrapoder existentes, e com os processos macroculturais que constituem o ambiente dentro do qual se movem os atores e os personagens deste grande drama ininterrupto – sempre mal decifrado – que é a História Humana (ALBERTINI, 1990, p. 8).

As contribuições da História Oral fizeram parte desse processo investigativo na coleta de depoimentos e serviram de instrumentos não apenas informativos, mas de ajuda na compreensão de contextos que são componentes da história da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Alguns depoimentos foram coletados com pessoas que vieram da instituição de formação de professores – Escola Normal Instituto Educacional de Dourados, atual Escola Franciscana Imaculada Conceição. Outros depoimentos arrolados são de freiras octogenárias, que atuaram no quadro das primeiras professoras da Escola Patronato de Menores, ainda presentes na instituição. Uma dessas freiras nos contou sua trajetória de vida vocacional, missionária e docente.

Esses são depoimentos que oferecem enormes contribuições, pois vão desde a disponibilização de materiais iconográficos, passam por documentos privados e alcançam os Relatórios do Curso Normal (1959-1963), as Crônicas da Escola Santo Antônio de Itaporã (1958-1972), as Crônicas da Escola Imaculada Conceição a partir da chegada das Irmãs em Dourados, entre outros materiais. Nestes materiais constam a solenidade de instalação da obra, o cotidiano das práticas educativas e o destaque dado ao prestígio da instituição que era traduzido nos eventos, desfiles, apresentação pública dos alunos e nos uniformes.

Com a escola dos *Annales* (1929), movimento organizado por Lucien Febvre e Marc Bloch em torno do periódico francês *Annales d'histoire économique et sociale* (Anais de história econômica e social), cujos principais objetivos consistiam no combate ao positivismo histórico e no desenvolvimento de um tipo de História que levasse em consideração o acréscimo de novas fontes à pesquisa histórica e realizasse um novo tipo de abordagem, houve uma ampliação do que entendemos por documentos históricos. Nesse sentido, a partir dos *Annales*, o olhar sobre o conhecimento histórico, muitas vezes, passou a se dar por vestígios ou indícios e, por conseguinte, dilatou-se as possibilidades do documento como fonte.

Falar em indícios, leva-nos a Carlo Ginzburg (1989). O historiador italiano ensina como tecer histórias a partir de dados pouco prováveis, como remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente (Cf. GINZBURG, 1989, p. 152). Nesse sentido, os indícios podem desencadear novas descobertas ao historiador.

Para Bloch (2001, p. 79), “[...] tudo o que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele [...]”. Desta forma, os *Annales*, favoreceram o rompimento com o culto do documento oficial, enquanto único legitimador da pesquisa, e os historiadores, então, buscaram dados, pistas e informações em documentos até então não focalizados, os quais passaram a ser lidos e/ou problematizados, constituindo, dessa forma, novos conjuntos documentais, transformados em fontes históricas.

Nesse cenário, compreende-se que as fontes históricas possibilitam o conhecimento indireto do e sobre o passado. E assim aconteceu nosso mergulho no universo do passado através dos testemunhos orais, escritos e iconográficos, os ditos “documentos monumentos”. Sobre esse assunto, Henri-Irénée Marrou (S/D, p. 69-70), afirma:

É um documento toda fonte de informação de que o espírito do historiador sabe tirar qualquer coisa para o conhecimento do passado humano, encarado sob o ângulo da pergunta que lhe foi feita. É evidente que se torna impossível dizer onde começa e onde acaba o documento; a pouco e pouco, a noção dilata-se e acaba por abarcar textos, monumentos, observações de toda a ordem.

Entendemos a importância de o historiador elencar categorias de análise sistematizadas, com indagações pertinentes e cruzamentos de informações, para assim melhor se aproximar do conhecimento do passado e, desse modo, transformar o documento em fonte.

A esse respeito, Jacques Le Goff teceu as seguintes considerações:

A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental, e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 2003, p. 536)

Um dos principais exercícios do historiador no trato metodológico com os documentos perpassa pelo caminho da indagação e da crítica. Como e por que foi constituído? Afinal, esse instrumento é produto de uma sociedade que o fabricou.

Uma seleção documental não é uma operação puramente mecânica e o talento do investigador encontra aí uma ocasião para se exercitar. A esse respeito, Le Goff (2003, p. 538) destaca que:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.

Comprendemos que as reflexões sobre o exercício metodológico de análise documental evidenciaram a necessidade de aprender a conhecer a existência, a natureza e as condições de utilização das diversas categorias de fontes históricas. Lidar com os documentos encontrados de forma segura e consciente necessitou da adoção de algumas questões básicas no contato com os documentos. Dessa forma, compreende-se que:

O contato com um texto escrito e a sua leitura deve suscitar, de imediato, algumas questões essenciais para uma primeira aproximação do documento e sua classificação inicial, a saber: qual *a forma material* que o mesmo apresenta; qual *o conteúdo* que disponibiliza para a pesquisa; e quais *seus objetivos* ou os propósitos de quem o elaborou e de quem o lê e/ou o interpreta. Das respostas encontradas, depende o uso de um documento como fonte de pesquisa histórica. [...] Definindo quanto a sua forma material, cabe ao pesquisador precisar o conteúdo do documento, isto é, estabelecer aquilo de que ele se ocupa, ou o seu assunto e a sua relevância para o estudo em andamento (SAMARA; TUPY, 2007, p. 70-71, grifos do autor).

E assim, a partir das fontes arroladas e dos recursos teórico-metodológicos, ampliamos processualmente o trabalho investigativo, ancorado em reflexões teóricas pertinentes, sem ter a pretensão de esgotar as possibilidades de busca e interpretação.

Nesse caminhar, realizamos o levantamento das seguintes bibliografias históricas: *A Missão Franciscana em Mato Grosso*, livro produzido por Pedro Knob (1988), um missionário da Ordem Franciscana; a dissertação de mestrado *Uma proposta educativa na Cosmovisão Franciscana para o mundo atual*, de Iraní Rupolo (1998);

Pedagogia Franciscana: Desenvolvimento e Perspectivas, de Roberto Zavaloni (2000); *Os Pioneiros Viajantes da ilusão*, da memorialista Maria Goretti Dal Bosco (1995). Além dos Cadernos de ex-alunas, contendo atividades de sala de aula do Instituto Educacional de Dourados; algumas matérias dos jornais *O Progresso* e o *Douradense*, no período correspondente aos anos de 1940 e 1950, que apontam as dinâmicas de relações estabelecidas com o social, a política, a economia e com outras instituições da Ordem Franciscana, no cenário educacional de Dourados-MT. O acervo desse periódico se encontra no Centro de Documentação Regional (CDR), da UFGD.

Para subsidiar e organizar a versão deste trabalho, buscamos teses e dissertações, livros e publicações. A leitura de *A educação católica no Brasil: Passado, Presente, Futuro*, de Laércio Dias Moraes de Moura (2000); *O pêndulo da história: Tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)*, de Ivan A. Manoel (2004); *Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica*, de José Carlos Souza Araújo (1986) e *Histórias das ideias pedagógicas no Brasil*, de Demerval Saviani (2007) nos auxiliaram no entendimento do movimento do catolicismo no Brasil. Pois compreendemos que, dar historicidade a Escola Franciscana Imaculada Conceição, atende a anseios subjetivos e objetivos, um deles é explorar o “franciscanismo” e sua atuação na educação.

A propósito do “franciscanismo”, Jacques Le Goff (2001, p. 124-125), historiador medievalista, em sua obra *São Francisco de Assis*, destaca que:

O franciscanismo foi um grande movimento religioso que, mais do que as outras ordens mendicantes, marcou, impregnou o conjunto da sociedade cristã no século XIII, século em que nasceu. Utilizou métodos novos de apostolado. Rompendo com o isolamento do monarquismo, anterior, despachou seus membros pela estrada, mas sobretudo os mantinha nas cidades, então em plena aceleração de desenvolvimento, no coração da sociedade. Seu sucesso teve repercussão em todos os meios. São Francisco de Assis, seu fundador, contribuiu, por sua personalidade histórica e lendária, para assegurar o essencial desse sucesso. Suas obras e seus primeiros biógrafos constituíram o essencial arsenal de que se serviram os Franciscanos para agir sobre a sociedade de seu tempo, pela palavra e pelo exemplo. Que é que este arsenal nos ensina então sobre a sociedade?

Le Goff, ao estudar o “franciscanismo”, instiga-nos e nos impulsiona a desvelar tanto a ação quanto a missão franciscana nos âmbitos da sociedade douradense, tendo como foco o campo educacional, através de uma instituição escolar confessional.

Com vistas a obter uma sustentação teórica, capaz de orientar o desenvolvimento da investigação, apoiamos-nos na Nova História Cultural (NHC), a qual nos ofereceu referencial teórico fundamental, com destaque para as análises sobre “capital cultural”, de Pierre Bourdieu (1998); a “representação”, de Roger Chartier (1990); o conceito de “estratégia” de Michel De Certeau (2007); a “história e memória”, de Jacques Le Goff (2003) e o estudo de “instituições escolares”, de Justino Magalhães (2004).

Os estudos sobre “A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira”, desenvolvidos por Luciano Faria Filho, Irlen Gonçalves, Diana Vidal e André Luiz Paulilo (2004), apresentam uma síntese das investigações sobre a cultura escolar, utilizadas no campo da História da Educação no Brasil, os quais apontam alguns desafios investigativos, sobretudo no que se refere aos aportes teórico-metodológicos.

No que tange a cultura escolar, apoiamos-nos também nos estudos de Dominique Julia (2001), ao tratar a “Cultura escolar como objeto histórico”. Entendemos, desse modo, o processo de estudo da cultura escolar enquanto um conjunto de normas, conhecimentos e práticas coordenadas, cujas finalidades variam segundo as épocas ou as finalidades – sejam elas econômicas, sociais, políticas, religiosas ou culturais.

Ao analisarmos os espaços educativos e a arquitetura escolar, encontramos em Antônio Viñao Frago e Agustín Escolano (1998, p. 27; 45) algumas reflexões que nos levaram a um melhor entendimento do significado e das dinâmicas desses locais. Os autores entendem que:

Os espaços educativos, como lugares que abrigam a liturgia acadêmica, estão dotados de significados e transmitem uma importante quantidade de estímulos, conteúdos e valores do chamado currículo oculto. [...] a arquitetura escolar pode ser vista como um programa educador, ou seja, um elemento do currículo invisível ou silencioso, ainda que ela seja, por si mesma, bem explícita ou manifesta [...].

Dessa forma, a trajetória interpretativa da realidade histórica e a cultura material escolar presente nos espaços escolares (objetos e artefatos), apresentam-se como “[...] vestígios da circulação de ideias pedagógicas [...] o que se preservou desta materialidade pode ser compreendido como [...] ‘ancoradouros para os indicadores’ da memória [...]” (SILVA; PETRY, 2012, p. 19). Estes vestígios, segundo esta reflexão, evidentemente, contribuem para que a instituição possa “instruir, educar, moralizar e civilizar”. Com a

investigação da cultura material, pode-se descortinar as relações sociais, os fatos e as práticas internas com reflexos das práticas externas.

Para discutir as questões culturais que envolveram a Escola Imaculada, buscamos algumas considerações teóricas de Pierre Bourdieu, sobretudo os três conceitos básicos interdependentes de sua obra, que são: campo, capital e *habitus*.

Campo é um espaço ou um sistema estruturado por distintas posições ocupadas por diferentes agentes, a fim de obter/monopolizar ou redefinir esse capital (material, social ou cultural). O *Capital*, por conseguinte, é um recurso, um patrimônio (social ou cultural) que determina diretamente modalidades de satisfação e ganhos de segurança e poder no campo. Na sequência, o *Habitus* é considerado por Bourdieu como uma segunda natureza, em parte autônoma, sendo que é histórica e presa ao meio. Recorremos aos pressupostos bourdieusianos no sentido de compreender a dinâmica e da interdependência acontecidas nas relações da sociedade e Igreja. Entendemos que, com o referencial teórico de Bourdieu, é possível refletir sobre os jogos de poder, as forças, as disputas, as tensões e as estratégias estabelecidos no campo missionário cristão no sul do Mato Grosso, no período de 1955 a 1975.

Por sua vez, Paolo Nosella e Ester Buffa (2006, p. 8) reiteram a necessidade de a pesquisa histórica das instituições escolares ter “[...] uma linha metodológica que descreve o particular, explicitando suas relações com o contexto econômico, político, social e cultural, dialeticamente relacionados”. Já Décio Gatti Junior (2002, p. 22), auxilia-nos no entendimento de que as pesquisas com instituições escolares apresentam possibilidades de uma “uma nova história da educação brasileira”, considerando as especificidades regionais, locais e institucionais.

Visando o alcance dos objetivos de nossa investigação, dividimos o trabalho em quatro capítulos. O primeiro capítulo foi destinado a abordagem da Igreja Católica Ultramontana, bem como a sua ação no campo da educação, especificamente, no ramo do “franciscanismo” e sua atuação na Educação no município de Dourados. No segundo capítulo nos dedicamos a entender o espaço escolar (arquitetura), localização, aspectos administrativos e curriculares. Na sequência, no terceiro capítulo, discorremos sobre as representações do espaço social: perfil dos agentes, hábitos, tradições, ritos e festas. E, por fim, no quarto capítulo, apresentamos a memória viva da educação Franciscana: docência e missão, com a trajetória de vida de duas religiosas atuantes na Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Com a proposição dessa pesquisa tivemos a ambição de desvelar a história da Escola Franciscana Imaculada Conceição, de modo a percorrer vestígios de sua trajetória, a buscar os principais atores desta construção histórica da região e a relação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã nas atividades educacionais regionais.

CAPÍTULO I

PARA ALÉM DAS MONTANHAS: CATOLICISMO E EDUCAÇÃO

Diante disso, quando dizemos que o Ultramontanismo foi uma política da Igreja, afirmamos na verdade, que muito mais do que um conjunto de teorias e de ações, ele foi uma intervenção, uma vontade da instituição católica de intervir no governo da polis para transformá-la efetivamente na Civitas Dei, e essa vontade de intervenção estava em consonância com as funções que a Igreja sempre se atribuiu e em harmonia com sua filosofia da história. Se a história humana é a história da sua salvação, cabe a Igreja, na qualidade de Mater et Magistra, e a mais ninguém, a tarefa de estabelecer os parâmetros do ordenamento social, de modo a não permitir que o Mal provoque a perdição definitiva do homem (MANOEL, 2004, p. 21).

O século XIX foi permeado por acirrados embates entre a política liberal e as lideranças da Igreja Católica, em contexto mundial. De um lado, os apoiadores do pensamento Católico propunham a manutenção de um poder papal forte. De outro, os defensores do poder político estatal fixavam ideias de um poder fundamentado em indivíduos livres dos liames da religião. Dessa forma, neste cenário estava posto os defensores do Catolicismo Romanizado (ou Ultramontanismo) e os defensores do Liberalismo.

Posto isso, objetiva-se discutir neste capítulo questões relativas às ideias liberais e ultramontanas, como também, investigar as suas implicações para o campo educacional do século XIX e início do século XX. Pretende-se contextualizar a chegada e expansão das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã no Brasil, considerando que a articulação entre as ideias liberais e ultramontanas foram fatores determinantes para a instalação e expansão dessa congregação nos espaços educativos no Brasil, até atingir o Sul do Mato Grosso na década de 1950.

1.1 Considerações iniciais: Igreja Católica, Política e Educação

A Igreja Católica desenvolveu durante o século XIX e primeira metade do século XX um amplo programa doutrinário e político com vistas a condenação do mundo moderno (doutrina liberal democrática, laicização do Estado). Sua finalidade era estabelecer a recuperação de um lugar protagonista na sociedade, onde sua doutrina seria o centro de referência e equilíbrio da sociedade. Conforme Manoel (2004, p. 45), “[a] rejeição católica à modernidade se explicou cabalmente nos escritos de papas como Gregório XVI, Pio IX, Leão XIII, Pio X, Pio XI e se realizou através de uma política em âmbito mundial, que a historiografia batizou de Ultramontanismo ou Romanização”.

O termo Ultramontano é originado do latim *ultramontanus*, que significa “ir além das montanhas”. Nessa perspectiva de “ir além”, a doutrina católica, sediada em Roma, representada pelo seu chefe maior o Papa, encontrou alternativas de se expandir mundo a fora.

Por conseguinte, o catolicismo romanizado ou ultramontano se refere àquele praticado entre 1800 e 1960, o qual era composto por um conjunto de atitudes teóricas e práticas, cujos eixos de sustentação eram:

1) reforço do tradicional magistério, incluindo-se a retomada do tomismo como única filosofia válida para o cristão e aceitável para a Igreja; 2) condenação à modernidade em seu conjunto (sociedade, economia, política, cultura); 3) centralização de todos os atos da Igreja em Roma, decretando-se para isso, a infalibilidade do Papa, no Concílio Vaticano I, em 1870, de modo a reforçar a hierarquia, onde o episcopado foi bastante valorizado, submetendo todo o laicado ao seu controle; 4) adoção do medievo como paradigma de organização social e econômica (MANOEL, 2004, p. 45).

Cabe destacar ainda que esse modelo de catolicismo tinha por finalidade recristianizar a sociedade, de forma que a Igreja se tornasse o equilíbrio mundial em face das ameaças do mundo moderno. Nessa perspectiva, pode-se dizer que se tratava de uma retomada da história humana como história da Salvação (modelo de Cristo Salvador), isto é, o intuito era sair do pecado e progredir em direção a condição de graça e Salvação. Observa-se assim que se tratava de uma política continuadora da tradição teocêntrica e teológica.

Considera-se um marco histórico, que simbolizou a entrada do cristianismo no Brasil, a celebração da primeira missa. A cerimônia religiosa ocorreu no dia 26 de abril de 1500, no litoral sul da Bahia, pelo Frei franciscano e posterior Bispo português Dom Henrique de Coimbra, que chegou ao Brasil na esquadra de Cabral.

Nesse período vigorava em Portugal uma estreita união entre Igreja e Estado, caracterizada pelo regime de padroado, pelo qual a Santa Sé¹⁰ outorgou à Coroa portuguesa certo grau de controle e poder sobre a Igreja nacional, tendo por objetivo dilatar o império e a fé. Assim, a partir dessa união, passou-se a vigorar o seguinte pensamento: aonde quer que se encontrassem seres humanos, um administrador cristão deveria estar presente para a conversão dos autóctones.

Dessa forma, sob a premissa do evangelista Marcos¹¹, onde se lê: “Ide por todo o mundo e pregai o evangelho a toda a criatura”, a Igreja utilizou-se de estruturas e grupos que compunham a sociedade para atingir seus objetivos ultramontanos. Movimento este que contribuiu para que a fé católica fosse incorporada ao Estado e para que o monarca passasse a ser considerado protetor da Igreja. Tudo isso combinado a um período no qual

¹⁰ Santa Sé (do latim *Sancta Sedes*) representa a pessoa e a função do Romano Pontífice (Igreja de Roma, o Vaticano).

¹¹ Na tradição Cristã, os Quatro Evangelistas: Mateus, Marcos, Lucas e João são os autores atribuídos à criação dos quatro evangelhos do Novo Testamento, os quais são: Evangelho segundo Mateus, Evangelho segundo Marcos, Evangelho segundo Lucas, Evangelho segundo João. São chamados de evangelistas por proclamar em seus livros a “boa nova”: vida e obra de Jesus (MARCOS, 16:15).

predominava uma sociedade constituída pela religiosidade com resquícios da ideologia medieval. Política e religião tinham um grande mediador: Deus. E, por conseguinte, esse era representado pelo Papa.

Nessa conjuntura, buscava-se tornar o homem não católico em um indivíduo cristão e civilizado. Foi neste momento que, no Brasil, iniciou-se os fundamentos do envolvimento da Igreja com a educação, conforme se observa em Moura (2000, p. 20):

Devemos lembrar que até o final do século XVI, o conceito atual de Estado não se havia imposto. A Igreja era então instituição dominante. Pelo padroado, a Igreja de Roma outorgava a administradores civis certo controle de uma Igreja local ou nacional, por apreço a seu zelo, sua dedicação e seus esforços para difundir a religião e como estímulo para futuras boas obras. É sob o padroado que a Igreja não só está ligada à descoberta e colonização do Brasil, como também assumirá o mister da educação.

Com o sistema do padroado, a Igreja encontrou formas de ampliar as obras de seu processo civilizatório. A escola não era o único lugar educativo, porém era uma instituição propícia a desenvolver um trabalho de formação do homem idealizado pelo Cristianismo católico.

José Carlo de Souza Araújo (1986, p. 48), ao estudar a mentalidade ideológica da Igreja no Brasil, discorreu sobre as duas concepções ocorrentes no período de 1890 a 1922: a Cristandade e a Sociedade Perfeita. A Cristandade foi elaborada na Idade Média, fruto da relação entre Igreja Católica e a sociedade europeia, período em que a Igreja e a Sociedade estiveram mais ajustadas. Já a Sociedade Perfeita foi fundamentada na visão elaborada no Concílio de Trento¹², entre 1545 e 1563, devido as marcas singulares da sociedade moderna. Esta emergiu engendrada em um período histórico no qual a Igreja necessitava se auto justificar e se defender de uma sociedade religiosamente dividida em virtude da Reforma Protestante¹³.

¹² O Concílio de Trento foi convocado pelo Papa Paulo III, em 1542, e durou entre 1545 e 1563. Teve este nome, pois foi realizado na cidade de Trento, região norte da Itália. O Concílio de Trento foi uma reação da Igreja Católica à Reforma Protestante, iniciada por Martinho Lutero na primeira metade do século XVI. Foi o 19º concílio ecumênico da Igreja.

¹³ Reforma Protestante foi a grande transformação religiosa da época moderna, pois rompeu a unidade do Cristianismo no Ocidente. Esse movimento reformista cristão, culminado no início do século XVI por Martinho Lutero, protestou contra diversos pontos da doutrina da Igreja Católica Romana, propondo uma reforma no catolicismo romano. Os princípios fundamentais da Reforma Protestante são conhecidos como os Cinco Solas.

Ao longo do período moderno se configurou uma nova concepção de pensamento, a qual se consolidou no século XIX: o saber e o poder político não emanariam mais de Deus e sim do homem. Para a Igreja Católica, esse racionalismo moderno e o seu antropocentrismo esqueceram-se de que o verdadeiro saber conduzia o homem ao entendimento da doutrina cristã, ou seja, ao conhecimento de Deus. E o conhecimento que conduzia somente ao avanço material era considerado um falso saber. Entretanto, a defesa da ampliação da educação aparecia tanto no discurso do Liberalismo quanto do Ultramontanismo.

Dessa forma, a moderna teoria do conhecimento intelectual, resultante da política liberal, acabou por penetrar no âmbito da pedagogia. E assim, como forma de atender aos seus princípios, exigiam-se transformações no sistema educacional, de modo a torná-lo leigo, público, gratuito e livre do controle doutrinário da Igreja. A partir disso, passava-se da pedagogia católica para a pedagogia moderna, conforme observa Manoel (2004, p. 48): “[...] a secularização do sistema educacional foi a solução encontrada, começando esse processo pela França pós-revolucionária”.

Todavia, para a Igreja Católica, a implicação do racionalismo moderno era o ateísmo e o comunismo, considerados os reais inimigos de Deus e da Igreja. Diante dessa perspectiva, na mesma obra, Manoel observa que “[...] a Igreja católica mobilizou teóricos leigos para elaborarem uma doutrina antimodernista, cujo eixo principal foi a demonstração de que a ideia de progresso que frequentava as filosofias racionalistas era uma falácia, um elemento da perdição humana” (p. 49).

O projeto ultramontano da Igreja Católica almejava combater as ideias do mundo moderno e permitir, assim, o aperfeiçoamento moral e espiritual do homem, a fim de levá-lo à eternidade. Dessa maneira, deu-se início a um processo civilizatório católico em contraponto aos ideais racionalistas modernos. Destarte, a questão política estava posta:

De um lado, os demiurgos da modernidade, para quem a Igreja Católica era uma sobrevivente reacionária da Idade Média. De outro, a Igreja Católica, que identificava a modernidade e seus construtores do mal, qualificando-os, portanto, como seus inimigos e inimigos da humanidade (MANOEL, 2004, p. 44).

Nesse campo de luta, a missão civilizatória católica elegeu suas estratégias por meio de atividades pastorais¹⁴ educativas doutrinárias, nas quais a educação escolar se apresentava como um espaço promissor de investimento da Igreja.

Com o Concílio de Trento, apresentou-se a preocupação com a ampliação da educação feminina, principalmente voltada para a doutrinação das mulheres. Neste contexto, as religiosas se tornaram necessárias e articuladoras para a expansão da doutrina católica, principalmente no seio familiar.

Segundo Nunes (2006, p. 492) – em seus estudos sobre “Freiras no Brasil” –, os bispos católicos, preocupados com o avanço do protestantismo e com a educação laica, decidiram investir fortemente na vinda de congregações religiosas femininas para o Brasil. Por isso, entre 1872 e 1920, cinquenta e oito congregações europeias se estabeleceram em terras brasileiras e se dedicaram principalmente ao trabalho em colégios, ao cuidado de doentes, de crianças em orfanatos e de velhos em asilos.

Assim, embora os liberais defensores do ensino laico tecessem suas críticas e reforçassem os possíveis prejuízos ao ensino ministrado pelas religiosas, o interesse da Igreja pelo campo educativo e o apoio do governo tornaram possíveis a sobrevivência das congregações femininas e suas escolas confessionais. Foi neste contexto que em 1872 chegaram ao Brasil as irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, aspecto o qual trataremos mais à frente.

As instituições educacionais católicas veiculavam uma educação fortemente conservadora, centrada no modelo familiar cristão tradicional. Quanto ao papel da mulher, este ficava difundido a partir da figura da Virgem Maria, considerado o simbolismo da virgem e mãe piedosa, o que favoreceu a normatização dos comportamentos femininos.

Quanto ao trabalho da diversidade de congregações no Brasil, Sangenis (2004) reforça em sua pesquisa, *Gênese do Pensamento Único em Educação: Franciscanismo e Jesuitismo na Educação Brasileira*, que a história da educação brasileira acabou por enfatizar o exclusivismo da atividade missionária/educacional da Companhia de Jesus, conduzida pelos jesuítas, a partir de sua chegada à Bahia em 1549 e marginalizou o protagonismo de “outras” Ordens Religiosas. Na cena educacional brasileira do período

¹⁴ Pastoral deriva de “pastor”, um elemento constante na simbologia bíblica. Deus é comparado ao pastor que possui autoridade e solicitude com suas ovelhas. Também Jesus Cristo é visto como o bom pastor no Evangelho de João. A ação pastoral católica é a ação da Igreja Católica no seu conjunto de atividades pelas quais realiza sua missão.

colonial, beneditinos, carmelitas, mercedários e os franciscanos são praticamente ignorados ou silenciados. O referido autor convida pesquisadores a buscar decifração dos enigmas contidos nos vazios da história educacional brasileira quanto a atuação de outras congregações católicas, e não somente do jesuitismo, as quais também compuseram e contribuíram historicamente.

Por sua vez, Moura (2000, p. 37) afirma que “Os franciscanos estiveram trabalhando no Brasil de forma intermitente, antes da chegada dos jesuítas em 1549” e ainda observa que no ano de “[...] 1580, chegaram ao Brasil duas ordens religiosas que se estabeleceram de modo definitivo: os beneditinos e os carmelitas”. Desta forma, permite-se compreender que havia um investimento ultramontano por meio do sistema do padroado, o qual favorecia a vinda de diversos religiosos para que constituíssem suas obras pastorais e educacionais no processo de colonização do Brasil.

Em 1549 chegaram em terras brasileiras os primeiros jesuítas sob o comando de seu superior, Manoel da Nóbrega; os quais foram responsáveis por iniciar a história da Companhia de Jesus no Brasil e por fundar um colégio, no qual iniciaram a catequese dos índios. Para tanto, utilizaram-se da instrução como mecanismo eficaz para seus trabalhos missionários.

Pela via da educação, a partir da construção de escolas, houve uma rápida expansão da Companhia de Jesus. Isto possibilitou a ela ir além, em comparação a outras congregações, as quais também atuavam no campo da educação.

A respeito das congregações religiosas instaladas no Brasil colonial, Saviani (2007, p. 41) destaca o diferencial de benefícios recebidos pelos jesuítas da Coroa portuguesa e retrata o trabalho das demais congregações, as quais operavam de forma intermitente, dispersa, sem apoio oficial. Tais congregações dispunham apenas de poucos recursos humanos e materiais somados, eventualmente, a ajudas das autoridades locais.

Conforme Moura (2000, p. 56), a educação católica no Brasil se confunde com a história da educação nacional, pois os únicos estabelecimentos de ensino que não pertenciam a algum organismo da Igreja eram a escola de arte e edificações militares, criada na Bahia em 1699. O ensino no Brasil até 1759 se concentrava quase que exclusivamente nas mãos dos padres da Companhia de Jesus, com raras exceções de algumas aulas de clérigos seculares em conventos franciscanos ou carmelitas.

A Coroa portuguesa, durante a segunda metade do século XVIII, sofreu influência dos princípios iluministas, isto é, um movimento intelectual e filosófico que

dominou o mundo das ideias na Europa durante o século XVIII, conhecido como “século das luzes”.

Sebastião José de Carvalho, mais conhecido como Marquês de Pombal, componente dos quadros ministeriais do governo de Dom José I, teve como grande preocupação modernizar a administração pública de seu país e ampliar ao máximo os lucros provenientes da exploração colonial, principalmente em relação à colônia brasileira. Dentre suas ações de plano interno, Marquês de Pombal resolveu retirar algumas atribuições do Conselho Ultramarino e o expulsou do Brasil, tendo por finalidade privar os jesuítas do controle sobre o sistema educacional e de suas missões neste país. Deste modo, ele instituiu uma reforma que desagradou muitos daqueles que viviam das regalias oferecidas pela Coroa portuguesa.

Com a reforma pombalina, abriu-se uma oportunidade a outras congregações atuarem no campo educacional, conforme observa Moura (2000, p. 64):

Com a expulsão dos jesuítas, outros membros da Igreja que já atuavam na educação no Brasil não só continuavam o seu trabalho, como assumiram novas tarefas, ao lado de outros novos elementos da Igreja, para suprir as carências provocadas por aquela medida tão drástica.

Para suprir a atuação dos jesuítas, além dos trabalhos de outras congregações, tais como beneditinos, carmelitas e franciscanos, instituiu-se o regime de aulas régias, as quais foram a primeira sistematização do ensino público e laico no Reino de Portugal. Com isso, a educação, que antes era quase toda em escolas confessionais, passou a ser ministrada nas escolas régias:

O ensino primário no fim do século XVII torna-se deplorável em todas as capitâneas do Brasil, na visão de Moreira de Azevedo. A par do número exíguo de escolas, as aulas eram dadas ‘por homens ignorantes. Não havia sistema nem mesmo para escolher os professores’ (MOURA, 2000, p. 70).

Nesse sentido, o cenário educacional, após a reforma pombalina, passou por adaptações e desafios na tentativa de reverter a educação confessional consolidada. Surgiram, assim, as aulas de disciplinas isoladas, sem planos sistemáticos de estudos e, ao lado disso, via-se como problemática as seleções de professores.

Cabe salientar, no entanto, que mesmo nesse novo regime, a Igreja continuou suas atividades educativas. Isto porque o Clero era considerado a classe mais culta da

sociedade, em consequência do fato de grande parte dos padres serem formados na Universidade de Coimbra. Assim sendo, muitos dos padres seculares trabalhavam para o ensino público e particular ou abriam escolas por iniciativa própria das congregações, os quais eram “[...] subvencionados pelo governo, alguns nomeados pelos próprios bispos [...]” (MOURA, 2000, p. 65).

Dessa forma, o poder político (partidários do pensamento liberal e do direito individual) e o religioso (defensores do pensamento ultramontano, partidários do pleno poder papal) continuaram suas defesas e conflitos que foram tomando formas diversas nos anos seguintes.

1.1.1 A Igreja e Educação no Brasil Republicano

Com a Proclamação da República (1889), parte da religião católica deixou de ser oficialmente reconhecida devido ao término do regime de padroado. A Constituição Imperial reconhecia a Religião Católica como base política, mas a Republicana não adotou este mesmo pensamento. Nesse sentido, “A República outorgou-lhes a liberdade, mas roubou-lhe a ‘proteção’ ” (ARAÚJO, 1986, p. 56).

Entretanto, a partir disso, possibilitou-se maior liberdade de ação, conforme afirma Moura (2000, p. 93):

Prova disso foi o argumento progressivo do número de circunscrições eclesiais (arqui-dioceses, dioceses, prelazias e prefeituras apostólicas) no Brasil de 1889 a 1930. De 1890 a 1900, as dioceses passaram de 12 para 19; de 1900 a 1910 de 19 para 41; de 1910 a 1920, de 31 para 59; e, de 1920 a 1930, de 59 para 88 dioceses. Outra consequência foi o aumento do constante número de novas congregações religiosas que vieram empenhadas no ideal de educação.

O processo expansionista da Igreja Católica foi significativo de 1889 a 1930 no Brasil. Isto possibilitou o surgimento de inúmeras instituições escolares confessionais, as quais nasceram graças a solicitações do bispado católico brasileiro às congregações internacionais. Estas instituições tomaram por missão principal atender aos objetivos do Ultramontanismo e a buscar pela Sociedade Perfeita, idealizada no Concílio de Trento. De modo a fazer frente a consolidação do ideário liberal, o qual promulgava como base o programa de educação pública, leiga e gratuita, sob a perspectiva de um conhecimento

visto como luz para o progresso brasileiro – tornando-se mais uma ameaça aos ideais da Igreja romana.

Como se nota, a Proclamação da República alterou profundamente as relações da Igreja com o Estado no Brasil, com repercussões significativas para o âmbito da educação. A Constituição de 1891 determinou o ensino leigo, o qual passou a ser ministrado em estabelecimentos públicos, sem a presença do ensino religioso. Isso porque, conforme justificativa oferecida, não caberia ao Estado esse ensino, mas sim ao lar, mais especificamente, tratava-se de uma ação que deveria ser orientada pela mãe de família ou em templos religiosos.

No ano anterior, 1890, pelo Decreto de Lei nº 481, permitiu aos particulares, no Distrito Federal, o exercício do ensino primário e secundário sob as condições de moralidade e higiene. Por sua vez, o Decreto de Lei nº 1036-A de 1890 retirou do currículo dos cursos jurídicos de Recife e São Paulo o direito eclesiástico, sob a justificativa de que Igreja e Estado estavam legalmente separados. Nesse sentido, conforme Frei Oscar de Figueiredo (s/d, apud MOURA, 2000, p. 98-99):

[...] era normal que o catolicismo montasse o seu esquema de escolas particulares, umas pagas, outras gratuitas, que atenderiam em larga escala às classes ou camadas intermediárias nas quais a Igreja apoiava[...] salvaguardaria a instrução e formação cristã da juventude, e mais ainda, a rede de estabelecimentos privados de ensino cobriria uma lacuna imensa, dada a precariedade e a insuficiência numérica dos institutos educacionais do governo.

As congregações masculinas e femininas, através do serviço educacional, atenderam a uma demanda de falta de escolas e desenvolveram a sua obra evangelizadora. Assim, o trabalho da Igreja no cenário educativo brasileiro aconteceu de forma exitosa.

Entre as suas várias ações, a Igreja e seus simpatizantes permeavam também os espaços legislativos e educacionais. Assim sendo, ela não se limitava ao estritamente religioso e acabou por se expandir por meio dos campos políticos, sociais, educacionais e culturais. Freitas e Bicas (2009, p. 99), na obra *História social da Educação no Brasil (1926-1996)*, apontam o evidente poder e influência política da alta hierarquia católica brasileira na República ainda recém-nascida e prova disso foi a Constituição de 16 de julho de 1934.

Segundo as autoras, não havia meio século de separação oficial entre Estado e Igreja Católica e, todavia, já se encontrava uma intensa articulação em torno de um

programa comum aos interesses católicos. Articulação esta que foi levada adiante em meados de 1932 e 1933 pela Liga Eleitoral Católica, a qual resultou na recolocação em pauta política assuntos sobre a associação entre os interesses de uma parte da Igreja com os da nação. Isso mostrou que na época o episcopado foi a fração intelectual católica mais preocupada com o conteúdo das práticas políticas.

Neste mesmo período nasce o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”¹⁵ impulsionado por intelectuais de prestígio, tais como o liberal Fernando de Azevedo e Tristão de Atayde que figurava como personagem política do catolicismo.

Sobre esse assunto, Freitas e Bicas comentam: “Esse tempo parece estar dividido entre poucos e bem definidos contendores: liberais signatários do Manifesto dos Pioneiros de um lado, Cardeais e grandes representantes de outro” (2009, p. 98). Dessa forma, o cenário posto representava a abrangência da força inegável de ambos os grupos do embate, isto é, “católicos *versus* liberais”.

A história da educação no Brasil contemplou a história dos processos sociais e a disputa entre ideias liberais e tradicionais. Essa composição, conseqüentemente, legitimou o lugar do Estado na configuração das Leis e diretrizes, bem como na concentração de responsabilidade governamental sobre os parâmetros para todos os aspectos da vida escolar brasileira, seja na escola pública seja na privada. Isso contribuiu para que a história da educação trouxesse em seu bojo avanços e retrocessos dos fundamentos políticos e culturais da escola republicana.

No que tange a legislação, de forma panorâmica, em 12 de janeiro do ano de 1937, oficializou-se a Lei nº 378, a qual regia sobre as conferências Nacionais de Educação e de Saúde, cujos conteúdos políticos já estavam delineados por Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde. Porém, a concretude desta Lei só aconteceu em 1941, quando suas diretrizes foram escritas por Lourenço Filho. A importância desta Lei se reverbera no modo como incidiu sobre a difusão, organização e elevação dos ensinamentos primário, normal e profissional e sobre a organização da juventude brasileira.

No período intitulado Estado Novo (1937 a 1946), o Brasil vivenciou um governo ditatorial sob o comando de Getúlio Vargas. Este governo era caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo.

¹⁵ Refere-se a um documento escrito por 26 educadores, em 1932, com o título “A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo”. Esse documento circulou em âmbito nacional, com a finalidade de oferecer diretrizes para uma política de educação.

Conseqüentemente, isto implicou em mudanças profundas para o sistema educacional brasileiro, conforme comentam Freitas e Bicas (2009):

[...] a política educacional configurou-se de forma autoritária e ‘uniformizante’. Para reforçar a bandeira do nacionalismo o governo implementou várias medidas junto ao sistema escolar primário e secundário. No sentido de propagar um sentimento de patriotismo e de valorização da nacionalidade, o currículo e as práticas escolares foram modificadas de modo que tais estratégias repercutiram diretamente no ensino moral, esta aberta à influência católica, do civismo da educação física, da história, da geografia brasileira, do canto orfeônico e até nas festividades que ecoavam as ações do Estado Novo (FREITAS; BICAS, 2009, p. 114-115).

Em busca de uma identidade nacional, criou-se um projeto político centralizador através das Leis Orgânicas de Ensino, tanto para a escola pública como privada, cujo objetivo era renovar hábitos e modernizar o povo brasileiro por meio da educação. Um aspecto relevante nesse percurso foi “[...] um impressionante mecanismo de seletividade e que manteve o ensino secundário como apanágio das ‘mentes condutoras’, o grande volume de realizações colocou em circulação registros caros ao simbolismo próprio do campo educacional” (FREITAS; BICAS, 2009, p. 117). Um desses mecanismos dos quais nos falam Freitas e Bicas é o estigma de estilo de educação, ou seja, havia uma nítida cisão entre a educação voltada para o trabalho e outra para as elites. Essa divisão do processo de ensino expressou profunda seletividade estrutural na sociedade brasileira.

As Leis Orgânicas do Ensino traziam para o âmbito do contexto escolar outras instâncias de intervenções intelectuais, morais e estéticas direcionadas a criança e ao jovem, sendo elas: Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942); Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942); Lei Orgânica do Ensino Comercial (1943); Lei Orgânica do Ensino Agrícola (1946); Lei Orgânica do Ensino Primário (1946); Lei Orgânica do Ensino Normal (1946).

Os efeitos dessas referidas leis, conforme Freitas e Bicas (2009, p. 118), “[...] perduraram por mais de duas décadas após o Estado Novo e, tragicamente, só se dissolveram quando algo ainda mais deletério se apresentou no processo que sucedeu ao golpe de estado de 1964”. Seus efeitos transpareceram na organização do currículo, do método, do espaço escolar, nas atividades de recreação, nas normas de vestimentas (uniformes) e na verificação do asseio dos estudantes.

Nesse processo a disciplinarização das condutas era tão importante quanto a transmissão de conhecimento. O controle do corpo e da alma dos estudantes era bem mais intenso nas escolas confessionais católicas, tanto masculinas quanto femininas. A disciplina era referendada com valores morais católicos. Nos internatos e colégios femininos, as alunas tinham aulas de etiquetas e comportamentos específicos às mulheres, considerados essenciais a boa formação de mães de famílias, as quais, por sua vez, compunham a formação da Sociedade Perfeita.

Na visão civilizatória da Igreja Católica, conforme Araújo (1986, p. 61):

A identificação entre religião e sociedade ou entre religião e pátria é integrante da Cristandade. [...] A unidade entre fé e nacionalidade é, por consequência, um aspecto importantíssimo para a autoafirmação da Cristandade. Os inimigos da religião são inimigos da Pátria e vice-versa.

Apesar de ser esta uma bandeira levantada no medievo, seus resquícios perduraram pelos séculos seguintes, de forma a se tornar uma nova oportunidade de a Igreja e o Estado se unirem em favor de benefícios conjuntos. Isto é, de um lado estava a Igreja em busca da Sociedade Perfeita, de outro, o Estado em busca da Ordem e do Progresso. Sobre essa junção de interesses, Araújo ainda comenta: “A formação do crente significa a formação patriota; pessoas bem integradas no espírito religioso estarão prontas ao apelo da pátria” (ARAÚJO, 1986, p. 73).

E, ainda nos guiando por esse pesquisador nessa mesma obra, torna-se possível observar que floresceu a reconciliação entre Igreja e Estado, conforme trecho:

A criação de prelazias no norte do Brasil no início do século XX, bem como a vinda de congregações religiosas para o Brasil em fins do século XIX e começo do XX, é vista como obra de civilização cristã, engrandecedora do Brasil, articulada e vivida sob o influxo da Religião (p. 74).

Assim estruturaram-se as mentalidades ideológicas da Igreja e do Estado e a Legislação educacional tornou-se um dos alicerces estratégicos dessa obra.

Rosa Fátima de Souza (2008, p. 186), ao retratar a *História do trabalho escolar e do currículo no século XX*, pontua as marcas deixadas pela Reforma Capanema (1940-1960) no ensino secundário. Tal processo consolidou um imaginário de excelência escolar cultivado nos ginásios e colégios. Com o fim do Estado Novo no Brasil em meados da

década de 1940 e com a chegada de seus anos subsequentes, foi possível acompanhar um enraizamento de experiências democráticas no âmbito da sociedade de massa e no plano social. Um desses exemplos se refere aos anos de 1950, quando se pode observar algumas mudanças de hábitos e de padrões de consumo, resultantes de um sentimento de entusiasmo pela modernização e pela sociedade urbana-industrial, que se manifestava entorno de uma ideologia nacional desenvolvimentista.

Nesse novo contexto, o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), foi o interprete da crença no progresso brasileiro. Diante de uma sociedade em transformação, o papel da escola passou a ser de ensinar a escrever e a falar bem, bem como, de valorizar bons autores da literatura, principalmente nacional, além de amar e exaltar a pátria.

Entretanto, em meados do século XX, as disputas em torno do currículo do ensino secundário estiveram no cerne das discussões. De um lado, a educação humanista considerava importante partir do conhecimento do homem com vistas a sua valorização, de outro, uma educação especialista, científica, profissional e técnica.

Fernando de Azevedo defendia um novo humanismo (político-educacional e pedagógico) para a educação secundária, àquele que harmonizasse ciências e letras: “O novo espírito humanístico fundamentava-se no conhecimento científico que era universal” (SOUZA, 2008, p. 215). Para Azevedo, a ciência era o veículo mais eficiente e poderoso para a transmissão do humanismo, este que é sempre um ponto de vista universal. Todavia, a ameaça posta a este pensamento de Azevedo residia na transformação do secundário em educação técnica para o trabalho.

As discussões sobre o currículo incidiram na composição das disciplinas, das quais, aquelas científicas teriam confirmado o seu lugar no ensino secundário com base na concepção geral ou de formação para o trabalho – essa era a realidade. Desse modo, os saberes selecionados para a escola secundária dos anos de 1950 apontavam para outra direção, na qual se observava o esvaziamento de um vasto repertório cultural.

Para Souza, nesse mesmo texto, “A escola básica configurada a partir dos anos 60 estaria mais em conformidade com as características do público escolar e da moderna sociedade industrial brasileira” (p. 224). Assim, a modernização dos currículos do ensino primário e secundário no Brasil deu início a partir dos anos 1960.

Após 13 anos de tramitação no Congresso, aconteceu em dezembro de 1961 a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 4.024, a

qual representou uma solução de compromisso entre as partes em disputa: escola pública e particular. Para Souza, em conformidade com a obra supracitada:

[...] a LDB assegurou a liberdade de ensino e afrouxou os mecanismos de controle das escolas privadas, facultando a subvenção da União às escolas particulares para compra, construção e reforma de prédios, compra de equipamentos e concessão de bolsas de estudo. Por outro lado, atendeu às reivindicações dos que a muito clamavam pela descentralização e flexibilidade na educação, conferindo aos estados competência para a organização de seus sistemas de ensino. [...] pela primeira vez, a União abria mão do forte controle que exercera sobre o ensino secundário desde o Império (SOUZA, 2008, p. 231).

A liberdade de ensino e o amenizar do controle sobre as escolas privadas demonstram, nesses pontos, que a referida Lei foi perfeitamente consentânea com a doutrina da Igreja Católica, em matéria de educação. A LDB 4.024/61 veio permitir às escolas maior autonomia em sua organização. Na Lei, a matrícula facultativa do ensino religioso foi mantida como disciplina constituinte do horário das escolas oficiais, ministradas sem ônus para os poderes públicos, conforme a confissão religiosa do estudante.

Um aspecto, transcorrido no final da década de 1950 e início da década de 1960, enfatizado por Freitas e Bicas (2009, p. 233) como especial “se refere às experiências populares de educação em todo o país. Algo realmente singular ocorreu na história social da educação”. Um exemplo disso é a iniciativa proveniente do encontro entre grande parte do episcopado brasileiro, em 1961, na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, no qual se deliberou sobre a criação do Movimento de Educação de Base (MEB), um tripé da escolarização, grupalização e animação popular. As autoras ainda destacam nessa mesma página que “Foi da efervescência dessas novas propostas de alfabetização de adultos que projetou Paulo Freire com um Sistema de Alfabetização”.

O MEB produziu vários materiais didáticos no intuito de apoiar as ações de alfabetização propostas na educação popular, “[...] imbuído da filosofia e pedagogia de Paulo Freire, concebia a educação como um processo de conscientização que tornasse possível a transformação das mentalidades e das estruturas” (FREITAS; BICAS, 2009, p. 242). O objetivo desse trabalho desempenhado pelo MEB era articular a alfabetização com a conscientização dos alunos.

Nesse mesmo período aconteceu o Concílio Vaticano II (1962-1965), cuja finalidade era modernizar a Igreja e atrair os cristãos afastados da religião. Foram

debatidos temas como os rituais da missa, os deveres de cada padre, a liberdade religiosa e a relação da Igreja com os fiéis e os costumes da época. O Concílio tocou em temas delicados sobre a compreensão da Igreja e sua presença no mundo moderno.

No que tange a Educação, Moura (2000, p. 154) ressalta a perfeita importância da escola: “Por isso que o Concílio não só afirma que a presença da Igreja se manifesta de modo particular por meio da escola católica”. O Concílio Vaticano II representou, assim, um esforço intenso da Igreja Católica, ou parte dela, para adequar-se ao mundo moderno. Isto porque, como se sabe, existia uma ala tradicional dentro dessa mesma instituição, a qual ainda conservava os ideais da Cristandade ou da Sociedade Perfeita.

Com o período da Ditadura Militar iniciado em 1964 no Brasil, “os movimentos de educação e culturas populares foram desmantelados e reprimidos, suas lideranças perseguidas, as ideias de transformação social foram silenciadas” (FREITAS; BICAS, 2009, p. 247). Em contraponto, no intuito de substituir as ações educacionais, o governo militar incentivou a criação da Cruzada de Ação Básica Cristã. Essa prática acabou por destruir os programas inspirados no método Paulo Freire. Houve críticas e oposições até mesmo da Igreja Católica, pelo fato da perda de espaço para a Igreja Protestante.

A lei 5.692, promulgada em 11 de agosto de 1971, foi um indício do modo como os governantes militares atuaram em relação a educação. O projeto de lei acabou por se conduzir em regime de urgência, abstraindo-se da discussão com a sociedade civil. Dessa maneira, fixou-se diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau, em um conjunto numeroso de decretos, pareceres e resoluções, o que evidenciou a centralização e a burocratização do campo educacional. Essa Lei ainda reforçava tendências de simplificação do currículo, no núcleo comum e a adaptação do indivíduo às exigências da sociedade urbano-industrial e tecnológica. Freitas e Bicas (2009, p. 272) apontam a correspondência das matérias com as concepções e práticas da LDB 4.024/61. Além dos conhecimentos básicos, a Lei contemplava conteúdos voltados para a formação de valores cívicos e patrióticos, com vistas a inculcação da ideologia política do Regime Militar.

Diante do exposto, podemos considerar que essa escola, em vigor na década de 1970, apresentou ares dilacerados pela nostalgia do passado, com as exigências do presente e impelida à redefinição de sua cultura e de seus significados. Tratava-se de um eterno porvir, em consequência de servir apenas como um campo de disputa do poder e não por perpetuar em si o seu real papel educativo.

A trilha percorrida até aqui nos levou a considerar que a doutrina do catolicismo ultramontano não aceitava o conjunto do pensamento moderno e seus ideais liberais. Desta forma, a Igreja procurou criar um processo civilizatório católico fundamentado nas premissas da Cristandade e da Sociedade Perfeita. Para tanto, utilizou-se de suas construções teóricas e doutrinárias, bem como, de suas influências e “Ciosa dos deveres auto-atribuídos, [...] imaginou que os totalitarismos de direita seriam o instrumento ideal para evitar que a história humana continuasse desviada de sua verdadeira finalidade” (MANOEL, 2004, p. 22). Assim, estratégias foram concebidas de maneira a moldar a história dos homens, tanto pela Igreja Católica como pelo Liberalismo, e a educação foi um dos campos de disputa para a inculcação ideológica. A partir das reflexões aqui feitas, pode-se dizer que a educação escolar foi quem sofreu as maiores perdas, uma vez que se encontrou no cerne do campo de disputa.

1.1.2 Ação franciscana no Brasil: Expansão, educação e missão

Conforme a Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil (2017)¹⁶, a Ordem Franciscana foi criada como uma Ordem de Irmãos comprometidos em assumir a missão de viver e pregar o Evangelho. No início, não se tratava de uma Ordem Clerical (composta por sacerdotes), como era comum na época. Até mesmo o próprio Francisco di Pietro di Bernadone, mais conhecido como Francisco de Assis, Santo na Igreja Católica no século XIII, não quis ser sacerdote, nem os primeiros frades tiveram esse objetivo. Todavia, houve o ingresso de alguns sacerdotes formados que desejavam ser franciscanos.

Com a chegada de Santo Antônio à Ordem, este assumiu o papel de professor de teologia e assim passou a ensinar teologia aos frades, dos quais, alguns também se tornaram sacerdotes. Mais tarde, conforme necessidades da Igreja, a maioria dos frades passou a se ordenar, todavia, respeitava-se a liberdade de escolha daqueles que optavam por continuar como irmãos. Atualmente, na Ordem Franciscana convivem como irmãos, em igualdade de condições, frades sacerdotes e não sacerdotes (irmãos leigos), os quais exercem suas funções conforme o legado deixado por seu fundador.

¹⁶ Disponível em: <http://www.franciscanos.org.br/?page_id=1223>. Acesso em: 02/09/2017.

A Ordem Franciscana se divide em três categorias, das quais, a primeira é subdividida em três ramos: Ordem dos Frades Menores (OFM), composta pelos Capuchinhos (OFM Capuchinhos) e Conventuais (OFM Conventuais).

A segunda categoria, a Ordem das Clarissas, abriu o ideal franciscano no campo feminino. Este nome é uma homenagem à primeira religiosa, Clara Offreduccio, a qual ficou conhecida mais tarde como Santa Clara de Assis. Tratava-se de uma jovem de família nobre e admiradora de Francisco. O contato da jovem com os feitos de Francisco se deu ainda na juventude, pelas ruas e festas de Assis até seu legado com os pobres e desvalidos. A partir do apostolado de Clara, nasceu a congregação das Irmãs Clarissas, as quais vivem um estilo de vida contemplativo e enclausuradas.

A terceira categoria da Ordem Franciscana, conhecida como Ordem Franciscana Secular (OFS), é constituída por Fraternidades abertas a todos os cristãos seculares. Nelas há lugares para jovens, casados, viúvos e celibatários; para clérigos e leigos; para todas as classes sociais e raças. Enfim, para homens e mulheres que queiram viver segundo o Santo Evangelho, como irmãos e irmãs da penitência¹⁷. Essa Ordem se articula em fraternidades de vários níveis (local, regional, nacional e internacional), porém as fraternidades estão coordenadas e ligadas entre si segundo a Regra¹⁸, o ritual e os estatutos próprios. A Regra e a vida dos franciscanos seculares é: “Observar o Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, segundo o exemplo de São Francisco de Assis, que fez do Cristo o inspirador e o centro de sua vida com Deus e com os homens” (REGRA 4; 1 CEL, 18,115). Nesse segmento temos também a Terceira Ordem Regular (TOR), composta por irmãos e irmãs de diferentes congregações e formas de vida evangélica, os quais professam a “Regra de Vida dos Irmãos e Irmãs da Terceira Ordem Regular de São Francisco”. Há 18 congregações masculinas de Franciscanos Terceiros, 370 congregações de Irmãs Franciscanas e 60 monastérios de freiras enclausuradas¹⁹.

O historiador Jacques Le Goff revelou que, ao se dedicar a estudos sobre a Idade Média, duplicou seu interesse pela personagem de Francisco de Assis. Homem que, “[...] na virada decisiva do século XII para o século XIII em que nasceu uma Idade Média

¹⁷ Disponível em: <http://www.franciscanos.org.br/?page_id=1237>. Acesso em: 02/09/2017.

¹⁸ Regra é norma estabelecida nas congregações religiosas pela qual se determina um padrão e modo de viver.

¹⁹ Disponível em: <<http://franciscanostor.org.br/irmaos-e-irmas-da-terceira-ordem-regular/>>. Acesso em: 02/09/2017.

moderna e dinâmica - sacudiu a religião, a civilização e a sociedade” (LE GOFF, 2001, p. 9). E, a partir desse interesse, surgiu a obra biográfica *São Francisco de Assis*.

Com o florescimento da civilização urbana, Francisco de Assis e o movimento conhecido como “franciscanismo” aglutinaram práticas e conceitos “revolucionários” acerca da pobreza, da humildade e da palavra: “[...] à margem da Igreja, mas sem cair em heresia, revoltado, sem niilismo, ativo naquele ponto mais fervilhante da cristandade” (LE GOFF, 2001, p. 9). Nesse cenário, entre os anos de 1180 e 1200, Francisco, no contexto da Itália central, entre Roma e a solidão do Alverne²⁰, desempenhou papel decisivo no impulso das novas ordens mendicantes²¹. Com essa conduta, o Monge e seus seguidores promoveram a difusão de um apostolado inovador para sociedade cristã. Ainda em conformidade com essa obra de Le Goff, na mesma página, observa-se que, centrado em uma espiritualidade, esse apostolado estava pautado na dimensão ecológica e, portanto, caracterizado como “ícone criador” do sentimento medieval que ligava “natureza e religião, expresso na literatura e na arte”.

Segundo a proposição da Ordem, Cristo foi exemplo de santidade a ser seguido. Com isso, Francisco foi reconhecido como o primeiro homem estigmatizado pelas chagas semelhantes ao do próprio Jesus. Le Goff considerou Francisco de Assis uma das personagens mais impressionantes de seu tempo e, até hoje, da história medieval. Sendo ele uma personagem digna de estudo aprofundado de sua vida e de seu legado (a Ordem Franciscana).

As categorias sociais, sob a ótica franciscana, ordenam-se em torno de três sociedades: a sociedade celeste, na qual Deus é Senhor, Rei e Pai – sendo o Pai a figura preferida de Francisco por ser o seu modelo familiar e ideal; a sociedade terrestre, cuja representação se dava pelo povo cristão; e a sociedade particular, formada por Francisco e seus irmãos.

Em relação a Virgem Maria, Francisco apresenta certa sensibilidade ao chama-la de *Domina et Regina* – Senhora e Rainha. Em consonância com essa mesma obra de Le Goff, Francisco a compreende como “[...] a primeira das criaturas, ligadas à Trindade

²⁰ Na Toscana, existe um monte rochoso e coberto de bosques, inacessível e sublime, com fendas horríveis cobertas de musgo e de frescor. Em agosto de 1224 subiu Francisco com alguns irmãos os mil e trezentos metros do Monte Alverne, para contemplação mística. Disponível em: <http://www.franciscanos.org.br/?page_id=3112>. Acesso em 25/07/2017.

²¹ Ordens mendicantes são ordens religiosas formadas por frades ou freiras que vivem em conventos. Eles centram a sua ação ou apostolado na oração, na pregação, na evangelização, no serviço aos pobres e nas demais obras de caridade.

Divina através de relações de família por excelência, ‘filha’ e ‘serva’ do Pai, ‘esposa’ do Espírito Santo, e mais que tudo, seguramente ‘mãe’ de Cristo [...] modelo das criaturas, ‘santa’, ‘pobre’, ‘doce e bela’” (p. 137-139). A sensibilidade pela pessoa de Maria se destaca da mesma forma com que acolheu Clara de Assis, a primeira presença feminina em sua fraternidade.

E na mesma página, por sua vez, Le Goff afirma que “Satã, se é o ‘pai do filho ruim’, não é, entretanto, jamais chamado de príncipe das trevas ou dos espíritos malvados, como se Francisco quisesse cuidadosamente evitar tudo que pudesse se parecer como maniqueísmo”. Quanto aos demônios, os biógrafos indicam uma reveladora comparação. Para São Francisco, os demônios eram os *gastaldi* (agentes, no melhor sentido) do seu senhor, agentes de suas punições.

Enfim, Francisco ao pensar nas categorias sociais, “[...] *convida seus irmãos a realizar o modelo de uma outra elite: a família*. Sua ordem deve ser em primeiro lugar, propriamente, mais uma *fraternidade*, uma confraria de tipo leigo, do que uma ordem do tipo religiosos, eclesiástico” (LE GOFF, 2001, p. 143, grifos do autor). E ele, Francisco, terá que se resignar com esse tipo, por ser visto como um Pai. Todavia, nessa mesma página, Le Goff continua: “Seu amor fraternal deve ser, na verdade, de natureza maternal: os que vivem nos eremitérios devem dividir dois a dois em mãe e filho[...] entre vida ativa e contemplativa”. Na outra elite vislumbrada por Francisco, almejava-se uma sociedade leiga tornada totalmente espiritual com modelo de servidão e submissão e, por conseguinte, nessa mesma página, Le Goff completa: “[com] um ideal de família no qual os fiéis se transformam em esposos, irmãos e mães do Cristo, de acordo com uma ascese espiritual explicada com precisão”. Observamos, assim, um modelo cristológico, que domina a biografia franciscana.

A sociedade terrestre cristã, demonstrada no apostolado de Francisco, dirigia-se a todos. A preocupação missionária se fundamenta na necessidade profunda de abranger globalmente toda a sociedade, ou seja, uma sociedade total para “[...] todos aqueles que habitam o mundo inteiro” (LE GOFF, 2001, p. 145). Essa era uma preocupação missionária que abrangia todos os povos da terra.

Ao planejar cumprir os princípios da Ordem e na função de atender aos propósitos da Santa Sé romana, a qual visava, por sua vez, forjar uma unidade da fé cristã, o “franciscanismo” se enveredou missões pelo mundo a apregoar o Cristianismo. Dessa

forma, a educação escolar se tornou um dos campos missionários dos franciscanos, transformando-se em pedagogia, conforme Zavaloni (1999, p.11):

A pedagogia franciscana é a arte de conduzir o jovem da infância à maturidade, apontando-lhe a meta a atingir, o caminho a seguir e, sobretudo, suscitando nele aquele amor que é capaz de dar sentido às palavras, ao caminho, à vida.

A pedagogia franciscana se desenvolveu em meio às práticas missionárias e contextos socioeducativos ao longo da história. Isto é, diante de oportunidades de cristianização das sociedades, nas quais os franciscanos estavam inseridos. Uma dessas oportunidades se deu no caso da obra educacional de Catarina Daemen, que foi fundadora da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã.

1.2 Penitência e Caridade Cristã: Educação e missão

Em meio a tensões entre Igreja e Estado em decorrência da revolução Francesa, no século XIX, disseminavam-se o racionalismo e o iluminismo. Foi nesse contexto que viveu Catarina Daemen, fundadora da congregação das Irmãs Franciscana da Penitência e Caridade Cristã.

Nascida em 1787, na pequena vila de Ohé-em-Laak, na Holanda, a filha de camponeses, Catarina, ingressou na Ordem Franciscana Secular em 12 de outubro de 1817. Este ato de Catarina foi caracterizado como o primeiro passo para a fundação da congregação e o início de seus trabalhos com crianças na cidade de Heythuysen, na Holanda.

Em 1835 aconteceu a fundação da Congregação das Irmãs Franciscana da Penitência e Caridade Cristã, após idas e vindas de Catarina Daemen ao bispado para autorização da abertura da congregação – reflexo de um cenário imperativo do poder masculino, uma vez que as congregações femininas dependiam do apoio de padres e bispos para sua autoafirmação. Enfim, a partir da abertura da congregação, Catarina passou a se chamar Irmã Madalena.²²

²² A mudança de nome na vida religiosa católica significava assumir uma missão específica, uma função. A exemplo de Abraão, que antes se chamava Abrão: “De agora em diante não te chamarás mais Abrão, e sim Abraão, porque farei de ti o pai de uma multidão de povos” (GÊNESIS, 17:5).

Cumprida a oficialização da congregação e aprimorada a experiência de atendimento às crianças com trabalhos manuais, aos pés da paróquia de Heythuysen, a partir de 1835, iniciou-se o trabalho do internato, o que a configurou como uma organização escolar. O local encontrado foi o velho casarão chamado de *Kreppel*, adquirido através de doações das famílias locais, “as filhas de famílias mais notáveis da vila buscavam o *Kreppel* [...] para aprender, conforme cultura da época, os trabalhos manuais” (RUPOLO, 2001, p. 85). Ao que indica, o trabalho das irmãs era desenvolvido pelo atendimento a classes sociais diferentes: famílias comuns e famílias notáveis, com maior poder econômico. Seria esse o início do trabalho com as elites no Brasil? A esse respeito disso, descreve Rupolo:

Do ano de 1857 há uma indicação de que a escola estava obedecendo, há um programa oficial, informando sobre o conteúdo das disciplinas, os livros em uso, os exames realizados [...] A pedagogia de Catarina Daemen se consolidou pelo trabalho de um grupo de religiosas, primeiro sob a liderança de Teresia Royachers e, posteriormente, dentre outras, com a experiência de Angela von Cordier, mulher nobre e culta, proprietária da Ilha de Nonnenwerth, no rio Reno. Merece referência especial a contribuição de Gerardus Hendricus Laus, excelente pedagogo, citada pelas cronistas: ‘foi o homem certo no lugar certo’ (COOLS; WINPERSEE, 1966). Seu trabalho e dedicação tiveram grande reconhecimento. Pelo período de 8 anos (1862-1869) foi diretor do Curso Normal no colégio em Heythuysen. As alunas aí formadas que prestassem os exames oficiais podiam habilitar-se para o ensino nas escolas primárias e secundárias. O trabalho educacional das Irmãs Franciscanas era solicitado por autoridades políticas e da Igreja, e recomendado por familiares e ex-alunas do internato e externas (RUPOLO, 2001, p. 86).

A Congregação nasceu em 1835 e, em 1857, já indicava ares de processo pedagógico estruturado. O viés educacional, ao nosso ver, apresentou-se como força motriz de ação da congregação. Iniciaram com o atendimento de trabalhos manuais às crianças e jovens e, em seguida, criaram o curso de formação de professores. Outro aspecto observado refere-se a presença docente de leigos na escola das irmãs, de modo a sinalizar certo investimento pedagógico, como o citado pedagogo Gerardus Hendricus Laus. Como consequência disso, a prática escolar desenvolvida no *Kreppel* provocou nas autoridades da Política e da Igreja a busca pelo trabalho educativo das irmãs.

Logo nas primeiras décadas de sua existência, a congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã se estendeu para a Alemanha, de forma a implantar o trabalho com a educação, a assistência social e a saúde. Porém, seus trabalhos

foram interrompidos pelo movimento ideológico do *Kulturkampf*, que interditou a ação das escolas ligadas a Igreja Católica, permitindo-lhe somente os trabalhos com os hospitais.

Diante dessas circunstâncias, as irmãs franciscanas rumaram ao Brasil em 1872, em resposta ao pedido do Superior dos padres Jesuítas no Sul no Brasil. Período em que a Igreja brasileira despertava a preocupação com o avanço do protestantismo e da educação laica. Segundo Nunes (2006, p. 492), conforme dito anteriormente, entre 1872 e 1920, cinquenta e oito congregações europeias se estabeleceram em terras brasileiras. Momento histórico permeado entre o fim do império, fim do acordo do Padroado e implantação da República Brasileira. Contexto em que a educação vivia um cenário indefinido devido as lacunas deixadas pela falta de política educacional imperial.

Nessa conjuntura, as Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã iniciam seus trabalhos na cidade de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, no dia 2 de abril de 1872. Deste ato nasce a primeira escola em solo brasileiro, o Colégio São José, para servir à educação de crianças e jovens, filhos de imigrantes alemães. Além da missão escolar, as irmãs também realizavam trabalhos com a saúde e assistência social.

A expansão da missão foi promissora desde a sua chegada ao Brasil em 1872. Em 1947 a Província brasileira das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã constavam, além do Colégio São José, a existência de 40 casas, entre os quais, estavam: Colégios e Escolas Normais, Ginásios, Escolas Elementares, Asilos, Orfanatos e Hospitais. Registravam que desde 1940,

[...] cabe-lhes ainda a direção interna do Leprosário Asilo ‘Colônia Itapoã’, atividade essa tão dentro do testemunho espiritual do Seráfico Pai São Francisco de Assis. [...] Das bênçãos de Deus e da grande dívida e gratidão para com sua paternal Providência, durante os 75 anos de atividade das Irmãs no Rio Grande do Sul [...] Deus providenciou. O lema da fundadora é ainda o da Congregação: “DEUS PROVIDEBIT – DEUS PROVIDENCIARÁ” (POLIANTEIA, 1947, p. 51-53).

A gratidão ao progresso da missão das irmãs aparece intimamente ligada a dois importantes legados: Francisco de Assis e Catarina Daemen (Madre Madalena). Na exortação dos 75 anos de presença no Brasil, os ideais do Pai Seráfico Francisco de Assis são exaltados quanto ao atendimento aos leprosários e a gratidão a providência Divina por tamanha expansão refletem o lema da fundadora: “DEUS PROVIDEBIT - Deus

cuida”. Ele, Deus, providenciou a prosperidade da missão brasileira. Um lema acompanhante na vida das religiosas.

Diante da profusão de atendimento nas áreas de assistência social, saúde e educação, em 1903 registrou-se juridicamente a entidade de caráter literário e científico denominada Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis (SCALIFRA). Subsequente a isso, em 31 de julho de 1951, com vistas a uma melhor administração das instituições, a entidade foi desmembrada, transformando-se em duas sedes com províncias e administrações distintas: Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis SOCALIFRA – Zona Central, com sede em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul; e SCALIFRA-ZN, com sede em Santa Maria- no mesmo estado.

A nova instituição, SCALIFRA-ZN, herdou um patrimônio de sete escolas, as quais ministravam o primário, o ginásio e o curso normal e a administração de casas de saúde e hospitais. Decorridos quatro anos de sua fundação, a SCALIFRA-ZN introduziu em sua administração instituições de ensino superior (RUPOLO, 2001, p. 91). E, nas décadas seguintes, essa nova instituição se expandiu para os estados do Paraná, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Distrito Federal e Mato Grosso (atual MS).

No Sul do antigo Mato Grosso, na cidade de Dourados, em 1955, iniciaram suas atividades com a Escola Franciscana Imaculada Conceição – aspecto que trataremos mais à frente. Conforme site da SCALIFRA-ZN²³, atualmente a instituição possui 9 escolas de educação básica (RS, PR, DF, MS) e uma instituição de ensino superior em Santa Maria – RS.

A obra educacional das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, iniciada na Holanda em 1835, carregam em seu âmago os princípios do Cristianismo e do “franciscanismo”. A vertente pedagógica acabou por ser a principal metodologia de aplicação da “Paz e Bem” (Francisco de Assis) e do “Deus Cuida – Deus Proverá” (Catarina Daemen)²⁴, tornando-se mecanismos colaborativos no processo da difusão do apostolado cristão, rumo a almejada Sociedade Perfeita.

1.2.1 Educação e missão no sul de Mato Grosso

²³ Disponível em: <<http://www.scalifra.org.br/?p=ensino>>. Acesso em: 12/01/2018.

²⁴ “Paz e o Bem” e “Deus Cuida” são frases rotineira na vida das religiosas e na prática educativa das escolas conduzidas pelas Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã.

Como visto, o marco da entrada dos franciscanos no Brasil foi a celebração da primeira missa, no ano de 1500. Juntamente com Cabral vieram nove padres do clero secular e oito franciscanos liderados pelo Frei Henrique Coimbra:

A ordem dos Franciscanos desfrutava de excelentes relações com a Coroa de Portugal, que, por sua vez, gozava de alto prestígio na Igreja de Roma por seu empenho na difusão da fé católica, que fora atestado em 1179 na Reconquista (MOURA, 2000, p. 20).

Os frades franciscanos foram os primeiros religiosos a iniciar o trabalho de catequese com os nativos em solo brasileiro. Em função das boas relações, um segundo grupo de franciscanos chegou ao Brasil por volta de 1516, com a tarefa de catequizar os índios na Baía de Cabralia. Em Porto Seguro, os franciscanos edificaram a primeira Igreja Brasileira. Em 1549, o trabalho missionário dos franciscanos em catequizar os índios aconteceu também no sul do país, mais especificamente em Santa Catarina, na região de Laguna. Nessa mesma região, os franciscanos construíram dois internatos destinados a instrução e formação cristã.

Conforme os estudos de Idelbrando Alves de Lima e Patrícia Lopes Goldfarb (2009, p. 270):

A fundação da primeira Custódia no Brasil não foi uma iniciativa dos frades menores, pois esta ação partiu do Governador de Pernambuco, Jorge de Albuquerque Coelho (1573-1576) que, através de um pedido ao rei Filipe II, da “União Ibérica”, demonstrou o seu interesse na vinda dos frades franciscanos, alegando intencionar um desenvolvimento material e espiritual para a Capitania de Pernambuco. O mesmo pedido já teria sido feito à Província de Santo Antônio de Portugal, mas foi indeferido. Contudo, o rei Filipe II insistiu perante o Frei Francisco Gonzaga, Superior Geral da Ordem de São Francisco, sobre a mesma petição, a qual foi deliberada em 13 de março de 1584, no Capítulo da Província de Santo Antônio em Lisboa. Estava, assim, decretada a fundação da Custódia de Santo Antônio do Brasil, com sede na Vila de Marim, hoje Olinda (LIMA; GOLDFARB, 2009, p. 270).

A custódia é a formação de um conjunto de conventos antes da instituição de uma Província. Os autores destacam que a criação da Custódia do Brasil só foi concedida devido aos inúmeros apelos dos moradores de Pernambuco e de seu Governador, Jorge de Albuquerque Coelho. Inicialmente, os freis ficaram abrigados nas casas de moradores e somente depois, ao estabelecerem a custódia, iniciaram seu apostolado voltado ao confessional e às pregações. Aqui, percebe-se um pouco do movimento do

“franciscanismo” e sua expansão pela América. Os frades, consolidados com as estruturas de poder político, dispunham-se a “navegar” rumo a outras terras e a atingir seus objetivos de evangelização, como também, a propagação da fé católica.

Tânia Iglesia, em seus estudos sobre os franciscanos, relata que no dia 15 de julho de 1675 a Custódia da Imaculada Conceição, subordinada à província de Santo Antônio, “[...] foi pelo breve *Pastoralis Officii*, de Clemente X, transformada em Província, denominada Província da Imaculada Conceição do Brasil, com sede no Convento de Santo Antônio no Rio de Janeiro” (IGLESIA, 2010, p. 313). Movimento este que pode ser visto como característica de uma ação expansionista.

No que se referia à política interna da Ordem para determinar as fundações das missões franciscanas, Iglesia teceu algumas considerações: “Mesmo durante o período em que a Custódia franciscana estava ligada a Província de Portugal foi grande a sua disseminação no Brasil” (p. 314). Os franciscanos para cumprir sua missão concernente ao cuidado com as almas e com a vida comunitária foram se espalhando para outros países e pelo Brasil.

A Província Franciscana a Imaculada Conceição no Brasil²⁵ dá conta de explicar que os frades Menores (OFM) estão presentes em 120 países, assim distribuídos: na África e no Oriente Médio, há 1.161 frades; América Latina, por sua vez, existem 3.334 frades; já na América setentrional, somam-se 1.273 frades; na sequência, na Ásia-Oceania, considera-se 1.423 frades; e na oriental, 2.442 frades.

A Ordem dos Frades Menores (OFM) da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil também informa a trajetória expansionista dos Franciscanos no Brasil desde o período de 1500 até 1992, intitulada “Cronologia Franciscana”, conforme Quadro 1.

²⁵ Disponível em: <<http://www.franciscanos.org.br/?p=84567>>. Acesso em: 27/09/2017.

Quadro 1. Cronologia Franciscana Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil.

PRESEÇA ESPORÁDICA: 1500-1585		PRESEÇA RESTAURADORA: 1889-1963	
1500	1ª missa, celebrada por Frei Henrique de Coimbra	1891	Franciscanos da Saxônia chegam a Santa Catarina
1503	1ª “Missão” franciscana em Porto Seguro	1892	Chegam à Bahia os Franciscanos da Saxônia
1505	“Protomártires” do Brasil, martirizados em Porto Seguro	1893	Compromisso jurídico da Prov. da Saxônia, de Restaurar a Província de Santo Antônio do Brasil
1534	Frei Diogo de Borda na Bahia de Caramuru	1899	Compromisso de restauração da Prov. da Imaculada Conceição
1538-1548	(+ ou -) Franciscanos espanhóis, em missão em S. Catarina	1899	Franciscanos espanhóis fundam uma “missão” em Goiás
1558	Frei Pedro Palácios em Espírito Santo (Penha)	1899 (1903)	Os frades holandeses fundam o Comissariado da Sta. Cruz
PRESEÇA MISSIONÁRIA: 1585-1750		1901	Autonomia da Província restaurada de Santo Antônio do Brasil
1584	Fundação da Custódia de Santo Antônio do Brasil	1901	Autonomia da Província restaurada da Imaculada Conceição
1585	Chegada dos primeiros franciscanos em Olinda	1907	Criação da Prelazia de Santarém, confiada à Prov. de S. Antônio
1617	Fundação do Comissariado de Santo Antônio, do Pará	1911	Frades portugueses fundam um Comissariado no Rio G. do Norte
1647	Autonomia da Custódia de Santo Antônio do Brasil	1911	O Comissariado da Santa Cruz passa a abranger o Rio G. do Sul
1657	Autonomia da Província de Santo Antônio do Brasil	1937*	Frades da Turíngia fundam um Comissariado no Mato Grosso
1659	O Rei limita a 200 os frades da Província de Santo Antônio	1941	Rio Grande do Sul se torna Comissariado
1659	Criada a Custódia da Imaculada Conceição do Brasil	1943	Frades americanos fundam em Goiás um Comissariado
1675	Autonomia da Província da Imaculada Conceição	1943	Frades americanos fundam um Comissariado em Fordlândia, PA
1693	Fundação do Comissariado da Piedade, no Grão Pará	1947	Frades italianos fundam uma Custódia em S. Paulo
1715	Fundação do Comissariado da Terra Santa	1949	Belterra (PA) se torna sede do Comissariado dos americanos
1740	O Rei Proíbe a Aceitação de Noviços na Prov. De Santo Antônio, até que os frades se reduzam a 400	1950	É constituída e Província de Santa Cruz (MG)
PRESEÇA EM CRISE DE EXTINÇÃO DE POMBAL À REPÚBLICA: 1750 – 1889		1951	Maranhão e Piauí são desmembrados da Província de Santo Antônio e confiados à Prov. da Saxônia
1750-1777	Governo de Pombal: restrições à vida religiosa	1953	Frades italianos criam no Triângulo Mineiro uma Fundação
1757	Os religiosos perdem as “missões” indígenas	1956	A Prelazia de Santarém é confiada pela Prov. de Santo Antônio à Província americana do S. Coração de Jesus
1757	Os frades da Piedade são expulsos, de volta a Portugal	1957	Os frades da Prov. de Santo Antônio passam de Santarém para o novo Comissariado de Óbidos.
1764	A Prov. De S. Antônio proibida, por 14 anos, de receber noviços	PRESEÇA EM RENOVAÇÃO: 1963-2000	
1844	A Assembleia da Bahia restringe o número de Noviços	1966	Rio Grande do Sul é constituído como Custódia
1845	Proibição imperial de receber noviços sem licença régia	1968	Fundação Missionária dos Frades Italianos no Piauí
1847	Os franciscanos sem mais licença de receber noviços na Bahia	1971	O Rio Grande do Sul se torna Vicariato de S. Francisco
1854	Os frades do Pará são incorporados à Prov. de S. Antônio	1976	A Custódia de Santa Cruz (MG) é elevada a Província
1855	Proibição imperial de noviçados em todo o Brasil	1976	O Vicariato de S. Francisco (RS) é elevado a Província
1870 (a1894)	Missão no Amazonas, pelos franciscanos italianos	1988	A Custódia das 7 Alegrias (Mato Grosso) se Torna Vice-Província
1871	Pedido (denegado) da Prov. da conceição, de receber noviços	1990	Instituição da Vice-Província de S. Benedito da Amazônia
1884	A Prov. de S. Antônio recorre ao Geral para a sua restauração.	1992	Autonomia da Vice-Província de Nossa Senhora da Assunção (MA/PI)
1886	A Santa Sé sujeita aos Bispos os religiosos do Brasil		
1888	Projeto do Arcebispo da Bahia de restaurar a Prov. de S. Antônio		
1889	O Ministro Geral recorre à Província da Saxônia, que aceita o encargo de restaurar a Província de Santo Antônio		

* Missão Franciscana do Mato Grosso: *Custodia Franciscana das sete alegrias de Nossa Senhora* - 1937

Fonte: AMARO, Eliane Maria (Org.). Cronologia Franciscana, 2017.

Disponível em: <http://www.franciscanos.org.br/?page_id=820>. Acesso em: 28/07/2017.

O registro da presença franciscana no Brasil, segundo a Cronologia organizada pelos freis da Província Franciscana Imaculada Conceição (Quadro 1), permite-nos entender, de modo amplo, a expansão das missões no Brasil. Isso despertou em nós a curiosidade em mapear a presença feminina franciscana neste país, com destaque para sua porção da região oeste.

Realizamos o exercício de busca dessa temática, mas tudo o que existe sobre a presença das congregações femininas franciscanas no Brasil estão dispersos nos arquivos locais, sem a mesma organização da Ordem dos Frades Menores (OFM) da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil. No entanto, Iglesias (2010, p. 11) ressaltou a participação direta e indireta dos franciscanos na conformação educacional brasileira e, portanto, foi significativa sua ação pedagógica educativa no cenário nacional. Essa ordem se valeu de métodos evangelizadores e/ou educativos, a despeito dos constantes enfrentamentos recorrente pela disputa de influência no campo religioso/educativo com os jesuítas. A presença franciscana e sua ação educativa no Brasil apresenta-se ainda como espaço pouco debatido e explorado pelos historiadores.

Conforme cronologia organizada pelos freis da Província Franciscana Imaculada Conceição (Quadro 1), a chegada dos franciscanos no Mato Grosso aconteceu no ano de 1937, quando os frades da Turíngia (Fulda - Alemanha) fundaram um novo comissariado no centro do Brasil. Tal fato aconteceu em função do *Kulturkampf*, uma luta travada na Alemanha entre o papado e o governo imperial dirigido por Otto von Bismarck, Chanceler do Império Alemão em 1872, como consequência do processo de unificação alemã. Na época, o Clero católico romano opôs-se à unificação sob a liderança do reino protestante da Prússia. Devido a esse fato, a Província da Turíngia precisou sair para sobreviver e, assim, poder sustentar a Ordem franciscana.

A esse respeito, Marin, ao analisar as traduções culturais dos franciscanos alemães, da Província de Santa Isabel, da Turíngia, em Mato Grosso; retrata como o “[...] exílio forçado pelas perseguições e a dispersão pelo mundo os colocou como sujeitos de diásporas. Como exilados, atravessavam fronteiras, rompiam com as barreiras do pensamento e da experiência” (MARIN, 2012, p. 205). Essa condição forçosa pelo exílio fez os freis franciscanos buscarem novos espaços geográficos, no intuito de manter e ampliar as ações da congregação. O Mato Grosso foi um dos espaços escolhidos pelos franciscanos para seguir com seus trabalhos.

Nesse processo de refúgio, a Missão Franciscana do Mato Grosso, denominada “Custódia Franciscana das Sete Alegrias de Nossa Senhora” (Figura 1), surgiu no mês de

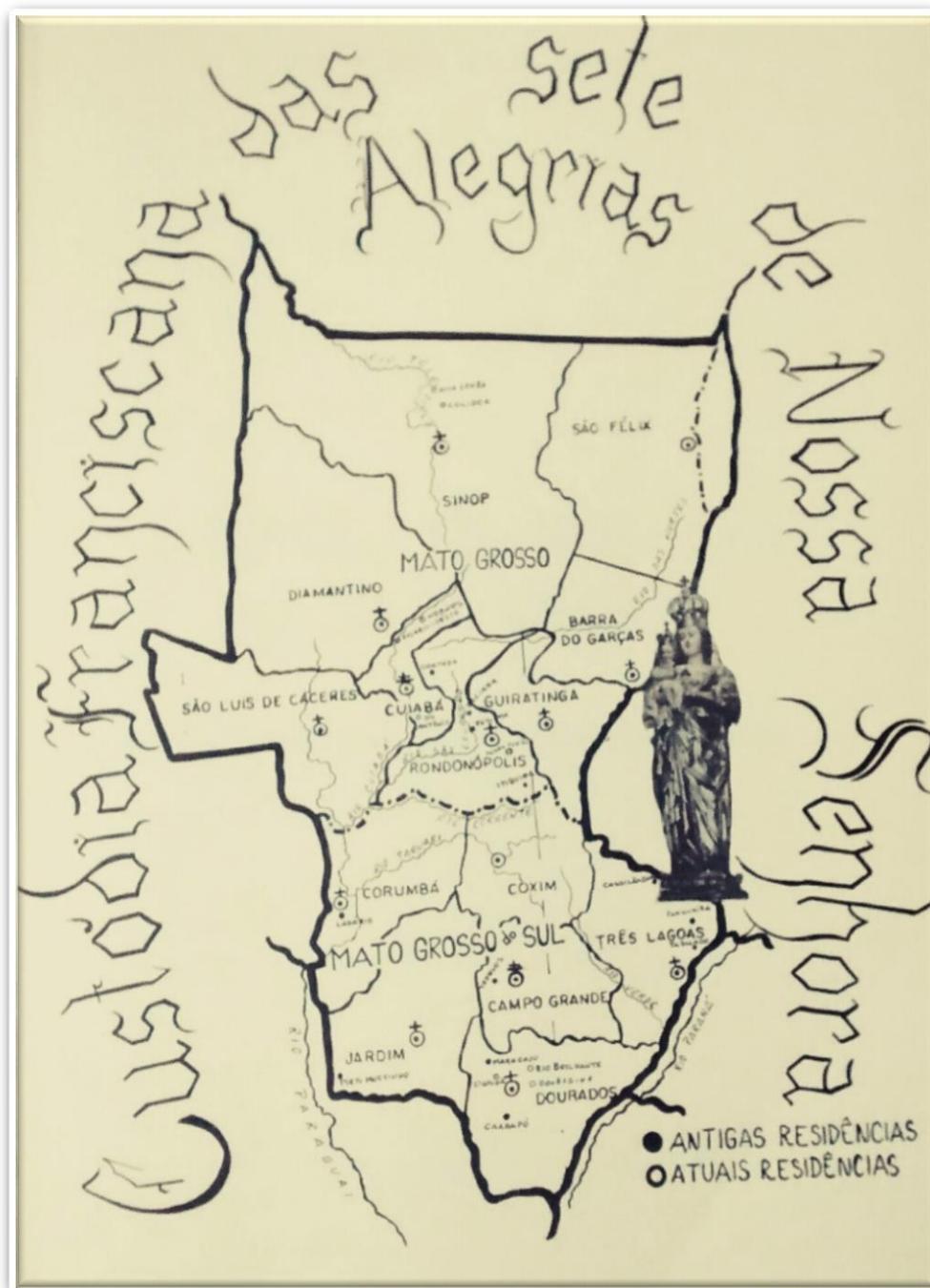
janeiro de 1937, quando a Província da Imaculada Conceição do Brasil cedeu a área dos atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, como “terra de missão” à Província Franciscana de Santa Isabel da Turíngia, em Fulda (Alemanha).

O Ministro Provincial da Turíngia, Frei Vicenz Rock, com seu Definitório (conselho de definidores de assuntos relativos à Província), aceitou no dia 2 de março de 1937 a oferta e o antigo estado do Mato Grosso foi escolhido como novo campo de atividade missionária. O envio dos quatro primeiros missionários para a nova terra de Missão aconteceu aos 29 de junho de 1937, sendo eles: Freis Eucário Schmitt, Antônio Schwenger, Wolfram Passmann e Francisco Brugger, sendo eles todos sacerdotes.

Atualmente, a Custódia Franciscana das Sete Alegrias de Nossa Senhora²⁶ ocupa uma área total de 1.264.965,6 Km² para uma população de 4.582.354. A sede da Custódia fica em Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul.

²⁶ Disponível em: <http://www.franciscanos.org.br/?page_id=1317>. Acesso em: 02/09/2017.

Figura 1: Foto retirada do livro *A Missão Franciscana no Mato Grosso*. Frei Pedro Knob O.F.M. 1988 – Ilustrativa.



Fonte: Acervo iconográfico de Amaro, 2017.

Na figura 1, retirada do livro *A Missão Franciscana no Mato Grosso*, de Frei Pedro Knob (1988, p. 3), apresenta a atuação (casas) dos freis franciscanos no território do Mato Grosso (uno), denominada “Custódia das Sete Alegrias de Nossa Senhora”.

Na época, o novo campo missionário abrangia “os dois atuais estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul com uma superfície de 1.231.549 km², calculando-se em 500.000 os habitantes. A capital era Cuiabá com cerca de 50.000 habitantes” (KNOB, 1988, p. 42). Já a situação eclesiástica, em 1937, contava com uma Arquidiocese em Cuiabá, com duas Dioceses sufragâneas: Corumbá e São Luís de Cáceres, mais três Prelazias: Registro do Araguaia, Diamantino e Guajará-Mirim.

Importa registrar que nesta época já trabalhavam no Mato Grosso irmãs de diversas congregações, como as Salesianas, as Vicentinas e as Irmãs da Imaculada Conceição. A ação missionária no Mato Grosso acontecia em consonância com o povoamento da região. O campo de trabalho principal dos freis da Turíngia (Alemanha), em primeiro lugar, seriam as Dioceses de Cuiabá e Corumbá, isto porque a Diocese de Cáceres e as Prelazias estavam entregues às outras congregações.

A grande missão no Mato Grosso para os franciscanos teria sido a pastoração, a “cura” de almas católicas desviadas e o objetivo de conduzir algumas tribos de indígenas à “verdadeira fé”, todavia poucas eram as paróquias existentes em uma vasta extensão territorial. Isso se configurava como um dos desafios aos missionários.

Por outro lado, para o estado, os franciscanos (Igreja Católica) simbolizavam um investimento colaborador no processo civilizatório dos sertões brasileiros. Era preciso edificar uma nação. O projeto de Getúlio Vargas no Estado Novo (1937-1945) empreendeu a chamada Marcha para o Oeste (1938), cujo objetivo era estabelecer projetos urbanísticos para cidades. Assim, compreende-se que as regiões do Centro-Oeste, Norte e Sudeste foram beneficiadas. A economia e a população estavam concentradas nas regiões litorâneas do Sul e Sudeste, por conseguinte, as regiões do Centro-Oeste e Norte não integravam o Brasil, isto porque faziam parte do interior inabitável, onde havia pouquíssima população.

Em 10 de janeiro de 1941, Frei Higinio Latteck assumiu o serviço paroquial da Paróquia Imaculada Conceição, na cidade de Dourados (localizada no atual Mato Grosso do Sul). Com a expansão da Custódia das Sete Alegrias de Nossa Senhora no Mato Grosso em sua região sul e o aumento da população local, surgiu a necessidade de se ter Irmãs para atender o ensino nas escolas e o cuidado com os doentes:

Por isso vamos fundar em todos os lugares um colégio uma escola paroquial [...]. Essa escola será inteiramente confiada às Irmãs, nós mesmos não receberemos nada a ver com elas. As Irmãs também podem abrir, onde for possível, uma escola doméstica ou de costura e assumir

uma espécie de serviço aos doentes. Não interessa, porém, nenhum estabelecimento de ensino secundário (KNOB, 1988, p. 73 apud Carta Circular de Frei Eucário Shimit, Ladário, 1940).

Frei Eucário Shimit vê, diante da situação local, uma oportunidade frutuosa para a Igreja aumentar o seu prestígio para com a sociedade, através da criação e implantação de instituições educativas. Além da escola, as Irmãs ainda ajudariam no auxílio aos doentes e poderiam desenvolver formação doméstica. Nesse sentido, vemos aqui um traço ideológico da Sociedade Perfeita, visão elaborada no Concílio de Trento. Dessa forma, os fins doutrinários da Igreja visavam corroborar para a criação de uma sociedade sem mácula, imbuída de valores cristãos.

Frei Eucário percebeu que o melhor seria investir em uma congregação já assentada no Brasil, devido a Lei do Ensino do Brasil (Decreto Federal nº 406, de 4 de maio de 1938, conhecido como Lei da Nacionalização) não permitir a contratação de professores estrangeiros, com exceção daqueles que estivessem há anos no Brasil e fossem submetidos a um rigoroso exame na língua portuguesa. Mesmo em escolas primárias, o ofício de ensinar era permitido somente aos brasileiros natos. A referida Lei era uma precaução como forma de impedir a nazificação, proposta do nacionalismo Varguista (1937-1945)²⁷ no país.

Diante de tal situação, Frei Eucário, nas décadas de 1940 e 1950, enviou diversas correspondências às Congregações femininas do Brasil. Após muitos esforços, ele conseguiu contatar algumas congregações, das quais, poucas vieram e ficaram, outras, no entanto, não se adaptaram à região da Custódia das Sete Alegrias de Nossa Senhora no Mato Grosso. Entre as congregações desse período, tivemos: Irmãs Franciscanas da Imaculada Conceição de Maria de Bonlanden, Irmãs Bernardinas e Irmãs da Congregação de Jesus Adolescente.

No ano de 1954, Dom Orlando Chaves, Bispo de Corumbá, diocese que abrangia todo o sul de Mato Grosso, solicitou à Madre Provincial das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã (Santa Maria-RS), Antoninha Werlang, o envio de Irmãs para a Paróquia de Dourados com a finalidade de trabalhar na catequese e na escola primária. Assim, em 25 de julho de 1954, em companhia do Bispo diocesano, Madre Antoninha e Irmã Loudes Biesdorf visitaram Dourados para conhecer o local e as atividades destinadas às irmãs, conforme relato:

²⁷ Saber mais: *GERTZ, René e. Influência política alemã no Brasil na década de 1930*. Disponível em: <<http://www7.tau.ac.il/ojs/index.php/eial/article/view/1186/1214>>. Acesso em: 22/09/2017.

Ficaram bem impressionadas e resolveram abrir uma fundação em 1955, comprometendo-se a aceitar a administração do Patronato de Menores, Posto de Puericultura (associação leiga que vai ser passada para as irmãs e que já tem prédio próprio) e ambulatório, mandando logo 6 irmãs e algumas aspirantes, comprometendo-se as paróquias a construir um convento para as irmãs, na quadra do Patronato. Uma grande vitória para a causa católica de Dourados (LIVRO DE TOMBO PAROQUIA DE DOURADOS, 1936-1970).

O registro feito no livro Tombo da Paróquia de Dourados apresenta o entusiasmo expansionista das Irmãs em abrir uma nova casa, cujo compromisso era administrar a escola já existente, o Posto de Puericultura²⁸, bem como os trabalhos pastorais, com a catequese. A grande vitória para a causa católica, registrada pelo vigário da época, Teodardo Leitz, no Livro Tombo, refere-se ao combate do protestantismo que se encontrava em crescimento na região, uma vez que já havia na cidade uma escola confessional protestante, a Escola Erasmo Braga.

Além do protestantismo, outros discursos ecoavam na época, como as ações do Estado e da Igreja, as quais objetivavam a criação de um novo homem e uma nova sociedade embasados nos ideais de civilização e progresso. De acordo com este pensamento, era necessário moldar mentalidades em uma visão de patriotismo, trabalho, ordem e religião. Nessa conjuntura, fundou-se no dia 1º de março de 1955 a Escola Franciscana Imaculada Conceição.

1.2.2 A Escola Franciscana Imaculada Conceição: gênese

Fevereiro de 1955 – Dia 9, bem cedinho o Revdo. Pe Edu celebrou a santa missa pedindo a Deus a benção para uma boa viagem e para os trabalhos missionários. Acabada, as Irmãs dirigiram-se ao refeitório, onde depois de uma breve refeição fizeram sua última despedida e já os automóveis pararam em frente do Colégio Sant’Ana para conduzir as 6 felizes pioneiras, Madre Liuba Heck, Irmã M. Rosita Meyer, Irmã Alfredina Sturp, Irmã M. Iracema Grings, irmã Miraci Admans e Irmã Leonarda Lunkes, acompanhada pela Madre Antoninha, Irmã Lourdes, Madre Norbertina e as Madres das diversas casas de Santa Maria, ao

²⁸ O termo “Puericultura” surgiu como uma atividade focada essencialmente na saúde pública (postos de saúde). Na década de 30, durante o Estado Novo, a promessa por uma sociedade renovada teria ido ao encontro dos ideais nacionalistas e eugenistas, o que teria contribuído para a sua consolidação e grande poder político. A história da puericultura no Brasil revela, ainda, o deslocamento da hegemonia do mundo ocidental da Europa para os Estados Unidos após a Primeira Guerra Mundial, com a importação dos centros de saúde e da educação em saúde. BONILHA, Luís Roberto Castro Martins; RIVORÉDO, Carlos Roberto Soares Freire. Puericultura: Duas Concepções Distintas (*Well-Child Care: Two Distinct Views*). - *Jornal de Pediatria* - Vol. 81, Nº1, 2005.

aeroporto. Madre Antoninha não pôde acompanhar-nos até Mato Grosso por causa de sua saúde debilitada, mandou por isso em seu lugar, Madre Loudes e Madre Norbertina. Ainda em pouco tempo e o avião da FAB cedido gentil e gratuitamente pela Cia FAB, aterrizou (sic) no aero pôrto. Malas e bagagens foram acomodadas. [...] Às 14 horas, conforme o relógio do Rio Grande do Sul e as 13, segundo o horário de Dourados que tem uma hora de diferença aportamos. A surpresa foi geral. Ninguém calculava que estivéssemos no destino. Nem tão pouco os douradenses, que estavam, sem se preocupar com as suas vestimentas. Frei Teodardo nos deu as boas vindas. Em seguida convidaram-nos para tomar uma merenda na casa da diretora do grupo Elementar, Sr. Celso Amaral e D^a Neuza Amaral (CRÔNICAS ESCOLA IMACULADA, 1955).

O relato da Crônica de 1955 registra a realização do compromisso entre Dom Orlando Chaves e Madre Antoninha em julho de 1954. Seis Irmãs e duas Madres foram designadas a iniciar os trabalhos com a educação, a saúde e a catequese. O pedido do Bispo se caracterizou como o primeiro impulso para a instalação de um colégio confessional católico no município de Dourados.

Para melhor compreensão do que foi a instalação da Escola Franciscana Imaculada Conceição, partir-se-á da seguinte reflexão de Buffa e Nosella (1996, p. 19): “[...] precisa definir os contornos gerais da floresta, mas também, para não torná-la abstrata e genérica, precisa conhecer a especificidade de suas árvores”. Ou seja, para historiar uma instituição educativa, é preciso integrá-la a uma realidade mais ampla, bem como conhecer suas especificidades. É o que pretendemos fazer a seguir.

1.2.2.1 O lugar e a causa

Inicialmente, a cidade de Dourados foi povoada por indígenas das tribos Terena e Caiuá, cujos descendentes ainda vivem na Reserva Indígena, localizada próxima ao perímetro urbano do município. Com o término da Guerra do Paraguai em 1870, intensificou-se o povoamento na região a qual já havia sido visitada por espanhóis e bandeirantes em busca de riquezas naturais. Então, no fim do século XIX, Dourados recebeu migrantes paulistas, paranaenses, mineiros e rio-grandenses-do-sul.

Graças à economia ervateira da Companhia Mate Laranjeira²⁹, a qual detinha o monopólio da exploração dos ervais em toda a região de 1882 a 1924 e a possibilidade de

²⁹A Companhia Matte Laranjeira foi uma empresa que surgiu de uma concessão imperial ao comerciante Thomaz Laranjeira, por serviços prestados na Guerra do Paraguai. Laranjeira atuou na exploração de erva-mate no sul do Mato Grosso. Ele possuía grande poder político no Mato Grosso e fez

as famílias adquirirem seu pedaço de terra, pessoas de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná foram atraídas para a região.

Outro fator determinante para a migração no local foi a construção do trecho principal da estrada de ferro Noroeste do Brasil, entre os anos de 1904 a 1914; cujo trajeto é responsável por ligar Bauru às margens do rio Paraguai (Porto Esperança). Cabe lembrar, no entanto, que o restante dessa obra, com ligação até a cidade de Corumbá, foi concluída somente em 1950. A Noroeste do Brasil se originou pelo interesse do governo brasileiro em buscar novas áreas para a agricultura e povoamento. Assim, ela surgiu da necessidade de um meio de transporte terrestre que ligasse Mato Grosso ao litoral brasileiro, de modo a evitar o longo e demorado caminho fluvial que, pelos rios Paraguai e Paraná, via estuário do Prata, ligava Mato Grosso ao oceano Atlântico. Sua construção favoreceu a ligação do estado de São Paulo à região sul-mato-grossense, a partir de um ramal ferroviário que passa através da parte oeste de Dourados (estação de Itahum)³⁰, de forma a desempenhar um importante papel nas ligações comerciais do município de Dourados.

Em 1909 uma meia centena de pioneiros, entre os quais se destacavam Marcelino Pires, Januário Pereira de Araújo e Joaquim Teixeira Alves, iniciaram um trabalho empenhado na ideia de criação de um patrimônio. Entre lances de encorajamento ou em meio a contrariedades, o patrimônio recebeu o nome de São João Batista de Dourados, depois Vila das Três Padroeiras e, em 1914, tornou-se Distrito de Paz de Dourados. Segundo o historiador Mercolis Alexandre Ernandes,

De todos estes nomes, os memorialistas atribuem a Marcelino a intenção de fundar um patrimônio nos idos de 1909, o “Patrimônio das Três Padroeiras” - Imaculada Conceição, Santa Rita e Santa Catarina (POMPEU, 1965, p. 11). Para tanto ele desmembrou, segundo Pompeu, três mil e seiscentos hectares de terra e os doou para a formação do referido patrimônio. O território do Patrimônio de Dourados, com o desmembramento do município de Nioaque, em 1912, passou a pertencer a Ponta Porã. Anos depois, em 1914, foi criado o Distrito de Paz de Dourados (Resolução Estadual nº 658 de 15 de junho), com sede no Patrimônio (ERNANDES, 2009, p. 25).

parte de todo o desenvolvimento daquela região, a qual era constituída por duas cidades, Porto Murtinho e Guaíra. Dessa forma, Thomaz Laranjeira deixou sua marca na fase histórica do desbravamento do Oeste brasileiro.

³⁰ Para saber mais: QUEIROZ, Paulo R. Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século XX*. Bauru: EDUSC; Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.

Ernandes (2009), ao estudar as obras memorialistas sobre a constituição do município de Dourados, constatou a atribuição a Marcelino Pires pela intenção de fundar o patrimônio que hoje é Dourados, através da doação de terras para esse fim.

Em 1915, pelo Decreto de Lei nº 402, de 3 de setembro, o governo reservou para o patrimônio da povoação de Dourados, 3.600 hectares de terra. Dourados recebeu impulso em seu crescimento em 1920, com a criação da Agência dos Correios e Telégrafos, a organização da comissão para a Igreja e formação do primeiro time de futebol.

Em 20 de dezembro de 1935, pelo Decreto Estadual de nº 30, essa região foi elevada à categoria de município e, por conseguinte, desmembrada de Ponta Porã. À época, o município contava com uma população estimada em 20 mil habitantes e compreendia 21.250 quilômetros quadrados, limitando-se com o então município de Ponta Porã, Maracaju, Entre Rios (Rio Brillhante) e com o estado do Paraná, conforme fontes do Jornal O Progresso, em edição especial de 75 anos.

Em 3 de outubro de 1935, a Igreja Católica criou sua Paróquia no Patrimônio de Dourados, a qual, devido à escassez de padres, ficou anexada à Paróquia de Ponta Porã. Imaculada Conceição, uma das três padroeiras do distrito, foi eleita a padroeira da Paróquia.

A década de 1930 foi impactada pela Marcha para o Oeste, cujo objetivo foi integrar o interior do país à economia da pátria e a nacionalização das fronteiras. Nesse contexto, em 1943, foram criados cinco Territórios Federais, dentre eles, o Território Federal de Ponta Porã e um conjunto de oito colônias agrícolas,

[...] a única colônia que teve como objetivo garantir a integridade da fronteira entre Brasil e Paraguai, e a integração da região de Dourados, localizada no sul do estado do Mato Grosso do Sul, à economia nacional, denominada Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) (SILVA, 2016, p. 28).

A Colônia Agrícola e o território federal de Ponta Porã favoreceriam a atuação do governo de forma mais próxima e o melhor cuidado com a região de fronteira. Os projetos de colonização como a CAND receberam toda a infraestrutura e apoio governamental como estímulo à produção, abertura de estradas e escolas, de maneira a fixar a população nesses locais. Como resposta a esse investimento, vieram os fomentos comerciais e ampliação de centros mais urbanizados.

Por sua vez, o cenário religioso local, nos primórdios, era um verdadeiro campo de luta. O protestantismo havia se instalado primeiro e a Igreja Católica, conforme Amaral (2005), firmou suas bases nessa região a partir de 1940, iniciando, assim, uma “disputa por almas”, conforme Amaral, “[desde] a instalação definitiva do primeiro pároco em Dourados, em 1940, a Igreja Católica passou a agir intensivamente contra a expansão protestante na região” (AMARAL, 2005, p. 62).

Uma das estratégias de conquista utilizada pelo campo religioso era o trabalho em escolas. Na mesma página destacada no parágrafo anterior, Amaral ainda observa que “[...] os protestantes deram visibilidade ao trabalho educacional, utilizando-o como parte da evangelização. Apoiados nesse propósito fundaram a Escola Presbiteriana Erasmo Braga, no dia 6 de abril de 1939”. Os protestantes, além das escolas, também realizavam um trabalho fortalecido com na aldeia indígena, a “Missão Caiuá”.

Reis (2014, p. 81) indica a abertura de escolas como uma estratégia missionária utilizada pelos protestantes, uma vez que possibilita abarcar objetivos das Igrejas Evangélicas, tais como: ensinar a palavra de Deus aos brasileiros, convertê-los às suas doutrinas e, a partir daí, ensinar um modelo de civilização. Dessa forma, torna-se possível compreender a preocupação de freis franciscanos em conseguir irmãos para os trabalhos em Dourados: para que se fizessem frente à expansão do protestantismo.

Diante de tal conjuntura, a escola acabava por ser uma estratégia evangelizadora primorosa para Protestantes e Católicos, os quais comporão parte da sinfonia da história da educação no município de Dourados. A seguir, discorreremos sobre a chegada e instalações da escola confessional Católica Escola Franciscana Imaculada Conceição.

1.2.2.2 A chegada e as instalações

Figura 2: Foto “Chegada das Irmãs em Dourados”. 1955.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Imbuídas no lema da fundadora “Deus Cuida” e trazendo na bagagem a experiência educativa da congregação, as Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã foram recebidas por autoridades e alguns douradenses. Elas passaram por alguns ritos de acolhida na casa de autoridades, na Igreja e na casa canônica, com direito ao discurso por Frei Teodardo: “[...] assim (como) I. (irmã) Clara e suas companheiras haviam trazido as bênçãos de Deus sobre Assis, da mesma maneira Dourados esperava as Irmãs portadoras de graças intermediárias entre o povo e Deus” (CRÔNICAS ESCOLA IMACULADA, 1955).

A chegada das Irmãs em Dourados no ano de 1955 representou um marco histórico ao município, que contou com o registro fotográfico ao lado da autoridade religiosa (o padre) e de representantes da sociedade local, na pessoa de Neuza Amaral.

A respeito dos registros fotográficos, Pierre Bourdieu, ao analisar os usos sociais e o sentido das imagens e da prática fotográfica na sociedade camponesa de Béarn, na França, no início dos anos de 1960, salientou que tais cerimônias eram fotografadas por estarem fora da rotina diária e deviam ser fotografadas para solenizar e materializar a imagem do grupo fotografado. Por isso,

[...] as fotografias são vistas e apreciadas não em si mesmas e por si mesmas, isto é, em termos das suas qualidades técnicas ou estéticas, mas como sociogramas leigos que possibilitam um registro visual das relações e papéis sociais existentes (BOURDIEU; BOURDIEU, 2006, p. 31).

A fotografia se tornou, de forma necessária, um ritual, com a função de consagrar, sancionar e santificar um momento, além de referendar a importância social de um grupo social em determinado tempo e lugar. Dessa forma, entendemos a importância e relevância social para a época desse registro fotográfico, representado na figura 2, como um sociograma representativo dos papéis sociais da época.

Na figura 2, foto intitulada “Chegada das irmãs em Dourados”, observamos o avião da Força Aérea Brasileira (FAB) no aeroporto de Dourados com chão gramado. Da esquerda para a direita, contamos 7 irmãs, sendo que a oitava parece estar atrás de Frei Teodoro, Senhora Nelza Amaral e uma outra senhora. Nas Crônicas, relatam a vinda de 6 pioneiras e duas mães acompanhantes.

No que tange às vestimentas, nossa atenção se volta para a túnica do frei franciscano, longa, com provável capuz e corda na cintura, conforme a regra de humildade do hábito dos frades menores de São Francisco de Assis. Por sua vez, o hábito (vestes) das irmãs seguem o mesmo padrão franciscano, com o complemento do véu para a cobertura da cabeça. O uso da veste religiosa se torna sinal de que as freiras são mulheres escolhidas e consagradas a Deus. O hábito ou a batina é seu respectivo modelo, representam a diferenciação entre as diversas congregações católicas.

Quanto ao modelito de Neusa Amaral, apresenta ares de alta costura, característica dos anos 1950, com cintura bem modelada e um leve sapato de salto. Como mulher precavida às intempéries temporais, Neusa carrega consigo um guarda-chuva. Os aspectos singulares da fotografia analisada, configuram-se como um sociograma das relações e papéis sociais existentes em Dourados em meados da década de 1950.

Neusa Amaral era esposa de Celso Müller do Amaral e filha de Antônio de Carvalho, ex-prefeito de Dourados (1948-1951). Por sua vez, Celso Müller do Amaral era filho do agrimensor responsável por medir Dourados, em 1932, o senhor Vlademiro Müller do Amaral. Esse foi o casal responsável por doar parte da área onde se instalou a Escola Imaculada Conceição, bem como as demais terras nas quais foram construídas outras instituições de ensino em Dourados. São exemplos do que se fala a Escola Estadual Presidente Vargas, da qual Celso Müller Amaral foi o primeiro diretor, e a área do Centro Universitário de Dourados (CEUD), atual Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Unidade I.

Celso do Amaral pensou em ser franciscano, estudou em colégio católico e frequentou por sete anos o Seminário Seráfico São Luís de Tolosa, no estado do Paraná. Neste local, ele cursou Ciências da Humanidade, porém descobriu que não tinha vocação

para a vida religiosa. Formou-se em Química, na Faculdade Mackenzie, em 1949, e ministrou aulas de Geografia e História no Território Federal de Ponta Porã. Celso do Amaral demonstrava interesse pelas questões de ensino, tanto que lutou pela implantação de escolas em Dourados, em virtude de um idealismo em “ver a cidade crescer” e formar “uma nova elite” (ROSA, 1990, p. 161-167).

Amaral tinha como irmã, fruto do segundo casamento de seu pai, Adiles Amaral Torres. Ela se casou com o advogado Weimar Gonçalves Torres, o qual foi eleito vereador e fundou o Jornal *O Progresso*, em Dourados, no ano de 1951.

Este jornal se transformou em um dos principais veículos de comunicação na época e seu conteúdo versava sobre diferentes temáticas sociais. Uma de suas colunas, denominada “Coluna Religiosa”, foi responsável por registrar a chegada das Irmãs e suas ações educativas.

Conforme o jornal *O Progresso*, de 23 de janeiro de 1955, na coluna “O que os vereadores fazem”, encontramos uma reclamação do Frei Teodardo Leitz quanto ao pagamento de auxílio da casa das Irmãs Franciscanas, ao que a câmara respondeu “[...] tendo se decidido consultar o Prefeito sobre o assunto, o qual respondeu que, devido à falta de numerário pagará, apenas CR\$ 20.000,00 - pagando o restante após o recebimento da quota do fundo rodoviário” (ACTA DA 124.a SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL). Incide aqui a ajuda do poder municipal para a vinda das religiosas, com a finalidade de atuar no campo da educação, na ânsia de efetivar melhorias culturais progressistas para a cidade.

Na edição do dia 6 de fevereiro de 1955 do Jornal *O Progresso*, encontramos na parte superior da primeira página a frase destacada: “Chegarão a Dourados, no dia 9 deste mês, em avião especial da FAB as revdas (reverendas). Irmãs Franciscanas. Vide artigo a respeito na Coluna Religiosa”. Este artigo do Jornal foi assinado pelo Frei Teodardo, no qual consta o seguinte trecho: “O exmo. Sr. Comandante da zona aérea do Rio Grande do Sul pôs gentilmente um avião da FAB à disposição das Irmãs, de maneira que as mesmas farão o percurso de Santa Maria até Dourados diretamente em avião especial” (O PROGRESSO, 06/03/1955). Na sequência, nessa mesma matéria do Jornal, o Frei faz um apelo e convite aos católicos:

Vai aqui mais uma vez um veemente apêlo aos nossos católicos no sentido de nos auxiliarem mais ainda, e generosamente nesta obra que

é do comum interesse de todo o Dourados [...] a escola do Patronato e tornará, sem dúvida, um estabelecimento de primeira qualidade e oferecerá, as crianças de Dourados um ensino modelar. Desde já convidamos os pais a matricular seus filhos na escola do Patronato sob a competente direção das Irmãs Franciscanas, que pessoalmente vão administrar, em todas as classes o ensino. A matrícula será aberta no dia 15 deste mês, na Casa das Irmãs O estabelecimento contará com um Curso Primário de 4 anos, Curso de Admissão, Curso Corte e Costuras Jardim de Infância.

Pelas indicações das fontes e levantamentos feitos, a instalação da Escola Franciscana Imaculada Conceição, no município de Dourados, em 1955, foi constituída por uma série de nexos interligados: a preocupação com o avanço do protestantismo por parte dos freis franciscanos, o movimento em povoar o centro do Brasil por parte do governo e o desejo das autoridades locais em manter e/ou formar “uma nova elite”.

Um outro ponto a destacar é o fato de a década de 1950 ser conhecida como os “Anos Dourados”. Tratava-se de uma década de revoluções tecnológicas com implicações sociais, como o rádio e a televisão. Na escala da educação, Souza (2008, p. 186) indica a consolidação de um imaginário de excelência escolar, cultivado nos ginásios e colégios, os quais eram considerados verdadeiros templos de civilização.

Esse aparato de modernidade e desenvolvimentismo também precisava chegar ao Sul de Mato Grosso, talvez isso também justifique a instalação do colégio de freiras, as quais eram consideradas competentes na gestão de ensino. A educação confessional católica conduzida pelas Irmãs colaboraria principalmente na formação da juventude feminina, cujos estereótipos almejados para as mulheres dessa época eram ser bela, bem cuidada, com bons modos, boas donas-de-casa, esposas e mães. Acreditava-se que a mulher virtuosa edificava o lar e, por conseguinte, um lar edificado garantiria o sucesso da sociedade.

No dia 15 de fevereiro de 1955 foram iniciadas as matrículas para o curso primário e as aulas começaram no dia 1 de março daquele mesmo ano, com um total de 300 alunos e, ao final do ano letivo, a escola passou a contar com 485 alunos.

As Irmãs assumiram o “Patronato de Menores”, um trabalho anteriormente administrado pelos freis, a duras penas, pela falta de religiosas e professores na região. Passaram pelo Patronato as Irmãs Bernardinas, em 1941, as quais ficaram por pouco tempo em Dourados e, depois, pela professora Francisca Roja Machado que era mãe do delegado (inspetor da guarda territorial) e, em função da transferência do filho, também deixou a escola dos freis (LIVRO DE TOMBO DE DOURADOS, 1936-1970).

Com o aval dos freis em administrar e conduzir o Patronato, no dia 1 de março de 1955 as Irmãs realizaram uma assembleia geral de fundação do “Instituto Educacional de Dourados”, oficializando nesse ato o nascimento do que seria a atual Escola Franciscana Imaculada Conceição, cujo projeto foi aprovado de forma unânime. Nessa assembleia, as Irmãs expuseram “[...] a alta importância de um Instituto que se dedicasse inteiramente à educação e a instrução religiosa e patriótica da juventude” (ATA Nº1). No mesmo dia, submeteu-se a discussão e a aprovação de um anteprojeto de Estatutos para o Instituto Educacional de Dourados. Por aclamação, foi constituída a primeira diretoria, da seguinte forma: como Diretora, a Madre Maria Liuba Hech; para Secretária, a Irmã Miraci Adams; para a Tesoureira, Irmã Maria Rosita Meyer.

O Instituto Educacional de Dourados, cujo atendimento era voltado para os alunos do Patronato de Menores, situava-se fora do perímetro central, distante de onde se localizava a Igreja. A partir desse cenário, as Irmãs chegaram a seguinte conclusão:

Como o Patronato fica muito afastado do Centro, resolvemos abrir uma Filial na Antiga Casa Paroquial que fica ao lado da Igreja, recebendo esta escola o nome de Filial Patronato de Menores Santo Antônio. Foi um golpe para a seita protestante, pois muitos alunos que antes frequentavam a escola evangélica, agora passaram para o Patronato. Iniciamos as aulas com um belo número de alunos. Foi um problema achar algumas professoras (CRÔNICAS ESCOLA IMACULADA, 1956).

Dessa forma, observa-se que as Irmãs se utilizaram de estratégia expansionista em seus trabalhos, os quais podem ser comprovados a partir das seguintes situações: ao assumir o Patronato, elas criaram o Instituto Educacional e, assim, com a criação do Instituto, surgiu a oportunidade de uma filial, o Patronato de Menores Santo Antônio, que mais a frente se tornou o Educandário Santo Antônio. A escassez de professores tornou-se um problema para as Irmãs, o qual procurou ser sanado a partir da abertura da primeira escola de Curso Normas da cidade.

Em 1959 dois fatos novos também corroboraram para as intenções religiosas: primeiro foi o “[...] início da Escola Normal do Instituto Educacional. O número de alunas é por enquanto pequeno, sendo 17 do 1º grau e 6 do 2º grau” (CRÔNICAS ESCOLA IMACULADA, 1959) e o segundo, a construção do prédio do Instituto Educacional de Dourados, na Vila Progresso.

A construção do prédio na Vila Progresso teve sua obra iniciada em 1959 e foi concluído apenas em 1969. Em 30 de janeiro de 1959, as Irmãs transferiram sua moradia para a Vila Progresso. O trajeto feito por elas até as escolas era de charrete ou bicicleta.

Figura 3: Foto ilustrativa. As irmãs e seus meios de transportes em frente ao 1º convento. 1955.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Ao observarmos a figura 3, é possível conferir a fachada da primeira casa das Irmãs, situada na esquina entre as ruas Marcelino Pires e General Ozório. Trata-se de uma casa de madeira disposta sobre o chão batido, provavelmente coberta por telhas de barro, com janelas de madeiras e pequenas vidraças (estilo europeu). Em frente à casa, temos duas Irmãs em uma charrete e seis irmãs com suas bicicletas, sendo esses os veículos utilizados para o transporte das irmãs no perímetro da cidade, a demonstrar sinais de modernidade na época. A charrete e as bicicletas eram utilizadas em suas idas e vindas educativo/missionárias. No entorno das Irmãs, destaca-se a presença de crianças, talvez descalças, provavelmente alunos do Patronato ou grupos de catequese.

O trabalho educativo das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã no município de Dourados se iniciou com o Instituto Educacional de Dourados, ao assumir e administrar a escola primária Patronato de Menores, anteriormente administrada pelos freis franciscanos.

Com o Instituto Educacional de Dourados, de 1955 a 1961, implantam-se os seguintes cursos: Normal Regional e Normal Colegial (1959) e o Ginásio Secundário (1961). Em 1962, o Instituto Educacional de Dourados se transformou no Colégio Imaculada Conceição e, em 1971, instituiu-se o Pré-primário e Primário. Com toda essa demanda de atendimento educativo era necessário a garantia de mecanismos organizativos, a saber: infraestrutura física (prédio da escola), administração da escola e currículo, aspectos que serão apresentados no capítulo a seguir.

CAPÍTULO II

RUMO AO “PROGRESSO”:

Espaço escolar franciscano - arquitetura, localização, aspectos administrativos e curriculares

Oito mulheres corajosas com um ideal a cumprir
Fundaram na nova Dourados o saber para o porvir
Muitos desafios encontraram, mas com zelo e terno amor
Um ideal profetizaram e cumpriram com vigor.

Na busca da pura verdade
propagando a paz e o bem
com esperança e liberdade
acolhendo a quem nos vem

Braços dados com a evolução da ciência com sabedoria
Numa constante devoção na educação dia a dia
Nesta cidade altaneira um nome surge na história
Imaculada padroeira abençoa essa vitória

(HINO ESCOLA FRANCISCANA IMACULADA CONCEIÇÃO,
2005).

Discorreremos nesse capítulo sobre os mecanismos organizacionais da Escola Franciscana Imaculada Conceição no que tange à arquitetura (prédio escolar), administração da escola e currículo. Para Nóvoa (1999),

O funcionamento de uma organização escolar é fruto de um compromisso entre estrutura formal e as interações que se produzem no seu seio, nomeadamente entre grupos com interesses distintos. Os estudos centrados nas características organizacionais das escolas tendem a construir-se com base em três grandes áreas:

- *a estrutura física da escola*: dimensão da escola, recursos materiais, números de turmas, organização dos espaços, etc.;

- *a estrutura administrativa da escola*: gestão direção, controle, inspeção, tomada de decisão, pessoal docente, pessoal auxiliar, participação das comunidades, relação com as autoridades centrais e locais, etc.;

- *a estrutura social da escola*: relação entre alunos, professores e funcionários, responsabilização e participação dos pais, democracia interna, cultura organizacional da escola, clima social, etc. (NÓVOA, 1999, p. 25).

António Nóvoa (1999), em sua obra *As organizações escolares em análise*, considera a escola, enquanto organização educativa, um dos processos mais significativos, uma vez que se justifica pela junção de fenômenos técnicos, políticos, movimentos científicos e de ordem profissional. O pesquisador ressalta a importância do contributo científico nas pesquisas dessa natureza, mas demonstra sua preocupação na subestimação desse tipo de estudo e apresenta a emergência de uma sociologia das organizações escolares centrada na sala de aula e suas perspectivas socioinstitucionais. Para Nóvoa (1999, p.15-16), a instituição escolar:

[...] é uma das realidades mais interessantes da nova investigação em Ciência da educação. [...]. As instituições escolares adquirem uma dimensão própria, enquanto espaço organizacional onde também se tornam importantes decisões educativas, curriculares e pedagógicas. [...]. As escolas constituem uma territorialidade espacial e cultural, onde se exprime o jogo dos atores educativos, internos e externos; por isso sua análise só tem verdadeiro sentido se conseguir mobilizar todas as dimensões pessoais, simbólicas e políticas da vida escolar, não reduzindo o pensamento e a ação educativa a perspectivas técnicas, de gestão ou de eficácia *stricto sensu*.

Em suas territorialidades espaciais e culturais, as instituições educativas constroem suas identidades a partir das suas opções educativas, curriculares e

pedagógicas traduzidas nas estruturas organizacionais e nos papéis políticos dos seus atores.

Como estrutura organizacional, considera-se neste trabalho a forma pela qual as atividades da instituição educativa são divididas, organizadas e coordenadas, além de incluir aspectos físicos (instalações), administrativos e pedagógicos. Tal organização se configura em uma rede de significados composta por regras, normas e seus atores sociais, os quais participam e interagem ativamente no contexto escolar. Essas ações e suas composições organizacionais acabam por definir a cultura escolar da instituição.

Conforme Viñao Frago (1998, p. 169), a cultura escolar se expressa como um conjunto de:

[...] ideias, pautas e práticas relativamente consolidadas, como modo de hábitos. Os aspectos organizativos e institucionais contribuem [...] a conformar uns ou outros modos de pensar e atuar e, por sua vez, estes modos conformam as instituições num outro sentido.

Dessa forma, a escola passa a se estruturar sobre normas, valores, significados, rituais, formas de pensamento e inculcação de comportamentos. Esse conjunto de características constituídas no cotidiano escolar se manifesta por meio da retórica arquitetônica, administrativa, curricular e das práticas pedagógicas. A instituição educativa passa a ter sua cultura definida de acordo com o aparato educacional a que desenvolve.

2.1 Arquitetura escolar: “Templos de civilização”³¹

Rosa Fátima de Souza, ao prefaciar a obra *História da educação, arquitetura e espaço escolar* (2005), argumenta sobre a possibilidade de leitura e interpretação da história da educação brasileira por meio da arquitetura dos edifícios escolares, intitulado-os como portadores de significados múltiplos da cultura escolar:

[...] é nesse domínio dos silêncios ordinários que se encontra a potencialidade da escuta. A tarefa exige olhar clínico, sensibilidade para o pouco aparente e atenção ao diverso. As várias dimensões implícitas no espaço escolar permitem compreendê-lo como uma linguagem decifrada. À racionalidade funcional, emprego e uso agregam-se outros

³¹ “Templo de civilização” é um termo utilizado por Rosa Fátima de Souza (1998).

componentes como o caráter educativo, as dimensões simbólicas, as tecnologias de controle das mentes e dos corpos (BENCOSTA, 2005, p. 8).

Desta forma, diferentes dimensões podem ser contempladas e descortinadas no estudo da arquitetura escolar por meio dos seus aspectos relacionais, isto é: o caráter educativo e as dimensões simbólicas, além do controle de mentes e corpos.

Para esse tipo de estudo, faz-se necessário despertar o olhar, a sensibilidade e a atenção aos mínimos detalhes em busca de outros horizontes, os quais possibilitam incitar novos debates em História da Educação.

Durante o período imperial brasileiro, a escola pública se configurava como a extensão da casa do professor. Muitas vezes, essas escolas funcionavam nas paróquias ou em espaços improvisados, sem os devidos recursos. Esta realidade passou a ganhar novos contornos apenas no período republicano, quando se iniciou uma preocupação em construir prédios escolares.

Sobre esse ponto, Souza (1998, p. 123) – ao discorrer sobre a retórica arquitetônica da escola primária pública no período de 1890-1910, os ditos “templos de civilização” – afirmou que a arquitetura escolar pública se implantou na configuração do espaço, das concepções pedagógicas e do projeto político elaborado para a educação popular, visto que caberia à escola ‘convencer, educar e dar-se a ver’. O espaço escolar se tornou digno de uma identificação arquitetônica própria, de tal forma que passou a exercer ação educativa dentro e fora de seu entorno, no início do período republicano.

Com o processo de urbanização e industrialização a escola assumiu um papel mais racional e padronizado. Situação a qual favoreceu a disseminação de um modelo arquitetônico escolar pelo Brasil a fora, conforme destaca a pesquisadora Souza (1998) na mesma página aqui referenciada:

O edifício-escola deveria exercer, portanto, uma função educativa no meio social. Além disso, estabelecer a correspondência da escola e o espaço ocupado. Deveria ser um fator de elevação de prestígio do professor, um meio de dignificar a profissão e provocar a estima dos alunos e dos pais da escola.

O projeto arquitetônico precisava elevar a imagem de prestígio da instituição, dos docentes, discentes e suas famílias, de forma a se tornarem verdadeiros “templos de civilização” em meio a sociedade da época. A projeção do espaço do edifício-escola disputava lugar de destaque no cenário urbano, muitas vezes instalado próximo à Igreja,

à Câmara Municipal ou aos palacetes dos coronéis. De acordo com Souza, a arquitetura do prédio-escola carregava a responsabilidade de enaltecer, qualificar e seduzir os corpos e as mentes de alunos ao processo educativo desenvolvido em seu interior.

2.1.1 A magnificência do prédio escola-convento

A chegada das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã em Dourados no ano de 1955, conforme visto no capítulo anterior, configurou-se como uma oportunidade de crescimento e melhoria de capital cultural³² para a cidade. Afinal, as Irmãs traziam no bojo da Missão, suas vastas experiências em educação - parte dela desenvolvida na Holanda, na Alemanha e no sul do Brasil.

Neste período, em solo nacional, dava-se continuidade ao desenvolvimento da política varguista, caracterizada pela centralização do poder e de cunho nacionalista. Ao lado disso, abria-se espaço para a inserção do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) e o seu Plano de Metas, que tomava por prioridade o desenvolvimento econômico do país, cujo objetivo se resumia no lema: “50 anos em 5”.

É neste cenário político-econômico que, em uma perspectiva local, o município de Dourados apregoava um discurso de cidade altaneira, com vias de plausível desenvolvimento. E assim, o distrito de Dourados, considerado em seus primórdios como local de representações do sertanejo e da barbárie, localizado em região fronteira, passou a fazer parte do olhar protetivo nacional. Ou ainda, conforme Mercolis A. Ernandes: “[...] o sul do antigo Mato Grosso, recebeu por parte do Estado políticas de defesa, povoamento, controle e integração” (ERNANDES, 2009, p. 25).

Essas políticas tiveram grande importância para a fronteira, de forma que Dourados passou a ser percebida e “[...] transformada, pelas construções identitárias, em reserva de brasilidade” (ERNANDES, 2009, p. 30). O discurso de espaço “sertanejo e de barbárie”, antes pejorativo, precisava se transformar em atrativo. Dourados passou a figurar como lugar de presumível “progresso”.

³² A noção de capital cultural se impôs, primeiramente, como uma hipótese indispensável para abordar a desigualdade de desempenho escolar infantil, cujos sujeitos pertencem a diferentes classes sociais. A ideia é relacionar o “sucesso escolar” – ou melhor, os benefícios específicos que as crianças, pertencentes a diferentes classes e a frações de classes, podem obter no mercado escolar – à distribuição do capital cultural entre as classes e as frações de classes. (Cf. BOURDIEU, Pierre. Les trois états du capital culturel. *Actes de la recherche en sciences sociales*. Paris, n. 30, novembro de 1979, p. 3-6. CASTRO, Magali de (Trad.). NOGUEIRA, Maria Alice (Rev. Téc.).

A esse respeito, Rodrigo dos Reis (2014, p. 14) sinaliza o significativo papel da imprensa douradense em contribuir “[...] para a construção de uma terra promissora e com grande perspectiva de progresso”. Além das notícias, os jornais locais foram importantes meios para tentar desconstruir um imaginário de atraso, barbárie e incivilidade. Dentre os jornais circulantes, estavam: *O Douradense* e *O Progresso*, os quais se destacaram na perspectiva de apresentar Dourados como terra promissora, futurística.

Outros discursos ecoantes na época ressoavam as ações do Estado e a expansão religiosa. Inez Amaral aponta que a busca pela expansão religiosa, não estava restrita a apenas uma ou outra denominação religiosa:

Essa pretensão estava presente nas ações dos presbiterianos, dos adventistas, dos batistas, dos assembleianos, dos espíritas e até dos maçons, inclusive com a utilização de estratégias similares. Todos se propunham a criar, a princípio, um espaço para reuniões e uma escola primária. Os comportamentos e atitudes devem ser entendidos no âmbito abrangente da necessidade de integrar a região ao todo nacional e à disputa religiosa (AMARAL, 2005, p. 64-65)

A atitude expansionista dos grupos religiosos no município de Dourados e suas estratégias doutrinárias vinham ao encontro das políticas de integração nacional e se tornavam grandes colaboradoras desse processo. Como observa Ernandes, “[a] intenção [político-ideológica] era criar um novo homem e uma nova sociedade. Os ideais de civilização e progresso seriam alcançados por meio do indivíduo patriota, virtuoso, trabalhador, ordeiro e religioso” (ERNANDES, 2009, p. 35).

Nesse sentido, a Igreja (católica ou protestante) se mostrava a engrenagem necessária na composição desse cenário, afinal, com o seu papel missionário, moralista e civilizador; exerceria a função de auxiliar o Estado a atingir seus propósitos de desenvolvimento nacionalista rumo a um novo perfil de sociedade.

A Igreja Católica, nesse instante histórico, mostrava-se atuante no desempenho do papel das ações socioeducativas, cujo objetivo era ganhar mais espaço religioso. Dessa forma, o trabalho socioeducativo, por meio da implantação de escolas confessionais, apresentava-se como oportuno.

O atendimento escolar do Instituto Educacional de Dourados, atual Escola Franciscana Imaculada Conceição, iniciou-se em 1955, na Ação Social Franciscana, mais especificamente, no Patronato de Menores (ASFPM), localizado na atual Paróquia São José Operário (Avenida Marcelino Pires, 790).

Em 1956, com vias de crescimento educacional, as Irmãs abriram uma filial, o Patronato de Menores Santo Antônio, na área central, próximo a atual Igreja Matriz (Rua João Cândido da Câmara, 400), que nos anos seguintes passou a se chamar Educandário Santo Antônio, sendo este também dirigido pelas Irmãs Franciscanas.

Em vias oportunas de expansão da Missão Franciscana, em 1958 surge um novo convento no município vizinho, na cidade de Itaporã, onde também iniciaram o atendimento no campo educacional. Segundo Rodelini (2015), em sua dissertação de mestrado, intitulada “Grupo Escolar Antônio João Ribeiro: cultura escolar primária em Itaporã – MT”, a administração educativa das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã ocorreu durante quatorze anos, no referido grupo escolar.

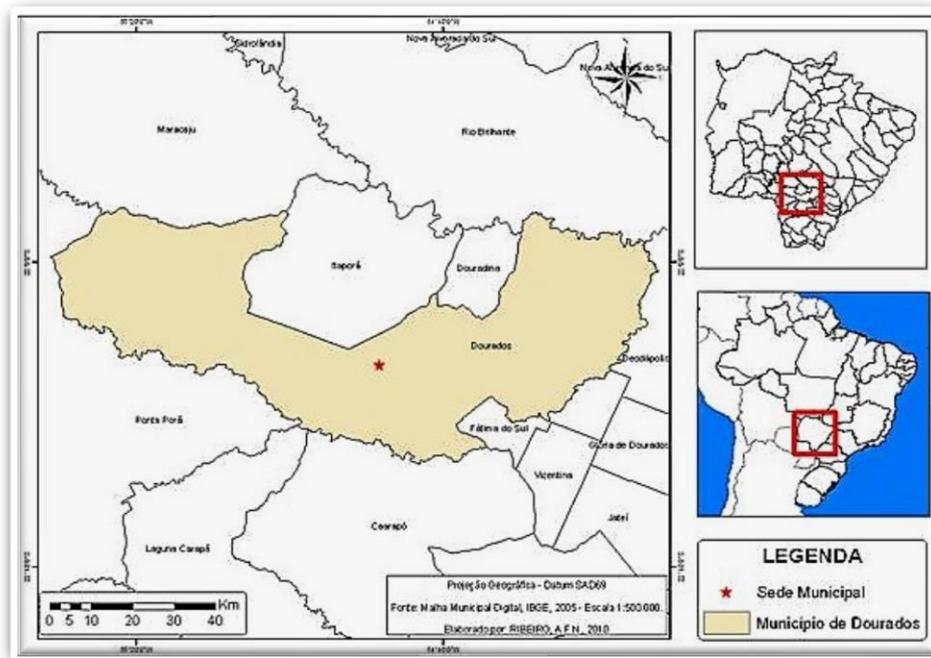
Diante da propagação dos trabalhos com a educação, em outubro de 1959 foi iniciado a construção do prédio próprio do Instituto Educacional de Dourados, atual prédio da Escola Franciscana Imaculada Conceição. O local da obra era afastado do centro da cidade, porém apresentava expectativas de futuro desenvolvimento, característica expressa em seu nome: Vila Progresso.

A respeito do desenvolvimento da região da Grande Dourados, de acordo com os estudos de Santana Júnior (2009, p. 97), este local:

[...] atualmente é um dos principais pólos econômico de atração do estado. Composta por 13 municípios: Dourados, Caarapó, Juti, Itaporã, Maracajú, Douradina, Rio Brillhante, Nova Alvorada do Sul, Fátima do Sul, Vicentina, Jateí, Glória de Dourados e Deodópolis.

Esta região está situada no centro sul do estado e ocupa uma área de 20.941,62 km², que representa 5,86 % do território do estado de Mato Grosso do Sul.

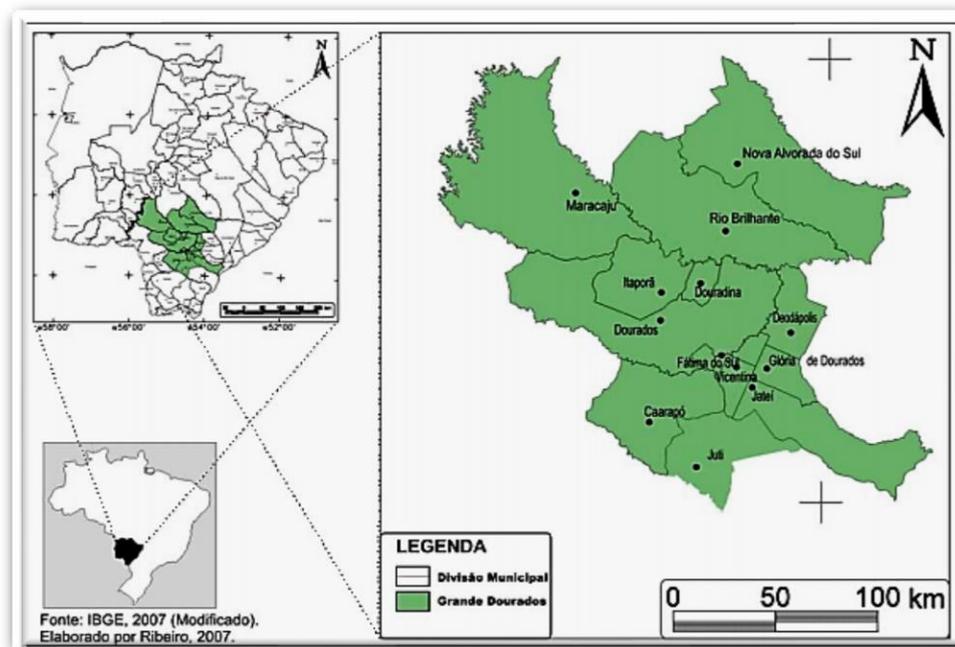
Figura 4: Mapa da localização da sede municipal de Dourados MS.



Fonte: Malha Municipal Digital 2005. Disponível em:

<<http://elistas.egrupos.net/lista/encuentrohumboldt/archivo/indice/3180/msg/3255/cid/415B8A4D3C0A4C5E87861F83CBA3C109@ANA>>. Acesso em: 11/03/2018.

Figura 5: Mapa da localização da região da Grande Dourados-MS.



Fonte: SANTANA JUNIOR, Jaime Ribeiro de. *Formação territorial da região da Grande Dourados*. Geografia - v. 00, n. 0, jan./jun. 2009 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências 89. Formação Territorial da Região da Grande Dourados: Colonização e Dinâmica Produtiva. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/2367/3300>>. Acesso em: 11/03/2018. p. 98.

Figura 6: Mapa da localização da Escola Franciscana Imaculada Conceição 2018.



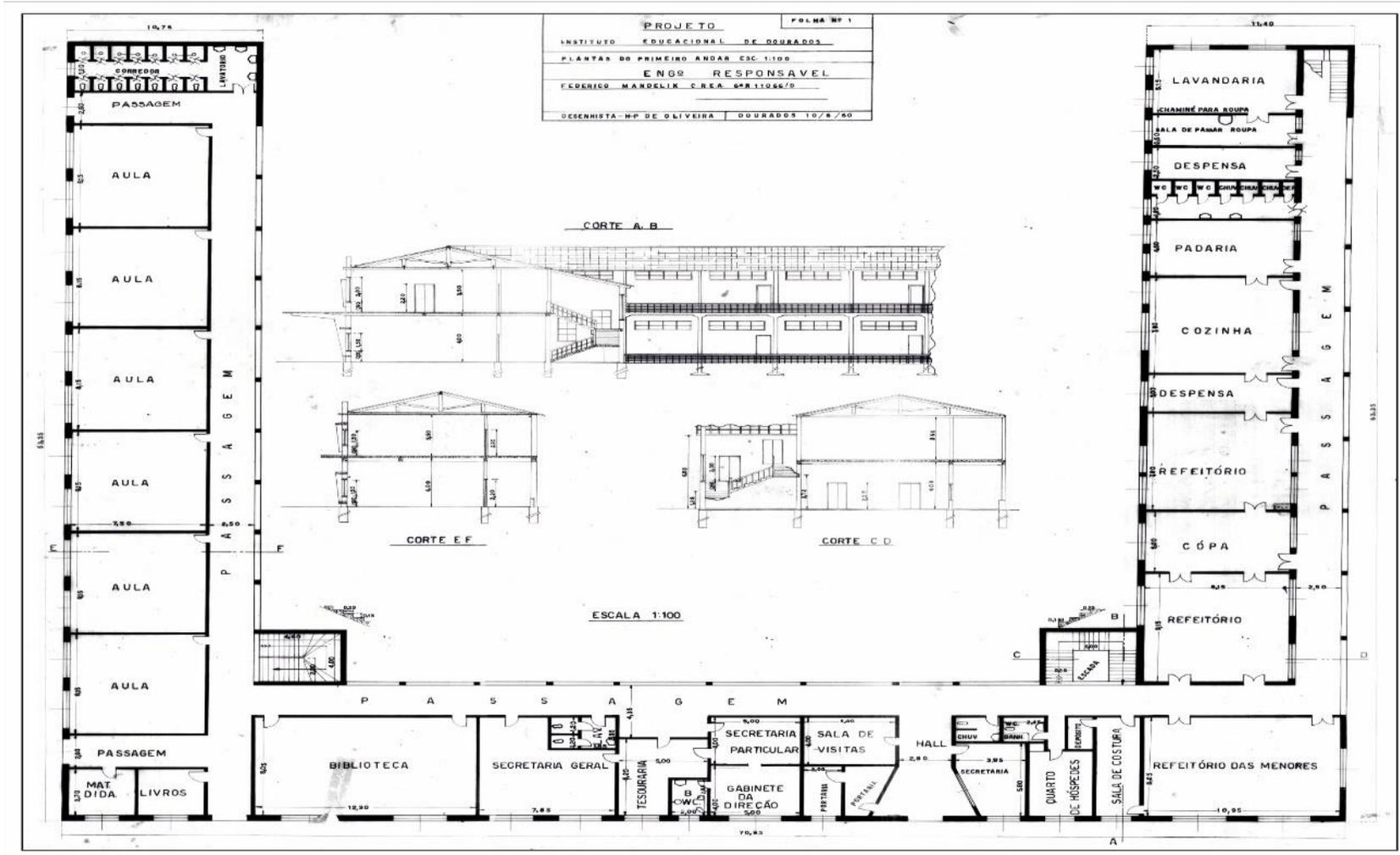
Fonte: Google Maps. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/>>. Acesso em: 11/03/2018.

Localizado no centro sul do estado de Mato Grosso do Sul, o município de Dourados conta com uma área de 4.086.237Km², de acordo com o IBGE de 2016. Esta cidade está localizada a 121 km da linha de fronteira do Brasil com o Paraguai e dista 225 km da capital Campo Grande. E conta com uma população estimada em 218.069 habitantes, conforme senso de 2017. Por sua vez, o processo de desenvolvimento da cidade aconteceu de forma gradativa, de modo a favorecer o progresso social, cultura e econômico da região, conforme as expectativas de progresso, semeadas na década de 1950.

Nesta cidade, em conformidade com o Livro de Crônicas da Escola Imaculada Conceição (1955-1970), a aquisição do terreno para a construção dessa escola aconteceu por meio de doações. Uma parte da terra foi doada pelo Senhor Vlademiro Müller do Amaral e a outra, comprada pelas Irmãs através de doações recebidas de famílias. As ruas que cortavam as quatro quadras foram doadas pela prefeitura de Dourados, no ano de 1966, formando um único terreno onde se localiza a Escola Franciscana Imaculada Conceição. Segundo as Crônicas, a construção do prédio escolar só foi concluída em 1969, devido à escassez de água e recursos financeiros.

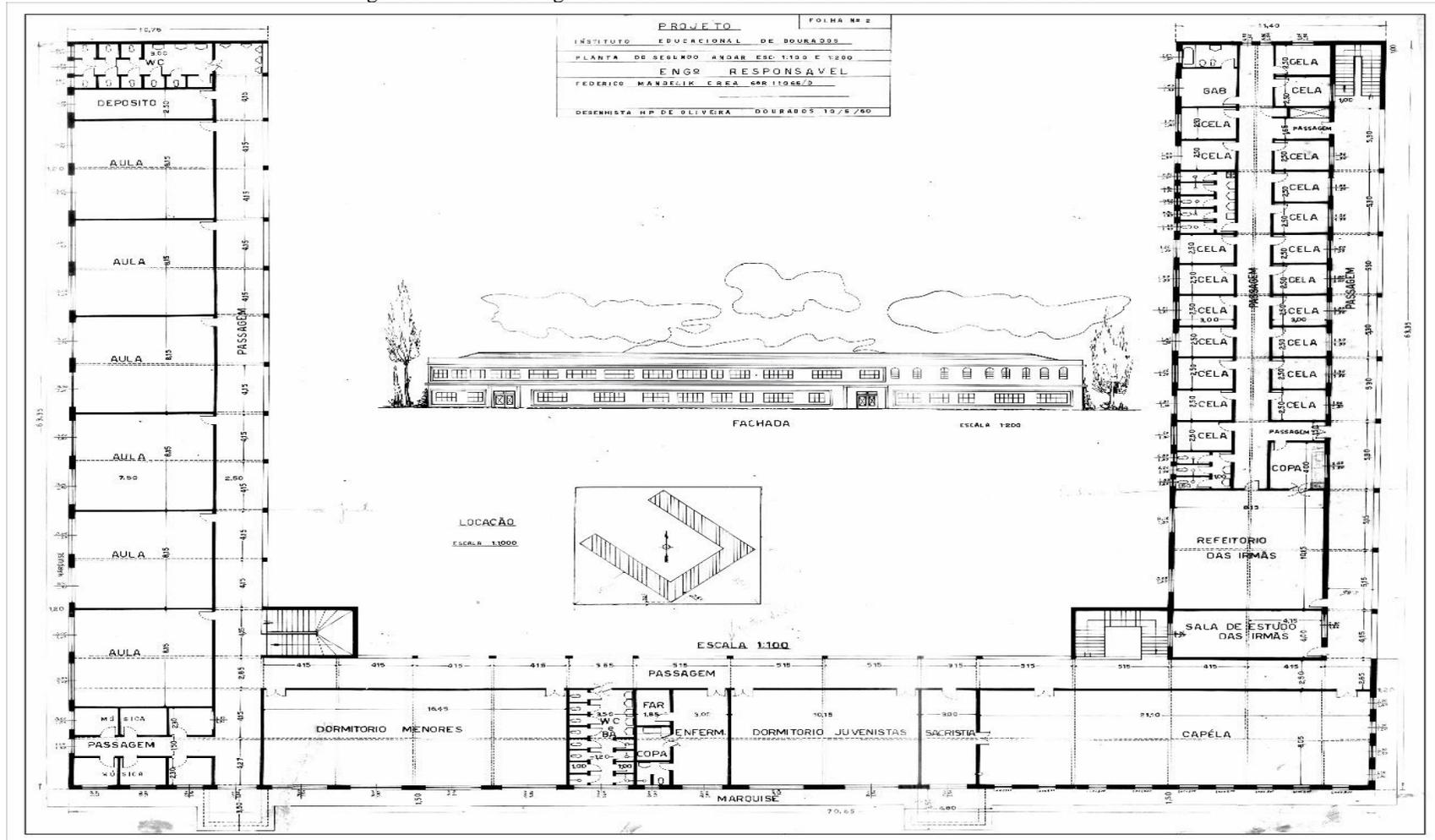
O projeto arquitetônico do Instituto Educacional de Dourados foi elaborado pelo engenheiro Federico Mandelink (CREA 6ªR 11066/D) e pelo desenhista H.P. de Oliveira, em 10 de junho de 1960, compondo-se de duas folhas. A primeira folha apresentava as plantas do primeiro andar e a segunda, plantas do segundo andar. Conforme figuras 7, 8 e 9 dispostas a seguir:

Figura 7: Plantas do primeiro andar Instituto Educacional de Dourados. 10/06/1960.



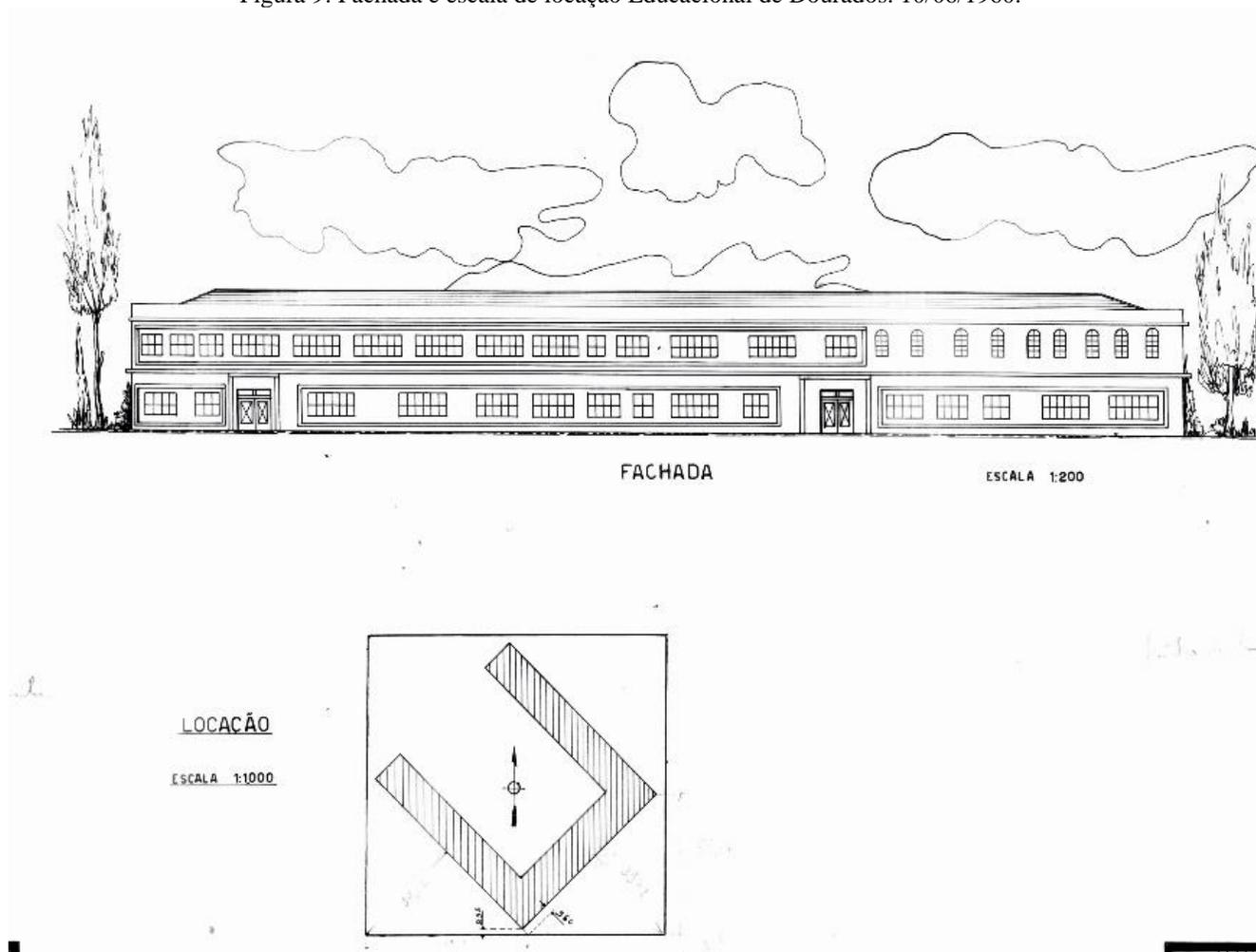
Fonte: Acervo da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Figura 8: Plantas do segundo andar Instituto Educacional de Dourados. 10/06/1960.



Fonte: Acervo da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Figura 9: Fachada e escala de locação Educacional de Dourados. 10/06/1960.



Fonte: Acervo da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

O projeto arquitetônico dessa escola demonstrava sua monumentalidade na exuberância de sua fachada e ao ocupar toda a extensão da quadra em formato de “U”, com um grandioso pátio interno, conforme figura 9.

No primeiro andar (figura 7), no térreo, conforme projeto arquitetônico, tem-se uma entrada principal do lado direito, com um hall de entrada principal, e do lado esquerdo uma outra entrada, de modo a indicar mais uma opção de circulação de pessoas (entrada/saída). Logo na entrada principal, estão duas saletas que acompanham a portaria, a secretaria e uma sala de visita. Em seguida, pelo lado esquerdo, temos o gabinete da direção com banheiro privativo e uma sala de secretaria particular. Na sequência, está a tesouraria, a secretaria geral com lavabo, a biblioteca, duas saletas para armazenar material didático e livros. Como se pode observar, fica claro a intenção de, nesse pavilhão central, concentrar o setor administrativo da escola.

Em seguida, ainda do lado esquerdo, em linha reta, de modo a conduzir um contorno arquitetônico em formato de “U”, existem 6 salas de aula e um conjunto de banheiros coletivos (7 vasos sanitários, 7 chuveiros e 4 lavatórios). Os banheiros, sem separação de sexo, a nosso ver, são indícios de um prédio que objetivava somente a educação feminina, em seus primórdios institucionais.

Na continuidade da análise do projeto arquitetônico, a seguir, do lado direito do hall de entrada, há um banheiro para chuveiro e outro com sanitário, próximo a um quarto de hóspedes. Em seguida, existe um depósito, uma sala de costura e o refeitório das menores. A expressão “das menores”, aparenta mais uma indicação de que a arquitetura foi preparada para jovens do sexo feminino.

Por conseguinte, do lado direito, em linha reta, a seguir a arquitetura do “U”, há outro refeitório, uma copa e um outro refeitório. Na sequência, a despensa, a cozinha, a padaria, banheiros (4 chuveiros e 3 sanitários), outra despensa, uma sala de passar roupa e um espaço para lavanderia. O ambiente arquitetônico do primeiro andar, disposto na figura 7, caracterizou-se por ambientes administrativos, de serviços gerais e algumas salas de aula.

Já o segundo andar, conforme figura 8, em sentido central, a começar do lado direito para o esquerdo, há um considerável espaço para a capela (21,10m x 8,05m) e uma sacristia. Em seguida, um dormitório para as juvenistas (jovens candidatas a vida religiosa), uma sala de enfermagem, junto a uma farmácia, uma copa e banheiros. Na sequência, banheiros coletivos (6 sanitários, 5 chuveiros, 5 lavatórios) e o dormitório das menores.

Em sentido reto, do lado esquerdo, a completar o modelo arquitetônico em “U”, existem 6 saletas para a música, 6 salas de aula, um depósito e banheiros coletivos (8 sanitários e 8 lavatórios). Do lado direito, em linha reta, em formação ao modelo da arquitetura em “U”, tem-se a ala do convento reservada às religiosas, com uma sala de estudos, um refeitório, uma pequena copa, 3 banheiros (sanitário e chuveiro juntos) e a partir daí, há 20 celas (2,5 x 3), uma em frente a outra, e entre elas 5 banheiros coletivos (sanitário e chuveiro), no final do corredor, ainda existe um gabinete e um banheiro maior.

Quanto aos dormitórios, nossa atenção se voltou para a forma diferenciada do quarto das irmãs, os quais são chamados de “cela”. O termo cela³³ faz referência a um pequeno aposento com infraestrutura mínima de conforto. O aposento cela é algo comum na arquitetura e composição da tecnopolítica disciplinar de conventos e mosteiros. Sua funcionalidade intenciona a recolha e o controle da conduta do indivíduo, aspectos que se aproximam dos conceitos foucaultiano das chamadas “Instituições de sequestro”, cujo foco era preparar corpos e mentes por meio da disciplina.

Como se vê, o fator disciplina era uma constante no processo de formação da vida religiosa. Exigia-se a renúncia de bens externos pelo voto da pobreza; do corpo, pelo voto de castidade; da alma, pelo voto de obediência. Pela vivência disciplinar desses votos é que se esperava a progressão da vida vocacional.

Outro aspecto observado a partir deste trabalho de pesquisa foi a organização dos espaços, os quais eram compostos por indícios do movimento higienista – uma corrente de pensamento emergida no final do século XIX que prevaleceu até os anos de 1950, a qual trazia em seu interior um discurso sobre o equilíbrio das dimensões do indivíduo, tanto físico, intelectual e moral. Este movimento higienista objetivava educar para a saúde, com a finalidade de aumentar a expectativa de vida, através de melhores condições humanas. A política higienista buscava a disciplina de cada indivíduo através da conscientização e traziam a escola como um local privilegiado para a divulgação e aplicabilidade de seus ideais.

Em suma, no prédio escola-convento do Instituto Educacional de Dourados constavam espaços relacionados ao cultivo da religiosidade (capela e sacristia); locais para trabalhos administrativos (sala da direção, secretaria, portaria, tesouraria, depósito, sala de material didático e livros); espaços para desenvolvimento de atividades

³³ Compartimento em que se coloca(m) o(s) prisioneiro(s) (em cadeias, penitenciárias etc.). Em mosteiros ou conventos, pequeno quarto que se utiliza para dormir. Num convento, aposento utilizado por um religioso. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/cela/>>. Acesso em: 28/01/2017.

pedagógicas e culturais (salas de aula, sala de música, biblioteca); áreas de serviço e locais adequados para o cuidado com a alimentação (padaria, refeitórios) e higiene (lavanderia, cozinha, banheiros); espaço exclusivo do convento. Desenvolvia-se, através da monumentalidade do prédio, ações socioeducativas direcionadas às religiosas, às vocacionadas e às estudantes.

O edifício escola-convento e sua retórica arquitetônica acabou por exercer uma ação educativa para além dos muros escolares devido a imagem de prestígio que apregoava enquanto arquitetura monumental, com representações de aumento do capital cultural e progresso para a cidade. Além disso, tratava-se de um espaço que carregava o histórico de competência educacional, através do trabalho das Irmãs professoras, oriundas do Continente Europeu.

Todos esses aspectos contribuíram para a construção da identidade da escola confessional católica ali instalada. O prédio-escola-convento era a representação de um verdadeiro “Templo de civilização”, construído na “Vila Progresso”, com a finalidade de atender o mais “fino” segmento social douradense.

2.2 O trato administrativo da instituição educativa

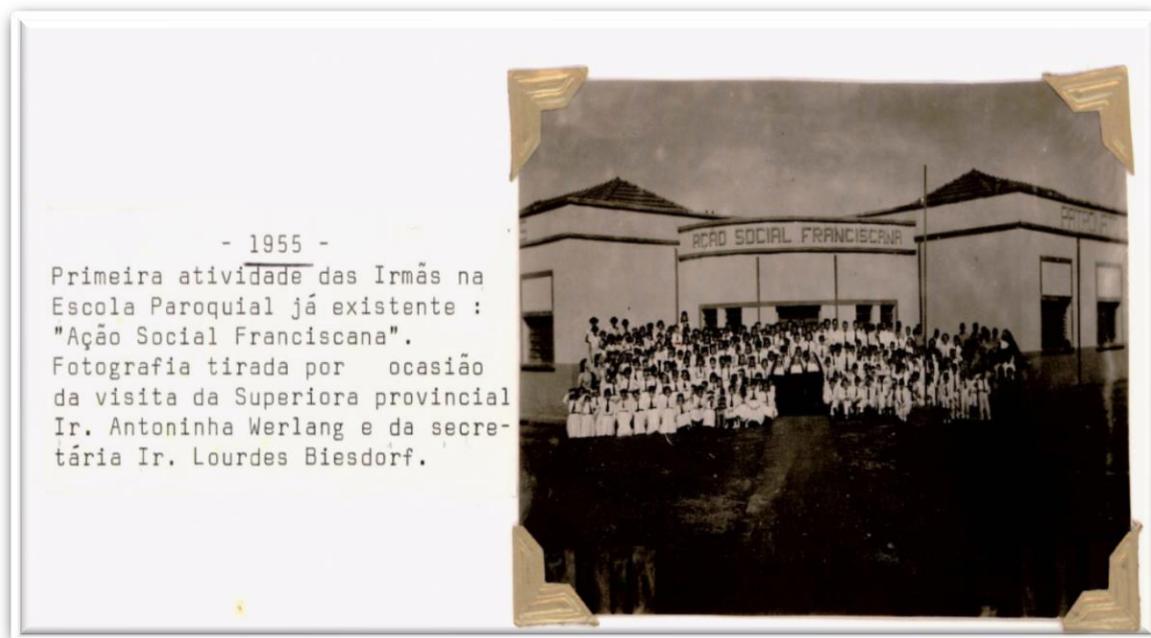
As Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, desde a sua chegada ao Brasil em 1872, realizavam atendimento em três áreas distintas: assistência social, saúde e educação. Para atender ao singular processo administrativo educacional, nasceu em 31 de julho de 1951 a entidade mantenedora da rede de escolas, a Sociedade Caritativa Literária São Francisco de Assis Zona Norte (SCALIFRA-ZN), sediada na cidade de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul.

Após a instalação das Irmãs em Dourados para assumir o trabalho educacional, iniciado pelos Freis Franciscanos na Ação Social Francisca, houve uma atenção administrativa pedagógica precisa. Assim que as religiosas ‘tomaram as rédeas’ da educação confessional católica no município de Dourados, em 1955, aconteceu a oficialização de um novo manejo escolar: a criação do Instituto Educacional de Dourados, cuja finalidade era educar e instruir a infância e a juventude de Dourados por meio da escola primária, escola secundária, e escola normal.

Para atendimento dessas finalidades e para a condução das atividades educativas, elegeu-se uma equipe administrativa composta somente por religiosas.

A seguir, na figura 10, registra-se a primeira atividade educacional do Instituto Educacional de Dourados.

Figura 10: Foto: Primeira atividade educativa das irmãs franciscanas. 1955.



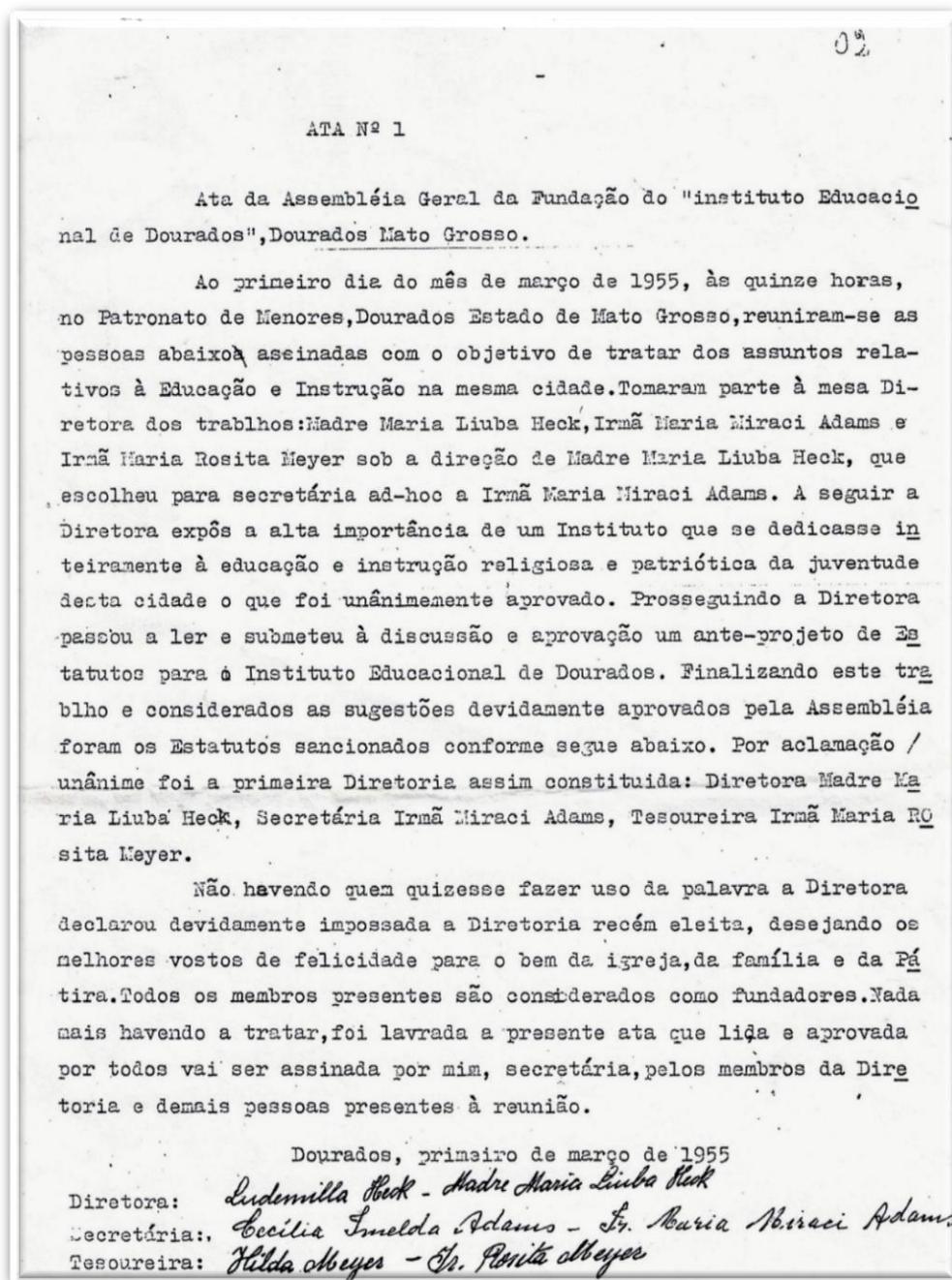
Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

A figura 10, foto intitulada pelas próprias Irmãs em seu álbum fotográfico (1955-1972) como a primeira atividade delas na escola paroquial da “Ação Social Franciscana”, representa o registro do início dos trabalhos educacionais. Ao ler a descrição da foto também é possível perceber que a equipe administrativa local era inspecionada pela equipe administrativa da mantenedora, através de visitas regulares.

Na ocasião, conforme registro fotográfico, ocorreu a visita da Superiora provincial a Irmã Antoninha Werlang e da secretária Lourdes Biesdorf. Na figura 10 é possível perceber ao fundo a estrutura do prédio em alvenaria, formado por dois blocos e uma entrada principal com letreiro “Ação Social Franciscana”. Em frente ao prédio, os estudantes confiados às Irmãs Franciscanas estão organizados para a pose da foto, todos uniformizados, com detalhe para uma gravata no uniforme. Os alunos da frente estão sentados e os de trás, em pé. O piso, aparenta no retrato ser de chão batido. As Irmãs à frente comandam o batalhão de estudantes. Os detalhes da moldura envelhecida retratam que essa fotografia foi feita no intuito de registrar o momento para compor a história e a memória do trabalho desenvolvido pelas Irmãs.

A Ação Social Franciscana com fins socioeducativos era dirigida pelos Freis Franciscanos. Em sua sede funcionava, além dos trabalhos pastorais, a escola Patronato de Menores. Somente a partir de 1955 é que o Patronato foi entregue à administração das Irmãs, através do Instituto Educacional de Dourados, conforme especificado no capítulo anterior deste trabalho de pesquisa. No ato mencionado nasceu, em 1º de março de 1955, o Instituto Educacional de Dourados. Conforme descrito no “documento/monumento” (Cf. LE GOFF, 2003), “Ata número 1”, figura 11:

Figura 11: Ata de fundação do Instituto Educacional de Dourados. 1955.



Transcrição da ata nº 1 - Fundação do Instituto Educacional de Dourados. 1955.

Ata da Assembléia geral da Fundação do “Instituto Educacional de Dourados”, Dourados Mato Grosso.

Ao primeiro dia do mês de março de 1955, às quinze horas, no Patronato de Menores, Dourados Estado de mato Grosso, reuniram-se as pessoas abaixo assinadas com o objetivo de tratar dos assuntos relativos à Educação e Instrução na mesma cidade. Tomaram parte a mesa Diretora dos trabalhos: Madre Maria Liuba Heck, Irmã Maria Miraci Adams e Irmã Maria Rosita Meyer sob a direção de Madre Maria Liuba Heck, que escolheu para secretária ad-hoc a Irmã Maria Miraci Adms. A seguir a Diretora expôs a alta importância de um Instituto que se dedicasse inteiramente à educação e instrução religiosa e patriótica da juventude desta cidade o que foi unanimemente aprovado. Prosseguindo a Diretora passou a ler e submeteu à discussão e aprovação de um ante-projeto de Estatutos para o Instituto Educacional de Dourados. Finalizando este trabalho e considerados as sugestões devidamente aprovadas pela Assembleia foram os Estatutos sancionados conforme segue abaixo. Por aclamação unânime foi a primeira Diretoria assim constituída: Diretora Madre Maria Liuba Heck, Secretária Irmã Maria Miraci Adams, Tesoureira Irmã Maria Rosita Meyer.

Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra a Diretora Declarou empossada a Diretoria recém eleita, desejando os melhores votos de felicidades para o bem da igreja, da família e da Pátria. Todos os membros presentes são considerados fundadores. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que lida e aprovada por todos vai ser assinada por mim, secretária, pelos membros da Diretoria e demais pessoas presentes à reunião.

Dourados primeiro de março de 1955.

Diretora: *Ludimila Heck - Madre Maria Liuba Heck*

Secretária: *Cecília Imelda Adams - Ir. Maria Miraci Adms*

Tesoureira: *Hilda Meyes - Ir. Maria Rosita Meyer.*

Na ata de fundação, observa-se o enobrecer das Irmãs quanto à fundação da nova obra de Missão e a “[...] alta importância de um Instituto que se dedicasse inteiramente à educação e instrução religiosa e patriótica da juventude” (ATA Nº 1, 1955) da cidade de Dourados. Para dirigir a instituição, elegeu-se a seguinte equipe administrativa: Diretora: Madre Maria Liuba Heck; Secretária: Irmã Miraci Adams; Tesoureira: Irmã Maria Rosita Meyer. Junto a essa, aprovou-se também nesse mesmo dia o anteprojeto de Estatutos do Instituto Educacional de Dourados. A diretora eleita encerrou a Ata desejando votos de felicidade à equipe diretiva, pois seus trabalhos estariam voltados para o bem da Igreja, da família e da Pátria (ATA Nº 1, 1955).

A Missão das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã se instituiu no município de Dourados no ano de 1955. Além do trabalho escolar, as Irmãs atuaram no Posto de Puericultura, bem como os trabalhos pastorais com os índios da aldeia local e com a catequese.

Figura 12: Foto: Turma de primeira comunhão. 1956.



Fonte: Acervo documental da Escola Franciscana Imaculada Conceição

O processo escolar vinculado à Missão catequética era o objetivo a ser desenvolvido pelas Irmãs pioneiras. Como se pode verificar nesse registro iconográfico (figura 12), um considerável número de crianças recebia os preparativos instrucionais do sacramento da primeira comunhão no interior da escola. Esta imagem apresenta o caráter disciplinador desenvolvido, uma vez que as crianças estão organizadas e todas com as mãos sobrepostas na altura do coração, o que retrata um gesto religioso. A roupa branca, por sua vez, simboliza a pureza do coração ou pequenos anjos prontos a receber Jesus na Eucaristia. A obra educativo-evangelizadora acontecia por meio do Instituto Educacional de Dourados, no qual, além da instrução escolar, disseminava-se princípios cristãos franciscanos.

A “estrutura administrativa da escola” (NÓVOA, 1999, p. 25), composta pela diretora, secretária e tesoureira estavam dispostas a controlar, inspecionar, tomar decisões, participar da comunidade, relacionar-se com as autoridades centrais e locais. Sendo estes aspectos imprescindíveis para a implantação das práticas do Instituto Educacional de Dourados. Nesse sentido, compreende-se que à equipe administrativa caberia a função de zelar por aspectos imprescindíveis a implantação de práticas

educacionais funcionais no Instituto Educacional de Dourados de acordo com seus propósitos e finalidades.

2.2.1 Do Instituto Educacional ao Colégio Imaculada

Historiar uma instituição educativa inicialmente intitulada “Instituto Educacional de Dourados”, remete-nos a um período da educação brasileira no qual se deu a organização dos Institutos de Educação que eram responsáveis pela formação de professores. Segundo Saviani (2006), a organização dos Institutos de Educação (1932-1939) se configurou como uma nova fase na educação brasileira, cuja preocupação estava centrada no domínio dos conhecimentos a serem transmitidos, revestidos pelo manto da Escola Nova:

[...] o advento dos Institutos de Educação, concebidos como espaços de cultivo da educação encarada não apenas como objeto do ensino, mas também da pesquisa. Nesse âmbito as duas principais iniciativas foram o Instituto de Educação do Distrito Federal concebido, estruturado e implantado por Anísio Teixeira, em 1932, e dirigido por Lourenço Filho; e o Instituto de Educação de São Paulo implantado, em 1933, por Fernando de Azevedo. Ambos, sob inspiração do ideário da Escola Nova (SAVIANI, 2006, p. 5).

O reflexo do advento dos Institutos de Educação nos grandes centros aconteceu devido a nova roupagem da Escola Normal, a qual foi transformada em Instituto de Educação. Caracterizados como centros educacionais de formação de professores, os Institutos de Educação incorporavam em um só estabelecimento a antiga Escola Normal e as escolas anexas (jardim de infância e escola de aplicação), já com as modificações de estrutura e funcionamento fixadas pelo decreto 3.810, de 19 de março de 1932.

Por sua vez, o Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, a Lei Orgânica do Ensino Normal, no capítulo III, em seu artigo 4º, estabeleceu que haveriam três tipos de estabelecimentos de ensino normal: o curso normal regional, a escola normal e o instituto de educação. No capítulo IV do referido decreto, em seu artigo 47, contém uma determinação aos estabelecimentos de ensino normal na qual eles deveriam providenciar e manter escolas primárias anexas para demonstração e prática de ensino. No parágrafo 3º do mesmo artigo, definiu-se que cada instituto de educação deveria manter um grupo escolar e um jardim de infância. Já no artigo 48, designou-se que, além das escolas

primárias referidas no artigo anterior, cada escola normal e cada instituto de educação deveria manter um ginásio sob regime de reconhecimento oficial.

O Instituto Educacional de Dourados, que vigorou de 1955 a 1961, apresentava estrutura administrativa muito próxima às exigidas nos Institutos de Educação e suas respectivas legislações no período de 1932 a 1946. Reiteramos que entre o final da década de 1940 e início da década de 1960, após 13 anos de tramitação no Congresso, aconteceu a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 4.024/61, que foi responsável por gerar mudanças nas instituições educativas.

Sendo assim, há o entendimento de que até a publicação da LDB 4.024/61, as escolas eram regidas pelo Decreto-lei nº 8.530/1946, entre outros decretos educacionais desse mesmo ano. Além disso, compreende-se que essa legislação (Decreto-lei nº 8.530/1946), provavelmente, afetou a estruturação, as práticas e a escolha do nome do Instituto Educacional de Dourados. Afinal, as Irmãs atendiam, através no Instituto Educacional de Dourados, crianças do jardim de infância, primário e ginásio e Ensino Normal.

E assim, apenas em 1962, após a promulgação da LDB 4.024/61, que o Instituto passou a se chamar Colégio Imaculada Conceição. Este fato confirmou a nossa hipótese de que o Instituto Educacional de Dourados apresentava em sua constituição e práticas educativas, resquícios dos Institutos de Educação, preconizados na legislação de 1946.

Encontramos no arquivo da Escola Franciscana Imaculada Conceição um material que poderia ser considerado mais um comprovante de parte dessa hipótese, isto, uma encadernação com correspondências recebidas do Ministério de Educação e Cultura (MEC) e pela Inspeção Seccional do Ensino Secundário (ISES) de Cuiabá-MT.

A encadernação intitulada “Correspondência recebida MEC-ISES 1959-1964” é composta por várias correspondências recebidas do Ministério de Educação e Cultura (MEC) e pela Inspeção Seccional do Ensino Secundário (ISES), de Cuiabá-MT. Trata-se de um material composto por um total de 156 páginas.

Entre as correspondências, encontra-se na página 1 as modificações da Portaria 960 de novembro de 1954. Tais modificações foram introduzidas através do artigo 1º da Portaria 192, de 15 de maio de 1957, que resolvia modificações regimentais na composição da diretoria do ensino secundário, tendo em vista o que fora disposto no artigo 6º do Regimento da Diretoria do Ensino Secundário – aprovado pelo Decreto nº 20 302, de 12/1/1946. Neste ponto, é possível observar a herança legislativa dos decretos criados na década de 1940 e sua influência no sistema educacional antes da implantação

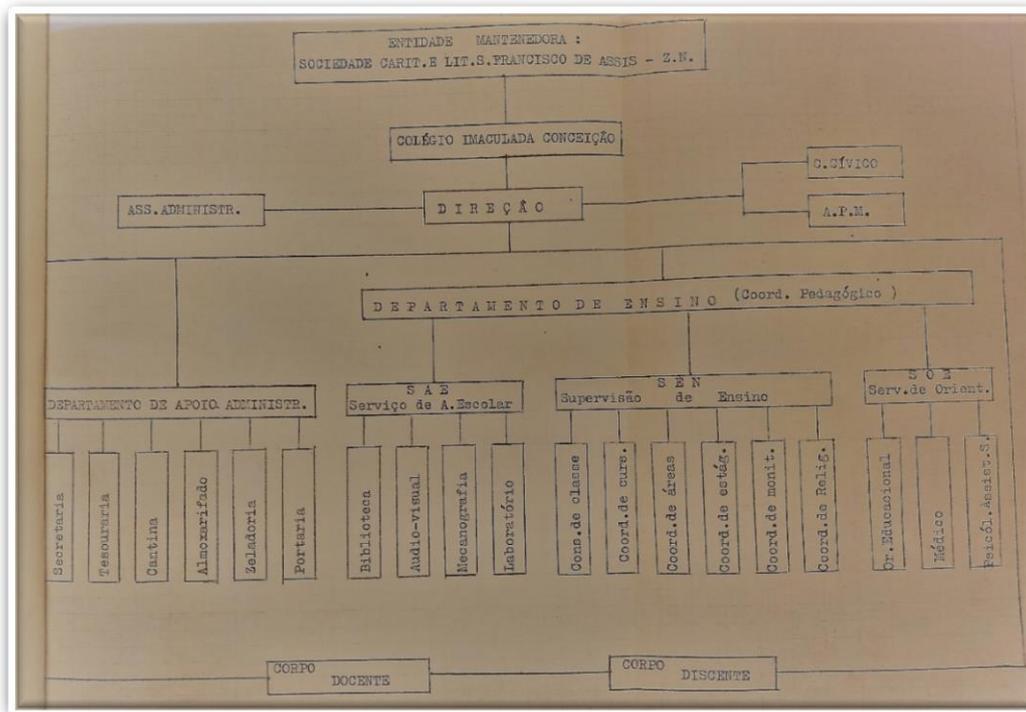
da LDB 4.024 de 1961. Tal correspondência se apresenta como mais um comprovante de que o Instituto Educacional de Dourados carregava em sua constituição administrativa resquícios da organização dos Institutos de Educação, criados através do Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, considerado a Lei Orgânica do Ensino Normal.

A criação de um Instituto Educacional abriria as portas para o trabalho das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã em diversos níveis da educação: Curso Normal, Jardim de Infância, Primário e Ginásio. O começo do atendimento educacional no Patronato de Menores (jardim de infância, primário e ginásio) era uma forma de garantir a escola de aplicação para o curso normal, conforme solicitação da Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946.

Em 1959 aconteceu a implantação dos cursos de Normal Regional e Normal Colegial. Nesse ato, a Escola Franciscana Imaculada Conceição se intitulou como a primeira escola a trabalhar com a formação de professores (Curso Normal) no município de Dourados. Os benefícios da formação de professores estariam atrelados a duas importantes vertentes, são elas: a primeira, seria trabalhar com a juventude feminina da região, de forma a primar pela sua formação intelectual, social, cívica, moral e religiosa, rumo a uma “Sociedade Perfeita”, com “Ordem e o Progresso”. A segunda, seria suprir a demanda de escassez de professores no próprio Instituto e na região.

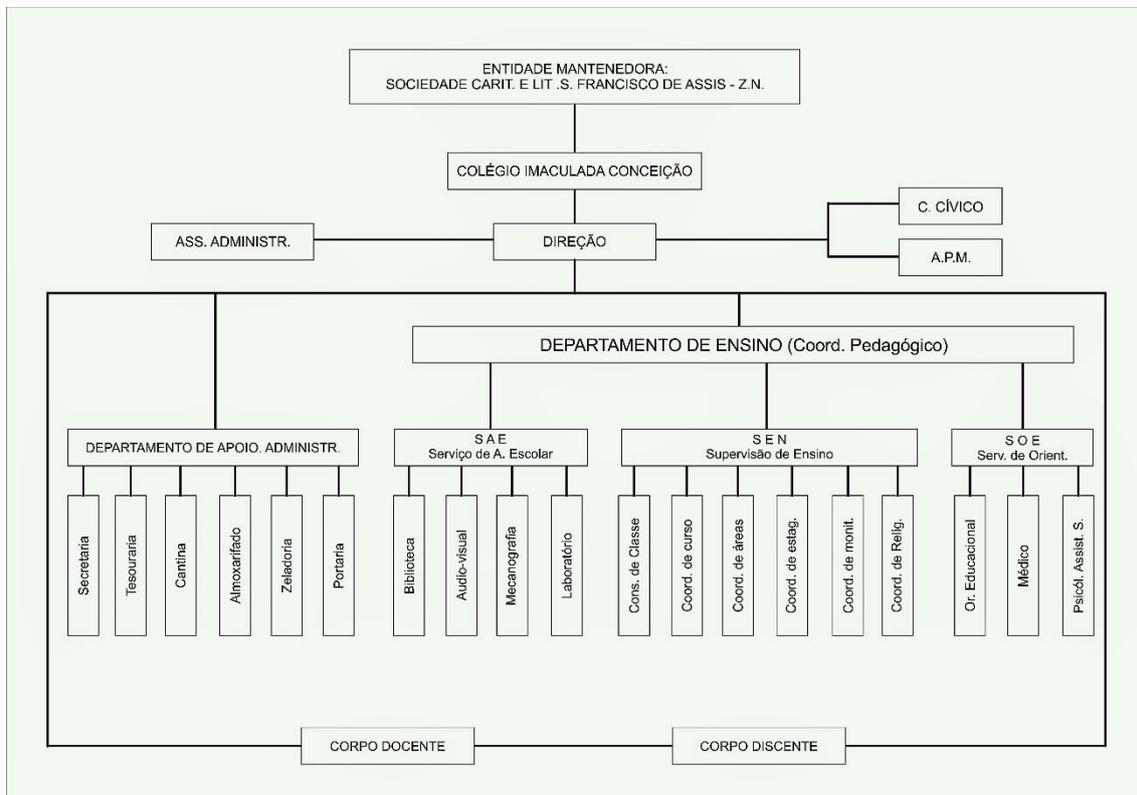
Em 1971, com a promulgação da lei educacional nº 5.692, as escolas teriam a obrigatoriedade de criar um plano de implantação das exigências da nova lei. Na figura 8 é possível observar, em formato de organograma, como passou a constituir a organização e estrutura administrativa do Colégio Imaculada Conceição. Cabe lembrar que a partir de 1962, após a promulgação da LDB 4.024/61, o Instituto Educacional de Dourados passou a se chamar Colégio Imaculada Conceição.

Figura 13: Foto: Organograma do Colégio Imaculada Conceição – 1971.



Fonte: Acervo documental da Escola Franciscana Imaculada Conceição

Figura 14: Transcrição Organograma do Colégio Imaculada Conceição. 1971.



Fonte: AMARO, Eliane Maria (Org.). Organograma do Colégio Imaculada Conceição (1971). 2018.

O contexto de elaboração e aprovação da legislação educacional 5.692/71 aconteceu em um período no qual o seu objetivo era “[...] a transmissão de valores morais, cívico-patrióticos para a inculcação do regime militar” (SOUZA, 2008, p. 272). Esta ideia fica explícita quando, ao se voltar para o cronograma do Colégio Imaculada (figura 14) se torna possível notar a presença do Centro Cívico, uma obrigatoriedade exigida aos estabelecimentos de ensino pelo Decreto Nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971, conforme Artigo 32: “[...] destinado à centralização, no âmbito escolar, e à irradiação, na comunidade local, das atividades de Educação Moral e Cívica, e à cooperação na formação ou aperfeiçoamento do caráter do educando”.

Nos anexos do Regimento da Colégio Imaculada foi encontrado o Plano de Implantação da Lei 5.692/71, bem como a composição da nova estrutura administrativa e pedagógica, conforme o organograma (figura 14). Como se apresenta na imagem, a SCALIFRA-ZN aparece no topo do organograma, em seguida a Direção do Colégio Imaculada. Na sequência, ao lado esquerdo, a Assistência Administrativa e, do lado direito, o Centro Cívico junto à Associação de Pais e Mestres (APM). Logo abaixo, de modo centralizado, aparece o departamento de Ensino de responsabilidade do Coordenador Pedagógico. Abaixo deste, têm-se o Departamento de Apoio Administrativo (secretaria, tesouraria, cantina, almoxarifado, zeladoria, portaria); O Serviço de Apoio Escolar (Biblioteca, audiovisual, mecanografia, laboratório); Supervisão de Ensino (conselho de classe, coordenador de curso, coordenador de áreas, coordenador de estágios, coordenador de monitores, coordenador de religião; Serviço de Orientação Educacional (orientador educacional, médico e psicólogo, assistente social) e, por fim, o corpo docente e o corpo discente. Um grande aparato estrutural para dar suporte ao trabalho pedagógico da escola.

No que tange à administração escolar, constata-se o rigor das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade com a organização e os aspectos administrativos da instituição iniciada no ato fundação em 1º de março de 1955. Outro aspecto a destacar foi a consonância regimental da escola com a legislação vigente, aspectos refletidos na organização e no currículo da escola, assunto que será tratado no item a seguir.

2.3 Organização do trabalho escolar e currículo

Pensar na organização do trabalho escolar e currículo nos permite transitar em uma parte fundamental da escolarização: os processos internos da escola. Neste contexto,

a sala de aula se conota como principal local onde as ações curriculares são aplicadas. Souza (2008, p. 9) retrata a sala de aula como o símbolo da “[...] finalidade cultural da escola e sua representação social [...] é na sala de aula, onde, efetivamente, de modo sistemático e intencional, se concretiza o processo educativo e o currículo [...]”, por meio de uma seleção criteriosa de conteúdos que compõem o quadro das disciplinas escolares.

Embora o foco dessa pesquisa não seja o estudo da história do currículo ou das disciplinas escolares, importa compreender de forma conjunta as dimensões abrangentes da cultura escolar expressas no currículo, por meio de objetivos, finalidades, conteúdos e aprendizagens esperadas dos alunos.

Os aspectos determinantes para o desenvolvimento da cultura escolar são compreendidos por Julia (2001, p. 10) como:

[...] normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, [...] práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas.

Ou seja, a cultura escolar disposta na forma de organização e no currículo da escola definem o que e para que ensinar. Dessa forma, a cultura escolar não pode ser estudada sem a devida observação das relações e finalidades, conflituosas ou pacíficas, que ela manteve em determinado período histórico.

Nesse mecanismo organizacional da escola e suas finalidades aparece o papel das disciplinas escolares no quadro curricular da instituição. A esse respeito advoga Chervel:

Desde que se compreenda em toda a sua amplitude a noção de disciplina, desde que se reconheça que uma disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação de massa que ela determina, então a história das disciplinas escolares pode desempenhar um papel importante não somente na história da educação, mas na história cultural (CHERVEL, 1990, p. 184).

Este pesquisador apresenta o papel das disciplinas como capazes de evidenciar parte do sistema escolar e de seus intensões, uma vez que as disciplinas escolares são criações originárias de fins e propósitos inseparáveis do sistema social. Elas comportam conteúdos próprios e práticas educativas que constituirão como fenômeno de aculturação

de massa. Ainda segundo esse estudioso, a organização escolar e suas diretrizes curriculares se tornam detentoras de um poder criativo e “ [...] forma não somente os indivíduos, mas também uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar modificar a cultura da sociedade global [...]”, a gerar disciplina social, ordem, polidez, higiene e comportamentos decentes. O conteúdo desenvolvido nas disciplinas escolares acaba por instruir, moralizar, educar e, assim, a complementar o amplo e complexo aparelho que compõe a instituição educativa.

Ao encontrar vasto manancial de Registros de Atos Escolares, Regimento Escolar, Legislações e Correspondências recebidas nos arquivos da Escola Franciscana Imaculada Conceição, sentiu-se uma necessidade de melhorar o entendimento sobre o porquê de tantos registros arquivados. Então, partimos em busca de respostas.

Ao consultar o Regulamento da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso Cuiabá, de outubro de 1942, sob o título “Organização do Ensino Primário e Normal XVIII”, averiguou-se no artigo 7º do Decreto a seguinte orientação feita às escolas:

É obrigatório aos estabelecimentos particulares de ensino primário [...] receber e acatar as autoridades escolares prestando-lhes todas as informações que exigem; organizar uma biblioteca de obras nacionais, para os alunos, apresentar anualmente, ao diretor da instrução pública, o relatório dos trabalhos escolares; fornecer a diretoria geral de instrução pública e as autoridades de ensino os dados estatísticos solicitados [...] (REGULAMENTO, 1942).

Diante das orientações do Regulamento da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso Cuiabá (1942), justificou-se a existência de tamanha documentação de escrituração presente na Escola Imaculada. Além do cumprimento de fazer a escrituração escolar, havia a necessidade de os deixar bem organizados para a devida fiscalização das autoridades de ensino, que realizavam visitas regulares. Dessa forma, caberia às escolas apresentar anualmente, ao diretor da instrução pública, o relatório dos trabalhos escolares e fornecer à diretoria geral de instrução pública e às autoridades de ensino os dados estatísticos sobre a instituição.

Nas primeiras aproximações com esse vasto material empírico foi realizado uma classificação inicial, de modo a observar data e conteúdo, sem deixar de lado a reflexão sobre os objetivos e propósitos de cada documento, em uma prática que levasse a melhor compreensão do que consistiria cada um daqueles documentos históricos.

Segundo Libâneo (2013, p. 101), os primeiros estudos da escola como organização de trabalho datam da década de 1930 e se deram no âmbito da Administração Escolar. O autor destaca que há toda uma vertente sobre administração escolar a qual remonta aos “pioneiros da educação nova”, nas pessoas de Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo. Reflexo disso, surgiu na década de 1980 a disciplina Organização do Trabalho Escolar, com o objetivo de intensificar o cuidado com a burocratização documental das escolas³⁴. Assim, a administração escolar se tornou uma realidade obrigatória nas instituições escolares, compreendida por uma estrutura de organização interna, geralmente prevista no Regimento Escolar e nos demais documentos de escrituração escolar.

O Regimento Escolar, em conformidade com a legislação nacional, estadual ou municipal, apresenta-se como um conjunto de finalidades e regras que definem a organização da instituição educativa.

Iniciou-se este trabalho de pesquisa pela análise de fontes documentais relativas ao Estatuto do Instituto Educacional de Dourados e, em seguida, pelos Regimentos Escolares. Afinal, foi possível constatar que havia um regimento para cada segmento de ensino desenvolvido no Instituto Educacional de Dourados.

Conforme Estatuto do Instituto Educacional de Dourados, com publicação no Diário Oficial, de 15 de outubro de 1955, em seu capítulo 1º, da natureza, sede e fins, especificamente no artigo 2º: “O Instituto Educacional de Dourados tem por fim: educar e instruir a infância e a juventude de Dourados, mantendo para este fim escola primária, escola secundária e escola normal”. Neste artigo, procuramos atentar para as finalidades “educar” e “instruir”. A esse respeito, Chervel (1990, p. 188) considera que:

[...] intervém a oposição entre educação e instrução. O conjunto dessas finalidades consiga a escola sua função educativa. Uma parte somente entre elas obriga-a a dar uma instrução. Mas essa instrução está inteiramente integrada ao esquema educacional que governa o sistema escolar, ou ramo estudado. As disciplinas escolares estão no centro desse dispositivo.

Dito isso, compreende-se que nessa premissa indicada por Chervel a missão educativa do Instituto Educacional de Dourados aconteceu a partir do conjunto: educação

³⁴ As concepções de “organização” e “gestão escolar” são descritas por José C. Libâneo. (Cf. LIBÂNEO, José Carlos. O sistema de organização e gestão da escola. In: _____. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 6ª edição. São Paulo: Heccus Editora, 2013).

e instrução. Dentro desse sentido, o ato de instruir está mais ligado ao conteúdo das disciplinas escolares, enquanto que a educação se torna algo mais amplo e significativo dentro do currículo. Integralmente ligados, instrução e educação, gera-se o processo educacional da instituição educativa normatizado no Regimento Escolar.

No Instituto Educacional de Dourados cada segmento de ensino possuía seu regimento próprio. No caso do Regimento Escolar do Curso Normal Colegial de 1959, em seu artigo 3º, depara-se com as seguintes finalidades:

- a) formar a personalidade integral do adolescente, desenvolvendo progressiva e simultânea, os aspectos de educação física, estética, intelectual, social, cívica, moral e religiosa;
- b) incentivar no educando a consciência do valor da pessoa humana e da responsabilidade no desenvolvimento e construção do mundo, dentro dos princípios cristãos;
- c) habilitar os alunos para o magistério eficiente, de acordo com as normas vigentes do país (REGIMENTO, 1959).

A finalidade do Curso Normal Colegial era formar integralmente o estudante nas instâncias sociais, cívicas, morais, cristãs e intelectuais, de maneira a habilitar os alunos para o exercício do magistério com eficiência.

Chervel, ao tratar de aspectos escolares, afirma: “A função real da escola na sociedade é dupla. A instrução [...] que foi sempre considerada como objetivo único, não é mais que um dos aspectos de sua atividade” (CHERVEL, 1990, p. 200). Nesse sentido, compreende-se que o ato de instruir não é o único objetivo da escola, uma vez que o contexto institucional abriga duas finalidades: (a) educativa – voltada aos valores ideológicos da instituição e da sociedade; (b) instrucional – ligada aos conteúdos disciplinares do currículo formal. Via de regra, essas finalidades são praticadas de forma conjunta.

Por sua vez, o Regimento do Curso Ginásial do Instituto Educacional de Dourados foi autorizado para funcionamento em 1961, inicialmente a título precário, pela portaria nº 938, de 1º de dezembro daquele ano. Em seu capítulo I, constavam as seguintes finalidades:

Art. 2º - Além das disciplinas obrigatórias é ministrado em todos os cursos o ensino de religião, que se baseia nos princípios educacionais da Igreja Católica, apostólica, Romana.

Art. 3º - Para alcançar êsses fins as Irmãs Franciscanas procuram:

- a) imprimir nos corações das meninas, as máximas da piedade, encaminhando-as numa vida virtuosa;
- b) enriquecê-las de conhecimentos tais que lhe sejam de verdadeira utilidade no lugar que ocuparem na sociedade;

- c) inculcar nas educandas amor ao estudo e ao cumprimento do dever (REGIMENTO, 1961).

No Regimento do Curso Ginásial do Instituto Educacional de Dourados, o educar e o instruir são garantidos sob as premissas: (a) “amor aos estudos”, por meio da motivação à instrução aplicada no conteúdo das disciplinas escolares; (b) “cumprimento do dever”, na inculcação de valores preconizados para sociedade da época, como: vida virtuosa e valores morais.

Localizou-se no Regimento do Curso Ginásial um anexo datado de 21 de dezembro de 1964, pós golpe militar, com adaptações devido a mudança na legislação educativa, as quais entrariam em vigor no ano letivo de 1965. Nesse anexo, o artigo 3º que apresentava os fins do colégio, passou a ser redigido da seguinte maneira:

Art 3º - O Ginásio Imaculada Conceição tem por fim:

- a) formar, em prosseguimento da obra educativa, do ensino primário, a personalidade integral das adolescentes;
- b) acentuar e elevar, na formação das alunas a consciência religiosa, patriótica e humanista;
- c) dar preparação intelectual geral para servir de base e estudos mais elevados de formação especial, informados pelos princípios cristãos e pelas diretrizes pontifícias.

O anexo ao Regimento do Curso Ginásial (1964-1965) demonstra o reflexo das ações do novo governo brasileiro, com a implantação da ditadura militar. Aparece no artigo 3º: “Acentuar e elevar, na formação das alunas a consciência religiosa, patriótica e humanista”. O governo militar garantia sua imposição ideológica através da legislação educacional e, por conseguinte, o papel da escola era inculcar esses valores aos estudantes.

O cumprimento da legislação educacional era preconizado no currículo por meio das disciplinas e práticas escolares. Na figura 15, a seguir, apresentamos o currículo da escola normal do Instituto Educacional de Dourados e os reflexos da legislação da época.

Figura 15: Regimento Escolar. Currículo da Escola Normal do Instituto Educacional de Dourados - 1968.

CURRÍCULO DA ESCOLA NORMAL "INSTITUTO EDUCACIONAL DE DOURADOS"
DOURADOS MATO GROSSO DA PARÓQUIA

Séries

	I	II	III
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS			
1. Língua Portuguesa	x	x	x
Literatura infantil	-	-	x
2. Matemática de ensino primário	x	-	-
Estatística aplicada à Educação...	-	x	-
3. Psicologia Geral	x	x	-
Psicologia Educacional	-	-	x
4. Metodologia Geral	x	-	-
Metodologia especial	-	x	-
Didática e prática de ensino <i>prática em sala de aula</i>	-	-	x
5. Doutrina Social <i>do Prof. Duranti</i>	x	x	-
Sociologia Educacional	-	-	x
6. História e Filosofia da Educação ..	-	-	x
DISCIPLINAS COMPLEMENTARES			
1. Ciências Físicas, Químicas e Biolog.	x	-	-
2. Biologia Educacional	-	x	-
3. Higiene e Puericultura	-	-	x
DISCIPLINAS OPTATIVAS			
1. História	x	-	-
2. Geografia	x	-	-
3. Desenho e Artes aplicadas	-	x	-
PRÁTICAS EDUCATIVAS			
1. Educação Física, Jogos recreativos ..	x	x	-
2. Educação Artística <i>Conto</i>	x	x	x
3. Economia do Lar	-	-	x
4. Educação religiosa(moral e cívica)...	x	x	x

Nota: À 3ª série Normal seriam ministradas aulas de inglês ou francês e ampliação de matemática e estatística para as que desejam seguir os estudos superiores.

Maria Acella Kreutz
 REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
 REGISTRO N° 192 Fls. 281-288
 LIVRO A-PS-2
 Dourados, 17 de Julho, 1968
[Assinatura]

(CARTÃO DO 1.º OFFÍCIO - DOURADOS - MT.
 Reconheço verdadeira a firma *Maria Acella Kreutz*
 de *Dourados* em 17 de Julho de 1968
[Assinatura]

RECONHECER NO TABELIONATO VEIGA
 N.º 11890 DOURADOS, 293 - Lado G - S. PAULO

Fonte: Acervo documental da Escola Franciscana Imaculada Conceição

Quadro 2. Transcrição currículo da Escola Normal do Instituto Educacional de Dourados

	Séries		
	I	II	III
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS			
1. Língua Portuguesa.....	X	X	X
Literatura infantil.....	-	-	X
2. Matemática do ensino primeiro.....	X	-	-
Estatística aplicada à Educação.....	-	X	-
3. Psicologia Geral.....	X	X	-
Psicologia Educacional.....	-	-	X
4. Metodologia Geral.....	X	-	-
Metodologia especial.....	-	X	-
Didática e prática de ensino.....	-	-	X
5. Doutrina Social.....	-	X	-
Sociologia Educacional.....	-	-	X
6. História e Filosofia da Educação.....	-	-	X
DISCIPLINAS COMPLEMENTARES			
1. Ciências Físicas, Químicas e Biológicas.....	X	-	-
2. Biologia Educacional.....	-	X	-
3. Higiene e Puericultura.....	-	-	X
DISCIPLINAS OPTATIVAS			
1. História.....	X	-	-
2. Geografia.....	X	-	-
3. Desenho e Artes aplicadas.....	-	X	-
PRÁTICAS EDUCATIVAS			
1. Educação Física, Jogos recreativos.....	X	X	-
2. Educação Artística.....	X	X	X
3. Economia do lar.....	-	-	X
4. Educação religiosa (moral e cívica)	X	X	X

Nota: À 3ª série Normal seriam ministradas aulas de inglês ou francês e ampliação de matemática para as que desejam seguir os estudos superiores.

Fonte: AMARO, Eliane Maria (Org.). currículo da Escola Normal do Instituto Educacional de Dourados, 2018.

O currículo da Escola Normal do Instituto Educacional de Dourados apresentava em sua composição aspectos de educação e instrução em sua ação conjunta. Para atingir finalidades globais, o currículo da Escola Normal era dividido em quatro segmentos: Disciplinas Obrigatórias, Disciplinas Complementares, Disciplinas Optativas e Práticas Educativas. Além de possibilitar que, junto a esse segmento, fossem ofertadas uma língua estrangeira (inglês ou francês), bem como a ampliação da matemática e estatística para aquelas alunas que desejassem seguir os estudos em nível superior.

As Disciplinas Obrigatórias: Língua Portuguesa e Literatura infantil; Matemática do ensino primeiro e Estatística aplicada à Educação; Psicologia Geral e Psicologia Educacional; Metodologia Geral, Metodologia especial, Didática e prática de ensino; Doutrina Social e Sociologia Educacional; História e Filosofia da Educação, significavam o principal meio disponível para a formação profissional da Escola Normal. O composto das Disciplinas Obrigatórias objetivava interferir nos aspectos do perfil e das habilidades das estudantes como futuras professoras, além de intencionar uma formação consistente.

Por sua vez, as Disciplinas Complementares: Ciências Físicas, Químicas e Biológicas; Biologia Educacional; Higiene e Puericultura, almejavam uma formação complementar à formação profissional. Esta oferta abordava assuntos mais específicos, ou singulares daquela época, entendidas como conhecimentos enriquecedores do currículo da Escola Normal.

No que diz respeito às Disciplinas Optativas: História, Geografia, Desenho e Artes aplicadas, permitiam a veiculação de novos conhecimentos, entendidos como importantes, relacionados à formação das normalistas, os quais ampliariam a qualificação da futura profissão docente.

Com relação às Práticas Educativas: Educação Física, Jogos recreativos; Educação Artística; Economia do lar; Educação religiosa (moral e cívica), complementavam o currículo da Escola Normal. O estudo das práticas educativas privilegiava a experiência e a formação de hábitos (saudáveis, religiosos, morais e cívicos), entendidos como fonte de conhecimento a ser aplicado na vida pessoal, social ou profissional.

A composição do currículo da Escola Normal do Instituto Educacional de Dourados trazia em seu bojo finalidades de educação e instrução, apresentando conteúdo específico destinado à formação da juventude feminina. Considerava-se que os trabalhos desenvolvidos com as ditas “moças de família” auxiliariam na formação de boas esposas, mães e/ou professoras, as quais colaborariam na construção de um modelo social idealizado para as famílias mais bem-sucedidas social e financeiramente.

As escolas femininas católicas eram precursoras nesse tipo de formação para moças. Os modelos educacionais foram trazidos da Europa pelas congregações religiosas femininas instaladas no Brasil e acabaram por ser um diferencial educativo. As práticas envolviam aulas de etiquetas, higiene e puericultura, economia doméstica e educação religiosa, moral e cívica. Conforme Fernanda R. Ortiz (2014):

As semelhanças entre as escolas femininas católicas quanto ao tratamento despendido às alunas, as práticas veiculadas em seu interior e as modalidades de formação oferecidas confirmam o tecido cultural construído e propagado pelas diferentes instituições espalhadas pelo país. Aprendizados como as prendas domésticas, previstos pela legislação, ornamentavam culturalmente e conferiam prestígio à mulher (ORTIZ, 2014, p. 60-61).

No Brasil existia uma semelhança entre as escolas normais católicas quanto a prática curricular desenvolvida em suas instituições educativas. A esse rigor, o Instituto Educacional de Dourados também confirmava o tecido cultural de enaltecer a função e o prestígio da mulher na sociedade. Em sua conjuntura, o Instituto apresentava a expectativa dessa competência no trabalho pedagógico destinado às jovens de Dourados e região.

2.3.1 Práticas curriculares e a invenção das “moças de família”

Nas décadas de 1950 e 1960 o modelo de família tradicional era bastante valorizado. Em seu seio cultural havia uma preocupação com a formação feminina e seu papel social, principalmente nos grupos mais abastados financeiramente, isto é, as elites. Exigia-se das jovens uma postura exemplar. Nesse sentido, “dar-se ao respeito” era uma expressão de ordem à juventude feminina e o “bom casamento”, o ápice do sucesso. Modelava-se uma sociedade e se configurava uma representação social às “moças de família”, ou ainda, um modelo ideal de mulher.

Neste contexto, as escolas normais católicas se tornaram o berço desse ramo formativo de educação feminina. Guacira L. Louro (2004) faz uma referência a esse assunto no seguinte trecho, o qual, apesar de longo, optamos em deixar na íntegra:

Para as filhas de grupos sociais privilegiados, o ensino da leitura, da escrita e das noções básicas da matemática era geralmente complementado pelo aprendizado do piano e do francês que, na maior parte dos casos, era ministrado em suas próprias casas por professoras particulares, ou em escolas religiosas. As habilidades com a agulha, os bordados, as rendas, as habilidades culinárias, bem como as habilidades de *mando* das criadas e serviçais, também faziam parte da educação das moças; acrescida de elementos que pudessem torná-las não apenas uma companhia mais agradável ao marido, mas também uma mulher capaz de bem representá-lo socialmente. O domínio da casa era claramente o seu destino e para esse domínio as moças deveriam estar plenamente preparadas. Sua circulação pelos espaços públicos só deveria se fazer

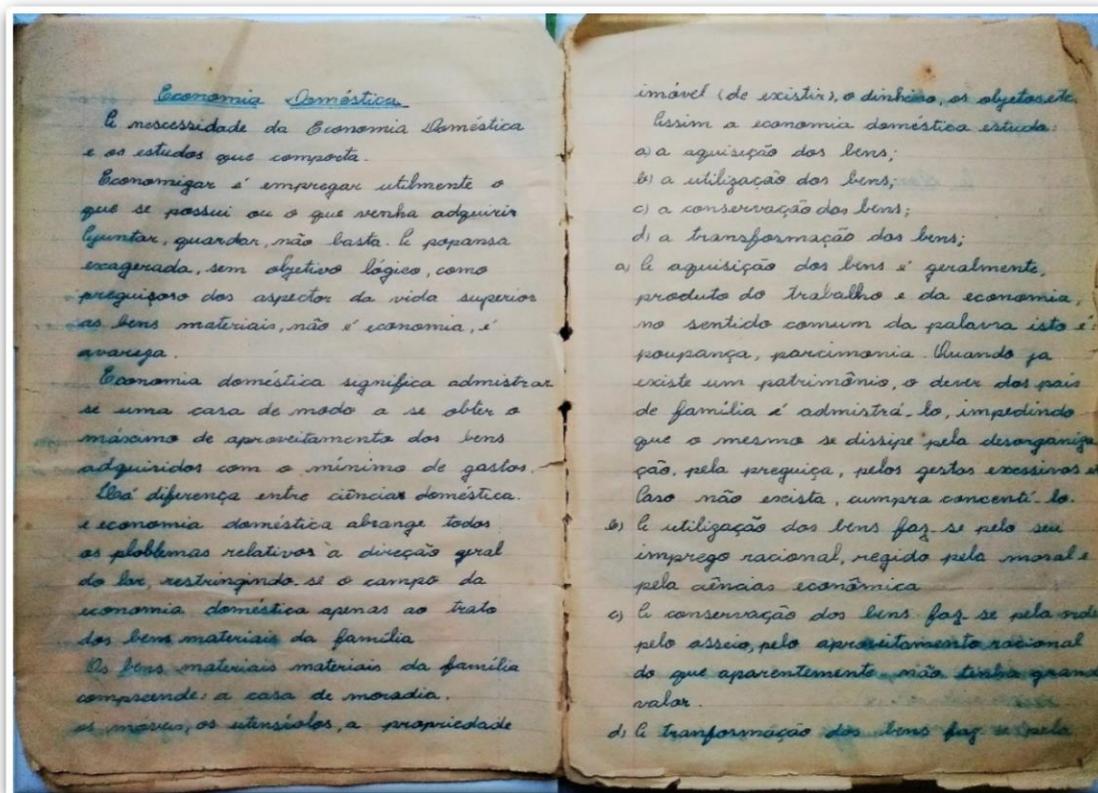
em situações especiais, notadamente ligadas às atividades da Igreja que, com suas missas, novenas e procissões, representava uma das poucas formas de lazer para essas jovens (LOURO, 2004, p. 373).

A formação intelectual, social, moral e religiosa era componente indispensável no currículo das jovens frequentadoras do curso normal, nas escolas católicas. As práticas educativas garantiam às “moças de família” o domínio da arte culinária, da etiqueta social, da economia doméstica, da higiene e da puericultura. Essas mulheres recebiam também uma educação que elevava os conhecimentos culturais, com o ensino do inglês, do francês e das aulas de piano, por exemplo.

Entre as fontes arroladas, pôde-se ter acesso a um caderno com registro de práticas educativas desenvolvidas no curso normal do Instituto Educacional de Dourados. Em formato de brochura e com um significativo número de folhas, o caderno, apesar de estar parcialmente destruído pela ação do tempo e sem a devida capa, era composto por divisórias ornamentadas (desenhos e colagens de figuras) e contava com as seguintes aberturas: Biologia Educacional, Economia Doméstica, Puericultura, Educação Física e Sessão Historiada.

Cada parte do caderno, após a abertura, era composta por conteúdos explicativos ou orientadores de práticas futuras a serem adotadas pelas “moças de família” ou pela professora primária. Isto se mostra, por exemplo, na figura 16, a seguir, na qual há um fragmento do trabalho desenvolvido em Economia Doméstica:

Figura 16: Caderno Economia Doméstica. Escola Normal do Instituto Educacional de Dourados - 1963.



Fonte: Acervo pessoal da aluna Maria Madalena Marques.

Transcrição Caderno economia Doméstica (s/p)

A necessidade da Economia Doméstica e os estudos que comporta.

Economizar é empregar utilmente o que se possui ou o que venha adquirir juntar, guardar, não basta. A poupança exagerada, sem objetivo lógico, como preguiçoso dos aspectos da vida superior aos bens materiais, não é economia, é avareza.

Economia doméstica significa administrar uma casa de modo a se obter o máximo de aproveitamento dos bens adquiridos com o mínimo de gastos.

Há diferença entre ciências domésticas e economia doméstica e abrange todos os problemas relativos à direção geral do lar restringindo-se ao campo da economia doméstica apenas ao trato de bens materiais da família.

Os bens materiais da família compreendem: a casa de moradia, os móveis utensílios, a propriedade imóvel (de existir), o dinheiro, os objetos, etc.

Assim a economia doméstica estuda:

- a aquisição dos bens;
 - a utilização dos bens;
 - a conservação dos bens;
 - a transformação dos bens;
- a) A aquisição dos bens é geralmente fruto do trabalho e da economia, no sentido comum da palavra, isto é, poupança, parcimônia. Quando já existe um patrimônio, o dever dos pais de família é administrá-lo, impedindo que o mesmo se dissipe pela desorganização, pela preguiça, pelos gastos excessivos etc. Caso não exista, cumpra consenti-lo.
- b) A utilização dos bens faz-se pelo seu emprego racional regido pela moral e pelas ciências econômicas.
- c) A conservação dos bens faz-se pela ordem, pelo asseio, pelo aproveitamento racional do que aparentemente não tinha grande valor.
- d) A transformação de bens faz-se pela[...].

A partir da promulgação da Lei Orgânica do Ensino Secundário no ano de 1942, foi incluído o ensino de Economia Doméstica em todas as séries dos cursos ginásial, clássico e científico. Fato este que demonstra a não exclusividade dessa disciplina para o curso normal. A preocupação com a família, a solução racional de seus problemas e a preocupação com a educação do indivíduo para uma vida melhor, constituíam o objetivo da disciplina Economia Doméstica.

No fragmento do caderno, figura 16, a economia doméstica aparecia como uma necessidade a ser estudada, preocupação esta refletida na analogia proposta entre economia e avareza. Assim, o aprendizado em economia doméstica significava a garantia e sucesso da administração da casa/lar de modo a se obter o máximo de aproveitamento dos bens adquiridos, com o mínimo de gastos – um papel fundamental no gerenciamento do lar. Ao estudo da economia doméstica competia observar a aquisição, a utilização, a conservação e a transformação dos bens da família e, por conseguinte, para atingir todos esses objetivos, entrava no cenário a prestigiosa “Dona de casa” e a “Rainha do Lar”, conforme figura 17, a seguir:

Figura 17: Caderno Economia Doméstica. Escola Normal do Instituto Educacional de Dourados - 1963.



Fonte: Acervo pessoal da aluna Maria Madalena Marques. (Cf. BRAZIL, Maria do Carmo; MANCINI, Ana Paula Gomes. *História das instituições formadoras de professores na fronteira Brasil-Paraguai: o caso de Dourados, Mato Grosso (UNO) -1940-1970*. Revista Educação, teoria e prática. Rio Claro, v. 15, n.1, p. 1-26, jan./abr. 2012).

Transcrição Caderno economia Doméstica (s/p)

A dona de casa

O conhecimento da economia doméstica é imprescindível as donas de casa.

Sem ela a mulher não poderá cumprir seus deveres de mães de família e causará grandes males a si próprias e aos seus e a sociedade. O trabalho da dona de casa representa um valor real; porém para seu ambiente é mister que seja orientado e obedeça a uma técnica estabelecida sobre bases científicas, isto é, de acordo com princípios da economia doméstica. "A uma grande significação no valor em dinheiro, do trabalho da dona de casa. O trabalho não remunerado da mulher, na tarefa rotineira de dona de casa, nas famílias de rendimento pequenos moderados não resolvem em dinheiro tanto quanto a importância com que contribui para a manutenção da família; o trabalho do marido em ocupação externa"

A economia doméstica exige da dona de casa, o espírito de providência, de ordem, de método, de perseverança, "Saber para prever e prever para provar".

No fragmento do caderno de economia doméstica, figura 17, chama-nos a atenção a representação da dona de casa ideal que é expressa na imagem colada no caderno. Provavelmente, a imagem foi retirada de uma revista da época, similar à Revista

Cruzeiro³⁵. A dona de casa era apresentada, conforme imagem, em uma boa casa, bem vestida, com colar de pérolas e ladeada por seus rebentos, os quais são sinalizados como felizes e bem-educados, sendo este o estereótipo esperado das mulheres daquela época.

No decorrer do texto escrito no caderno, apresenta-se o importante papel da disciplina Economia Doméstica como uma técnica estabelecida sobre bases científicas. Acreditava-se que sem a técnica da economia doméstica, a mulher não poderia cumprir seus deveres de esposa e mãe de família, de forma a gerar riscos de falência à familiar. A economia doméstica exigia da mulher espírito de providência, de ordem, de método e de perseverança.

Apesar do curso normal abrir as portas para a vida profissional das mulheres, ainda havia uma grande diferença na profissionalização entre o homem e a mulher. Ao homem cabia a produção e à mulher, o serviço doméstico, o cuidado com marido e os filhos – principalmente nos grupos elitizados. Nessa concepção de sociedade, o aparelho educacional aparecia como forte colaborador na formação das nobres “moças de família” e do modelo tradicional de família.

Outro aspecto relevante dessa representação de modelo familiar ideal se centrava nas políticas de higiene e saúde, aliadas às dimensões físicas, intelectuais e morais – tidas como padrões progressistas. A instituição escolar, principalmente nas práticas do curso normal, indicava ser o campo de melhor indução desses conhecimentos. No currículo da normalista se tornaram importantes os estudos voltados para a biologia educacional, higiene e puericultura, uma vez que existia nessa proposta todo um cuidado com a base biológica das crianças e de suas famílias. Dessa forma, assegurar-se-ia o bem-estar da almejada sociedade tradicional.

A puericultura – ciência que reúne as noções de fisiologia, higiene e sociologia, as quais eram consideradas suscetíveis ao favorecer o desenvolvimento físico e psíquico das crianças, desde o período da gestação até a puberdade – era uma das disciplinas complementares desenvolvidas no curso normal do Instituto Educacional de Dourados. Afinal, a criança era considerada o primeiro ornato e maior tesouro do lar, conforme se pode constatar na figura 18, do caderno da normalista Maria Madalena:

³⁵ A *Revista Cruzeiro* (pertencente aos Diários Associados, grupo de Assis Chateaubriand) era de publicação semanal (a primeira a abranger todo o território nacional) e possuía repórteres em todo país, além de correspondentes internacionais. Eram inúmeros os assuntos abordados pelo veículo: cinema, esportes e saúde, charges, política, culinária, moda, crônicas, coluna social. Disponível em: <<http://opiniaoenoticia.com.br/cultura/o-cruzeiro-a-revista-que-mudou-a-midia-nacional/>>. Acesso em: 12/02/2018.

Figura 18: Caderno puericultura. Escola Normal do Instituto Educacional de Dourados - 1963.



Fonte: Acervo pessoal da aluna Maria Madalena Marques.

Transcrição Caderno de Puericultura (s/p)

A criança é a alegria do lar. Com a sua inocência e com sua vivacidade e com gestos atraentes desperta no ambiente familiar uma alegria encantadora. O riso da criança faz com que todos tomem parte de sua atividade.

Como rainha e líder do lar, a mulher necessitava adquirir dilatado conhecimento sobre o seu maior tesouro: a criança. Conforme os escritos do zeloso caderno da normalista Maria Madalena, a criança era a alegria do lar, visto que a sua inocência e vivacidade despertavam muita alegria no ambiente familiar. Neste ponto, mais uma vez, aparece o recorte de uma imagem de revista que foi colado no caderno, cuja representação indica a figura de esposa feliz, bem vestida, disposta em um ambiente harmonioso e limpo.

No decorrer do caderno, registra-se os aspectos primordiais com o recém-nascido: como deve ser o quarto da criança, como é o sono do bebê, sua alimentação e seu vestuário. Aborda-se também aspectos do desenvolvimento infantil e procedimentos com a higiene da criança, no que tange ao banho, higiene das orelhas, do nariz e dos

utensílios do bebê. Trata-se também das relações afetivas e sociais da criança com os indivíduos no ambiente familiar. Assim, a partir do que foi dito, compreende-se que o conhecimento da puericultura e da higiene estava associado aos fins e meios da educação e o seu papel acabava por delinear perfis de conduta profissionais, femininos e infantis.

Ao findar esse capítulo, cujo objetivo foi apresentar a linguagem arquitetônica, administrativa e curricular da Escola Franciscana Imaculada Conceição no período 1955-1975, remetemo-nos à proposta de sociologia da educação, de Pierre Bourdieu (1930-2002), a qual analisa os fenômenos educacionais no interior das famílias, dos grupos sociais e da escola.

Para Bourdieu, cada ser humano é submetido a um processo de socialização que o forma como ser social através das relações sociais e de aprendizagens transformadoras e modeladoras do corpo e da mente, por meio de práticas simbólicas (poder simbólico). Sobre esse assunto, Ana Paula Hey (2017) comenta:

O poder simbólico se inscreve na perspectiva de análise da dimensão simbólica como estruturante da ordem social [...] [...] O simbólico transfigura o uso de vários tipos de capital (econômico, social e cultural) constituídos como poderes que se exercem em espaços socialmente definidos e por pessoas posicionadas distintamente, poderes que atraem e que repelem outros sujeitos que atuam mais fortemente em uns agentes do que em outros, mas que atingem todos os envolvidos na produção de sentido do próprio mundo social (HEY, 2017, p. 292-293).

Na produção do mundo social, o poder simbólico se apresenta como estruturante da ordem social por meio do uso estratégico dos capitais econômico, social e cultural. Nesse contexto, ao voltarmos nosso olhar analítico para a escola Franciscana Imaculada Conceição, em sua constituição inicial com o Instituto Educacional de Dourados, torna-se possível observar as ações traçadas pelas Irmãs com vistas a ordenar as formas de pensamento através do currículo, ritos e práticas, de forma homogênea e própria.

O investimento em fatores, tais como: o capital cultural; em aspectos que geraram certo poder social através da progressista retórica arquitetônica; na organização administrativa e curricular da escola Imaculada, acabaram por gerar um *habitus*³⁶ cultivado estruturante da instituição.

³⁶ Enquanto força formadora de hábitos, a escola propicia aos que se encontram direta ou indiretamente submetidos à sua influência, não tanto para esquemas de pensamento particulares ou particularizados, mas uma disposição geral geradora de esquemas particulares capazes de serem aplicados nos mais diferentes

Nesse ínterim, objetiva-se para o próximo capítulo a possibilidade de ‘navegar’ entre as ações cotidianas propagadas por essa escola, a título de conhecer quem eram os agentes sociais, as práticas, ritos e festas praticadas por seus agentes.

campos do pensamento e da ação, aos quais se dá o nome de *habitus* cultivado (Cf. BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo, SP: Perspectiva, 2007).

CAPÍTULO III

CULTURA, COTIDIANO ESCOLAR E FORMAÇÃO DOCENTE

De maneira mais geral, o espaço de posições sociais se retraduz em um espaço de tomadas de posição pela intermediação do espaço de disposições (ou do habitus); ou em outros termos, ao sistema de separações diferenciais, que definem as diferentes posições nos dois sistemas principais do espaço social, corresponde um sistema de separações diferenciais nas propriedades dos agentes (ou de classes construídas como agentes), isto é, em suas práticas e nos bens que possuem. A cada classe de posições corresponde uma classe de habitus (ou de gastos) produzidos pelos condicionamentos sociais associados a condição correspondente e, pela intermediação desses habitus e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, vinculadas entre si por uma afinidade de estilo (BOURDIEU, 1996, p. 21).

3.1 Imaginário e mentalidade: representações, práticas, hábitos e tradições

Dar historicidade a uma dada instituição escolar implica em considerar a multiplicidade de representações expressas nos escritos históricos, nas manifestações artístico-culturais (esculturas, pinturas, literatura, entre outras) e nas memórias coletivas, sendo estas produzidas e reproduzidas pelos mais distintos segmentos da sociedade.

É bem verdade que a memória tem seu *locus* embrionário no agente social que a narra, no entanto, cabe compreender que o exercício de evocação do passado é gerador de uma memória social. Com base nessa premissa, na ânsia de perseguir o “não dito”, o não revelado, o “encoberto”, o “esquecido” ou o “silenciado”, pesquisadores têm recorrido às contribuições trazidas pela Nova História Cultural (NHC), na década de 1980, cuja essência foi aproximar o conceito de imaginário com o de mentalidade.

Sandra J. Pesavento lembra que, como contraponto ao paradigma da História Tradicional (Cf. BURKE, p. 22-24), os pesquisadores da NHC passaram a refletir também sobre as “[...] questões periféricas em detrimento dos temas centrais [...] optando pelo estudo do inverso vivido [o imaginário, o sonho], ao invés das condições concretas da existência” (PESAVENTO, 1995, p. 14).

Nesse cenário, alguns pensadores dessas questões explicavam o imaginário como algo “pensado” ou “expresso”. Neste sentido o imaginário trabalha sobre a linguagem e é sempre representação e não existe sem interpretação. A partir daí, segundo Le Goff (1976), ampliou-se o empenho dos estudiosos em oferecer um conteúdo mais apropriado à História do Imaginário, conforme fragmento do texto:

Arrancada aos *dei ex machina* da velha história – providência ou grandes homens –, aos conceitos pobres da história positivista - acontecimento ou acaso – a história econômica e social, inspirada ou não pelo marxismo deu à explicação histórica bases sólidas. Porém se revelava impotente para realizar o programa que Michelet destinava à história no prefácio de 1869: ‘A história[...] parecia-me ainda fraca em seus dois métodos: muito pouco material [...] muito pouco espiritual, falando de leis, de atos políticos, não de ideias, de costumes’ (LE GOFF, 1976, p. 70).

Assim, observe-se a expressiva contribuição do olhar desses pensadores sobre a cultura para o avanço do campo historiográfico. Ainda de acordo com Le Goff, na página seguinte de seu livro, é preciso compreender os limites das interpretações marxistas

acerca dos conceitos infraestruturas e superestruturas para explicar a dinâmica da sociedade:

No espelho que economia estendia às sociedades, não se via senão o pálido reflexo de esquemas abstratos, não de aparências, não de vivos ressuscitados. O homem não vive somente de pão, a história não tinha mesmo pão; ela não se alimentava senão de esqueletos agitados por uma dança macabra de autômatos. Era necessário dar a esses mecanismos descarnados o contrapeso de outra coisa. Era necessário descobrir na história uma outra parte. Outra coisa, essa outra parte, eram as mentalidades.

Todavia, cabe salientar que esse pensador não repele de forma absoluta o domínio da História Tradicional em favor da História das Mentalidades, a qual, por sua vez, define-se à medida que possibilita aproximar outros campos das Ciências Humanas:

[A história das mentalidades] [...] é também o lugar de encontro de exigências opostas que a dinâmica própria à pesquisa histórica atual força ao diálogo. Situa-se no ponto de junção do individual e do coletivo, do longo tempo e do cotidiano, do inconsciente e do intencional, do estrutural e do conjuntural, do marginal e do geral [...] (LE GOFF, 1976, p. 72).

Esclarece-nos este estudioso, nessa mesma página, que a História das Mentalidades impõe ao historiador a intimidade com fenômenos essenciais de seu domínio:

As heranças, das quais o estudo ensina a continuidade, as perdas, as rupturas (de onde, de quem, de quando vem esse *hábito mental*, essa expressão, esse gesto?); a *tradição*, isto é, as maneiras pelas quais se reproduzem mentalmente as sociedades, as defasagens, produto do retardamento dos espíritos em se adaptarem às mudanças e da inegável rapidez com que evoluem os diferentes setores da história [...] A mentalidade é aquilo que muda mais lentamente. História das mentalidades, história da lentidão a história (grifo nosso).

A NHC fez dos sujeitos-objetos de seus estudos, os agentes sociais de seus alvos principais de reflexão; sejam eles pessoas “extraordinárias”, anônimas, comuns, incomuns, cujos movimentos vieram à lume e passaram a exercer relevância histórica. Dessa forma, passaram a emergir análises e interpretações viabilizadas pela micro-história, isto é, um gênero historiográfico que surgiu na Itália, entre 1981 e 1988, desenvolvido por Ginzburg (1987) e por Levi (1996). Além da micro-história, estudiosos

do campo das humanidades passaram a considerar também os dados ofertados pela biografia, pela ego história e pelas trajetórias de vida, como forma de decifração ou interpretação do passado e, obviamente, escrituração da História.

Le Goff (1976, p. 76) aponta as fontes privilegiadas pela História das Mentalidades, as quais tem por corolário a marginalidade e, no caso da História Medieval, elenca alguns testemunhos, tais como: “[...] confissões de heréticos e processo de inquisição, cartas de remissão, concedidas a criminosos que pormenorizem seu crime, documentos judiciais e mais comumente monumentos de repressão”.

Outra fonte destacada pelo estudioso acerca da História das Mentalidades são os documentos artísticos e literários. Estuda-se também nessa tendência historiográfica alguns modelos institucionais e de atitudes que permanecem ou permaneceram por muito tempo, são eles: modelo monástico (solidão e ascetismo) e modelo aristocrático (assentado no conceito de largueza, aventura, beleza, fidelidade, cortesia).

Em alguns espaços físicos, as tradições antigas tiveram relevância na escrita baseada nas mentalidades, como é o caso do palácio, o mosteiro, o castelo, as escolas, os pátios, pois nesses locais se forjavam, de forma mais visível, as mentalidades, sobretudo ao longo da Idade Média.

No que concerne ao universo popular, os modelos das mentalidades se compunham nos moinhos, na forja, na taberna: “[...] os *mass media* são os veículos e as matrizes privilegiadas das mentalidades; o sermão, a imagem pintada e esculpida são ao lado da galáxia de Gutenberg, as nebulosas onde se cristalizam as mentalidades” (LE GOFF, 1976, p 77). E, por fim, este pensador, na página subsequente, afirma que “[...] a história das mentalidades não pode ser feita sem estar estreitamente ligada à história dos sistemas culturais, sistema de crenças, de valores, de equipamento intelectual no seio dos quais as mentalidades são elaboradas, viveram e evoluíram”.

A aproximação do conceito de imaginário com a noção de mentalidade permitiu, segundo Pesavento (1995, p. 14), que muitos estudiosos transitassem “[...] da história social para a história das mentalidades, passando das estruturas sociais às atitudes e representações coletivas, resgatando as complexas mediações entre a concreticidade da vida real dos homens e as representações que os mesmos produzem de si e do mundo.” Nesse sentido, pesa, no dizer da estudiosa, nessa mesma página, “[...] uma certa indefinição conceitual, uma imprecisão teórica ou metodológica de abordagem”.

Dessa forma, inúmeras críticas sobre a proposta da História Cultural perduraram até os anos de 1980, muitas vezes explicada pela falência das grandes certezas científicas

ou dos grandes esquemas explicativos globais, tratada pela comunidade historiadora como “crise dos paradigmas”.

No entanto, a NHC toma como ponto de partida as explicações sobre a abordagem conceitual de representações, conforme o pensamento de Le Goff (1985), que foi citado por Pesavento (1995, p. 15): “Representação é [...] tradução mental de uma realidade exterior percebido e liga-se ao processo de abstração”. E, na sequência do pensamento da estudiosa, nessa mesma página, isto significa dizer que o imaginário está inserido “[...] no campo de representação e, como expressão do pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade”. As reflexões desta pesquisadora elucidam a estratégia de abordagem conceitual sobre imagens e discursos:

[...] imagens e discursos sobre o real não são exatamente o real ou, em outras palavras, não são expressões literais da realidade, como um fiel espelho. Há uma *décalage* entre a concretude das condições objetivas e a representação que dela se faz. Como afirma Bourdieu, as representações mentais envolvem atos de apreciação, conhecimento e constituem um campo onde os agentes sociais investem seus interesses e sua bagagem cultural. As *representações* objetivas, expressas em coisas ou atos, são produto de estratégia de interesse e manipulação. Ou seja, no domínio da representação, as coisas ditas, pensadas e expressas tem um outro sentido além daquele manifesto. Enquanto representação do real, o imaginário é sempre referência a um “outro” ausente. O imaginário enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explícita e não presente (PESAVENTO, 1995, p. 15, grifo nosso).

Feitas essas considerações, o intuito desse capítulo dissertativo é identificar o espaço institucional da Escola Franciscana Imaculada Conceição e revisitar o seu cotidiano, conhecer a estrutura administrativa, os seus agentes e averiguar alguns dos ritos e festas desenvolvidos entre os anos de 1955 a 1975, por meio das fontes (livro de crônicas, documentos de escrituração escolar, livros de ocorrências, álbuns fotográficos) e dos depoimentos coletados. Nesta abordagem, reconhece-se o quão complexa é a possibilidade analítica globalizante desse objeto, como propõe Magalhães (1999, p. 70), mas se vislumbra delinear a história da instituição educacional, tanto como espaço aberto ao exterior, circundante e articulado com a sociedade, quanto como estrutura orgânica e *locus humano*, que detém relações de poder e de comunicação no âmbito interno.

Roger Chartier (1990, p.17), ao refletir sobre o conceito de representações, observa que o pesquisador precisa “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Esta reflexão nos ensina que as representações sociais são inseridas neste contexto. Suas

preocupações são, entre outras coisas, com as atitudes perante a morte, os comportamentos religiosos, as crenças, as formas de sociabilidade, as relações de parentesco, entre outros.

Dessa forma, pode-se pensar, a partir daí, em uma História Cultural capaz de explicar as representações “[...] do mundo social, que o descrevem como pensam que ele é ou como gostariam que fosse [...]” (CHARTIER, 1990, p.19). As representações do mundo social passam, diante dessa consideração, a ser determinadas pelos interesses dos grupos que as engendram.

Pierre Bourdieu (2007, p.17), por caminhos metodológicos distintos, sustenta que a força criadora de hábitos desenvolvida na escola, em seu cotidiano, acaba por formar o *habitus*³⁷, que é cultivado por aqueles os quais são submetidos à sua influência seja de forma direta ou seja indireta (Cf. BOURDIEU, 2007, p. 211).

O *habitus* cultivado no campo escolar, por meio de esquemas de pensamentos e ações, favorece o maior sucesso nas lutas do campo social. A escola se torna local de propagação e formação de cultura, ou seja, da cultura escolar, a qual é compreendida no currículo, metodologias, práticas, ritos e festas, dito de forma homogênea, como também, na própria intenção de “[...] convencer, educar e dar-se a ver” (SOUZA, 1998, p. 123). Desta forma, a categoria cultura escolar e suas representações se apresentam como aporte para entender o funcionamento interno da instituição escolar. Entenda-se, nesse contexto, o conceito de cultura escolar empregado por conforme Forquin (1993), o qual é aplicado ao:

[...]conjunto de conteúdos cognitivos e simbólicos que, selecionados, organizados, “normatizados”, “rotinizados”, sob o efeito dos imperativos de didatização, constituem habitualmente o objeto de uma transmissão deliberada no contexto das escolas (FORQUIN, 1993, p. 167).

Dessa forma, a escola, na administração do seu cotidiano, passa organizar, normatizar, rotinizar, simbolizar e, em meio a tantos modos e hábitos, acaba por gerar metodologias e práticas representativas, cujo objetivo maior é se tornar tradição em seu contexto.

³⁷ O conceito de *habitus* foi desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, com o objetivo de colocar fim à antinomia “indivíduo/sociedade”, dentro da sociologia estruturalista. Essa palavra se relaciona à capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para sentir, pensar e agir.

No entanto, para Hobsbawm (1997, p. 9), muitas dessas práticas são entendidas como “tradições inventadas”:

Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.

Perante às oportunidades, seja em momentos de crise ou de mudança na sociedade, inventam-se tradições diante do conjunto de práticas regradas a normas, rituais e simbologias, normalmente alusivas ao passado, como guardiãs da memória. Eventos e pessoas são selecionados e, a partir disso, concede-se o “mérito” de serem lembrados ou esquecidos.

De forma geral, Hobsbawm classifica as “tradições inventadas” em três categorias superpostas, são elas:

a) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais; b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, status ou relações de autoridade, e c) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de idéias [sic], sistemas de valores e padrões de comportamento (HOBSBAWM, 1997, p. 9).

Na construção dessa memória institucional, local ou nacional, participam diferentes grupos da sociedade, os quais organizam as comemorações, as festas, definem os rituais, as datas, os heróis, monumentos, hinos, além da forma como devem ser lembrados e celebrados. Para esses pesquisadores, toda “tradição inventada” se trata de um fenômeno cultural recorrente a um artifício para identificar de que forma certos valores são transmitidos socialmente, nos quais estão presentes a ideia de inculcação e intencionalidade de valores considerados positivos por parte de um grupo seletivo de agentes.

3.2 Organização institucional

A Escola Franciscana Imaculada Conceição, enquanto organização administrativa, atendia tanto às atribuições de formação de caráter religioso quanto de

formação educacional. Em seus primórdios (década de 1950), a instituição se orientava pela legislação vigente (Regulamento da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso, Cuiabá 10/1942), determinada pelo Ministério de Educação e Cultura e pelo Conselho Estadual de Educação de Cuiabá-MT.

Conforme Estatuto do Instituto Educacional de Dourados de 1955, a primeira diretoria foi constituída pela Diretora, Secretaria e Tesoureira. Concernente ao Regimento Escolar do Curso Normal Colegial de 1959, observa-se que este se caracterizou por um aparato administrativo ampliado a partir da participação de novos agentes sociais na instituição, como auxiliares de serviço. A parte gestora dispunha de uma equipe presidida por uma diretora, vice-diretora, secretária e tesoureira. A organização didática se constituía por Coordenadores de Cadeira (áreas de conhecimento/disciplinas curriculares) e por Serviços Técnicos e Instituições, estes formados por agentes que atendiam o Serviço de Orientação Educativa, Biblioteca, Associações de Pais e Mestres, Associações de alunos e Clubes de Alunos. À organização administrativa e pedagógica cabia a preocupação com o perfeito desempenho das múltiplas atividades desenvolvidas, de forma a zelar pela efetivação das normas, regras, procedimentos operacionais e documentos instituídos. Através das instruções escritas da rotina educativa, o Corpo Docente e o Corpo Discente cumpriam suas funções na instituição. A esse grupo, como um todo, com exceção Corpo Discente, caberia a missão de:

[...] educar e instruir a infância e a juventude de Dourados [...] na escola primária, secundária e escola normal [...] preparar os alunos para a vida social mediante classes especiais de costura, culinária e higiene [...] sem fazer distinção de raça, credo político e religioso (ESTATUTO, 1955, p. 141).

Diante da missão de educar, instruir e preparar para a vida a infância e juventude de Dourados, cada agente social se integrava no campo institucional de acordo com o *habitus* pontual de cada função ou setor. Aos alunos caberia seguir os preceitos formativos e disciplinares.

Na percepção³⁸ da ex-aluna da Escola Imaculada (década de 1970), Stella Maris Andrade Faquer³⁹, havia um conjunto de atos, posturas e práticas próprias repetidas diariamente, a saber:

Bom comportamento era muito exigido e isso significava respeito ao professor e aos da hierarquia superior. [...] A diretora tinha aquele papel de temor, a gente morria de medo de ser mandado para a direção. E isso existia, os professores nos atormentavam nesse sentido: ‘Vai para a direção!’. Ninguém queria ir conversar com a diretora.... Os professores eram rígidos e severos.... Eles apontavam na esquina, no corredor e já tínhamos que estar todos em sala de aula sentados, aguardando. Então, nenhum professor entrava antes dos alunos. Era lei, tinha regra nós tínhamos que estar sempre sentados aguardando o professor. A prece (oração diária) sempre existiu antes das aulas. [...] tudo era muito regrado. Tinha regras, leis, combinados e nós alunos devíamos respeitar sim. Nós como alunos acatávamos. Éramos sapecas como toda boa criança e burlávamos as leis, sim (FAQUER, depoimento em fevereiro 2018).

A representação de uma escola normatizada e rigorosa disciplinarmente correspondia ao universo social da Escola Imaculada, principalmente na visão da ex-aluna Stella Maris. A imagem registrada em sua memória era a de uma escola rigorosa, que primava pelo bom comportamento. Assim como Stella, o segmento estudantil, cada um oriundo de um espaço social escolar distinto (subalternizado ou elitizado), atendia ao conjunto de normas do estabelecimento de ensino. Mas, no campo normativo, cada um representava o papel que lhe cabia, uns a ditar (a direção e sua equipe) e outros a obedecer (os alunos).

A equipe considerada superior, em especial a Diretora, era vista como figura firme e temerosa. Os professores, por conseguinte, não fugiam a esse patamar: também eram rígidos e severos. Nesse cenário, cabia ao aluno o papel figurativo da obediência ao sistema montado, porém, não lhe faltava criatividade em encontrar formas de garantir as saudáveis peraltices ou traquinagens, comportamentos próprios de jovens e crianças. No espaço da instituição escolar existia infinitudes de lugares e posicionamentos sociais, nos quais cada posição assumia *habitus* produzidos pelos condicionamentos sociais de posição no campo (Cf. BOURDIEU, 1996, p. 21). Havia um conjunto sistemático de bens

³⁸ Ancorados nos referenciais teóricos da História Oral (ALBERTI, 1990, p.8. SANTOS; SARAT, 2010, p. 61), realizamos entrevistas gravadas e depoimentos escritos com pessoas que testemunharam acontecimentos do passado da Escola Imaculada. Alguns informantes preferiram fazer suas narrativas por escrito, outros responderam às perguntas na forma de questionários.

³⁹Graduada em Letras e pós-graduada em Língua Inglesa. Foi professora do Centro de Línguas da UFGD. Atual proprietária de escola de Línguas em Dourados-MS. Depoimentos em 19 e 23/02/2018.

e de propriedades simbólicas vinculado entre si por afinidade, necessidade ou estilo. Assim, como em uma sinfonia harmonizada, compunha-se a música para a “valsa” institucional de uma escola cristã, envolvida por uma disciplina rigorosa e voltada à formação de valores da sociedade daquele tempo.

3.2.1. Direção e vice-direção

A administração da escola era de responsabilidade da mantenedora Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis, Zona Norte (SCALIFRA-ZN), sociedade civil, com personalidade jurídica, sediada na cidade de Santa Maria – RS. Cabia à presidente da mantenedora a nomeação da diretora e vice-diretora de cada escola da rede. Como critério eletivo, ambas as autoridades maiores da instituição deveriam ser professoras, devidamente registradas e autorizadas pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), na década de 1950.

Uma lista de atribuições era determinada à diretora, a qual se estendia às da vice-diretora em seu agir e modo a auxiliar, com destaque para a presidência das atividades escolares, supervisão dos serviços administrativos, controle dos atos escolares e determinações legais, manutenção da disciplina no estabelecimento, zelo pela aplicação do regimento e do regime didático, contrato e rescisão de professores, organização de horários e distribuição de professores, convocação e direção de reuniões com os professores, aprovação os programas elaborados pelos professores e estatutos das associações e clubes estudantis, zelo pelo patrimônio do colégio, decisão sobre abono e a justificativa de faltas dos professores, atendimento ao expediente geral, representação do colégio perante às autoridades constituídas e fornecimento de informes sobre a situação do funcionamento da escola à presidente da mantenedora.

Entre as décadas de 1950 e 1970 passaram seis diretoras pela Escola Imaculada, a saber, figura 19 e Quadro 3:

Figura 19: Diretoras Franciscana da Imaculada Conceição. Décadas de 1950-1970.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição

Quadro 3: Transcrição Diretoras Franciscana da Imaculada Conceição. Décadas de 1950-1970.

Diretoras Escola Franciscana Imaculada Conceição Décadas de 1950 e 1970		
Ano	Nome da diretora	Tempo de direção
1955 a 1960	Ir. Ludemilla Heck (Ir Liúba)	5 anos
1961 a 1966	Ir. Clara Thomas (Jocélia Thomas)	5 anos
1967 a 1969	Ir. Leônia Biesdorf	2 anos
1970 a 1972	Ir. Anísia Margareta Schneider	2 anos
1973	Ir. Lúcia Valesca Wolfart	1 ano
1974 a 1979	Ir. Maria Tereza Diniz	5 anos

Ao analisar o Quadro 3, representativo das seis diretoras que passaram pela Escola Imaculada desde a sua fundação até o final da década de 1970, ressalta-se a forma como oscilou o tempo de gestão, com significativo decréscimo entre os anos de 1967 a 1973. Assim, enquanto que nos demais anos (1955-1961-1974) a duração do tempo de diretoria permaneceu por cinco anos, entre 1967 a 1973, o tempo de gestão vigorou entre um e dois anos.

A Irmã Lúcia Valesca Wolfart, exerceu a direção da Escola Imaculada Conceição por um ano, em 1973, em função da transferência da Irmã Anísia Margareta Schneider. Ela mesma justificou a permanência somente de um ano devido ao fato de optar por não permanecer na direção da Escola:

A Irmã Anísia foi para o Rio Grande do Sul, Bagé, eu acho, e eu vim para cá. Aí eu fiquei um ano na direção e já tinha 15 anos de Diretora. Chega! No Antônio João e na Cabeceira Alegre. E chega, 15 anos. Naquele tempo a gente enfrentava muitas dificuldades (WOLFART, depoimento em março de 2018).

Sob a ótica de Irmã Lúcia, já havia um desgaste no exercício de dirigir escolas. E, segundo ela, por opção própria decidiu deixar o cargo ao final do ano de 1973.

Além desse depoimento, procuramos em diversas fontes outras possíveis causas que justificassem o curto tempo de direção exercida por algumas Irmãs nessa escola, porém nada foi encontrado nesse sentido. Todavia, considera-se como possíveis indícios para essa situação a dificuldade dessa Irmã escolhida em lidar com os processos de gestão ou com as transferências de lugar.

Essas transferências são comuns na vida das freiras, em função do atendimento às necessidades da congregação. Isso porque, para a vida religiosa, o espírito de mobilidade compõe parte de regras e rotinas, similar a própria missão dos primeiros apóstolos. As falas explicativas de algumas delas se pautavam nas escrituras sagradas do cristianismo: Quando os discípulos querem permanecer num mesmo lugar o próprio Jesus lembra que é preciso seguir adiante “Portanto ide, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo”(BIBLIA SAGRADA, MATEUS, 28,19)⁴⁰. Ao se pautar nas prelações do evangelista Mateus, as freiras franciscanas se lembravam das palavras de Jesus: “Portanto ide, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo”. Pela missão

⁴⁰ Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/acf/mt/28/19,20>>. Acesso em 23/02/2018.

religiosa se acatava o processo de mobilidade e as Irmãs se adentravam na dinâmica diaspórica da congregação.

3.2.2 Secretaria e Tesouraria

A Escola Imaculada, desde sua fundação, dispunha em seu quadro funcional uma Secretaria e uma Tesoureira, as quais faziam parte do núcleo diretivo da instituição. Conforme Estatuto do Instituto Educacional de Dourados, de outubro de 1955 (p. 141), em seu capítulo terceiro:

Art. 1^o A Diretoria do Instituto de Dourados é constituído por uma Diretora, um Secretário e um Tesoureiro. [...]

Art. 3^o Ao Secretário incumbe toda a correspondência da Instituição e redação das atas de suas reuniões e a manutenção do fichário.

Art. 4^o Ao Tesoureiro compete arrecadar as contribuições e rendas da Instituição e fazer a sua escrituração.

Art. 5^o O Secretário e o Tesoureiro são nomeados pela Diretora da Instituição *ad nutum*.

O mecanismo de administração institucional das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã evidenciava a vasta experiência na trajetória da congregação em implantar escolas no âmbito internacional e nacional. Havia todo um cuidado com os aspectos administrativos e legislativos, os quais acabavam por se transformar em regras e normas, com objetivo de alcançar o fim esperado de cada setor ou função. A exemplo disso, encontramos no Regimento Escolar do Curso Normal Colegial de 1959 (p. 5-6), uma série de atribuições de cada função exercida na escola.

O cargo de Secretária deveria ser exercido por religiosa nomeada pela Diretora e, caso necessário, a Secretária contaria com auxiliares dispostos a sua subordinação. No uso de suas atribuições, a Secretária era responsável em dirigir e fiscalizar os diversos serviços do seu setor, preparar e expandir todas as correspondências, distribuir o trabalho entre os auxiliares, organizar e manter em dia toda a legislação e publicações oficiais, registrar a frequência e organizar o fichário do corpo docente, organizar e manter em dia os registros relativos aos estudantes (matrícula, frequência, aproveitamento) e assinar toda a documentação oficial, juntamente com a Diretora.

A Tesoureira deveria ser religiosa, designada pela presidente da mantenedora e lhe cabia as seguintes atribuições: receber as contribuições dos alunos e assinar os devidos recibos, efetuar o pagamento de todas as despesas, manter em dia a escrita financeira da

escola, pagar os vencimentos aos professores e demais servidores, assinar isolada ou concomitantemente com a Diretora os documentos de crédito, apresentar mensalmente um balancete e, no final de cada exercício, um balancete geral, além disso, deveria se responsabilizar pela fiel execução da legislação em vigor.

Observamos nesse contexto a atenção das Irmãs pelo setor administrativo da instituição, com aspectos estruturantes voltadas para a condução de práticas educacionais de sucesso, aspectos que podiam certamente garantir a expansão do seu patrimônio.

Havia todo um gerenciamento estruturado na filial Escola Imaculada, estabelecida no sul do Mato Grosso, com apoio recebido da mantenedora SCALIFRA-ZN, sediada na cidade de Santa Maria – RS. Essa infraestrutura administrativa garantiria a seguridade do investimento educacional no município de Dourados-MT, em meados da década de 1950. Nesse contexto, o perfil do Corpo Docente se tornava a mola mestra na engrenagem do bom funcionamento da instituição escolar.

3.2.3 Corpo Docente

As aulas eram dadas pelas freiras, alguns freis (sacerdotes) e, em alguns casos, com professores leigos, mas que tinham algum conhecimento da matéria, como matemática, por exemplo. Os fundamentos eram aqueles que dominavam na época, um período, onde a Igreja se envolve, em um primeiro momento, com o golpe Militar de 1964, então os conteúdos eram de fundo liberais e humanistas, privilegiando o psicologismo e o didatismo em suas práticas. Porém, neste interim, tivemos a felicidade de ter como professor Frei Inocêncio, que arejava nossas mentes com as discussões progressista do Vaticano II e, que, particularmente muito me instigou e contribuiu com uma formação menos conservadora e elitista, na época. Paralelamente a esta formação, fui convidada pelas irmãs a trabalhar como professora no Patronato Santo Antônio, o que me possibilitou estabelecer uma relação entre o Curso Normal e a prática. Para se ter uma ideia, comecei como alfabetizadora e nunca aprendi nada de alfabetização no curso, a não ser fazer joguinhos e cartazes, álbuns (NASCIMENTO, depoimento em fevereiro de 2018).

Adir Casaro Nascimento⁴¹, ex-aluna do Curso Normal, no período de 1963 a 1966, e professora do Patronato da Escola Imaculada Conceição, relata em seu

⁴¹ Adir Casaro Nascimento possui graduação em Pedagogia, pela Universidade Católica Dom Bosco (1971), Mestrado em Educação, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1991) e doutorado em Educação, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000). Professora titular da Universidade Católica Dom Bosco, coordena o Grupo de Pesquisa “Educação e Interculturalidade” (CNPq). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Intercultural, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação Escolar Indígena, Criança Indígena, Interculturalidade, Identidade e Diferença,

depoimento parte da dinâmica realizada na Escola e quem eram os docentes: freiras, freis e professores leigos. Segundo a ex-aluna, os fundamentos do ensino da época eram de fundos liberais e humanistas, com um certo psicologismo e didatismos em sua prática, permeados pela política do Regime Militar, implantado em 1964. A experiência de Adir Casaro Nascimento na sala de alfabetização demonstrou o reflexo das práticas desenvolvidas no Curso Normal, voltadas a um rigoroso didatismo metodológico. Ao mesmo tempo, a ex-aluna apresenta o perfil de uma professora que fez a diferença no sistema rigoroso ali implantado.

A figura de Frei Inocêncio e seus ares progressistas, advindos do Concílio Vaticano II, quebrava a rigurosidade dos demais professores. Ao relatar sobre o que mais marcou em sua vida estudantil na escola Imaculada, Adir Casaro Nascimento afirmou o seguinte:

Com certeza, o encontro com Frei Inocêncio, que se tornou o meu guia espiritual e político. Incentivou-me muito para sair de Dourados e continuar os meus estudos, ação, que não era prática das irmãs, pois pensavam em formar professorinhas primárias [*sic*], mas que tinham um carinho enorme pelas suas normalistas (NASCIMENTO, depoimento em fevereiro de 2018).

Pelo depoimento de Adir, o Frei Inocêncio era inspirador e desmistificava o conservadorismo elitista da época. Além de levá-las a uma maior reflexão em trilhar novos horizontes em suas vidas, o Frei Inocêncio era aquele professor que divergia dos demais, sua regra era quebrar a disciplina impositiva naquele ambiente institucionalizado.

Ao Corpo Docente competia uma infinidade de deveres e normas listadas no Regimento Interno da Escola Normal de 1968 (p, 54), tais como: zelar pela disciplina, cumprir o programa educativo, verificar a presença e ausência das alunas, preencher e entregar o diário de classe, elaborar e corrigir provas, participar de bancas examinadoras, escolher livros didáticos, impedir a entrada das alunas depois de iniciada a aula, colaborar com a direção da escola na organização de trabalhos complementares e religiosos. E, conforme Art. 21, alínea “n”, ainda precisavam:

Levar as alunas não somente à aquisição de conhecimentos – tarefa que se deverá visar antes a profundidade do que a extensão – mas também a madureza de espírito, pela formação de hábito e da capacidade de

pensar, julgar e agir certo. Para tanto, impor-se-á por seu exemplo e sentimento de dignidade, religiosidade e civismo (REGIMENTO, 1968, p. 54).

Assim, ao professor cabia ministrar o conhecimento de sua disciplina escolar e educar por meio do seu exemplo de vida. Os aspectos de dignidade, religiosidade e civismo compunham o perfil ideal de professor.

Dito isso, a partir desse ato regimental, percebemos que a ação de Frei Inocêncio foi além do conhecimento e do exemplo, ele conseguiu gerar nas normalistas a capacidade do “olhar-se” e “protagonizar-se”. Conforme depoimento dessa ex-aluna, o Frei proporcionou uma formação espiritual (autoconhecimento) e política (politização). A normalista Adir Casaro Nascimento alçou voos pertinentes em sua vida, de “professorinha” primária, tornou-se professora universitária.

3.2.3.1 Entre leigos e Irmãos

Na busca de mananciais para entender como era composto o quadro de professores, encontramos os registros do Corpo Docente da Escola Imaculada em uma pasta intitulada “Cópia – Corpo Docente (desde a fundação) Normal e Ginásio”, com dados de 1959 a 1968. Apesar de a Escola também atender ao Jardim de Infância e ao Primário, não localizamos o registro desses professores. Provavelmente, parte da documentação era centralizada nos seus respectivos espaços do Patronato de Menores (primeiro espaço de atuação escolar das Irmãs), próximo a atual Igreja São José e no Educandário Santo Antônio, situado na atual catedral de Dourados, essas escolas eram administradas pelas Irmãs por aval pleno dos Freis Franciscanos.

Somente no ano de 1959, situado já em um novo prédio, aconteceu a abertura dos cursos, nessa ordem de cronologia: 1959: Normal Regional e Normal Colegial; 1961: Ginásio Secundário; 1971: Pré-Primário e Primário da Escola Imaculada. Mesmo com a abertura em 1971 do Pré-Primário e Primário nesse novo prédio, não encontramos registros do Corpo Docente desses respectivos segmentos.

No material encontrado, “Cópia – Corpo Docente (desde a fundação) Normal e Ginásio”, constavam os registros de Corpo Docente do Ginásio da Escola Imaculada e da Escola Normal. Na composição do Corpo Docente da Escola Normal encontramos duas listas, uma específica para professores leigos (pessoas que não eram religiosas) e a outra,

por Irmãs da congregação e outros religiosos: Irmãos e Freis, conforme figuras 20 e 21, e suas respectivas descrições, a seguir:

Figura 20: Professores Leigos do Instituto Educacional de Dourados – 1959-1968.

<u>PROFESSORES LEIGOS (sem ser membros da Congregação Religiosa)</u>	
desde a fundação da ESCOLA NORMAL " INSTITUTO EDUCACIONAL DE DOURADOS "	
<u>Nome do professor</u>	<u>Anos que lecionou:</u>
1- Dr. Joaquim Lourenço Fº	1959; 1960; 1961; 1962; 1963.
2- José Ignacio de Oliveira	1959; 1960; 1961.
3- Irene Innocentini	1959.
4- Aluizio Antunes Cotrim	1959.
5- Neil Fioravanti	1960.
6- Dr. Joel Pissini	1962; 1963.
7- João Ramão dos Santos Araujo	1964.
8- Dr. José Cerveira	1964
9- Azael Pompeu	1965
10- Shio Yoshikawa	1965; 1966.
11- Luiza Mello Vasconcelos	1967; 1968
12- José Marques Luiz	1967
13- D.Margarida Maria Corrêa de Moraes..	1968
14- D. Leila Fioravanti Rosa	1968
15- Vera Lúcia Lopes Gomes	1968
16-	

Fonte: Acervo Documental Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Quadro 4: Transcrição Professores Leigos da Escola Normal Instituto Educacional de Dourados – 1959-1968.

<u>PROFESSORES LEIGOS (sem ser membros da Congregação Religiosa) desde a fundação da ESCOLA NORMAL "INSTITUTO EDUCACIONAL DE DOURADOS"</u>	
<u>Nome do Professor</u>	<u>Anos que lecionou</u>
1 Dr. Joaquim Lourenço Fº	1959 1960 1961 1962 1963
2 José Ignacio de Oliveira	1959 1960 1961
3 Irene Innocentini	1959
4 Aluizio Antunes Cotrin	1959
5 Neil Fioravante	1960
6 Dr. Joel Pissini	1962 1963
7 João Ramão dos Santos Araújo	1964
8 Dr. José Cerveira	1964
9 Azael Pompeu	1965
10 Shio Yoshikawa	1965 1966
11 Luiza Mello Vasconcelos	1967 1968
12 José Marques Luiz	1967
13 D. Margarida Maria Corrêa Moraes	1968
14 D. Leila Fioravante Rosa	1968
15 Vera Lúcia Lopes Gomes	1968

Fonte: AMARO, Eliane Maria (Org.). Professores Leigos (sem ser membros da congregação religiosa) desde a fundação da Escola Normal "Instituto Educacional de Dourados". 2018.

Figura 21: Irmãs, Irmãos e Freis Professores do Instituto Educacional de Dourados – 1959-1968.



I R M Ã S

=====

IRMÃS DE NOSSA CONGREGAÇÃO RELIGIOSA QUE LECIONAM NA ESCOLA NORMAL " INSTITUTO EDUCACIONAL DE DOURADOS ",
FREIS E IRMÃOS (RELIGIOSOS) , DESDE A FUNDAÇÃO ATÉ.....

=====

NOME DAS IRMÃS, FREIS E IRMÃOS	ANOS QUE LECIONARAM
1. Tecla Neutzling (Ir. Paulina)	1959, 1960, 1961, 1962, 1963 e 1964
2. Lorida Helena Kehrwald (Ir. Inês Maria)	1959, 1960, 1961
3. Clara Thomas (Ir. Josélia Thomas)	1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965 1966
4. Elizabetha Wolfart (Ir. Elizabetha.)	1960 e 1961
5. Maria Bottega (Ir. Vera)	1961 e 1962
6. Maria Josefina Kurrath (Ir. Ma. da Glória)	1962 e 1963
7. Ma-Acella Kreutz (Ir. Narcisa)	1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968
8. Frei Inocencio Lutzny	1962, 1963, 1965 e 1966
9. Anna Maria Cechin (Ir. Lourença)	1964, 1965, 1966 e 1967
10. Ma. do Perp. Socorro Araujo Carneiro (Ir.)	1964 e 1965
11. Angelina Borin (Ir. Corinda)	1964, 1965, 1966 e 1967
12. Claudia Müller (Ir. Ruth.)	1964, 1965 e 1966
13. Aracy Dias Saldanha (Ir. Zulema)	1966 e 1967
14. Blasius Rachor (Ir. Blasius)	1967 e 1968
15. Coleta Francisca Sturm (Ir. Alice)	1967
16. Maria Cristina Biesdorf (Madre Leônia)	1967 e 1968
17. Elida Esther Kehrward (Ir. Valesca)	1968
18. Frei Patrício Willi Salmon	1968
19. Casilda Joanna Wilges (Ir. M. da Fátima)	1968
20. Irmã Josephina Hedwig Cloppenburg	1968

=====

Fonte: Acervo Documental Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Quadro 5: Transcrição Irmãs, Irmãos e Freis que lecionaram na Escola Normal Instituto Educacional de Dourados – 1959-1968.

IRMÃS DE NOSSA CONGREGAÇÃO RELIGIOSA QUE LEZIONARAM NA ESCOLA NORMAL “INSTITUTO EDUCACIONAL DE DOURADOS”. FREIS E IRMÃOS (RELIGIOSOS) DESDE A FUNDAÇÃO ATÉ.....

	<u>Nome do Professor</u>	<u>Anos que lecionou</u>							
1	Tecla Neutsling (Ir Paulina)	1959	1960	1961	1962	1963	1964		
2	Lorida Helena Kehrwald (Ir. Inês Maria)	1959	1960	1961					
3	Clara Thomas (Ir Jocélia Thomas)	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966
4	Elizabetha Wolfart (Ir Elizabetha)		1960	1961					
5	Maria Bottega (Ir Véra)			1961	1962				
6	Maria Josefina Kunrath (Ir Ma. da Glória)				1962	1963			
7	Maria Acella (Ir, Narcisa)				1962	1963	1964	1965	1966
8	Frei Inocêncio Lutzny				1962	1963		1965	1966
9	Anna Maria Cechin (Ir Lourença)						1964	1965	1966
10	Maria do Perpétuo Socorro Araújo Carneiro (Ir)						1964	1965	
11	Angelina Borin (Ir Corinda)						1964	1965	1966
12	Cláudia Müller (Ir Maria Ruth Müller)						1964	1965	1966
13	Aracy Dias Saldanha (Ir Zulema)							1966	1967
14	Elasius Rachor (Ir Blasius)								1967
15	Coleta Francisca Sturn (Ir Alice)								1967
16	Maria Cristina Biesdorf (Madre Leônia)								1967
17	Eliada Esther Kehrwald (Ir Valesca)								1968
18	Frei Patrício Willi Salmon								1968
19	Casilda Joana Wilges (Ir M. da Fátima)								1968
20	Irmã Josephina Hedwig Cloppenburg								1968

Fonte: AMARO, Eliane Maria (Org.). Irmãs, Irmãos e Freis (religiosos) que lecionaram na Escola Normal “Instituto Educacional de Dourados” desde 1955 até 1968. 2018.

O Corpo Docente da Escola Normal Imaculada Conceição (1959 a 1968) era formado por duas categorias de professores: a) uma, intitulada “Professores Leigos”, sinalizados pelas Irmãs como ‘não membros da congregação’; e outra, contemplada por Irmãs Franciscanas e outros religiosos: Irmãos e Freis.

O termo “leigo”, derivado do Latim "*laicus*", cuja origem vem do Grego "*laikós*", é sinônimo de "laico" ou "laical", ou seja, que não pertence ou não está sujeito a nenhuma

religião. A acepção do termo tem origem no meio religioso e se referia à pessoa que não possuía conhecimentos suficientes para determinada função dentro da organização religiosa. Na Igreja Católica, são leigos aqueles que não fazem parte do clero e nem da hierarquia eclesiástica, porém participam ativamente dos rituais ligados à religião.

De acordo com o Dicionário Aurélio⁴², a palavra “leigo” significa o que ou quem não tem conhecimentos especializados em determinada área. No que concerne ao campo educacional, professores leigos são aqueles que não possuem uma formação básica, em termos de habilitação, para o nível docente em que atuam. Aguiar (2007, p. 19-20), em sua obra “A construção histórica e política do professor/a leigo/a no Brasil: um estudo de caso sobre o Proformação”, advoga que “No campo da legislação, percebe-se que as leis sempre deram brechas com uso de eufemismos para tratar esta questão, sempre criando cargos nas carreiras do magistério contemplando professores/as não habilitados”.

O referido autor constata que o professor leigo se tornou um personagem de forte atuação na História da Educação e um sobrevivente histórico do abandono dos poderes públicos em épocas diferentes, em decorrência da falta de planejamento e investimentos compatíveis com a necessidade da educação do povo brasileiro.

Na ausência de docentes qualificados, a sala de aula se tornava o campo daqueles que tivessem maior capital cultural para o exercício da docência. Segundo Cortez (2006, p. 36), a:

[...] expressão do termo professor leigo, na prática, passa a ter uma conotação além do legal e do pedagógico, uma vez que este profissional não é totalmente desconhecedor ou ignorante das tarefas que realiza e dos limites do *ethos* cultural e escolar do contexto onde vive.

Tornar-se professor, apesar de a sua não habilitação, acabava por acontecer àqueles que possuíssem maior conotação nos aspectos de conhecimento culturais, através do seu *ethos*⁴³ cultural. Assumir ser professor leigo em um campo faltante desses profissionais poderia, e ainda pode, desencadear expressivas alterações na ambiência social. Na década de 1950, 48,3% do magistério primário era composto por professores

⁴² Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/leigo>>. Acesso em: 26/02/2018.

⁴³ De forma comum, entende-se por *ethos* o conjunto de fatores que fundam os valores e suas correspondentes normas de comportamento assumidos por uma inteira civilização, por um povo, por um grupo social ou até mesmo por um indivíduo.

leigos e, em 1960, 46,2%, segundo o Plano Trienal de Educação (1963-1965)⁴⁴ (PICANÇO, 1986, p. 11). Os índices estatísticos demonstraram a significativa carência de professores habilitados. Então, diante da exigência de escolarização, abriam-se espaços para os agentes que atuavam como professores leigos.

Localizada na cidade de Dourados, sul do Mato Grosso, e inserida no contexto nacional, cuja escassez de professor habilitado era realidade, a Escola Imaculada Conceição constituiu, em 1955, seu Corpo Docente, formado por Professores Leigos e por Religiosos: Irmãs Franciscanas, Irmãos e Freis. Destacaremos nessa dissertação o Corpo Docente da Escola Normal Instituto Educacional de Dourados, no período de 1959-1968.

Conforme Quadro 6, apresentaremos os Professores Leigos da Escola Normal, cuja concepção das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã era leigo àquele que não pertencia a nenhuma congregação e, nos Quadros 7 e 7.1, daremos destaque ao Corpo Docente formado pelas Irmãs da congregação, Irmãos e Freis. Nos quadros 6, 7 e 7.1, localizaremos quem era o docente, qual seu registro ou habilitação e quais disciplinas ministravam.

⁴⁴ Cf. PICANÇO, Iracy Silva. Alguns elementos para discussão sobre o professor leigo no ensino brasileiro. *Em Aberto*. Brasília, ano 5, n. 32, out./dez. 1986. p. 11. Disponível em: <file:///C:/Users/HP/Downloads/Professor%20leigo.pdf>. Acesso em: 28/02/2018.

Quadro 6: Professores Leigos: registro ou curso e disciplina ministrada na Escola Normal Instituto Educacional de Dourados (1959-1968).

PROFESSORES LEIGOS: REGISTRO OU CURSO E DISCIPLINA MINISTRADA NA ESCOLA NORMAL INSTITUTO EDUCACIONAL DE DOURADOS* (1959-1968).				
	Professor	Registro ou Curso	Disciplina Ministrada	Período
1	Dr. Joaquim Lourenço Filho	Faculdade de Medicina RJ	- Anatomia e Fisiologia Humana - Higiene e Puericultura	1959 1960 1961 1962 1963
2	José Ignacio de Oliveira	Prática em Adm. e Ed. Física	- Educação Física	1959 1960 1961
3	Irene Innocentini	Faculdade de Filosofia	- Geografia - Física e Química	1959
4	Aluizio Antunes Cotrin	Filosofia: Seminário Maior	- Matemática	1959
5	Neil Fioravante	Curso Secundário II Ciclo	- Física e Química	1960
6	Dr. Joel Pissini	Dentista	- Física e Química - Biologia Educacional	1962 1963
7	João Ramão dos Santos Araújo	Contador e Acadêmico 2º ano Filosofia	- Física e Química - Anatomia e Fisiologia Humana - Biologia Educacional	1964
8	Dr. José Cerveira	Faculdade de Direito	Português e Literatura	1964
9	Azael Pompeu	Faculdade de Odontologia (incompleto)	- Física e Química - Anatomia e Fisiologia Humana - Biologia Educacional	1965
10	Shio Yoshikawa	Normalista e aluna do II ano da Faculdade de Filos. C. de Pedagogia	- Desenho - Português e Literatura	1965 1966
11	Luiza Mello Vasconcelos	Normalista. C. Neo-latino	- Desenho - Português	1967 1968
12	José Marques Luiz	Clássico – II Ciclo	Português e Literatura	1967
13	D. Margarida Maria Corrêa Morais	Normalista	- Língua Portuguesa e Literatura Infantil - Metodologia Geral e Espec.	1968
14	D. Leila Fioravante Rosa	Aprovada no Exame de Suficiência	- História	1968
15	Vera Lúcia Lopes Gomes	Normalista	- Educação Física Jogos e Recreação	1968

*Atual Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Fonte: AMARO, Eliane Maria (Org.). Professores Leigos: registro ou curso e disciplina ministrada na Escola Normal Instituto Educacional de Dourados (1959-1968). 2018.

Quadro 7: Professores - Irmãs, Irmãos e Freis: registro ou curso e disciplina ministrada na Escola Normal Instituto Educacional de Dourados – 1959-1968.

PROFESSORES - IRMÃS, IRMÃOS E FREIS: REGISTRO OU CURSO E DISCIPLINA MINISTRADA NA ESCOLA NORMAL INSTITUTO EDUCACIONAL DE DOURADOS* 1959-1968												
Professor		Registro ou Curso	Disciplina Ministrada		Período							
1	Tecla Neutsling (Ir Paulina)	Registro nº 6992	- Desenho - Desenho e trabalhos Manuais	- Desenho e artes aplicadas - Francês	1959	1960	1961	1962	1963	1964		
2	Lorida Helena Kehrwald (Ir. Inês Maria)	Curso Teoria e Solfejo	- Música e Canto Orfônico		1959	1960	1961					
3	Clara Thomas (Ir Jocélia Thomas)	Normalista e Licenciada em Pedagogia	- Psicologia Geral e Educacional - Metodologia do Ensino	- Português e Literatura - Português	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966
4	Elizabetha Wolfart (Ir Elizabetha)	Normalista e aluna do I ano da Faculdade de Filosofia	- Matemática - Biologia Educacional - Sociologia Geral - Sociologia Geral e Educacional	- Física e Química - Matemática e estatística - História e Filosofia da Educação	1960	1961						
5	Maria Bottega (Ir Véra)	Registro nº D 23028	- Desenho e Artes aplicadas	- Educação Física	1961	1962						
6	Maria Josefina Kunrath (Ir Ma. da Glória)	Normalista e Curso de piano, Teoria Solfejo	- Anatomia e Fisiologia Humana	- Música e Canto Orfeônico	1962	1963						
7	Maria Acella (Ir, Narcisa)	Normalista, Bacharel Faculdade de Filosofia e Licenciatura Pedagogia	- Educação Física - Matemática e Estatística		1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	
8	Frei Inocência Lutzny	Cursos superiores de Filosofia e Teologia	História e Filosofia da Educação	- Sociologia Geral e Educação - Sociologia	1962	1963		1965	1966			
9	Anna Maria Cechin (Ir Lourença)	Normalista Registro nº D 23 178	- Educação Física - Trabalhos de arte	- Artes aplicadas	1964	1965	1966	1967				
10	Maria do Perpétuo Socorro Araújo Carneiro (Ir)	Diplomada no Curso de Enfermagem	- Higiene e peuericultura		1964	1965						

* Atual Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Fonte: AMARO, Eliane Maria (Org.). *Professores - Irmãs, Irmãos e Freis: registro ou curso e disciplina ministrada na Escola Normal Instituto Educacional de Dourados – 1959-1968*. 2018. (Continua na próxima página).

Quadro 7.1: Professores - Irmãs, Irmãos e Freis: registro ou curso e disciplina ministrada na Escola Normal Instituto Educacional de Dourados – 1959-1968. Continuação do quadro 7.

IRMÃS, IRMÃOS E FREIS: REGISTRO OU CURSO E DISCIPLINA MINISTRADA NA ESCOLA NORMAL INSTITUTO EDUCACIONAL DE DOURADOS* 1959-1968				
	Professor	Registro ou Curso	Disciplina Ministrada	Período
11	Angelina Borin (Ir Corinda)	Normalista	- Sociologia Geral e Educação - História e Filosofia da Educação	1964 1965 1966 1967
12	Cláudia Müller (Ir Maria Ruth Müller)	Curso de Teoria e Solfejo	- Musica e Canto Orfeônico	1964 1965 1966
13	Aracy Dias Saldanha (Ir Zulema)	Curso Superior de Enfermagem Registro: F 15 052	- Anatomia e Fisiologia Humana - Higiene e Puericultura - História e Filosofia da Educação - Biologia Educacional - Física e Química - Português	1966 1967
14	Elasius Rachor (Ir Blasius)	Registro nº 4394	- Biologia Educacional - Ciências Físicas Químicas e Biológicas - Física e Química	1967 1968
15	Coleta Francisca Sturn (Ir Alice)	Licenciatura Pedagogia e Cursos especiais de Didática e Psicologia	- Metodologia - Sociologia - Psicologia	1967
16	Maria Cristina Biesdorf (Madre Leônia)	Normalista e Conservatório de Teoria e Solfejo	- Música e Canto	1967 1968
17	Eliada Esther Kehrward (Ir Valesca)	Licenciada em Pedagogia	- Psicologia Geral e Educacional	1968
18	Frei Patrício Willi Salmon	Curso de Filosofia e Teologia	- Intração Religiosa - História e Filosofia da Educação	1968
19	Casilda Joana Wilges (Ir M. da Fátima)	2º ano de Enfermagem	- Higiene e Puericultura	1968
20	Irmã Josephina Hedwig Cloppenburg	Secundário II Ciclo	- Geografia - Artes Aplicadas - Economia do lar	1968

Fonte: AMARO, Eliane Maria (Org.). *Professores - Irmãs, Irmãos e Freis: registro ou curso e disciplina ministrada na Escola Normal Instituto Educacional de Dourados – 1959-1968*. 2018.

O Corpo Docente da Escola Normal Instituto Educacional de Dourados (Escola Imaculada), no período de 1959 a 1968, era composto por 15 professores intitulados como leigos (não religiosos) e por 20 religiosos (Irmãs, Irmãos e Freis). O perfil desses profissionais apresentava as seguintes características: a) os aprovados pelo exame de suficiência; os que tinham Curso Secundário, Clássico ou Normal; os enquadrados nos padrões da Lei 2125 de 28 de dezembro de 1963 e aqueles que recebiam um registro para atuação em docência. Além disso, existiam os que possuíam curso superior em Pedagogia, Filosofia, Teologia, Direito, Medicina, Enfermagem e Odontologia. Havia também alguns habilitados em cursos práticos ou teóricos, sem nível superior, como: Contador, Prática em Administração e Educação Física, Conservatório de Teoria e Solfejo, Didática e Psicologia. Entre os religiosos e não religiosos existiam professores leigos, educacionalmente falando.

Dos quinze professores não religiosos, encontramos normalistas, senhoras de “elite” e profissionais liberais, como: advogados, médicos e dentistas. Um fato observado foi a não permanência por tempo prolongado desses profissionais no exercício da docência, com exceção da atuação por três anos de José Ignácio de Oliveira (1959-1961), na disciplina Educação Física; e do médico Dr. Joaquim Lourenço Filho, que ministrou as disciplinas de Anatomia; Fisiologia Humana; Higiene e Puericultura, de 1959 até 1963, na Escola Normal. Lourenço Filho atuou por cinco anos, enquanto os demais professores dessa mesma categoria ficaram cerca de um a dois anos.

Na Escola Normal, a maior parte de exercício de docência era desempenhado pelas Irmã Franciscana da Penitência e Caridade Cristã. Isto se evidenciava no tempo dedicado às práticas pedagógicas e à quantidade de disciplinas assumidas pelas religiosas, conforme Quadros 7 e 7.1. Algumas delas se responsabilizavam por uma infinidade de disciplinas, a exemplo disso, tem-se Clara Thomas (Irmã Jocélia), normalista e Licenciada em Pedagogia, que atuou de 1959 a 1966 e ministrou Psicologia Geral e Educacional, Metodologia do Ensino, Português e Literatura; Aracy Dias Saldanha (Irmã Zulema), a qual atuou por dois anos (1967-1968) e ministrou Português, Anatomia e Fisiologia Humana, Higiene e Puericultura, História e Filosofia da Educação, Biologia Educacional, Física e Química; a Irmã Elizabetha Wolfart, Normalista e aluna da Faculdade de Filosofia, exerceu a docência nos anos de 1960 a 1961, em sete disciplinas: Matemática, Biologia Educacional, Sociologia Geral, Sociologia Geral e Educacional, Física e Química, Matemática e Estatística, História e Filosofia da Educação.

Uma de nossas depoentes, a Irmã Maria Erica Willers, concluiu a Escola Normal no ano de 1961, no Instituto Educacional de Dourados, e atualmente reside no Convento

São Francisco, em Santa Maria – RS, local onde nos permitiu uma conversação⁴⁵. Ao rememorar sua vida estudantil como normalista, a Irmã Maria mencionou a escassez de professores no município de Dourados, tanto nas escolas municipais como na Escola das Irmãs. Ao falar da composição do corpo docente, destacou a grata contribuição de sua colega, a Irmã Lorida Helena Kehrwald (Ir. Inês Maria), que atuou na Escola Normal tanto como aluna e quanto professora de Música e Canto Orfeônico.

[..] o frei Teodardo, que depois ficou bispo, ele dava religião, aulas de religião, tinha um seminarista que estava junto com o bispo, ele dava filosofia, não me lembro o nome dele, também tinha uma professora que ele (o bispo), veio com quatro professoras e um seminarista quando ele veio para Dourados. Uma dessas professoras também era minha professora, não me lembro, só das matérias, depois tinha um, um farmacêutico [...]esse deu física e química [...]irmã Lorida Kehrwald que era nossa colega, ela dava aulas de música, também ao mesmo tempo que ela se levantava do lugar ia lá na frente e dava aulas de música prá nós (WILLERS, depoimento em março de 2017. Grifo nosso).

A obra educativo-missionária da Instituição se inspirava no legado da fundadora, Catarina Daemen, a “Madre Madalena”, que iniciou a congregação em 1835, na Holanda, com a fundação de Escolas Normais. Em Dourados-MT, as religiosas assumiam diversos papéis na escola, traduzido no desempenho de Irmã Lorida, que saiu da carteira escolar, enquanto aluna, e, posteriormente, assumiu a turma como Professora de Música e Canto Orfeônico. Ao terminar a sua aula, retomou o seu lugar de estudante e prosseguiu com os seus afazeres cotidianos. Havia um esforço das religiosas em formar profissionais docentes para atender demanda da própria Escola e da região, conforme depoimento Irmã Maria Erica Willers.

A escola representava um campo promissor evangélico-educativo, no qual as Freiras Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, assentado no trabalho social, encapavam a política de profissionalização docente, com base nas reformas do ensino secundário (1931-1942)- A Missão Religiosa transitava entre a escolha vocacional e as convicções da congregação (saúde, pastorais e escola), vinculada à Igreja Católica. Todavia, o maior objetivo da Missão era ver germinar a semente plantada pela Missão Franciscana, com base no fortalecimento da Instituição na região e no país.

⁴⁵ Em março do ano de 2017 visitamos o Convento São Francisco, com sede em Santa Maria – RS. Neste local, encontramos as Irmãs que atuaram em Dourados nas décadas de 1950-1960 e, entre elas, estava a Irmã Maria Erica Willers, que nos concedeu uma entrevista neste período de visitaçào.

3.2.4 Corpo Discente

O Corpo Discente da Escola Franciscana Imaculada Conceição era constituído pelos alunos regularmente matriculados. A matrícula era feita antes do início do ano letivo, em prazo fixado pela direção, mediante requerimento dirigido à Diretora. Para a renovação de matrícula era necessária a comprovação de aprovação do ano anterior. No caso de reprovação ou desistência, também seriam aceitas as matrículas, desde que houvesse vaga e concordância da direção, a considerar a vida escolar do estudante, o seu comportamento e outros fatores de interesse da coletividade.

Perderiam o direito de renovação da matrícula os alunos que, por motivos plausíveis, incorressem em excessos de faltas às aulas de educação física; não tivessem requerido em tempo hábil o documento de matrícula; que tivessem sofrido penalidade de cancelamento de matrícula; que fossem considerados inconvenientes ao estabelecimento da Instituição, a juízo da Diretora após ouvir o Conselho de Professores; àqueles que demonstrassem continuamente desinteresse pelo estudo ou infratores constantes de dispositivos constantes no regimento da escola.

Eram considerados direitos dos alunos: a) expor dificuldades encontradas nos trabalhos escolares, em qualquer disciplina e solicitar ao professor auxílios e conselhos; b) apresentar, oralmente ou por escrito, quaisquer solicitações sugestivas a melhoramento da vida escolar, tanto aos professores quanto à administração; c) organizar-se em associações de cunho educativo (esportivo, científico, literário ou cívico), respeitando as disposições do regimento escolar; d) frequentar a biblioteca, as instalações esportivas, as associações existentes e os clubes, sem prejuízos aos trabalhos escolares obrigatórios.

Quanto aos deveres dos estudantes, era estabelecido: a) comparecer, devidamente uniformizado, às aulas; b) chegar com pontualidade às aulas, provas, trabalhos práticos, reuniões, ensaios, excursões escolares determinadas pela Diretora ou Professores; c) acatar à autoridade da Diretora, dos Professores e funcionários, além de tratá-los com urbanidade e respeito; d) esforçar-se para tirar o máximo proveito das atividades escolares; e) manter atitude respeitosa no tratamento com os professores, funcionários e colegas; f) zelar pela conservação do prédio e do aparelhamento escolar, como também, indenizar danos causados a eles; g) ocupar-se, em classe, com objetos próprios de estudo; h) portar-se nos recreios, dependências e adjacências do edifício escolar, com moderação, segundo os preceitos da boa educação; i) respeitar a orientação religiosa da escola, abstenendo-se de atos ou manifestações que ferissem essa orientação; j)

zelar pelo bom nome do colégio; k) acatar e cumprir as determinações do regimento escolar; l) pagar, no tempo devido, a anuidade escolar.

Aos alunos eram estabelecidas as seguintes proibições: a) entrar em classe, ou dela sair, sem a devida autorização do professor; b) ocupar-se com qualquer outro trabalho estranho à lição durante as aulas; c) fazer listas ou subscrições para obter fundos destinados a viagens, excursões e outras iniciativas, sem licença expressa da Diretora; d) usar o nome do colégio em excursões ou quaisquer manifestações, sem autorização da Diretora; e) concitar os colegas à greves ou ausências coletivas; f) trazer consigo livros, impressos, gravuras ou escritos considerados imorais, bem como rádios ou outros objetos que contribuam para perturbar o bom andamento das aulas; g) fumar em qualquer parte da escola; h) distribuir folhetos ou impressos de qualquer natureza à entrada, saída ou no interior da escola, ou aí fixá-los sem licença expressa da Diretora; i) perturbar, por qualquer modo, o sossego das aulas ou da escola; j) promover distúrbios ou algazarras nas imediações da escola; k) trazer consigo quaisquer objetos perigosos, assim como introduzir na escola bebidas ou outros elementos nocivos à saúde; l) tomar parte com outros alunos da escola, dentro ou fora dela, quaisquer manifestações ofensivas às pessoas ou instituições; m) praticar, dentro ou fora do estabelecimento, ato ofensivo à moral e aos bons costumes.

Aos estudantes que não cumprissem os deveres ou desrespeitassem as determinações expressas pela Escola seriam aplicadas as seguintes penalidades: a) admoestações simples; b) repreensão reservada, oral ou escrita, pela regente da classe ou pela Diretora; c) exclusão da sala de aula; d) suspensão de até 15 dias; e) exclusão definitiva do estabelecimento.

Eram consideradas faltas graves o desrespeito ostensivo às autoridades escolares: Professores e membros do corpo administrativo, como também os graves atos de rebeldias; Produção voluntária de danos ao patrimônio da Escola; Ofensas à moral e aos bons costumes; O uso de meios fraudulentos dos trabalhos escolares.

Aos alunos era possibilitado a formação de associações ou clubes, desde que fossem de cunho educativo, cívico, literário, científico, esportivo, artístico ou de assistência social. Cada associação criada contaria com a presença de um conselheiro escolhido pela Direção da Escola.

Além do trabalho com o Corpo Discente da Escola Franciscana Imaculada Conceição, as Irmãs Franciscana da Penitência e Caridade Cristã atendiam às crianças e adolescentes com a catequese no Lar Santa Rita e nos Grupos Escolares do Município.

No rol de documentos ou registros sobre Corpo Discente da Escola Franciscana Imaculada Conceição, encontramos anotações de alunos matriculados no período de 1959-1971, conforme Quadro 8:

Quadro 8: Alunos matriculados 1959-1971.

Ano	Pré-Primário	Primário	Normal Regional	Ginásio Secundário	Normal Colegial	Total
1959	-	-	23	-	8	31
1960	-	-	48	-	12	60
1961	-	-	29	29	11	69
1962	-	-	26	71	18	125
1963	-	-	7	80	39	126
1964	-	-	-	107	35	142
1965	-	-	-	141	57	198
1966	-	-	-	166	62	228
1967	-	-	-	227	95	322
1968	-	-	-	228	112	340
1969	-	-	-	227	134	361
1970	-	-	-	211	107	318
1971	30	60	-	250	121	461

OBS: No ano de 1971 o Educandário Santo Antônio contava com 541 alunos matriculados sob a direção de uma Irmã da Escola Imaculada.

Fonte: AMARO, Eliane Maria (Org.). Alunos matriculados 1959-1971. Escola Franciscana Imaculada Conceição. 2018.

Ao analisarmos o quadro representativo do número de alunos da Escola Franciscana Imaculada Conceição no período de 1959 a 1971 foi possível levantar o registro da vida escolar dos alunos do Educandário Santo Antônio, com funcionamento na Igreja Catedral. Este material, provavelmente, tinha seu arquivo nas dependências do Educandário. Outra descoberta realizada foi que as aulas da instituição iniciaram, em novo prédio da Vila Progresso, a partir da nova escrituração escolar, independente do Educandário. As Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã continuaram a administrar as duas escolas, porém com escriturações independentes. No prédio novo houve um progressivo aumento do número de alunos matriculados, a iniciar em 1959 com 31 alunos e, por sua vez, constar 461 alunos, no ano de 1971.

O Corpo Discente se tornou a principal matéria-prima a ser lapidada na instituição escolar. Para atender a este público, criou-se toda uma infraestrutura organizacional. Tempos, ritos e festas foram multiplicados no espaço escolar, de forma a estabelecer a ordem social da instituição e manter a representação de escola competente e eficaz na educação de crianças e jovens.

3.3. Do pátio escolar às ruas da cidade

Com o advento da Nova História Cultural, no âmbito da História da Educação, novos olhares foram lançados sobre a escola, os quais possibilitaram uma nova história das instituições escolares, bem como uma história do cotidiano escolar. Estudar as práticas escolares da Escola Franciscana Imaculada Conceição (1955-1975) significa problematizar questões ligadas à gênese da cultura escolar, lembrando-se que no interior da escola, as ações dos sujeitos acabam por ser inventadas, ou recriadas.

Ao nosso ver, os tempos, os ritos e as festividades escolares são momentos privilegiados para propagar conhecimentos, normas e valores legitimados pela sociedade e pela instituição escolar. Os tempos, os ritos e as festas escolares possuem caráter político pedagógico e a sua compreensão leva ao entendimento sobre valores e intenções que esses elementos carregam. A organização desses três elementos aparece como componentes da cultura escolar, os quais sofrem modificações de acordo com as épocas e as finalidades que as produziram, sejam elas políticas, sociais, econômicas, religiosas ou de socialização. Ao lado disso, também cabe compreender que os agentes sociais que dela participam, ou as elaboram, como espectadores ou atores, também as transformam e por elas são transformados.

3.3.1 Tempo e avaliação do aluno

O ano escolar da Escola Franciscana Imaculada Conceição se dividia em dois períodos: primeiro e segundo semestre, os quais eram constituídos por dias letivos, trabalhados de acordo com a legislação vigente (Decretos nacionais e LDB. Segundo a regulamentação da LDB 4.024/61, era previsto o mínimo de 180 dias letivos), e não se incluía o tempo reservado às provas finais. As férias de inverno eram garantidas no mês de julho e as férias de verão iniciavam com o cumprimento do ano letivo. Cabia à Direção organizar anualmente o calendário escolar com o programa dos dias letivos, de modo a fixar os feriados, festas religiosas e datas específicas de comemorações internas da instituição. O ano letivo se iniciava, salvo disposição superior, na primeira quinzena do mês de março. E, com relação ao horário semanal das aulas, esse também era de responsabilidade da Direção, conforme se evidencia no Quadro 9:

Quadro 9: Horário de aulas da Escola Normal II Ciclo e Normal Regional - 1959

HORÁRIO Escola Normal II Ciclo - 1959						
	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
Matutino	Geografia	Francês	Matemática	Francês	Desenho	---
	Ed. Física	Física e Química	Português	Física e Química	Desenho	---
	Anatomia	Música	Ed. Física	Francês	Anatomia	Português
	Português	Matemática	Religião	Música	Trabalhos Manuais	Matemática
HORÁRIO Escola Normal Regional - 1959						
	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
Matutino	Ed. Física	Matemática	Ed. Física	Religião	Religião	Economia Doméstica
	Religião	Geografia	Matemática	Matemática	Matemática	Desenho
	Português	Português	Ciências	Geografia	Ciências	Desenho
	Ciências	Música	Português	Português	Música	Trabalhos Manuais
Vespertino	Geografia	---	---	---	---	---
	Música	---	---	---	---	---
	Caligrafia	---	---	---	---	---

Fonte: AMARO, Eliane Maria (Org.). Horário de aulas da Escola Normal II Ciclo e Normal Regional – 1959. Instituto Educacional de Dourados. 2018.

A distribuição das matérias/disciplinas escolares era elencada conforme organização de cada curso escolar, composto por disciplinas obrigatórias, complementares, optativas e práticas educativas. No ano de 1964, a hora aula estipulada para a Escola Normal era de 50 minutos. Pela descrição do Quadro 9, na segunda-feira, além das aulas no matutino, haviam 3 aulas no período vespertino para a turma de Normal Regional.

A frequência dos estudantes, de cunho obrigatório, era computada por matéria/disciplina escolar, podendo prestar exame final, em primeira época, o aluno que tivesse comparecido no mínimo 75% das aulas. As faltas eram rigorosamente registradas no diário de classe, por cada professor.

As lições e exercícios escolares, objeto de cada disciplina, obedeciam a programas elaborados pela escola e respectivas metodologias e diretrizes especiais de cada série. Conforme Regimento Escolar da Escola Normal Colegial de 1959 (p. 19), artigo 88: “O trabalho de aula será desenvolvido tendo em vista levar o aluno não apenas a aquisição de conhecimentos, mas à maturidade de espírito, pela formação do hábito de pensar”. A aferição do aproveitamento escolar era realizada constantemente, através de arguições orais, trabalhos escritos e práticos, de forma individual ou em equipe.

A nota ou conceito mensal advinha do resultado de toda a atividade do aluno durante o mês e dos meses anteriores, a se levar em consideração o desempenho que envolviam atitude, interesse, frequência e senso de responsabilidade. Cabia ao professor avisar o dia das sabatinas, arguições e trabalhos e, a esses instrumentos avaliativos, eram

atribuídas notas de zero a dez. Anualmente acontecia, para cada disciplina, uma prova final, a qual abrangia toda a matéria lecionada no programa.

Aos alunos que por motivo de força maior estivessem impedidos de comparecer aos exames finais, concedia-se o exame de segunda chamada, desde que fosse requerido junto à Direção, no prazo de 3 dias após a realização dos processos avaliativos e, anexo ao pedido, fosse apresentado um comprovante de justificação da falta. A data dos exames de segunda chamada era previamente marcada pela Direção da Escola.

Considerava-se aprovado na matéria, independente de exame, o aluno que obtivesse média igual ou superior a 7,0 nas médias das notas mensais, atribuídas durante o período escolar e que tivesse alcançado a frequência mínima exigida por matéria.

Os professores lançavam as notas nos respectivos diários de classe, nos quais constavam a frequência do aluno em cada aula. Eram expedidos, periodicamente, boletins individuais e aproveitamento dos alunos, na forma e condição determinadas pela Direção.

Figura 22: Boletim Escolar III Curso Normal Instituto Educacional de Dourados - 1967.

Disciplinas	Março	Abril	Maió	Junho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Prova Final	Média Final	2ª. Época	Média Final	Assinatura do Pai ou Responsável
<i>Atitude</i>	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	
Anatomia e Física Humanas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Março
Biologia Educacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Abril
Desenho Artes Aplicadas	95	80	100	80	60	90				84,10			Maió
Educação F. R. Jogos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Junho
Física e Química	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Agosto
Higiene e Puericultura	100	100	85	100	55	50				82,00			Setembro
História da Fil. Educação	85	70	100	95	100	100				92,00			Outubro
Matemática e Estatística	90	100	80	100	100	100				95,00			Novembro
Metodologia Ens. Primário	95	100	100	55	100	85				89,16			
Música e Canto	90	100	90	100	100	90				95,00			
Psicologia Educacional	100	100	100	75	100	95				95,00			
Português	90	95	90	70	100	80				88,00			
Sociologia Educacional	100	100	90	75	100	95				93,33			
Educação Moral e Religiosa	100	100	95	85	100	95							
TOTAL DE FALTAS					2								
Média Global	90,40												
Observações:	<i>Thomé Maria Narcisa</i>												<i>Madre Maria Leônia</i>
	Secretária												Diretora

Fonte: Acervo pessoal da aluna Maria Madalena Marques.

Quadro 10. Transcrição do Boletim III Curso Normal Instituto Educacional de Dourados – 1967.

Disciplinas	Março	Abril	Mai	Junho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Prova Final	Média Final	2ª Época	Média Final	Assinatura do Pai ou Responsável
Atitude	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	
Anatomia e Física humanas	-	-											Março
Biologia Educacional													
Desenho Artes Aplicadas		95	80	100	80	60	90			84	16		Abril
Educação F. R. Jogos	-	-											
Física e Química	-	-											Mai
Higiene e Puericultura		100	100	85	100	55	50			82	00		<i>João Marque Luiz</i>
História da Fil. Educação		85	70	100	95	100	100			92	00		Junho
Matemática e Estatística		90	100	80	100	100	100			95	00		<i>João Marque Luiz</i>
Metodologia Ens. Primário		95	100	100	55	100	85			89	16		Agosto
Música e Canto		90	100	90	100	100	90			95	00		<i>João Marque Luiz</i>
Psicologia Educacional		100	100	100	75	100	95			95	00		Setembro
Português		90	95	90	70	100	80			88	00		<i>João Marque Luiz</i>
Sociologia Educacional		100	100	90	75	100	95			93	33		Outubro
Educação Moral e Religiosa		100	100	95	85	100	95						<i>João Marque Luiz</i>
TOTAL DE FALTAS						2							Novembro
Média Global. 90,40													
Observações:	<i>Ir. Maria Narcisa</i> Secretária						<i>Madre Maria Leônia</i> Diretora						

No boletim escolar apresentado na Figura 22, observamos a composição do currículo do Curso Normal Instituto Educacional de Dourados em 1967, com 14 disciplinas, das quais somente 10 eram exigidas no III ano do Curso Normal. Por sua vez, as demais disciplinas eram distribuídas no I e II ano. Os alunos eram avaliados com o mesmo peso das demais disciplinas no quesito atitudes (comportamento do aluno) e, ao final do processo avaliativo, gerava-se uma “Nota Global”, que representava a média geral do estudante naquele ano escolar. O rigor no controle dos estudos e disciplina comportamental do Corpo Discente era prática cotidiana na Escola Franciscana Imaculada Conceição entre 1955 e 1975.

3.3.2 As tradições e suas invenções

As práticas da Escola Franciscana Imaculada Conceição eram permeadas por rotinas escolares diárias, celebrações tradicionais, solenidades, ritos e festas.

Para Irlen Gonçalves e Luciano Faria Filho (2005, p. 33) “[...] olhar para as práticas cotidianas da escola fixa-se nos acontecimentos silenciosos do seu funcionamento interno. Silenciosos, seja pela ausência de documentos, ou documentos pouco conservados”. Esse processo de análise acerca das práticas cotidianas abarca aspectos internos da escola como a organização do tempo, dos espaços e das vivências

escolares. Os dados para a construção da narrativa histórica das práticas cotidianas são retirados das fontes históricas (documentos institucionais, materiais biográficos e iconográficos, crônicas religiosas manuscritas, entre outras) e, se possível, por meio de depoimentos orais.

Dessa forma, abrem-se possibilidades de análise sobre como foram produzidas as maneiras de pensar e de agir dos agentes envolvidos no processo educativo e quais foram as estratégias práticas desenvolvidas no cotidiano escolar, dentro ou fora da sala de aula, na intenção de inculcar normas, regras e valores institucionais ou da sociedade. A esse processo de análise se contextualiza a maneira como foram produzidas as práticas, sem deixar de entender suas finalidades, sejam elas religiosas, sociopolíticas ou de práticas de sociabilidade.

Na análise das fontes documentais encontradas (livros de ocorrências e álbuns fotográficos), bem como nos depoimentos orais de ex-alunas, ex-professoras e Irmãs da Escola Franciscana Imaculada Conceição, nas décadas de 1960 e 1970, observa-se a marca dos princípios de ordem, civismo e progresso, elementos que são herança dos ideais inventados durante o período de inauguração da República Brasileira.

Nas reflexões de Eric Hobsbawm (1997) consta que idealizadores do Novo Estado Republicano estavam preocupados em fabricar a nacionalidade e recriar novos códigos de civilidade, inventar tradições “Desenvolveu-se um conjunto de rituais bastante eficaz em torno destas ocasiões: pavilhões para os festivais, mastros para bandeiras, [...] delegações do Governo aos festivais, [...] e discursos” (HOBSBAWM, 1997, p. 14), um aparato representativo cuja função era inculcar valores e gerar regras de civilidade. As práticas da Escola Franciscana Imaculada Conceição não eram diferentes, afinal havia uma cobrança através da legislação educacional para que a escola fosse colaboradora do processo “civilizatório nacionalista”, idealizado pelo governo da época, entre as décadas de 1950 e 1970.

3.3.2.1 O rito nacionalista

Figura 23: Lembrança escolar de Stella Maris Andrade Faquer – 1973.



Fonte: Acervo pessoal de Stella Maris Andrade Faquer.

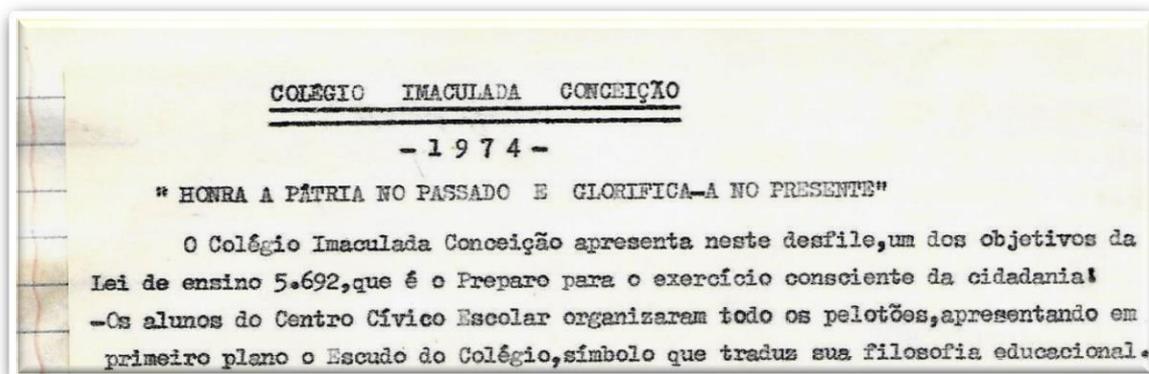
Acho que todos os anos enquanto aluna do Imaculada eu participei dos desfiles cívicos. Eu, a gente, gostava de participar e.... Era para nós era uma responsabilidade cívica, né?! Era incutido isso. Hino nacional no pátio.... Hasteavam a bandeira todos os dias, haaa.... [Stella demonstra certa emoção]. De manhã, ou a tarde, eu estudei nos dois períodos, não sei dizer quais, mas acho que 6º, 7º, 8º ano, acho que eu fiz de manhã, mas antes disso eu acho que era a tarde e.... havia hasteamento da bandeira, cantava o hino nacional e eu toquei flauta no desfile, toquei escaleta (FAQUER, depoimento em fevereiro de 2018).

Observe-se na lembrança escolar da ex-aluna Stella Maris Andrade Faquer, fotografada no Educandário Santo Antônio, administrado pelas Irmãs, a nítida expressão do forte nacionalismo preexistente na década de 1970. Ao fundo, encontra-se o mapa-múndi, a indicar a vastidão de conhecimentos proposta pelo educandário. Do lado direito da aluna (Figura 23), encontra-se hasteada em adriça, da sala de aula do edifício escolar, a Bandeira Nacional, que é símbolo máximo de representação da nação brasileira, no sentido de lhe assegurar o devido respeito. Ainda no mesmo lado, encontra-se exposto um livro, mapas, brasões, manifestações gráficas e musicais, que representam o

inestimável valor histórico, criados para transmitir o sentimento de unidade nacional e revelar ao seu observador a soberania do país. Além disso, esses símbolos aqui descritos e presentes no espaço escolar representavam a objetividade e fins da educação na Era Republicana. A expressão sisuda ou austera da boa menina Stella Maris Andrade Faquer, o impecável uniforme e os cabelos bem penteados, representavam o perfil de estudante idealizado pelas Irmãs da Penitência e Caridade Cristã. Ordem, postura, zelo, cuidados com a higiene e disciplina reuniam os traços e posturas determinadas aos discentes de uma escola de referencial católico franciscano.

No depoimento de Stella se materializa o que era incutido no corpo discente. Havia uma gama de rituais pátrios que compunham o cenário escolar. Este conjunto de gestos, formalidades e posturas se constituía no valor simbólico da instituição, cuja performance era, comumente, prescrita ou codificada pela Ordem Franciscana e pelas tradições da comunidade circundante. No entanto, muitos símbolos eram determinados pela legislação educacional brasileira à escola, conforme encontramos no livro de ocorrências da Escola Franciscana Imaculada Conceição, do ano de 1974 (1974, p. 13v.), figura 24.

Figura 24: Fragmento do livro de ocorrência 1974, p. 13v.



Fonte: Acervo documental Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Transcrição do registro de ocorrência 1974 (1974, p. 13v.).

COLÉGIO IMACULADA CONCEIÇÃO
- 1974 -

“HONRA A PÁTRIA NO PASSADO E GLORIFICA-A NO PRESENTE”

O colégio Imaculada Conceição apresenta neste desfile, um dos objetivos da Lei de ensino, 5.692, que é o Preparo para o exercício consciente de cidadania.

- Os alunos do Centro Cívico organizaram todos os pelotões, apresentando em primeiro plano o Escudo do Colégio, símbolo que traduz a filosofia educacional.

Havia uma imposição no âmbito da legislação (lei 5.692/1971), com vias a garantir os objetivos do governo republicano de garantir a “ordem” e o “progresso” do país, os quais eram praticados na escola. Entre elas, havia na referida legislação a obrigatoriedade de cada escola ter e fazer funcionar um centro cívico escolar. Conforme vimos no registro de ocorrências da Escola Imaculada, caberia aos alunos do Centro Cívico organizar os pelotões dos desfiles de 7 de setembro, ocorridos todos os anos.

Além dos desfiles, o hino nacional era religiosamente cantado e a bandeira nacional, no centro do pátio, hasteada e arriada. Nas aulas de música, aprendia-se a tocar instrumentos, os quais eram utilizados na formação das fanfarras para a participação da escola nos desfiles cívicos. Cultivava-se um *habitus* de civilidade, amor e respeito à Pátria.

Figura 25: Desfiles de 7 de setembro 1974 – Escola Franciscana Imaculada Conceição.



Fonte: Livro de Ocorrência 1974 - Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Os desfiles de 7 de setembro, além do cumprimento da reformulação da LDB, eram uma forma de a escola mostrar seu potencial na cidade, por meio de alunos bem ensaiados, com ritmo e figurinos impecáveis. Acontecia no município uma verdadeira disputa entre as escolas para a escolha da melhor performance nesse desfile cívico, disputa a qual, muitas vezes, acabava por gerar intrigas e rivalidades entre as instituições da cidade. Segundo Stella Maris Andrade Faquer, em seu depoimento (em fevereiro de 2018):

A partir de julho a gente começava a ensaiar, então tinha ensaios da fanfarra, ensaios dos desfiles, era um evento, era um grande evento [...]

a rixa sempre existiu entre [as escolas] Presidente Vargas e Imaculada... era eterna essa rixa!

Os ensaios e desfiles, segundo Faquer, eram um momento muito esperado pela juventude do Imaculada. Neles, havia intensa interação entre os estudantes e certa quebra na rotina do cotidiano escolar. As ditas exigências e rigorosidades aconteciam nesses momentos, mas a interação e a descontração também se tornavam regras do jogo simbólico entre professores e estudantes.

O município de Dourados tinha como tradição o desfile de 7 de setembro. Tratava-se de um momento de pompa e exaltação política, além de, como visto, disputa entre as escolas para que se elegeisse a melhor fanfarra, o melhor figurino, a melhor organização.

3.3.2.2 Solenidades e festas

A interação entre a comunidade educativa e a sociedade acontecia por meio das solenidades e festas escolares. Ao longo do ano letivo ocorriam celebrações de dia das mães, dia dos pais, Páscoa, dia dos Professores, semana da Pátria, Natal e o tradicional ritual de passagem afigurada nas formaturas. As festas de formatura envolviam todos os segmentos de ensino, a exemplo das imagens da solenidade de formatura do Curso Técnico em Laboratório de 1975 (Figura 26).

Figura 26: Solenidade de formatura do Curso Técnico em Laboratório, 1975.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Na solenidade de formatura do Curso Técnico em Laboratório de 1975 foi realizada nas dependências da Capela da Escola Franciscana Imaculada Conceição (Figura 26). A turma era composta por 20 alunos, formada em sua maioria pelo público feminino. Primava-se por estas solenidades como forma de valorização do ensino e do envolvimento da escola com as famílias (de elite ou não) e a própria sociedade.

Outra festa bem movimentada era a comemoração do dia das mães.

Figura 27: Festa do Dia das Mães - 1974 – Escola Franciscana Imaculada Conceição.



Fonte: Livro de Ocorrência 1974 - Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Transcrição do convite.

A você Mãe,
Nossa Homenagem!

Local: Salão do Colégio Imaculada Conceição.

Data: 11/05/74 - sábado.

Horário 7/30 horas.

À tarde, às 16 horas missa na Igreja Matriz.

5ª e 6ª séries.

A comemoração alusiva ao dia das mães era repleta de atividades e acontecia por grupos de séries escolares. Encontramos no livro de Ocorrências de 1974 um programa composto por 11 apresentações às mães, com destaque para mensagens, apresentação de balé, dramatização, músicas no piano, diálogos, canto e poesias. Portanto, era nos livros de ocorrências que ficavam registrados os eventos mais

importantes, que iam desde a programação, os convites, fotos do evento, até o relatório e registros dos periódicos locais.

A Festa Junina em homenagem a Santo Antônio, São João e São Pedro, acontecia no mês de junho, também compunha a tradição das festividades. Inicialmente, ela era chamada de Quermesse Beneficente e tinha como objetivo “[...] o cultivo do folclore brasileiro e melhor entrosamento entre os membros da comunidade escolar do Colégio Imaculada Conceição. A renda da festa reverterá em benefício do audiovisual da escola” (LIVRO DE OCORRÊNCIA, 1974, p. 9v). Havia um plano de organização da referida promoção, constituída por uma comissão geral, cujas atribuições envolviam caixa (controle Financeiro), propagandas e convites; comissão da Rainha da festa; quadrilha; barracas e passarelas; serviço de som; churrasco e bebidas; ornamentação, luz e vigilância. Era de praxe em festas organizadas por entidades religiosas o zelo pela excelência dos trabalhos, nos quais eram registrados em organograma, assentado no Livro de Ocorrências com os seus respectivos responsáveis.

Nas datas religiosas como Semana Santa, Páscoa e Natal havia uma preparação primorosa, com apresentação cultural, nas quais ocorriam dramatizações, poesias, jograis e recitais. As festividades ocorriam no pátio ou no salão de eventos da escola. No período que antecedia a Semana Santa, acontecia o preparo dos alunos para a tradicional confissão dos pecados, com a presença de sacerdotes na escola e a dramatização da morte e ressurreição de Jesus. A cada solenidade e festa desenvolvida se realizava um planejamento ritualizado, com seus respectivos responsáveis; havia esmerada preocupação com figurino, cenário, decoração, enredo e incansáveis ensaios. A Música e o canto eram componentes primordiais de cada atividade cultural desenvolvida, fosse o evento interno somente para os alunos, ou com a participação da comunidade externa.

Conforme dito no início deste capítulo, o conceito de cultura escolar, conforme Forquin (1993, p. 167), incide sobre o conjunto de conteúdos cognitivos e simbólicos selecionados, organizados, rotinizados, os quais se constituem de modo habitual como objeto de transmissão do contexto da escola. Portanto, a investigação histórica por meio da cultura escolar constitui importante instrumento na tentativa de entender a escola por dentro, entre seus ritos e festas.

A instituição escolar Escola Franciscana Imaculada Conceição, no período de 1955-1975, como transmissora e produtora de cultura, por meio dos ritos e festas, propagava o imaginário sociopolítico a todos que eram chamados a dela participar, seja como ator ou expectador. Ritos e festas eram formas de preservar a memória coletiva, a coexistência do grupo, despertar sensibilidade e solidariedade, impedir o esquecimento,

exaltar valores e difundir conhecimentos. Essas ocasiões legitimam a escola, o sistema de governo e a sociedade. Compostos por objetivos, normas e práticas educativas, os ritos e festas da Escola Franciscana Imaculada Conceição revelam características importantes da cultura escolar ali instalada no período de 1955-1975.

CAPÍTULO IV

“MEMÓRIA VIVA” DA EDUCAÇÃO FRANCISCANA: DOCÊNCIA E MISSÃO

Vale mais contemplar a atenção na história dos desejos, das curiosidades, dos sistemas perceptivos e discursivos que organizam os testemunhos. (ALAIN CORBIN, 1989, p. 301).

[...] é nas falas, nas entrelinhas das lembranças que vamos constituindo o leque que abana e dão o tom da nossa História. Paz e Bem colore o meu coração e o coração da minha família. As bases científicas, filosóficas, morais e éticas que a Escola das Irmãs [Escola Franciscana Imaculada Conceição] nos proporcionou e proporciona são um arco íris infinito.
Ex-aluna Joana Prado Medeiros (Depoimento, março 2018).

4.1 Trajetórias de vida

Entende-se que o processo investigativo de uma instituição impõe discorrer sobre seus agentes, o contexto social, a sua cultura e o período histórico em que estiveram inseridas. Por isso, neste momento se dará visibilidade às experiências e histórias de vida de Lúcia Valesca Wolfart (Irmã Maria Sérgia) e Maria Aparecida Betoni (Irmã Maria Lucrecia)⁴⁶, ambas são religiosas da congregação Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã e suas trajetórias estão ligadas à história da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

A partir desse procedimento, foi possível esboçar neste capítulo parte das injunções históricas nas quais essas duas freiras estiveram envolvidas, por décadas, na referida instituição. Seus relatos são representações de suas vivências e experiências, construídas a partir de interações com os distintos segmentos da instituição, assim como fora dela, narradas a partir de suas memórias e histórias de vida.

Os estudiosos que percorrem os caminhos interpretativos ancorados na história cultural abordam não apenas temas acerca das instituições, objetos, práticas, como também recorrem a dispositivos afetivos, conhecimentos estes responsáveis por conferir sentido às suas criteriosas e frutíferas pesquisas. Sabemos que a narrativa oriunda de memórias é carregada de emoções e escolhas do que lembrar ou esquecer, envolve experiências, vivências, sensibilidades, valores e finalidades do agente narrador. A memória de um agente social tende a ser fluida, ou seja, pode ter distintas interpretações, sentidos e, até mesmo, causar confusões no interlocutor.

Dessa forma, embora pareça constante, a percepção sobre o passado sofre modificações, em função de três eventos: conforme a aquisição de experiências; a partir de conhecimentos construídos ao longo do tempo, como também em consequência das novas visões de mundo. Vejamos o que diz Ecléa Bosi (1994, p.55) a esse respeito:

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, "tal como foi", e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de

⁴⁶ Lúcia Valesca Wolfart e Maria Aparecida Betoni são religiosas da congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã. Atualmente residem em Dourados-MS na Escola Franciscana Imaculada Conceição.

então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista.

Até pouco tempo, década de 1970 e 1980, grande parte dos pesquisadores dessa área privilegiavam o domínio do documento e sua validade como prova irrefutável para tratar de exames dos episódios ocorridos no passado. É indubitável que não se pode mudar o passado, no entanto, o historiador pode hoje ter uma interpretação distinta sobre o mesmo passado através de novas leituras e à medida em que se deixa aflorar detalhes e dar sentidos às minúsculas práticas. Manobra esta considerada pela História Tradicional enquanto aspecto insignificante do objeto, principalmente no que se refere a interpretação de posições religiosas ou filosóficas, por exemplo.

As reflexões de Alain Corbin (1989, p. 7) acerca do processo de construção histórica oferecem orientações basilares sobre o imaginário enquanto representação do universo social. Para tanto, o historiador francês propôs considerações sobre poesias, pinturas, obras religiosas, escritos românticos, memórias, viagens, entre outros, para captar as inúmeras visões de mundo ao longo do tempo. Segundo o estudioso (CORBIN, 1989, p. 301), pode-se “emprestar” os “olhares e emoções” dos agentes do passado. O exame e mecanismos com que os agentes de cada época ou de determinado segmento social interpretaram a vida material do passado e transformaram em discurso ou representação de suas práticas é algo de fundamental importância para o historiador que pretende aprofundar seus procedimentos interpretativos, ir para além das aparências, das horizontalidades, das superficialidades de um objeto ou de um fenômeno histórico.

A biografia, com a Nova História Cultural (NHC), segundo Brazil e Pereira (2013), tem sido privilegiada pela comunidade historiadora. Isto é, a partir das orientações conceituais defendidas pela NHC, houve um destaque para noções complementares de “práticas”, “representações”, micro-histórias, entre outros:

A despeito da severidade crítica à biografia, a NHC retomou interesse por este gênero, mas numa perspectiva inovadora. Se a historiografia tradicional foi bastante criticada por privilegiar a trajetória dos “grandes homens” na construção do discurso histórico, a escrita contemporânea tendeu, através do “micro história”, “da história vista de baixo”, da “história oral” e da “antropologia”, a utilizar a biografia como gênero de narrativa e fonte histórica (BRAZIL; PEREIRA, 2013, p. 186).

Essa nova modalidade historiográfica, tendência empregada por pesquisadores a partir da década de 1980, tem considerado para suas análises alguns aspectos indispensáveis, os quais são destacados por José D’Assunção Barros (2011, p. 38):

[...] os objetos culturais produzidos, os sujeitos produtores e receptores de cultura, como também os processos que envolvem a produção e a difusão cultural, os sistemas que dão suporte a estes processos e sujeitos, e, por fim, as normas a que se conformam as sociedades através da consolidação de seus costumes.

Nesse cenário, compreende-se que a NHC abriu caminhos para que a história passasse a ser percebida a partir de uma nova perspectiva: de baixo. Trata-se de um novo ângulo, no qual a micro-história e a história oral passaram a inovar o processo investigativo e a narrativa histórica. Assim, passou-se a considerar que os homens e mulheres em seu cotidiano trivial também fazem história, conforme observou Alberti (2011, p. 168):

[...] que estudar a constituição de memórias não é o mesmo que construir memórias. Muito vos dos que trabalham com História oral acham-se imbuídos da missão de promover a construção de memórias. Nesses casos, a entrevista de história oral não é tomada como fonte a ser analisada pelo pesquisador, mas como parte de um processo de ‘conscientização’ e de construção da identidade.

Nosso objetivo não foi nos valer simplesmente da construção de memórias, mas sim as integrar enquanto parte de um processo investigativo e, dessa forma, haurir o que há de valioso nesse tipo de fonte. Destarte, iniciamos a jornada de coleta de depoimentos – não obstante tenha que considerar a limitada experiência no uso de fontes orais (narrativas, relatos, depoimentos, entrevistas), arriscamo-nos a fazer esta verdadeira “travessia do Rubicão”⁴⁷ ao utilizar contribuições teóricas e metodológicas da História Oral (fontes orais coletadas por meio de entrevistas orais que foram gravadas).

Entende-se que esse caminho aberto pela História Oral permite o reexame de mecanismos utilizados pelos agentes sociais de cada época, enquanto ferramentas interpretativas dos antigos fenômenos e os reintegram a um manancial de práticas e

⁴⁷ Apesar de não ser muito utilizada no cotidiano, a expressão “travessia do Rubicão” existe a centenas de anos. Seu significado remonta ao ano de 49AC, onde um dos mais famosos generais de toda a História, Júlio Cesar, atravessou o Rubicão, curso de água na Itália Setentrional, que corria o mar Adriático, a pouca distância a norte de Ariminium. Esse rio tinha uma importância notável: a lei romana proibia que o rio Rubicão fosse atravessado por qualquer legião de exército romano.

representações. Uma série de discursos acerca da instituição que ora analisamos geraram procedimentos, costumes e tradições, cuja configuração se constituiu em um fenômeno histórico.

Muitas falas dos protagonistas da história da Escola Franciscana Imaculada Conceição trouxeram testemunhos sobre acontecimentos, conjunturas, movimentos internos e externo da escola, modos de “ver” e “sentir” a vida, entre outros aspectos da história do tempo presente. Entendemos a Irmã Maria Sérgia e a Irmã Maria Lucrecia como “pessoas extraordinárias” (Cf. HOBBSAWM, 2005), conhecidas apenas no universo institucional local (Igreja e Escola), ou identificadas por parentes, vizinhos, alunos e colegas de jornada. Seriam as histórias humanas contadas por pessoas anônimas, simples, atuantes e de extremo valor. Histórias “recolhidas” no recanto do seu espaço, que ora fora de uma “elite”, ora fora de crianças carentes acolhidas no Patronato de Menores de Dourados, nos idos das décadas de 1950 e 1960 (através da ação social Franciscana, em um período no qual se tinha por objetivo maior a expansão de seus domínios).

Hobsbawm (2005, Orelha do livro) faz uma referência a personagens que se movimentaram no passado oitocentista, mas que foram apreciados a partir de um novo modelo interpretativo da história do proletariado (anônimos) e de sua formação, como forma de redescobrir a realidade concreta do passado. Mas, as suas análises, sobre “[...] a emergência de uma classe que se descobre portadora de uma identidade singular”, vieram servir de suporte para nossas reflexões sobre as ações dessas “pessoas comuns”, anônimas, que trabalharam por décadas em uma instituição de referencial tradicional.

Esse estudioso, ainda na Orelha do livro, referiu-se a essas “pessoas comuns” como indivíduos “extraordinários”, como agentes de uma ação coletiva: “Se, por um lado, seus nomes designam pessoas concretas, por outro indicam personificações de impasses, contradições e esperanças de momentos históricos cruciais”.

Aceito isso, entre os anos de 2017 e 2018 decidi ouvir as histórias contadas pelas freiras decanas Lúcia Valesca Wolfart e Maria Aparecida Betoni, as quais narraram suas experiências missionárias e educativas. Essas mulheres foram agentes que ajudaram nas ações executivas, enquanto formadoras da profissão docente, interlocutoras da instituição, desempenharam ações de engajamento de pessoas, contribuíram para as buscas vocacionais, além de se dedicarem às transmissões de valores e de princípios da causa institucional, entre outras atividades. Assim, entendemos que essas narrativas de memórias da vida, de intencionalidades e de curiosidades complementam informações

oferecidas por outras fontes no processo discursivo e de perceptiva sobre o passado histórico.

O processo de coleta de depoimentos feito junto à Lúcia Valesca Wolfart, a Irmã Maria Sérgia, ocorreu entre outubro de 2016 e março de 2018, no espaço da Escola Imaculada. As conversações com a freira ocorreram em momentos formais, com diferentes objetivos e também alguns encontros menos formalizados.

O primeiro encontro objetivou uma aproximação e um contato mais geral com a temática planejada. No segundo momento, embasada no primeiro contato e no teor das respostas obtidas, reformulamos outras questões e aprofundamos alguns assuntos. No terceiro e quarto momento de conversas informativas foram utilizados para a leitura das transcrições dos depoimentos orais e, posterior, consentimento da referida freira sobre o material coletado.

Tivemos vários momentos de idas e vindas nas mudanças do que havia sido escrito. Em março de 2018, voltamos a interagir com a Irmã Maria Sérgia, no intuito de que fossem esclarecidas dúvidas pontuais levantadas ao longo do processo investigativo da instituição. Inclusive, há de se relatar que houve por parte dessa depoente uma preocupação em retirar os “vícios de linguagem” dos depoimentos transcritos, bem como alguns fatos relatados, os quais, após serem lidos foram descartados a pedido da Irmã, sob alegação de que os entendeu como desnecessários em constar nessa dissertação.

O contato com Irmã Maria Lucrécia, ou Maria Aparecida Betoni, aconteceu desde o início da pesquisa. Uma vez no papel de Diretora dessa instituição, houve uma maior possibilidade de acesso a ela.

No decorrer do processo investigativo, quando surgiam dúvidas ou havia necessidade de conseguir documentos mais resguardados, a Irmã Maria Lucrécia se mostrou disposta a ajudar, além disso, dedicou-se a tarefa de relatar fatos de décadas passadas (meados dos anos de 1960 e 1970), bem como no auxílio de interpretações sobre fatos e pessoas presentes nas fotografias antigas. E assim, a partir desse contato, foi possível ter dimensão do grau de envolvimento dessa Irmã tanto nos assuntos sobre a Escola Franciscana Imaculada Conceição, quanto em outros que perpassavam os domínios das demais escolas mantidas pela congregação.

Em março de 2018 agendamos uma conversa com a Irmã Maria Aparecida para a formalização de aspectos que compunham sua trajetória de vida. A esse respeito, afirma Alberti (2004, p. 37-38) sobre os propósitos da pesquisa:

[...] é possível escolher o tipo de entrevista a ser realizado: entrevistas temáticas ou de história de vida. As entrevistas temáticas são as que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, enquanto as de história de vida tem como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou. Pode-se dizer que a história de vida contém, em seu interior, diversas entrevistas temáticas, já que ao longo da narrativa da trajetória de vida, os temas relevantes para a pesquisa são aprofundados.

As trajetórias de vida das duas religiosas aqui tratadas neste capítulo foram permeadas por temas que versavam sobre suas vivências individuais e sobre o cotidiano da Escola Franciscana Imaculada Conceição. As duas Irmãs foram alunas, Professoras e Diretoras dessa Escola.

4.1.1 Lúcia Valesca Wolfart ou Irmã Maria Sérgia

Lúcia Valesca Wolfart é o nome de batismo da Irmã Maria Sérgia Wolfart⁴⁸ e nasceu no dia 20 de dezembro de 1930, em Puerto Rico – Misiones – Argentina. Ela é filha de Jacobo Alfredo Wolfart e Rosa Hartmann, uma família de origem alemã. Seus pais se mudaram para o Rio Grande do Sul em setembro de 1932. Lúcia Valesca⁴⁹ teve a sua infância na zona rural, nas cercanias de Santo Inácio Feliz-RS, distante 63 km de Porto Alegre – RS; e auxiliava os seus pais nos afazeres da vida no campo, dividida entre plantação de hortifrúti e o cuidado com os animais domésticos que são comuns em sítios. Suas primeiras experiências escolares aconteceram aos 7 anos de idade, embora tenha sido estimulada a realizar leituras desde a mais tenra idade, conforme trecho transcrito do seu depoimento:

Sou de origem alemã. Vivi minha infância morando no sítio em Santo Inácio Feliz, no município São Sebastião do Caí no Rio Grande do Sul. Ajudava meus pais nos afazeres da casa e na plantação. Não tínhamos moleza para o trabalho. Meu pai e minha mãe liam muito para nós, à noite, à luz de lamparina de querosene. Fui muito influenciada pela minha família. Com quase 8 anos fui para a escola. Com 14 anos, nossa família mudou-se para Crissiumal, Rio Grande do Sul (WOLFART, depoimento em 2017).

⁴⁸ Ao assumir a vida religiosa, as Irmãs da Igreja católica trocavam de nome, como forma de simbolizar o início de uma nova vida.

⁴⁹ Nos remeteremos à Lúcia Valesca Wolfart, a Irmã Maria Sérgia Wolfart, apenas por Irmã Valesca, como ela é atualmente conhecida.

A família Wolfart, de origem europeia, compreendia a importância e cultivava o gosto, em ambiente doméstico, pela leitura, além de, somado a isso, ressaltar-se a dedicação desses indivíduos pelo trabalho. A intelectualidade e o esmero em laborar se apresentaram como aspectos muito relevantes para Irmã Lúcia Valesca Wolfart, vistos na teoria de Pierre Bourdieu como investimento e aumento de capital cultural e econômico. Conforme depoimento da Irmã, o hábito de ler ainda é cultivado nos dias de hoje, visto que não abre mão da leitura frequente de livros e jornais.

A saída do sítio em Santo Inácio Feliz, no município São Sebastião do Caí – RS, para a cidade de Crissiumal – RS proporcionou novos horizontes para a família. O êxodo rural, designado como a migração dos habitantes do campo para a zona urbana, caracterizava-se como a busca pela realização do sonho de melhorar as condições de vida. Sonhos e expectativas não faltavam para a jovem Lúcia Valesca Wolfart, pois a leitura e a condução da vida das irmãs de sangue a inspiravam:

Eu lia muito sobre os jesuítas e as missões. Queria muito trabalhar nas missões. Lia o almanaque dos jesuítas e folha de São Paulo, Lia o calendário de Santo Inácio. Na minha casa as que ficaram freiras foram a Ir Irene e eu. A Ivone foi noviça Franciscana, mas desistiu. Com 20 anos fui morar com as irmãs no Colégio Sant’Anna em Santa Maria, Rio Grande do Sul, para ser irmã franciscana (WOLFART, depoimento em 2017).

A ida para conventos, na casa dos Wolfart, era uma realidade: das três filhas, duas se tornaram religiosas – em uma família composta por dois meninos e nove meninas. Lúcia Valesca Wolfart, aos 20 anos, em busca da realização do seu objetivo, passou a residir no convento das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, situado no Colégio Sant’Anna em Santa Maria – RS. Sua expectativa em sair de casa e traçar outro rumo de vida estava previamente alcançado.

Figura 28: Família de Irmã Lúcia Valesca Wolfart. Década de 1940.



Fonte: Acervo pessoal Irmã Lúcia Valesca Wolfart.

Na figura 28 temos, do lado direito, logo atrás do seu pai, a Irmã Lúcia Valesca Wolfart e sua família composta por onze irmãos. A foto retrata o modelo tradicional de família: todos bem vestidos e calçados, provavelmente, preparados para o registro desse momento. O pai e a mãe, à frente, ladeados pela prole, todos com ar de seriedade.

Para muitas famílias daquela época (década de 1940 e 1950), ir para o convento significava uma ascensão cultural e social por meio da inserção na vida religiosa. Os conventos eram considerados lugares de intelectualidade e possibilitavam a aquisição de capitais culturais, conforme o referencial teórico *bourdieusiano*.

Porém, nem todas as moças se adaptavam àquele estilo de vida, todavia, mesmo assim eram forçadas pelas famílias a permanecer contra a própria vontade. Na família de Lúcia Valesca Wolfart, três foram designadas ao convento, mas uma decidiu não seguir a vida religiosa. Essa atitude indicou flexibilidade no manejo de autoridade dos pais da família Wolfart.

No caso de Lúcia Valesca Wolfart, visionava o convento como oportunidade de ir além dos muros familiares, uma vida de missão, assim como aquelas dos jesuítas lida, imaginada e projetada por ela na adolescência. Vejamos mais um trecho do depoimento da Irmã Valesca:

Em 1955 as irmãs vieram para Dourados Mato Grosso. Eu entrei no noviciado de dois anos. Sempre sonhando e rezando para que eu

pudesse também, após dois anos de noviciado, ser transferida para trabalhar como missionária em Dourados [ação pastoral, catequética e escolar] (WOLFART, depoimento em 2017).

O desejo missionário permanecia na convicção de Irmã Lúcia Valesca Wolfart, mas ela, como vocacionada, devia obediência à madre superiora provincial e não podia manifestar fervorosamente seu desejo, então, restava rezar e esperar no Deus Providente. Afinal, ser religiosa era abdicar dos próprios desejos, vontades e até mesmo do próprio nome. Obediência e disciplina eram as palavras de ordem para as vocacionadas, principalmente após os votos de profissão religiosa:

Dia 03 de fevereiro de 1957 fiz a Profissão religiosa dos Votos. Éramos 34 professandas. Após a santa missa, no refeitório das irmãs, a madre provincial chamou uma por uma e dizia: “a senhora vai para...” Quando chegou a minha vez, ela disse: “Irmã Sérgia, a senhora vai para Dourados Mato Grosso” Eu me segurei para não sair gritando e pulando de alegria! Depois a gente ia encontrar os pais que nos aguardavam na sala, um andar abaixo. Eu descí a escada e quando vi minha mãe, meu pai, fui correndo e falei: “mãe, vou para o Mato Grosso” Abracei os dois na maior felicidade! Anos mais tarde a mãe me disse que ela não gostou que eu fosse tão longe e para o desconhecido (WOLFART, depoimento em 2017).

Para a Irmã Lúcia Valesca Wolfart, o “Deus Proverá” de Madre Madalena providenciou o seu sonho de missão. Ao contar essa passagem, foi visível a emoção na referida Irmã, segundo ela, a alegria tomou conta de si, mas como rezava o *habitus* de comportamento religioso, ela precisou conter suas emoções e as expressar de forma moderada. Porém, ao noticiar aos seus pais, ela vivenciou com fulgor mais intenso a emoção, pois o ato relacional era informal naquele momento. Entre três e quinze de fevereiro de 1957 houve uma mudança significativa na trajetória da Irmã:

Dia 15 de fevereiro de 1957 cheguei, de avião, pois ainda não tinha estradas, aqui [Dourados]. Fiz logo amizade com as crianças. Os do 3º ano que seriam meus alunos, me ajudaram aprender andar de bicicleta, que seria o meio de locomoção, pois daria aula de manhã para 54 alunos, onde hoje é a Catedral Imaculada Conceição e no período da tarde tinha para 63 alunos, também 3º ano, onde é a Igreja São José Operário (WOLFART, depoimento em 2017).

A missão da vocacionada continuava em Dourados, sul de Mato Grosso, no espaço da sala de aula, pois mesmo antes de fazer os votos, a juvenista⁵⁰ Irmã Lúcia

⁵⁰ “Juvenista” é o termo usado para se referir às meninas que ingressam nos conventos, mas que ainda não fizeram os votos de vida religiosa. Na fase de juvenista acontecem os estudos e as reflexões para o assumir, realmente, a vida religiosa.

Valesca Wolfart já havia experienciado a docência no Rio Grande do Sul, nas escolas das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã. Instalada no sul do Mato Grosso, começou a sua missão como professora, de forma a atender duas turmas de 3º ano primário, com um número significativo de alunos.

Além da sala de aula, havia outros trabalhos no cotidiano das Irmãs, os quais foram rememorados da seguinte forma:

As irmãs trabalhavam na escola, na paróquia, na catequese e com os índios. Na saúde irmã Rosita atendia na Obra Social Franciscana, com cuidados na saúde, aplicava injeções, pois ainda não tinha Postos de Saúde, como hoje tem (WOLFART, depoimento em 2017).

Irmã Lúcia Valesca Wolfart, ao lembrar o cotidiano vivido pelas Irmãs, afirmou que além dos trabalhos escolares, acontecia uma forte atuação na catequese e no atendimento aos povos indígenas Caiuá da região – os quais já contavam com a ação da missão evangélica que aqui atuavam.

A obra social Franciscana, dos Freis Franciscanos, evidenciava a necessidade de “[...] expansão Igreja Católica na região sul de Mato Grosso, passando a elaborar projetos de construção de igrejas, escolas e ações sociais” (BRAZIL; MANCINI, 2012, p 129). Nesta região, os Freis mantinham um Posto de Puericultura, o qual foi entregue aos cuidados das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, no ano de 1955.

Encontramos no Livro de Crônicas da Escola Imaculada (1957) a seguinte informação: “Como moramos numa zona pobre, Irmã Rosita, a nossa enfermeira, vem auxiliando essas famílias. Já fez 1.364 injeções, pois a gripe este ano, tem batido muito forte”. Percebemos nesse relato das Crônicas e no depoimento da referida religiosa, a atuação vigorosa das Irmãs no campo da saúde. Ao que indicam as fontes arroladas, para sair em missão, as Irmãs se preveniam para atender ao tripé: evangelização, saúde e escola (objetivos característicos da congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, já citados anteriormente).

Com essa organização, também se atenderia às necessidades da referida congregação (evangelização, saúde e escola) e garantiria novas vocacionadas, além do trabalho com a saúde, através das Irmãs enfermeiras, as quais dariam apoio para essas religiosas instaladas no sul de Mato Grosso – um local de recursos precários, naquela época.

Mesmo atendendo a outras instâncias missionárias, o grande foco era o trabalho com a educação escolar. As Irmãs atendiam ao Patronato de Menores, instalado na Ação

Social Franciscana, na atual Igreja São José; ao Educandário Santo Antônio, atual Igreja Catedral de Dourados-MS; e ainda administravam a construção do prédio convento-escola, situado na Vila Progresso, onde chegaram a morar, mesmo antes da obra ficar totalmente pronta.

Além da distância da casa materna, com sede provincial fixada na cidade de Santa Maria – RS, a diferença do clima e dos costumes se somavam aos desafios e privações por quais as Irmãs passavam em seu cotidiano, com destaque para o local de moradia que ficava distante do centro comercial da cidade de Dourados, junto a isso estava a falta de recursos básicos. Irmã Lúcia Valesca Wolfart relata esses desafios com emoção e explicita o trabalho das religiosas como mulheres fortes e corajosas:

E, com a escola [atual prédio-1959] tínhamos muitos desafios, pois iniciamos no mato, e morávamos no mato. Tinha um poço. Puxávamos água bombeando. Mas nem sempre tinha água suficiente para tudo. A roupa íamos lavar no corregozinho, que passa ali perto, ou íamos a Itaporã na casa das irmãs. Lá a água também era puxada com balde e corda ou bomba, mas sempre tinha água suficiente. Aqui (atual escola) a construção teve que ser adiada por falta de água, pois fez uma temporada de seca (WOLFART, depoimento em 2017).

Como “desbravadoras”, agiam com firmeza e convicção do papel missionário que abraçaram traduzido no enfrentamento natural, social e político, de forma a confiar na força do “Deus Providente”. Essa foi a representação do universo institucional expressa nas memórias de Irmã Lúcia Valesca Wolfart.

4.1.1.1 “Deus Cuida – Deus Proverá”

“Deus Cuida – Deus Proverá”, uma expressão lembrada a todo tempo pela fundadora Madre Madalena, representava a força motivacional do trabalho missionário das religiosas, diante dos desafios e adversidades. Tratava-se de uma convicção firmada com foco na missão.

Distância, poeira, barro, falta d’água e infraestrutura básica se constituíam nos principais desafios a serem superados pelas Irmãzinhas Franciscanas do “Imaculada”, nos tempos recuados. A representação de “ternura” e “vigor”⁵¹, marcou o “franciscanismo”, de modo a levar missionários e fiéis à plenitude, conforme relatos de Irmã Lúcia Valesca

⁵¹ (Cf. BOFF, Leonardo. *São Francisco de Assis: Ternura e Vigor*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982).

Wolfart. Estes elementos, somados à convicção pessoal desta freira, resultaram em uma entrega incondicionalmente ao campo educacional.

4.1.1.2 Naturalização brasileira: abnegação e renúncia pela causa educacional

A Irmã Lúcia Valesca Wolfart chegou à Dourados em 1957 e ocupou a função de Professora primária do Instituto Educacional de Dourados, além de atuar no Patronato e no Educandário. No dia primeiro de novembro de 1957, esta Irmã obteve o Certificado de Naturalização do Ministério do Diretor Geral, do Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em conformidade com o artigo 15 da Lei 818, de 18 de setembro de 1946, alterada pela Lei 3.192, de 4 de junho de 1957, que concedia a naturalização aos estrangeiros estabelecidos no Brasil, conforme figura 29:

Figura 29: Certificado de Naturalização – 1957.


 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES
 DEPARTAMENTO DO INTERIOR E DA JUSTIÇA
CERTIFICADO DE NATURALIZAÇÃO

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DO INTERIOR E DA JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, na conformidade do art. 15 da Lei 818, de 18 de setembro de 1949, alterada pela de n.º 3.192, de 4 de julho de 1957,

CERTIFICA que, por decreto do Sr. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil de 15 de outubro de 1957....., foi concedida, nos termos do art. 1.º n.º IV, da citada Lei n.º 818, a naturalização que pediu

LÚCIA VALESCA WOLFART

natural da Argentina....., nascido a 20
de dezembro de 1930....., filho de Jacobo Alfredo Wolfart e
de Rosa Hartmann.....,

residente no Estado de Mato Grosso....., a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e Leis do Brasil.

Rio de Janeiro, em 1 de novembro de 1957.....

Jm. Vieira Lora
 Diretor Geral

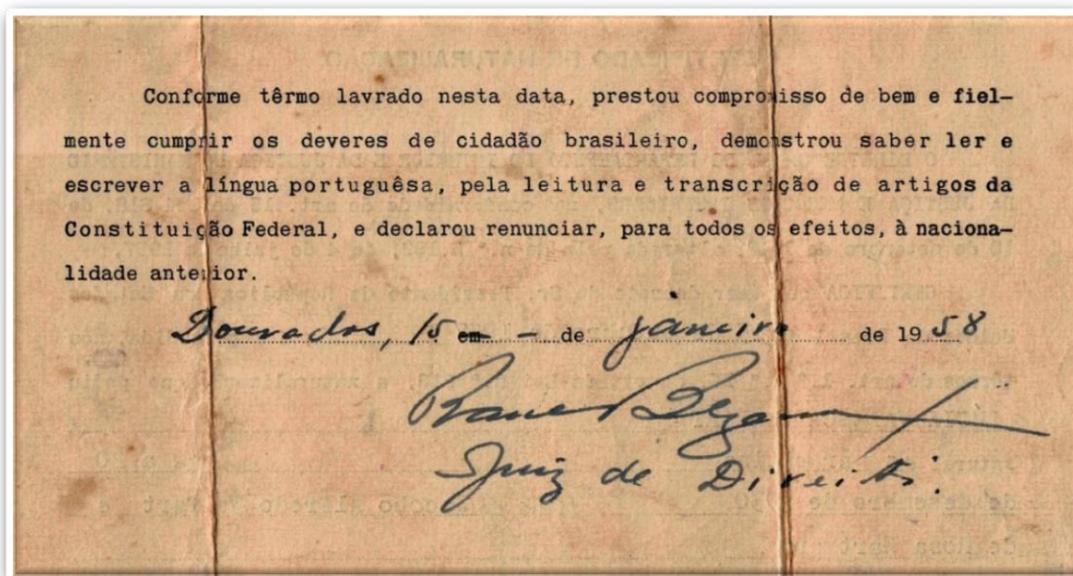
Processo n.º 21 502-57
 D.C. 5/48
 ML.

Departamento de Imprensa Nacional - 19.530

Fonte: Acervo pessoal Irmã Lúcia Valesca Wolfart.

No início do ano de 1958, a Irmã Lúcia Valesca Wolfart precisou afirmar, conforme o certificado de naturalização, que sabia ler e escrever em língua portuguesa, como se faz conferir na Figura 30:

Figura 30: Certificado de Naturalização – 1957.



Fonte: Acervo pessoal Irmã Lúcia Valesca Wolfart.

Nesse ato comprobatório, a Irmã Lúcia Valesca Wolfart precisou ler e transcrever artigos da Constituição Brasileira e declarar a renúncia, para todos os efeitos, da nacionalidade argentina. Toda essa exigência se devia ao sistema nacionalista brasileiro não aceitar professores estrangeiros nas escolas brasileiras na década de 1950.

A Irmã Lúcia Valesca Wolfart continuou sua trajetória como Professora e atuou na Escola Patronato de Menores, administrado pelas Irmãs, bem como ministrou catequese nas escolas do município. Conforme ato governamental de 28 de fevereiro de 1958, essa Irmã foi nomeada pela Secretaria de Educação e Cultura do Mato Grosso para exercer o cargo de Professora Primária, classe “H”, no Grupo Escolar Antônio João Riberio, na cidade de Itaporã-MT⁵². A freira foi, portanto, removida do Grupo Escolar Antônio João, em 17 de maio de 1958, para a Escola Rural Mista “Cabeceira Alegre”, no município de Dourados, onde também atuou como Diretora.

Em 26 de fevereiro de 1960, ela se submeteu ao Concurso de prova e títulos para Professor Primário da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde – Departamento de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso e foi aprovada com média final 9,3. Assim, a Irmã foi reclassificada na Classe PF2, conforme Figura 31:

⁵² Para saber mais: Disponível em: <<http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOUTORADO-EDUCACAO/CLAUDIANI%20FERREIRA%20DA%20CUNHA%20RODELINI.pdf>>. Acesso em: 01/04/2018.

Figura 31: Certificado Concurso Professor Primário Irmã Lúcia Valesca Wolfart “Irmã Maria Sérgia Wolfart” - 1960.



Fonte: Acervo Particular Irmã Lúcia Valesca Wolfart.

Com a aprovação no Concurso de Professor Primário no ano de 1960, conforme certificado apresentado na Figura 31, a Irmã Lúcia Valesca Wolfart foi removida da Escola Rural Mista “Cabeceira Alegre” de Dourados e nomeada, por meio do ato governamental de 17 de maio de 1961, para exercer, em comissão, o cargo de Diretora do Grupo Escolar Antônio João, na cidade de Itaporã-MT.

A referida Irmã foi aluna da Escola Normal do Instituto Educacional de Dourados e atuou como orientadora de estágio. Coursou a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, na Universidade Católica – Pelotas, com extensão em Bagé-RS. Fez o Curso de Orientação de Ensino Religioso e Catequese (COCEM) – 720h –, Diocese de Porto Alegre – RS, e atuou na Secretaria de Educação em Dourados, na supervisão de ensino como orientadora do ensino religioso do município. E em 1973 trabalhou no Curso Normal e atuou como Diretora da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

A vida missionária da Irmã Valesca foi intensa: em 1993 foi para Brasilândia – Distrito Federal, em 1997, para Floresta – Pernambuco, em março de 2001 ela voltou para Itaporã-MS e, em agosto 2008, para Dourados-MS.

Atualmente (2018), a Irmã Lúcia Valesca Wolfart está com 88 anos e vive na comunidade das Irmãs Franciscanas Penitência e Caridade Cristã, junto à Escola Imaculada em Dourados-MS.

Figura 32: Irmã Lucia Valesca Wolfart, dia dos votos religiosos (1960). E na função de contadora de histórias da Escola Franciscana Imaculada Conceição (2017).



Fonte: Acervo particular de Irmã Lúcia Valesca Wolfart e no Site da Escola Imaculada⁵³

Nos dias de hoje, o tempo da Irmã é dedicado a rotinas religiosas, leituras, contar histórias da Escola às crianças e acompanhar o intervalo/recreio dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, como também acolher os pais nos horários de entrada das crianças na Educação Infantil.

Conforme figura 32, Irmã Lúcia Valesca Wolfart está (em 2017) em uma sala de aula da educação infantil, a contar a história da Escola Franciscana Imaculada Conceição, de forma a enfatizar o legado da Fundadora Catarina Daemen, a Madre Madalena, e o esforço das primeiras Irmãs que chegaram à Dourados. No ato de contar histórias, a referida Irmã utiliza fotos das antigas Irmãs e relata às crianças os feitos e desafios enfrentados pelas “pioneiras”. Muitas dessas aulas sobre a história da Escola, realizadas anualmente nos meses de fevereiro, são em preparo ao aniversário de fundação da Escola Franciscana Imaculada Conceição, no dia 01/03/1955.

⁵³ Disponível em: <<http://www.escolaimaculada.com.br/espaco-do-professor/cristiane/conhecendo-madre-madalena>>. Acesso em:10/03/2018.

4.1.2 Maria Aparecida Betoni “Irmã Maria Lucrecia”

Irmã Maria Aparecida Betoni⁵⁴, atual Diretora da Escola Franciscana Imaculada Conceição, esteve muito presente no processo de realização dessa pesquisa. A começar pela permissão e livre acesso aos documentos institucionais e ao auxiliar no contato direto com as Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, no Convento São Francisco em Santa Maria –RS. No auge dos seus 78 anos, apresenta-se como uma mulher dinâmica, atuante, com visão vanguardista na Direção da escola e nas funções da congregação.

A Irmã também mantém ativa participação nas atividades da província, através de múltiplas viagens ao Rio Grande do Sul. Muitas dessas viagens são realizadas de ônibus, ao invés de avião. Segundo a referida Irmã, o tempo da viagem de ônibus acaba por ser um momento, para ela, de descanso e reflexão. Para atender às demandas da província, no ano de 2017, atuou na Direção em duas Escolas: Escola Franciscana Imaculada Conceição e a Escola Franciscana Santa Rosa de Lima. Tal fato se deveu a necessidade pontual desta Escola, situada no município de Santa Rosa – RS.

Nos momentos de conversações com Irmã Maria Aparecida Betoni foi perceptível sua emoção ao falar da convicção de sua escolha vocacional, da disposição aos enfrentamentos da Direção escolar, bem como o real papel das escolas franciscanas. A impressão que tivemos foi da performance de uma mulher vigorosa e com pensamentos à frente de seu tempo.

Nascida em 11 de maio de 1940, na cidade de Novo Horizonte – SP, filha de Benjamim Betoni e Amábile Spada, em uma família de 4 mulheres e 6 homens, Maria Aparecida Betoni passou parte de sua infância nesse município e lá cursou até a 3ª série do ensino primário.

Devido aos seus rendimentos escolares, foi convidada a continuar os estudos em outra cidade, sob a tutela de sua professora primária. Nesse interim, aconteceu uma das primeiras resistências na vida da pequena Maria Aparecida Betoni: seu pai não permitiu a continuidade dos estudos:

[...] lá no interior de São Paulo estudava-se até o terceiro ano primário. E a minha professora, quando eu já estava no final do terceiro ano, foi na nossa casa e pediu para o meu pai se ele me liberava para eu morar com ela na cidade, porque ela dizia que eu era uma pessoa muito

⁵⁴ Nos remeteremos à Maria Aparecida Betoni, a Irmã Maria Lucrecia, apenas por Irmã Aparecida, como ela é atualmente conhecida.

inteligente, e que era uma pena parar de estudar. E ela se responsabilizaria a dar continuidade ao meu estudo. Meu pai disse: olha, eu não faço diferença entre os meus filhos, ninguém estudou além disso, ela também não vai estudar. Então nós viemos para o Mato Grosso, aí sim que não tinha mais jeito. Estava no meio do mato [sic]. Para vir de lá, das terras de meu pai até aqui [Dourados], se chovesse, levava horas, porque só tinha barro (BETONI, depoimento em março de 2018).

A vinda da família Betoni, em 1954, para o sul de Mato Grosso, com moradia rural nas proximidades da atual cidade de Itaporã-MS, em busca do dito “Progresso”, permitiria novas convicções e resistências na vida da adolescente Maria Aparecida Betoni, nesse momento com 14 anos:

A minha adolescência foi assim [...] quando nós viemos para cá de São Paulo morávamos literalmente no meio do mato, então convivíamos com outras famílias que também vieram com esse objetivo [busca de progresso, melhoria de vida] nos reuníamos aos sábados nas casas, para fazer encontros de adolescentes, de jovens. A minha adolescência era muito voltada para o espírito religioso. Meu irmão mais velho e eu éramos catequistas, naquele lugar, com a bagagem que nós tínhamos, porque não havia catequistas na região [...] até eu não sabia que eu era adolescente, porque [risadas] ajudava minha mãe nos afazeres de casa, eram vários homens [irmão] que iam para a lavoura e eu ficava auxiliando em casa [...] e assim, questão namoro, não..., é que o meu sonho não era ter uma família como tinham as demais meninas [emocionou-se]. Eu sonhava com ter muita gente. Uma família era muita pequena na minha maneira de entender, de sentir e não sabia, mas hoje eu vejo que Deus me preparava para uma outra missão, que não era ter uma família como a maioria das pessoas (BETONI, depoimento em março de 2018).

Maria Aparecida Betoni não entendia o porquê de seu sonho de família diferir das meninas da época. O ideal almejado da jovem moça também não foi compreendido por sua família quando ela demonstrou a convicção de sair de casa para assumir a vida religiosa. Apesar de a família ser católica, principalmente pela influência da avó paterna de origem italiana que tradicionalmente ensinou os hábitos de orações (reza do terço mariano, entre outras orações), houve muita resistência para a ida de Maria Aparecida Betoni ao convento.

Quando chegamos a esse ponto da conversação, sobre a decisão em se lançar no campo vocacional, houve fortíssima emoção por parte da depoente. Foi necessário interrompermos a conversa e a retomar minutos depois:

[...] num determinado momento, ao fazer minhas orações pessoais, no meu quarto e eu senti uma coisa, algo muito forte dentro de mim como uma luz... que essa luz me mostrava que havia um outro caminho para minha pessoa, mas eu não tinha coragem de dizer para ninguém... Ahhh... (muito emocionada, mudança no tom de voz). Essa luz me mostrava que havia um outro caminho para mim, mas eu não tinha coragem de dizer isso para ninguém... Então fui consultar o frei que, de vez em quando ia celebrar [missas] em nossa região. Perguntei para ele como era essa coisa da vida religiosa, como que eu deveria fazer [...] Ele foi me orientando assim, assim, assim... só que eu não queria falar para ninguém, só para ele (BETONI, depoimento em março de 2018).

A jovem Maria procurava omitir seus sentimentos, mas em determinado momento a revelação aconteceu e houve uma não aceitação por parte dos pais e dos irmãos, os quais tentavam alternativas de mudar os rumos da história de sua vida. O objetivo da família Betoni não era encaminhar suas filhas para o convento. Talvez a opção estava no legado de formação de família tradicional italiana.

No intuito de desviar o objetivo de Maria Aparecida Betoni, foi-lhe ofertado até a vinda para o meio urbano para que pudesse fazer o curso de corte e costura e se tornar, então, uma moça ainda muito mais prendada nos afazeres comuns às mulheres daquele tempo. Diante de tal situação, na condição de filha/mulher submissa aos pais, só lhe restou a desistência do almejado sonho e o consolo foi derramar lágrimas no íntimo de seu quarto.

A frequência em permanecer no quarto despertou preocupações em sua mãe. A essa altura, os seus pais já haviam declarado sua convicta não aceitação da vida vocacional da filha. Em um desses dias, a mãe solicitou a um dos irmãos que verificasse o que estava acontecendo no quarto. Após a verificação, o irmão comunicou aos pais que Maria Aparecida Betoni estava ajoelhada a orar e chorar. A memória de Irmã Maria Aparecida Betoni relembrou:

[...] a minha mãe resistiu até o final. [...] bom eu estava dentro do quarto e ela falou para o meu irmão: dá uma olhada e veja o que ela está fazendo. [risos] Eu estava fazendo oração ajoelhada. E a minha mãe disse: agora não dá mais para segurar. Ela sentiu isso, eu creio, que naquele momento ela tinha que me liberar, vamos dizer assim (BETONI, depoimento em março de 2018).

Mesmo diante de tanta resistência no seio familiar, em especial por parte da mãe, parece que a convicção interior da jovem era ainda mais forte. Maria Aparecida Betoni foi morar com as Irmãs no convento-escola em Dourados e, em seguida, foi para o Rio Grande do Sul. Era comum às vocacionadas ficar longe da família por período de anos,

restando-lhes apenas a comunicação por cartas – talvez fosse esse também o medo de sua mãe: o distanciamento da filha. A Irmã Aparecida disse que sua mãe chorou por um ano e meio a ausência da filha.

Figura 33: Primeira Visita de Irmã Maria Aparecida Betoni à sua família. S/d.



Fonte: Acervo particular de Irmã Maria Aparecida Betoni.

A ida para o convento no Rio Grande do Sul proporcionou investimento na vida acadêmica de Maria Aparecida Betoni. No período em que esteve em Dourados-MT estudou no Educandário Santo Antônio e no Ginásio Presidente Vargas. Ao chegar no Rio Grande do Sul, continuou seus estudos e novos desafios surgiram, pois ela não almejava fazer o Curso Normal – como era de praxe às noviças ingressantes na congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã –, ao contrário disso, a Irmã Aparecida parecia ter outros planos para o seu futuro intelectual.

Assim, embora a provincial da congregação tenha insistido para que a Irmã ingressasse no curso de formação de professores, ela se mostrou resistente, o que a levou a quebrar um protocolo, visto que se colocou em contraponto à sua superiora. Todavia, finalmente sua convicção foi atendida e a freira acabou por fazer o curso científico no ensino secundário:

[...]. Quando a provincial disse que eu devia fazer o curso normal, porque eu tinha que ter formação.... Eu pensei: Não faço! Eu fiz o científico, depois eu fiz faculdade, relativa, dando sequência ao científico. Após a faculdade, que era voltada para a biologia sofri muito porque eu não tinha as didáticas. Tive que assumir as consequências da escolha. É.... eu sofri bastante, mas eu estudava bastante [...] (BETONI, depoimento em março de 2018).

Figura 34: Certificado da licenciatura em Ciências Maria Aparecida Betoni. 1974.



Fonte: Acervo particular de Irmã Maria Aparecida Betoni.

Adversidades ao sonho idealizado pareciam compor a ópera de vida de Maria Aparecida Betoni. Primeiro a resistência da família em sua saída de casa, depois a imposição da provincial na sua formação. A resistência interior aflorava na jovem como força na busca de suas convicções, ela descobriu a resistência como mecanismo para alcançar seus ideais:

Depois que eu fui fazer pedagogia, passado um bom tempo [1986]. A minha pedagogia foi a vida... Eu apanhei bastante atendendo alunos. Quando eu cheguei aqui, [Escola Franciscana Imaculada Conceição] na primeira vez que fui trabalhar com o ensino médio, inclusive a turma do Emmanuel Marinho⁵⁵ [poeta Douradense] foi a minha primeira turma. E era uma turma com muita liderança e eu tive que aprender

⁵⁵ Para saber mais: Disponível em:

<http://www.antonimiranda.com.br/poesia_brasis/mato_grosso_sul/emmanuel_%20marinho.html>. Acesso em 29/03/2018.

como é que se lida com adolescentes (BETONI, depoimento em março de 2018).

Resistência e desafios pareciam motivar a pedagogia da vida da religiosa. Um outro fato relatado por ela foi a reluta à imposição de uso de certos livros no período do regime militar, fato acontecido na escola de Brasília – DF, na década de 1980, quando Irmã Maria Aparecida Betoni era professora:

[...] os militares tinham os filhos na escola[Brasília-DF]. Numa ocasião eles foram falar com a diretora dizendo que adotávamos o livro do frei Beto, contra a situação do governo. A diretora, uma pessoa bastante idosa e insegura na parte pedagógica, veio falar comigo que não poderíamos mais então, continuar com esse material [o livro proibido]. Eu disse para ela que eu ia continuar e que qualquer coisa que acontecesse mandasse falar comigo. E continuamos... eu, nós, a escola estava assumindo os riscos (BETONI, depoimento em março de 2018).

O fato acontecido nos últimos anos do período do Regime Militar (1964-1984), na Escola Franciscana de Brasília – DF, demonstrou mais uma vez a performance resistente de Maria Aparecida Betoni diante de duas autoridades: ao sistema governamental e à Direção da escola. Observamos nesse contexto uma prática não muito comum no meio religioso, no qual a obediência é uma palavra de ordem e não de rebeldia.

O entrelaçamento da vida de Irmã Maria Aparecida Betoni com a Escola Franciscana Imaculada Conceição aconteceu da seguinte forma: primeiro, por estudar por um período no Educandário Santo Antônio; segundo, por atuar como docente, vice-Diretora de 1973 a 1983 e Diretora, a partir de 2008 (atual).

Figura 35: Irmã Maria Aparecida Betoni em 1976 e em 2018.



Fonte: Acervo particular de Irmã Maria Aparecida Betoni e no site da Escola Franciscana Imaculada Conceição⁵⁶

Na conversação com Irmã Maria Aparecida Betoni foi possível entender a dinâmica e cotidiano da Escola na década de 1970. Ela nos relatou sobre as práticas de civismo, os ritos e festas desenvolvidos, com destaque para os desfiles de 7 de setembro:

Civismo... já pelas disciplinas: educação moral e cívica, hasteamento da bandeira. O respeito [pelo aluno] era bastante, eu digo melhor, não sei se na consciência, mas na prática sim. Na prática se vivenciava bastante os desfiles que preparávamos. Organizávamos pelotões com lideranças passadas do Brasil, tipo Maria Quitéria, os Dragões da Independência. O jovem gostava de sair com a banda, a fanfarra da escola. Nos levávamos a nossa fanfarra em diferentes cidades do Mato Grosso do Sul, íamos para Maracaju, Naviraí, Mundo Novo. E quando eu falava daquela turma que era bem desafiadora, essa turma me ensinou muito (BETONI, depoimento em março de 2018).

A nostalgia ao falar da Escola e, principalmente, da interação com alunos, fez emergir uma religiosa um pouco fora dos padrões esperados, mas apesar da ditada disciplina e procedimentos rigorosos, a Irmã estabelecia vínculos com os alunos. Maria Aparecida Betoni nos afirmou que foi muito rígida, brava e disciplinadora, porém descobriu que essa alta exigência era sinal de certa insegurança e que hoje prefere não

⁵⁶ Disponível em: <<http://www.escolaimaculada.com.br/espaco-do-aluno/equipes-apresentam-camisetas-da-gincana>>. Acesso em: 29/03/2018.

seguir aquele padrão de rigidez para obter o controle das situações, aprendeu outros meios com a “pedagogia da vida”:

Assim, como eu ficava muitas vezes sozinha, estou falando pedagogicamente, eu era muito rígida. Até hoje se alguém ouvir isso, vai lembrar, se passaram por aqui [alunos], que a irmã [risos] Aparecida era uma onça de brava [sic]. Eu mantinha a turma sob controle (BETONI, depoimento em março de 2018).

Outro tema lembrado pela Irmã foram as festas de dia da Mães, Natal e Festa Junina. Para ela, esses momentos eram utilizados como mecanismos de entrosamento entre escola, família e a cidade. Destacou também a participação da Escola Franciscana Imaculada no esporte desenvolvido dentro da escola e fora dela, conforme figura 37:

Figura 36: Irmã Maria Aparecida Betoni recebendo troféu de melhor torcida nos jogos da cidade. Década de 1970.



Fonte: Acervo particular de Irmã Maria Aparecida Betoni.

Na Figura 36 observamos a religiosa recebendo um troféu de melhor torcida esportiva. Irmã Maria Aparecida Betoni estava, na ocasião, envolta por jovens com suas calças boca de sino, em um estilo despojado. O ambiente, um local da cidade, aparenta ser mais livre das normas de etiqueta ou da rigidez disciplinar comportamental da escola. Algumas pessoas estavam sentadas, outras em pé, ou até sentadas e escoradas na cerca de proteção. O esporte e lazer, ao nosso ver, não era atividade específica dos alunos, as religiosas também tinham seus momentos de descontração, conforme figura 37:

Figura 37: Irmã Maria Aparecida Betoni



Fonte: Acervo particular de Irmã Maria Aparecida Betoni.

Na Figura 37, foto retirada na quadra esportiva da Escola Franciscana Imaculada Conceição, vemos a presença de Irmã Maria Aparecida Betoni bem descontraída, com um violão nas mãos. Ao indagarmos se gostava de tocar violão, a referida Irmã entrou em estado de risos e nos disse que não sabe tocar o instrumento, apenas estava em momento de descontração com as outras Irmãs e foi fotografada. Ao fundo da fotografia, do lado esquerdo, vemos outra Irmã em posição de lançar uma bola a alguém.

A vida das religiosas era permeada por orações, trabalhos escolares, paroquiais e momentos de lazer. A missão Franciscana no sul de Mato Grosso tinha seus fins evangelizadores e desafios, entretanto caberia às Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã deixar o seu legado. Sob a ótica de Irmã Maria Aparecida Betoni,

O grande legado foi essa espiritualidade, eu vejo, porque o conhecimento toda escola trabalha. Agora esse Espírito de São Francisco que passa por gerações, eu acho que esse é o grande legado. O principal legado sim. Depois toda a formação, a cultura acadêmica, aprovações em vestibulares, isso tudo é legado, mas é o jeito franciscano que conduz a educação, esse é um legado que é nosso [da congregação] (BETONI, depoimento em março de 2018).

A Irmã Aparecida, com sua trajetória de vida entrelaçada entre sonhos, resistências e convicções, às vésperas de completar 79, insiste em afirmar:

O desafio que fazia a gente caminhar. Como hoje a gente caminha no desafio. Isso foi assim, eu acredito, pela nossa proposta franciscana, sempre será assim. Porque nós vamos sempre contra a corrente (BETONI, depoimento em março de 2018).

No intuito de manter a história viva e deixar o legado das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, os alunos aprendem e cantam o Hino da Escola⁵⁷ em solenidades pontuais, como é o caso do aniversário da Escola, em 1º de março, durante a tradicional Semana da Pátria. A letra do hino foi elaborada em 2005, ano em que a Escola completou 50 anos de existência em Dourados-MS. As responsáveis pela criação foram a ex-aluna e ex-professora da Escola Franciscana Imaculada Conceição, Suziana Regina Bett, a qual compôs a letra, já a melodia, foi elaborada pela musicista Sandra Márcia Mattos Palma, ex-professora de coral da referida Escola.

Hino da Escola Franciscana Imaculada Conceição

1. Oito⁵⁸ mulheres corajosas com um ideal a cumprir
Fundaram na nova dourados o saber para o porvir
Muitos desafios encontraram, mas com zelo e terno amor
Um ideal profetizaram e cumpriram com vigor.

Refrão

Na busca da pura verdade
propagando a paz e o bem
com esperança e liberdade
acolhendo a quem nos vem

2. Braços dados com a evolução da ciência com sabedoria
Numa constante devoção na educação dia a dia
Nesta cidade altaneira um nome surge na história
Imaculada padroeira abençoa essa vitória.
(HINO DA ESCOLA FRANCISCANA IMACULADA
CONCEIÇÃO, 2005)

O hino retrata a saga das “pioneiras”, as “oito mulheres corajosas” e suas lutas pelo ideal de evangelização e educação franciscana. A “ternura” e o “vigor” são tecidos no hino, bem como a “paz” e o “bem”, ambos os elementos da filosofia e da pedagogia franciscana. Ao mesmo tempo, apresentam as Irmãs de braços dados com a evolução a sempre primar pela sabedoria. A letra escrita em uma tarde, conforme dito pela autora, a ex-aluna e ex-professora Suziana Regina Bett, demonstra quais foram as representações

⁵⁷ Disponível em: <<http://www.escolaimaculada.com.br/espaco-do-aluno/conheca-a-historia-do-hino-da-escola>>. Acesso em: 11/03/2018.

⁵⁸ As Crônicas da Escola Franciscana Imaculada Conceição (1955) relatam a vinda de 6 (seis) pioneiras e 2 (duas) mães acompanhantes.

desenvolvidas no campo social da Escola ao longo da história e que marcaram a memória da compositora.

A Escola Franciscana Imaculada Conceição em seu campo de atuação criou um *habitus* e investiu nas tradições como forma de manter a memória viva de sua origem histórica no município de Dourados – MS.

De modo convicto, a Irmã Lucia Valesca Wolfart e a Irmã Maria Aparecida Betoni nos confiaram suas histórias de vida, interpostas de seriedade, sensibilidade e lucidez ao abordar suas práticas no campo da educação e no projeto missionário da congregação.

A esse respeito, Antonio Cesar Santos (2008, p. 5) diz: “Um relato, fundado na memória, é uma forma de superar esquecimentos, de reelaborar significações e (re)estabelecer relações com o passado, permitindo apreender a dinâmica da própria sociedade”. Bem como, na mesma página, Santos continua: “[...] as memórias individuais são construídas a partir de vivências que os sujeitos experimentaram no curso de suas vidas, no interior de grupos sociais”. Como vimos, a matéria-prima dos depoimentos são as lembranças e essas são repletas de emoções, como também, muitas vezes, são selecionadas de acordo com aquilo que se quer fazer lembrar ou esquecer. Ancorados nas memórias, individuais ou coletivas, perpetua-se a história almejada a permanecer.

Segundo Jacques Le Goff (2003, p. 366), a memória é a propriedade de conservar certas informações, propriedade a qual se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas.

Vivenciar a trajetória de vida de duas Irmãs educadoras nos aproxima do universo da Escola Franciscana Imaculada Conceição (1955-1975). No papel de historiadora, ao “tecer nexos” entre materialidades (estrutura e arquitetura), entre representações (memória, arquivos, artefatos) e entre apropriações (histórias de vida) (Cf. MAGALHÃES, 2004, p. 97), tornou-se possível fazer a historiografia sobre o que era exigido aos estudantes da Escola Franciscana Imaculada Conceição no período de 1955-1975.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Confiar na bondade e providência de Deus, referenciar toda a criação e viver o evangelho em nosso tempo como Francisco de Assis e Madre Madalena Daemen (CARISMA, IRMÃS FRANCISCANAS DA PENITÊNCIA E CARIDADE CRISTÃ).

As irmãs [Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã] levavam não só uma vida contemplativa de Maria, conforme diz a Bíblia, mas também assumiam a vida ativa de Marta, servindo diligentemente ao Senhor no trabalho da casa, no jardim, na escola e fora junto aos pobres e enfermos. E tudo isso foi feito com coragem e amor que lhes animava o coração (HOSTER, 2001, p. 50.).

Os projetos de missão evangelizadora e de construção dos preceitos de “civildade” trazidos pela congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, bem como as suas representações se materializaram na edificação da Escola Franciscana Imaculada Conceição, na qual os princípios educativos se voltavam para a formação da mulher e o seu papel tanto no lar quanto na sociedade. Tratava-se de um ideário educacional mantido sob a ética franciscana, cuja pauta envolvia obediência, oração, trabalho, disciplina, humildade, caridade e simplicidade.

No entanto, esses não foram os únicos objetivos da Congregação, visto que desde a sua instalação na região de Dourados os seus agentes buscaram a implantação, expansão e consolidação da obra Franciscana e, conseqüente, influência da Igreja Católica. Para tanto, precisavam adquirir respeito e credibilidade institucional na localidade, que foram adquiridos através das atividades educacionais e da sintonia entre as orientações educacionais do Estado (legislação e ideologia política) e o caráter privado da instituição.

As necessidades econômicas, sociais e políticas da região e da própria Congregação demandavam um perfil de escola que alfabetizasse a população e formasse quadro docente, sendo este profissional incipiente aos interesses urbanos e de crescimento da região. A carência de escolas, somada a falta de pessoal qualificado fortaleceram, de sobremaneira, o papel da “escola das Irmãs”, no olhar da sociedade douradense.

Para atender à ação do poder estatal e às demandas da legislação educacional, a Instituição corporificou práticas educacionais, as quais foram permeadas por símbolos, valores e ideário da educação moral e cívica. No período de 1955 a 1975, o país ainda mantinha de forma indiscutível os princípios nacionalistas que se manifestavam em festas, ritos, exposições, desfiles escolares, exames públicos (principalmente o de admissão ao curso ginásial), comemorações cívicas, entre outras práticas que representavam as vivências cotidianas da escola e, ao lado disso, expressavam de forma significativa o perfil da cultura escolar.

Entendemos que foi possível destacar o papel dos principais agentes sociais dessa construção histórica e identificar as contribuições das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã no processo de expansão da escolarização e formação de professores na região sul do Estado, bem como averiguar o papel da Escola Franciscana Imaculada Conceição e sua cultura escolar, enquanto agente de desenvolvimento urbano.

Acreditamos que a investigação conseguiu mostrar o caráter funcional da Escola Franciscana Imaculada Conceição, assentado nos preceitos básicos das áreas humanas e

religiosas: ensino, disciplina, lazer, esporte, espiritualidade, ritos, celebrações e festas cotidianas. Sendo estas festas cotidianas pautadas nos princípios da congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, a exemplo da Paz, do Bem e do “Deus Cuida – Deus Proverá”, bem como nos ideais Republicanos da época.

É possível afirmar que a missão representou um laborioso investimento expansionista da Igreja Católica na região de missões no sul de Mato Grosso em função do avanço do Protestantismo, a partir do qual se percebeu a criação de instituições educativas como campo privilegiado de ação evangelizadora, além de possível captação de fiéis e novas vocações religiosas.

No entanto, há de se enfatizar que a Escola Franciscana Imaculada Conceição se destacou enquanto instituição educacional ao ofertar uma disseminação qualitativa do ensino-aprendizagem: jardim de infância, primário, ginásio, secundário, curso técnico e escola normal. Sendo um de seus destaques o empenho na formação de professores, ao instalar em 1959, no Instituto Educacional de Dourados, a primeira Escola Normal com os cursos de Normal Regional e Normal Colegial nesse município, localizado no interior do sul de Mato Grosso.

Vimos que o “convento-escola”, em sua monumentalidade arquitetônica e na experiência internacional das Irmãs Franciscanas com o manejo de escolas, disseminava à população uma visão progressista da cidade. Além de se apresentar como uma boa alternativa para as famílias da elite douradense formar os seus filhos, em especial, a juventude feminina. Estas jovens, conforme a percepção da época, deveriam ser formadas dentro de padrões disciplinares estéticos e valores morais, fator que refletia na configuração e cotidiano da cidade. Afinal, as “moças de família” que passassem pela Escola Normal, eram preparadas para ser boas esposas, mães e professoras – aspectos estes comprovados no currículo escolar. Às alunas, era ensinado lições de puericultura, economia doméstica, trabalhos manuais e regras de etiquetas.

Ao mesmo tempo, a Escola propagou e divulgou os ideais governistas republicanos de “civildade”, “ordem” e “progresso” da época, conforme padrões estabelecidos na legislação educacional brasileira, principalmente no período do Regime Militar.

A propósito da difusão do nacionalismo e da civildade, eram visíveis a influência que esses elementos desempenhavam sobre as práticas e cultura escolar daquele local, como bem narraram Adir Casaro Nascimento, ex-aluna do Curso Normal, no período de 1963 a 1966, e professora do Patronato da Escola Imaculada Conceição; e

a ex-aluna da Escola Imaculada, na década de 1970, Stella Maris Andrade Faquer. A disciplina rigorosa, o hastear e arriar a Bandeira Nacional ao som do Hino Nacional e o ato de participar de desfiles de 7 de setembro eram práticas rotineiras na escola.

Apesar dos esforços em atender às indagações feitas no transcurso deste trabalho investigativo, temos ciência de que há lacunas a serem preenchidas, como por exemplo: o estudo aprofundado acerca da cultura material escolar e uma investigação específica sobre a Escola Normal, como também sobre internato para meninas, sobre o Curso Técnico em Laboratório, ou ainda, sobre o método montessoriano, aplicado nas décadas de 1970 e 1980 nesta instituição. Somado a isso, há de se fazer uma pesquisa sobre as práticas do jardim de infância e o ensino primário no Educandário Santo Antônio.

Desde o início desta pesquisa, almejávamos contribuir para o avanço dos estudos dedicados ao campo da História da Educação no Brasil, com destaque para a expansão da escolarização no sul de Mato Grosso, por meio do avanço da missão franciscana na região da Grande Dourados. Ao terminarmos este trabalho, somos tomados pelo sentimento de que há ainda muito a escrever sobre a ação Franciscana no sul de Mato Grosso. Permanecem abertas muitas questões à espera de novas pesquisas.

Importa registrar o esforço, os desafios e as tantas limitações na trajetória percorrida, aspectos que indicam ser exíguos o tempo empregado para estudos mais detidos sobre a Escola Franciscana Imaculada Conceição, instalada em 1955, no município de Dourados, no Estado de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ranieri Roberth Silva de. *A construção histórica e política do professor/a leigo/a no brasil: um estudo de caso sobre o proformação*. Dissertação apresentada na Escola Superior de Teologia, Instituto Ecumênico de Pós-Graduação - IEPG. São Leopoldo, 2007. http://dspace.est.edu.br:8000/xmlui/bitstream/handle/BR-SIFE/28/aguiar_rrs_tmp44.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em 26/02/2018

ALBERTI, Verena. *Histórias dentro da História*. In PINSKY, Carla (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. *Manual de história oral*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getulio Vargas, 2004

_____. *História Oral – A Experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

AMARAL, Inez Maria Bitencourt do. *Entre rupturas e permanências: A Igreja Católica na Região de Dourados (1943 – 1971)*. Dissertação de Mestrado. Dourados, MS: FCH/UFGD, 2005.

ARAÚJO, José Carlos Souza. *A Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica*. São Paulo: Paulinas, 1986.

BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. *Cadernos de História*. Belo Horizonte, v.12, n. 16, 1º sem. 2011, p. 38-63. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/%20cadernoshistoria/article/viewFile/987/2958>>. Acesso em: 30/3/2018.

BENCOSTA, Marcus Levy Albino. *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOFF, Leonardo. *São Francisco de Assis: Ternura e Vigor*, 2ª ed., Vozes, Petrópolis: 1982.

BOURDIEU Pierre, NOGUEIRA, Maria Alice Nogueira; Catani, Afrânio. (Orgs.). *Pierre Bourdieu. Escritos em Educação*. Petrópolis: Vozes.2007- 2015.

BOURDIEU Pierre. *Os três estados do capital cultural*. Tradução: Magali de Castro. Revisão Técnica: Maria Alice Nogueira. Fonte: Bourdieu, Pierre, "Les trois états du capital culturel", publicado originalmente in Actes de la recherche en sciences sociales, Paris, n. 30, novembro de 1979, p. 3-6.

_____. "Les trois états du capital culturel", publicado originalmente in Actes de la recherche en sciences sociales, Paris, n. 30, novembro de 1979, p. 3-6.

_____. *Escritos de Educação: seleção, organização, introdução e notas de Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. 6. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, SP: Perspectiva, 2007.

_____.; BOURDIEU, Marie-Claire. O camponês e a fotografia. *Revista Sociologia e Política*. [online]. 2006, n.26, pp.31-39. ISSN 1678-9873. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782006000100004>>. Acesso em: 11/08/2017.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. TELLES, André (Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. In: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

BRAZIL, Maria do Carmo; FURTADO, Alessandra Cristina. Instituições escolares em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: primeiros apontamentos sobre a produção historiográfica nos séculos XX E XXI. In: COSTA, Célio; MELO, Joaquim José Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo. *Fontes e Métodos em História da Educação*. Dourados: UFGD, 2010. p. 287.

_____.; MANCINI, Ana Paula Gomes. História das instituições formadoras de professores na fronteira Brasil-Paraguai: o caso de Dourados, Mato Grosso (uno) -1940-1970. *Teoria e Prática da Educação*. v. 15, n. 1, p. 123-136, jan./abr. 2012.

_____. PEREIRA, Jacira. Helena. do Valle; "Mãos Telentosas: "Reflexões sobre cinema e educação na biografia histórica de Ben Carson". In: SOUZA, Sauloéber Tárσιο de; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza (Orgs). *Cinema e Ensino de História da Educação*. Campinas, SP: Alínea (Campinas), 2013.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade - Lembranças de velhos*. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Lisboa: Publicações Europa/América, 1983.

BUFFA, Ester; NOSSELA, Paolo. *Schola Mater: a antiga Escola Normal de São Carlos: 1911-1933*. São Carlos: EDU FS Car, 1996.

BURKE, P. A Escola dos Annales. *A revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Unesp, 1991.

_____. (Org.), *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

CALVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Informação & Sociedade: Estudos*. João Pessoa, v.24, n.1, p. 13-18, jan./abr. 2014.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer*. 13. ed., Petrópolis: Vozes, 2007.

CAMARGO, Marilena A. Jorge Guedes de. *Coisas Velhas. Um percurso de investigação sobre cultura escolar (1928-1958)*. São Paulo: UNESP, 2000.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand. 1990.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*. n. 2, p. 177-229, 1990.

CORBIN, Alain. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. NEVES, Paulo (Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORTEZ, Baltazar Campos. *Práticas de formação de professores de 1ª a 4ª série do ensino fundamental: um estudo da formação do magistério leigo em Oeiras/PI 1970 a 2004*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí. 2006. Teresina: 2006.

DAL BOSCO, Maria Goretti. *Os Pioneiros: viajantes da ilusão*. 1ª. ed. Dourados-MS: Via Nova, 1995. v. 3.500.

ERNANDES, Mercolis Alexandre. *A construção da identidade douradense: (1920 a 1990)*. Dourados, MS: UFGD, 2009. Disponível em: <<http://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2017/06/MERCOLIS-ALEXANDRE-ERNANDES.pdf>>. Acesso em: 14/05/2017.

FARIA FILHO, L. M., GONÇALVES, I. A., VIDAL, D. G. e PAULILO, A. L. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FORQUIN, J. *Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*; Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

FRAGO, Antônio VIÑAO; ESCOLANO, Agustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICAS, Maurilaine de S. *História social da educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009.

GATTI JUNIOR, Décio. *A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas*. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio (Org.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia/ MG: EDUFU, 2002.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. Tradução: Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *O Queijo e os Vermes*. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. AMOROSO, Maria Betânia (Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, Irlen Antônio, FARIA FILHO, Luciano Mendes de Faria. *História das culturas e das práticas escolares: perspectivas e desafio teórico-metodológicos*. In: SOUZA, Rosa Fátima, VALDEMARIN, Vera Teresa (Orgs.). *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafio para a pesquisa*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005, p. 33.

HEY, Ana Paula. Poder Simbólico. In: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de (Org.). *O Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo01/Coordenada%20por%20Dermeval%20Saviani/Dermeval%20Saviani%20-%20Texto.pdf>>. Acesso em: 11/03/2017.

HOBSBAWM, Eric. “Introdução” In: HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/dissertacao/2006/pratica_1serie-baltazar.pdf Acesso em 26/02/2018

_____. *Pessoas Extraordinárias. Resistência, Rebelião e Jazz*. 3.ed. HIRSCH, Irene; OLIVEIRA, Lólio Lourenço de (Trad.). São Paulo: Paz e Terra, 2005.

HOSTER, Lina Blütengärtlein. *O jardimzinho de Flores de São Francisco*. Trad. De Ir. Andréa Austrup e Ir. Úrsula Ostermann – Lüdinghausen:199, e de Benícia Flesch. Porto Alegre: 2001.

IGLESIAS, Tania Conceição. *A experiência educativa da ordem franciscana: aplicação na América e sua influência no Brasil Colonial – Orientador: Dermeval Saviani*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/251453/1/Iglesias_TaniaConceicao_D.pdf>. Acesso em: 22/08/2017.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas/SP: Autores Associados, no.1, jan.jun.2001.

_____. A cultura escolar como objeto historiográfico. SOUZA, Gizele de (Trad.). *Revista Brasileira de História da Educação*. São Paulo, n. 1, 2001.

KNOB, Frei Pedro. *A Missão Franciscana do Mato Grosso*. Campo Grande-MS: Editora Loyola, 1988.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1992-2003.

_____. *São Francisco Assis*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. As mentalidades: uma história ambígua. In: LE GOFF, Jacques; NORA; Pierre (Org.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976. p. 68-83

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 183-192.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 6ª edição. São Paulo: Heccus Editora, 2013.

LIMA, Idelbrando Alves de e GOLDFARB, Patrícia Lopes. Religiosidade e intolerância na parayba colonial: o trabalho da catequese franciscana entre os nativos. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano II, n. 4, Mai. 2009 - ISSN 1983-2850. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao>. Acesso em: 30/07/2017.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). BASSANEZI, Carla (Coord. de Textos). *História das Mulheres no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

MAGALHÃES, Justino. *A história das instituições educacionais em perspectiva*. In: GATTI JR, D., INÁCIO FILHO, G. (orgs.). *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005.

_____. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista SP: Editora São Francisco, 2004.

_____. *Para a história do Ensino Liceal em Portugal: Atas e Colóquios do I Centenário da Reforma Jaime Moniz (1894-1895)*. Braga: Universidade do Minho, 1999.

MANOEL, Ivan Aparecido. *O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800- 1960)*. Maringá: Eduem, 2004.

MARIN, Jérri Roberto. Diásporas, identidades e traduções culturais dos Franciscanos alemães em Mato Grosso. In: MARIN, Jérri Roberto. (Org.). *Religiões e identidades*. Dourados, MS: UFGD, 2012.

MARROU, H. I. *Do conhecimento histórico*. Editorial Aster: Lisboa: Aster [S.D] . (Tradução: Ruy Belo) Capítulo III – A História faz-se com documentos.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2ª edição revisada. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MOURA, Pe. Laércio Dias de. *A educação católica no Brasil*. Passado, Presente, Futuro. 2a. São Paulo: Ed. São Paulo, Loyola, 2000.

NORA, Pierre. Apresentação. In: AGULHON, Maurice (et. al.). *Ensaio de ego-história*. CUNHA, Ana Cristina (Trad.). Rio de Janeiro: Edições 70, 1987. p.9-11.

NOSELLA, Paolo, BUFFA, Ester. *As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico*. 2006 In http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Paolo_Nosella_artigo.pdf Disponível em: Acesso em: 16 maio. 2017.

NÓVOA, Antonio (Org.). *As Organizações Escolares em Análise*. Lisboa – Portugal: Edições Dom Quixote, 1999.

NUNES, Maria José Rossato. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORY, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

ORTIZ, Fernanda Ros. *A escola normal de moças das elites: um estudo das práticas escolares, culturais e sociais do colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1946 – 1961)*. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande. Biblioteca Depositária: UFMS. 02/04/2014. 167 f.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 132p.

_____. Em Busca de Uma Outra História: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*. vol 29., 1995.

PICANÇO, Iracy Silva. *Alguns elementos para discussão sobre o professor leigo no ensino brasileiro* In: Em Aberto, Brasília, ano 5, n. 32, out./dez. 1986. P. 11. <file:///C:/Users/HP/Downloads/Professor%20leigo.pdf> Acesso em 28/02/2018.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século XX*. Bauru: EDUSC; Campo Grande: Ed. UFMS, 2004. Regimento Interno da Escola Normal de 1968.

QUINTANA Mario. *Esconderijos do Tempo*. In ALVES, José Edil de Lima. Mario Quintana: cotidiano, lirismo e ironia Editora ULBRA. 2006.

REIS, Rodrigo dos. *Jornal expositor cristão: educação e civilização, um olhar para o sul de Mato Grosso (1925-1946)*. Dissertação de Mestrado em Educação. Dourados, MS: UFGD, 2014.

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza (Orgs). *Cinema e Ensino de História da Educação*. Campinas, SP: Alínea (Campinas), 2013. v. 1, p. 183-210.

RIBEIRO, Renato Janine. Apresentação. In: THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural*. Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). FILHO, João Roberto Martins (Trad.) (et. al.). São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

RODELINI, Claudiani Ferreira da Cunha. *Grupo escolar Antônio João Ribeiro: cultura escolar primária em Itaporã-MT uma contribuição para a história das instituições educativas (1953-1974)*. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: UFGD, 2015.

ROSA, Maria da Glória Sá. *Memória da cultura e educação em Mato Grosso do Sul: histórias de vida*. Campo Grande MS, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1990.

RUPOLO, Irani. Irmãs Franciscanas no Rio Grande do Sul e compromisso educacional. *Revista Vidia*. Edição Especial SCALIFRA 50 anos. UNIFRA. Santa Maria-RS, 2001.

_____. *Uma proposta educativa na Cosmovisão Franciscana*, Santa Maria RS: FAFRA, 1998.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spíndola Silveira Truzzi. *História & Documento e método de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. *Gênese do Pensamento Único em Educação: Franciscanismo e Jesuitismo na Educação Brasileira*. Tese de Doutorado. UFF – Universidade Federal Fluminense, 2004.

SANTANA JUNIOR, Jaime Ribeiro de. Formação territorial da região da Grande Dourados: Colonização e Dinâmica Produtiva. *Geografia*. v. 00, n. 0, jan./jun. 2009. Universidade Estadual de Londrina: Departamento de Geociências 89. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/2367/3300>>. Acesso em: 11/03/2018.

SANTOS Reinaldo dos. SARAT. Magda, *História oral como fonte: apontamentos metodológicos e técnicos da pesquisa*. In. Fontes e métodos em história da educação. / Organizadores: Célio Juvenal Costa, Joaquim José Pereira Melo, Luiz Hermenegildo Fabiano. – Dourados, MS: Ed.UFGD, 2010. 350p.

SANTOS. Antonio Cesar de Almeida. *Fontes orais: testemunhos, trajetórias de vida e história. Comunicação apresentada à Mesa Redonda A produção historiográfica e as fontes orais, no Evento comemorativo ao Sesquicentenário do Arquivo Público do Paraná, em Curitiba, em abril de 2005. (Versão set/08)* http://www.poshistoria.ufpr.br/fonteshist/txt_ACASantos.pdf. Acesso em 10/03/2018.

SARAT. Magda Oliveira e MANCINI. Ana Paula G. História e memória da educação: instituições escolares e infância no município de Dourados e região - 1940-1990. *Histedbr/Unicamp*, 2007.

SAVIANE, Demerval. *Histórias das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. Coleção memórias da educação.

_____. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. *Pedagogia e formação de professores no Brasil: vicissitudes dos dois últimos séculos. IV Congresso Brasileiro de História da Educação*. Goiânia - GO. 2006.

SILVA, Giuslane Francisca da. *MEMÓRIAS DA CIDADE: modernidade, sociabilidades e práticas educativas em Cáceres/MT (1909-1948)*. Dissertação de Mestrado. UFMT, 2016.

SILVA, Vera Lucia Gaspar; PETRY, Marília Gabriela (orgs.). *Objetos de escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina - séculos XIX e XX)*. Florianópolis: Insular, 2012.

SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX: (ensino primário e secundário no Brasil)*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Templos de civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no estado de São Paulo, 1890-1910*. São Paulo, SP: Fundação Editora UNESP, 1998.

THEROUX, Paul. *Books of the year*. THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural. Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. FILHO, João Roberto Martins (Trad.) (et. al.). São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VIÑAO FRAGO, Antonio. *Tiempos escolares, tiempos sociales*. Barcelona: Editorial Ariel Practicum, 1998.

ZAVALONI, Roberto. *Pedagogia Franciscana: Desenvolvimento e Perspectivas*, Editora Vozes – FFB, 2000.

Impressos

CHEGARÃO a Dourados, no dia 9 deste mês, em avião especial da FAB as revdas. Irmãs Franciscanas. DOURADOS. Jornal O Progresso. Coluna Religiosa. 6 de fevereiro de 1955. Mato Grosso do Sul. Disponível em: Centro de Documentação da UFGD - CDR. Acesso em 15 mar. 2017.

O que os vereadores fazem. DOURADOS. Jornal O Progresso. 23 de janeiro de 1955. Mato Grosso do Sul. Disponível em: Centro de Documentação da UFGD - CDR. Acesso em 15 mar. 2017.

O JORNAL O PROGRESSO, na edição especial sobre o 75º. Jornal O Progresso. Edição especial 75 ANOS. 18 de dezembro de 2010. Acervo digital do Jornal O Progresso. Acesso em 17 mar. 2017.

POLIANTEIA comemorativa do 75º aniversário da chegada das irmãs franciscanas ao Rio Grande do Sul (1872-1947). Porto Alegre: Impressão: Gress, Trein & Cia. Ltda. 1947.

Crônicas, memórias, produções literárias, viagens

Escola Franciscana Imaculada Conceição. Correspondência recebida MEC-ISES 1959-1964.

_____. Álbum de fotografias 1955-1972.

_____. Ata nº 1, 1955.

_____. Corpo docente (desde a fundação) normal e ginásio” com dados de 1959 a 1968.

_____. Estatuto Instituto Educacional de Dourados, 1955,

_____. Livro de Crônicas 1955-1970.

_____. Livro de ocorrência, 1974

_____. Regimento Escolar Curso Ginásial, 1961.

_____. Regimento Escolar Curso Normal Colegial, 1959.

_____. Regimento Escolar Curso Normal Regional, 1959.

_____. Regimento escolar do curso normal colegial de 1968.

_____. Regimento Escolar Curso Pré-Primário e Primário, 1971.

DOURADOS. Livro de Tombo da Catedral de Dourados de 26 de julho de 1936 a 5 de janeiro de 1970.

Depoimentos

BETONI, Maria Aparecida. Depoimento (março/2018) Entrevistadora: Eliane Maria Amaro. Dourados-MS, 2018.

FAQUER, Stella Maris Andrade. Depoimento (fevereiro/2018). Entrevistadora: Eliane Maria Amaro. Dourados-MS, 2018.

MEDEIROS, Joana Prado. Depoimento (março/2018). Entrevistadora: Eliane Maria Amaro. Dourados-MS, 2018.

NASCIMENTO, Adir Casaro. Depoimento (fevereiro/2018). Entrevistadora: Eliane Maria Amaro. Campo Grande-MS, 2018.

WILLERS, Maria Erica. Depoimento (março/2017) Entrevistadora: Eliane Maria Amaro. Santa Maria-RS, 2017.

WOLFART, Lucia Valesca. Depoimento (outubro/2016 e março/2018). Entrevistadora: Eliane Maria Amaro. Dourados-MS, 2018.

Documentos Oficiais

BRASIL. Decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11/03/2018.

_____. Decreto-Lei n. 3.810, de 19 de março de 1932. Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/LF/impresso/decreto-n-3-810-de-19-de-marco-de-1932-regula-a-formacao-technica-para-o-districto-federal-com-a-previa-exigencia-do-curso-secundario-e-transforma> . Acesso em: 11/02/2018.

_____. Decreto-Lei n. 68.065, de 14 de janeiro de 1971. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68065-14-janeiro-1971-409991-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 11/02/2018.

_____. Regulamento da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, de Dia outubro de 1942. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/114997/Regulamento%20MT%201942%2C%20outubro.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 11/02/2018.

_____. *Lei de Diretrizes e Base*. Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html> . Acesso em: 11/02/2018.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases*. Lei número 5.692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> . Acesso em: 11/02/2018.

ANEXOS

A vida, no entanto, continua e a fotografia segue preservando aquele fragmento congelado da realidade. Os personagens retratados envelhecem e morrem, os cenários se modificam, se transfiguram e também desaparecem. O mesmo ocorre com os autores-fotógrafos e seus equipamentos. De todo o processo, somente a fotografia sobrevive, algumas vezes em seu artefato original, outras vezes apenas o registro visual reproduzido. Os assuntos registrados nesta imagem atravessaram os tempos e são hoje vistos por olhos estranhos em lugares desconhecidos: natureza, objetos, sombras, raios de luz, expressões humanas, por vezes crianças, hoje mais que centenárias, que se mantiveram crianças. Desaparecida esta segunda realidade - seja por ato voluntário ou involuntário -, aquelas personagens morrem pela segunda vez. O visível fotográfico ali registrado desmaterializa-se. Extingue-se o documento e a memória. Fotografia é memória e com ela se confunde. Fonte inesgotável de informação e emoção. Memória visual do mundo físico e natural, da vida individual e social. Registro que cristaliza, enquanto dura, a imagem - escolhida e refletida - de uma ínfima porção de espaço do mundo exterior. É também a paralisação súbita do incontestável avanço dos ponteiros do relógio: é pois o documento que retém a imagem fugidia de um instante da vida que flui ininterruptamente (KOSSOY, 2001, p.156).

Foto 1: Primeira moradia da Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã construída pelo vigário Frei Teodoro Leitz. Local: esquina da Rua Marcelino Pires e Rua general Ozório. Ano: 1955.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 2: Irmãs Pioneiras da Escola Franciscana Imaculada Conceição. Ano 1955.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 3: Desfile Dia de Tiradentes. Alunos da escola paroquial Patronato de Menores - “Ação Social Franciscana” - dirigida pelas Irmãs Franciscana da Penitência e Caridade Cristã. Ano:1955.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 4: Alunos da escola paroquial Patronato de Menores - “Ação Social Franciscana” - dirigida pelas Irmãs Franciscana da Penitência e Caridade Cristã. Ano 1955.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 5: Primeira atividade educativa das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, na escola paroquial Patronato de Menores - “Ação Social Franciscana”. Ano 1955.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 6: Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã e suas bicicletas, primeira condução adquirida. Detalhe: Irmã com enxada e pedaço de ferro nas mãos, utilizados como assessorio para tocar o sino (início e término das aulas) as aulas. Ano: 1956.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 7: Charrete, segunda condução adquirida por Madre Maria Liuba Hech e Irmã Maria Ruth Müller.
Ano: 1958.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 8: Religiosos em visita aos indígenas Caiuás. Ano: Década de 1950.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 9: Meninos e meninas da escola paroquial Patronato de Menores - “Ação Social Franciscana” - dirigida pelas Irmãs Franciscana da Penitência e Caridade Cristã. Ano 1957.



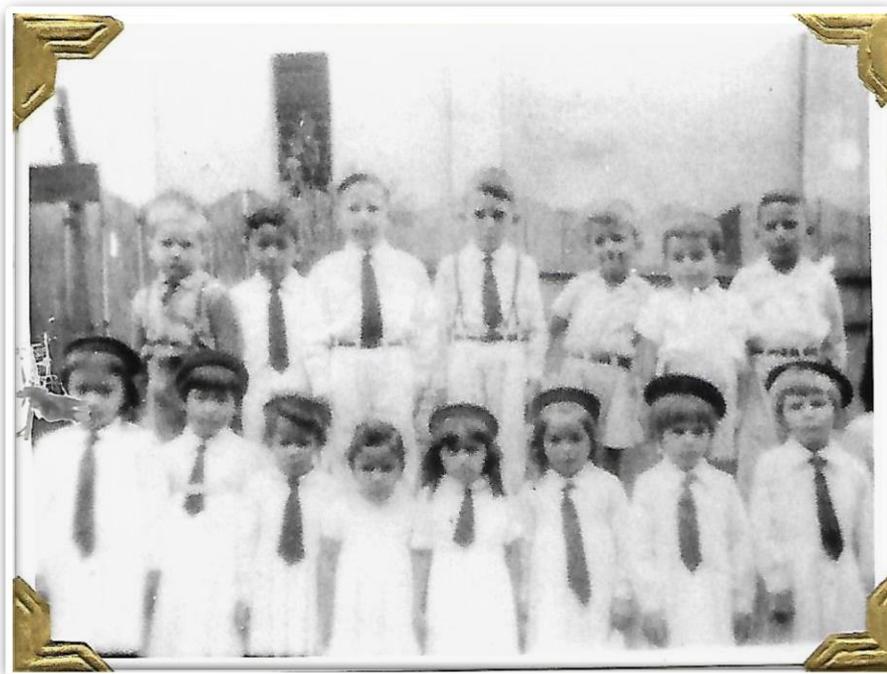
Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 10: 1ª Comunhão de 120 alunos da escola paroquial Patronato de Menores - “Ação Social Franciscana”. Crianças catequisadas pelas Irmãs Franciscana da Penitência e Caridade Cristã. Ano 1957.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 11: Alunos do Jardim de Infância do Patronato Santo Antônio, dirigido pelas Irmãs Franciscana da Penitência e Caridade Cristã. Ano: 1958.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 12: Alunos do curso primário do Patronato Santo Antônio, dirigidos pelas Irmãs Franciscana da Penitência e Caridade Cristã. Ano: 1960.



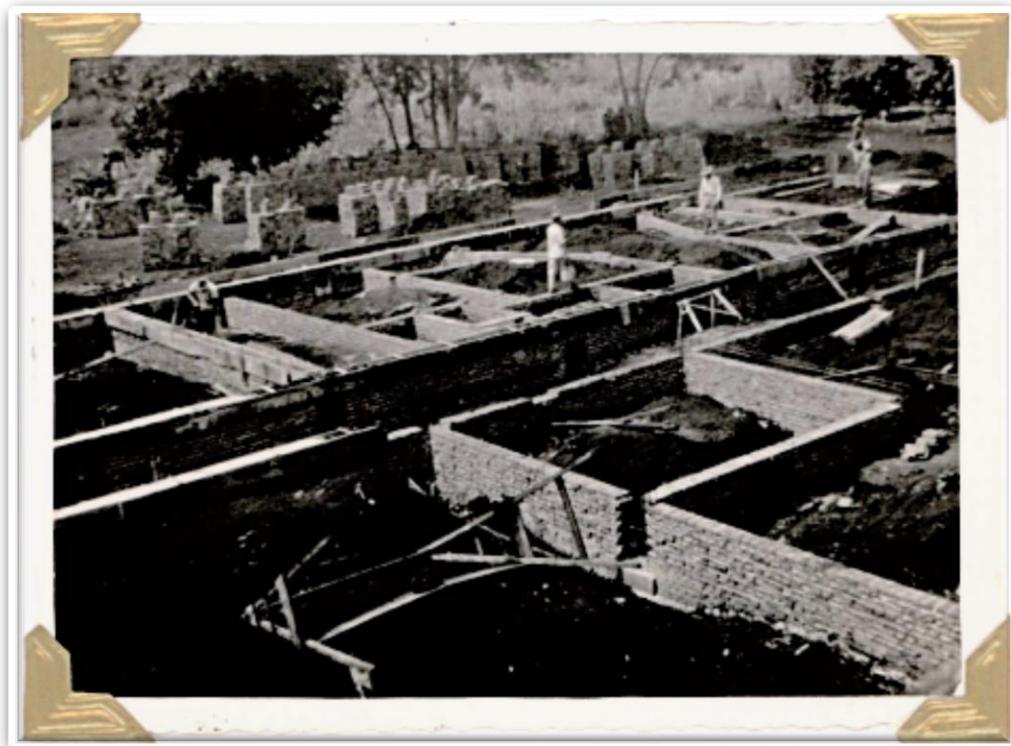
Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 13: Teatro e audição musical dos alunos no cine Ouro Verde. Ano: 1957.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 14: Início da Construção do Instituto Educacional de Dourados. Atual Escola Franciscana Imaculada Conceição. Ano: 1959.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 15: Construção do Instituto Educacional de Dourados. Ano: 1960.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 16: Edificações finais da primeira parte do Instituto Educacional de Dourados. Ano: 1963.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 17: Benção da pedra fundamental (segunda parte de construção) do Instituto Educacional de Dourados. Ano: 1963.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 18: Fachada lateral Instituto Educacional de Dourados. Ano: Década de 1970.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 19: Fachada central Instituto Educacional de Dourados. Ano: Década de 1970.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 20: Instituto Educacional de Dourados (Escola Franciscana Imaculada Conceição).
Ano: Década de 1970.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 21: Grupo de alunas da Escola Normal – Normal Regional. Ano 1963.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 22: Formatura 2ª turma Normal Regional Madre Liúba (Ir Ludimila Heck) e Ir Narcisa Kreutz.
Ano: 1963.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 23: Confraternização dia do Professor. Ano: 1963.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 24: Alunas internas com uniforme de gala. Ano: 1960.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 25: Irmãs em Sala de aula. Ano: 1973.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 26: Alunos em sala de aula. Dia de prova. Ano: 1973.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 27: Formatura do Curso Técnico em Laboratório. Irmã Lúcia Valesca Wolfart e Ir Maria Aparecida Betoni Ano: 1973.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 28: Formatura do Curso Magistério. Ano 1975.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 29: Pintura em Tela. Aula de Arte. Ano 1975.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 30: Trabalhos diversificados. Aula de Arte. Ano 1975.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 31: Práticas do Método Maria Montessori. Ano: 1975.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 32: Práticas do Método Maria Montessori. Ano: 1975.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 33: Desfile Cívico 7 de setembro. Ano 1973.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 34: Fanfara da Escola Franciscana Imaculada Conceição. Desfile 7 de setembro. Ano 1974.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 35: 1ª Comunhão de alunos, 3º, 4º e 5º primário, catequizados na Escola Franciscana Imaculada Conceição. Ano: 1975.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.

Foto 36: Comemoração Dia das Mães Pré-escolar. Ano: 1974.



Fonte: Acervo iconográfico da Escola Franciscana Imaculada Conceição.